



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

**A IDEOLOGIA NEOLIBERAL GLOBAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE TURISMO DO BRASIL E DO ESTADO DE SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO
2019**

LARISSA PRADO RODRIGUES

**A IDEOLOGIA NEOLIBERAL GLOBAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE TURISMO DO BRASIL E DO ESTADO DE SERGIPE**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo
Bacharelado da Universidade Federal de
Sergipe para obtenção do título de Bacharel
em Turismo, elaborada sob a orientação da
Profª Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos.

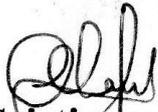
SÃO CRISTÓVÃO
2019

LARISSA PRADO RODRIGUES

“A IDEOLOGIA NEOLIBERAL GLOBAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO BRASIL E DO ESTADO DE SERGIPE”

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Bacharel em Turismo, elaborado sob a orientação do Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos (orientadora)



Prof. Dr. Denio Santos Azevedo (avaliador interno)



Prof. Dr. Antônio Carlos Campos (avaliador externo)

APROVADA EM DEFESA PÚBLICA EM

29/04/2019

A todos que acreditam em um mundo mais justo, igualitário, equitativo e humano, transcendente ao capital, em todas as esferas e espectros.

AGRADECIMENTOS

A construção e elaboração de uma pesquisa e trabalho monográfico enquanto premissa para a conclusão de um curso de bacharelado envolve um emaranhado de percepções e sensações antagônicas e, por vezes, conflituosas; positivas e negativas.

É o tão almejado momento da liberdade temática, referencial e condutiva quando, simultaneamente e, por outro lado, é também o tempo solitário da escrita, leitura, das reflexões, constatações analíticas e da (dilacerante) ausência de debates, trocas e aprendizados grupais.

É o tão ansiado momento da quase irrestrita possibilidade de escrita em termos quantitativos, quando, igualmente, surgem inúmeros vieses e possibilidades de direcionamento e condução da pesquisa acadêmica que encaminham à dúvida e à insegurança quanto ao melhor, mais coerente e racional caminho a ser adotado e trilhado para o alcance dos objetivos propostos.

Mas, sobretudo, é um precioso, valoroso e imprescindível momento de crescimento e maturação acadêmica, intelectual e pessoal.

Em suma, ao longo deste processo, nos vemos em meio a instantes de sentimentos desanimadores, frustrantes, mas também, de entusiasmo, euforia, apreciação e satisfação, que são os verdadeiros impulsionadores ao não nos permitirem recorrer à renúncia do desafio proposto. É preciso equilibrar, é preciso equilíbrio.

Conjuntamente, no transcorrer desta trajetória inúmeras figuras e personagens fizeram parte ao contribuírem (in) diretamente para a concretização não somente deste trabalho de conclusão de curso, mas, sobretudo, para o que este representa, ou seja, a finalização da minha graduação em Turismo Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe.

Neste sentido, primeiramente agradeço a Deus, Força Suprema e Celestial, e ao Universo Espiritual, por me guiar, conduzir, aconselhar, apoiar e proteger os meus passos e o meu ser ao longo deste processo.

À minha família, especialmente aos meus avós, Eponina e João, e à minha tia-mãe, Jeolinda, que estiveram sobremaneira presentes durante a construção deste trabalho, agradeço

pela compreensão, preocupação, zelo, e, sobretudo, pelo acalento nos mais diversos momentos de descontração, conversas e riso fácil, ocorridos em numerosas tardes ensolaradas quando eu estava em meio ao processo, às minhas angústias e algumas dores da produção. À minha mãe, Adriana, agradeço por compreender, sem questionar, considerando a imensa distância que lhe gera preocupações, os vários dias em que passamos sem realizar contato.

À minha orientadora, Prof^ª. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos, transpassa a esta monografia – apenas mais uma das nossas inúmeras construções realizadas no âmbito desta agradável, formidável e próspera parceria e amizade – o imenso sentimento de afeto, carinho e gratidão. Contudo, atendo-me especificamente a este trabalho, agradeço por toda a receptividade, extensa disponibilidade, atenção, suporte bibliográfico, cuidado e elogios despendidos e fornecidos ao longo da elaboração desta monografia. Agradeço, ainda, pela abertura e confiança quanto à temática e às minhas proposições teóricas e metodológicas. Pela paciência na cautelosa leitura e nas orientações presenciais e à distância – sempre regadas a boas e divertidas conversas. Pela compreensão quanto aos obstáculos surgidos. Pelas cirúrgicas e indispensáveis observações, considerações e ponderações na proposição e sugestão de melhorias. Enfim, muito obrigada por tudo!

Aos meus amigos, sou grata pelo suporte expresso em muitas das conversas em que fui ouvida, e em que pude ouvir graciosas palavras de impulso, ainda que majoritariamente à distância.

Em tempo, agradeço a todo o corpo docente do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe pelas trilhas do conhecimento apresentadas e exploradas ao longo destes últimos quatro anos (2014-2018), sem os quais esta monografia não lograria êxito. Pelos debates e conversas intraclasse e extraclasse que, a partir das concepções, posicionamentos e pontos de vistas explanados e intercambiados, impulsionaram-me a transcender, buscar e construir as minhas próprias bases, visões e perspectivas teóricas de interpretação e pesquisa acerca do fenômeno do turismo e áreas afins concatenadas a este último. Convergentes e/ou dissonantes às que me foram outrora apresentadas.

Finalmente, agradeço a todas e todos que possam ter, de alguma forma, contribuído para a elaboração da presente monografia. Muito obrigada!

RESUMO

O turismo é, pragmaticamente e ideologicamente, um fenômeno social amplo e complexo, posto que é condicionado por um conjunto de fatores e pelas recônditas esferas econômicas, sociais e políticas da sociedade moderna e contemporânea. No âmago da lógica do capital, o turismo é entendido como atividade econômica que, gradativamente, tornou-se atrativa pela rentabilidade obtida através da crescente geração de riquezas propiciada, distanciando-o, portanto, da noção de fenômeno e prática social. Logo, a atividade fora transmutada, no âmbito do final do século XX, quando da emergência do neoliberalismo, em um setor, negócio, política, fenômeno e mercado reprodutor do ideário hegemônico na era das globalizações e do capitalismo financeiro. Deste modo, na era do neoliberalismo e da globalização financeirizada, o turismo é apresentado pelos agentes hegemônicos do mercado como meio para o exercício da acumulação do capital a partir dos processos de reprodução e exacerbação do estímulo ao consumo de lugares, de modo a cooperar significativamente para a restauração da vitalidade do capitalismo quando do alcance de índices exitosos de crescimento econômico. Em vista disso, o presente estudo pretende abordar criticamente os direcionamentos dados ao turismo brasileiro, balizado pelo objetivo de analisar a forma como a ideologia neoliberal global influencia, está contida e reproduzida tanto no que concerne à política pública nacional de turismo; quanto na esfera estadual, atentando-se, especificamente, ao caso do estado de Sergipe. Metodologicamente, o estudo está alicerçado na pesquisa qualitativa, no método baseado no paradigma da teoria crítica, método de raciocínio dedutivo, pesquisa de natureza exploratória associada à pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, adotando-se a técnica de análise de conteúdo. Com isso, tornou-se possível averiguar a forte influência, interferência e domínio dos postulados neoliberais discursivamente nas políticas logradas ao desenvolvimento do turismo na esfera nacional e estadual, demonstrando que a atividade está sendo apropriada, em síntese, pelos interesses de circulação, reprodução e acumulação do capital neoliberal globalizado. Diante do cenário auferido, conclui-se que somente partindo-se da compreensão crítica da engrenagem paradigmática da totalidade no qual o turismo está inserido, influenciando e sendo influenciado, é que se torna possível engendrar e arquitetar novas ideologias que, de forma pragmática, visem à superação das perversidades que circundam e estão contidas no cerne da atividade e que a empobrecem significativamente quanto aos seus significados e amplitudes possíveis enquanto prática social.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Globalização. Turismo. Políticas Públicas. Sergipe.

ABSTRACT

Pragmatically and ideologically, tourism is a broad and complex social phenomenon, since it is conditioned by a number of factors and by the hidden economic, social and political spheres of modern and contemporary society. At the heart of the logic of capital, tourism is understood as an economic activity that has gradually become attractive due to the profitability obtained through the increasing generation of wealth it provides, thus distancing it from the notion of a social phenomenon and practice. As a result, the activity was transmuted at the end of the 20th century, when neoliberalism emerged, into a sector, business, policy, phenomenon and market that reproduced the hegemonic ideology in the era of globalization and financial capitalism. Thus, in the era of neoliberalism and financialized globalization, tourism is presented by the hegemonic agents of the market as a means of exercising the accumulation of capital based on the processes of reproduction and exacerbation of the stimulus to the consumption of places, so as to cooperate significantly in restoring the vitality of capitalism when it achieves successful rates of economic growth. In view of this, this study aims to critically address the directions given to Brazilian tourism, based on the objective of analyzing how global neoliberal ideology influences, is contained and reproduced both in terms of national public tourism policy and at the state level, specifically in the case of the state of Sergipe. Methodologically, the study is based on qualitative research, the method based on the critical theory paradigm, deductive reasoning method, exploratory research associated with bibliographic research and documentary research, adopting the content analysis technique. With this, it became possible to ascertain the strong influence, interference and dominance of neoliberal postulates discursively in the policies achieved for the development of tourism at national and state level, demonstrating that the activity is being appropriated, in short, by the interests of circulation, reproduction and accumulation of globalized neoliberal capital. Given this scenario, it can be concluded that it is only by critically understanding the paradigmatic machinery of the totality in which tourism is inserted, influencing and being influenced, that it becomes possible to devise and architect new ideologies that pragmatically aim to overcome the perversities that surround and are contained at the heart of the activity and that significantly impoverish it in terms of its possible meanings and amplitudes as a social practice.

KEYWORDS: Neoliberalism. Globalization. Tourism. Public policy. Sergipe.

“É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico e que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições. E eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro”.

(Jean-Paul Sartre)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Localização Geográfica do estado de Sergipe.....	201
FIGURA 02 - Capa do Plano Estratégico do Turismo de Sergipe – 2002.....	224
FIGURA 03 - Capa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe – 2009.....	240

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Distribuição dos Investimentos do PRODETUR/NE I – SE..... 213

GRÁFICO 02 - Distribuição dos Recursos do PRODETUR NACIONAL – SE.....219

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Síntese das congruências e dissonâncias entre o Liberalismo Clássico <i>Laissez-Faire</i> e o Neoliberalismo.....	106
QUADRO 02 - Indicadores de palavras representativas da ideologia do neoliberalismo (PETS - Plano Estratégico do Turismo de Sergipe).....	232
QUADRO 03 - Indicadores de palavras representativas da ideologia do neoliberalismo (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014).....	246

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O MUNDO CAPITALISTA E A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA .	26
1.1 Globalização: Conceitos, abordagens e campos de análise	27
1.2 A gênese e a trajetória histórica da Globalização Econômica: (des) consensos cronológicos, processuais e conceituais	38
1.3 Características, singularidades, problemáticas e paradoxos da Globalização Econômica .	50
CAPÍTULO 2 - DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO NO/DO MUNDO GLOBALIZADO	67
2.1 A Doutrina Liberal: Genealogia, ascensão e premissas	68
2.2 Da ruptura do Liberalismo Clássico (<i>laissez-faire</i>) à ascensão do Neoliberalismo: o processo transitório	89
2.3 O Neoliberalismo no/do Mundo Globalizado.....	99
CAPÍTULO 3 - O TURISMO GLOBAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PROMULGADAS PELO ESTADO BRASILEIRO	129
3.1 Do Turismo Liberal ao Turismo Neoliberal: do paradigma da internacionalização à globalização do capital.....	130
3.2 O Turismo Brasileiro: a trajetória a partir das políticas públicas sob os direcionamentos ideológicos político-econômicos hegemônicos	143
3.2.1 A Era Desenvolvimentista: O nascimento das políticas de turismo	149
3.2.2 A Era Neoliberal: A proeminência de planos, programas e políticas de turismo	162
3.2.3 A Era Neodesenvolvimentista: A perpetuação e expansão da política nacional, planos e programas de turismo	183
CAPÍTULO 4 - GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO TURISMO DO ESTADO DE SERGIPE - BRASIL	196
4.1 A ascensão do Turismo na Região do Nordeste Brasileiro	197
4.2 O Turismo do/no Estado de Sergipe: aparato institucional e políticas públicas.....	200

4.3 A influência da ideologia neoliberal global nas políticas públicas de turismo sergipanas: uma análise a partir do Plano Estratégico do Turismo Sergipe (2002) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014).....	221
4.3.1 O Plano Estratégico do Turismo de Sergipe (2002).....	223
4.3.2 O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014)	240
CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	262

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, a conjuntura instaurada de convergidas crises (econômica, política, social, epistemológica e ideológica) foram o ponto de partida para que fossem gestadas novas perspectivas paradigmáticas em decorrência do anunciado declínio do modelo econômico-político baseado nas teorias de John Maynard Keynes¹ (1936/1982).

De mesmo modo, a crise de superprodução (ocasionada por excesso de capacidade produtiva frente à ausência de demanda efetiva de consumo) afetou o formato de produção até então pautado no fordismo. Sob o entendimento dos corporativistas do grande capital, o fordismo não seria mais eficiente para a reprodução e a manutenção dos índices de crescimento necessários à acumulação desmedida, o que levou ao posterior declínio e desmantelamento do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) na Europa e nos Estados Unidos (EUA).

Embora o período desenvolvimentista na América Latina, e de *Welfare State* na Europa e EUA, tenha logrado êxito para a economia mundial durante um intervalo de 30 anos, a fase ouro do capitalismo apresentava sinais de decadência mediante as crises engendradas pelas próprias limitações e contradições do ciclo do capital, momento pelo qual as potências hegemônicas do capitalismo mundial arquitetaram novos vieses para o cenário político-econômico em declínio.

Neste contexto, o neoliberalismo urge enquanto contemporâneo arquétipo. A partir de um perverso aparato ideológico que seria incutido de modo transposto e imposto aos Estados-nação mediante o instituído Consenso de Washington, os rumos das economias capitalistas mundiais globalizadas foram redirecionadas por meio da instituição dos novos valores econômicos e políticos, consolidados por um seletivo grupo de intelectuais liberais após a crise de 1929.

Amparados na ideologia das liberdades econômicas pautadas na flexibilização, livre-mercado, mínima intervenção estatal na economia, constantes desregulações,

¹ Esboçada, sobretudo, na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936. Keynes revolucionou o pensamento econômico de sua época, indo na contramão dos liberais clássicos ao defender a importância do papel de intervenção do Estado e dos governos na regulação dos mercados para a estabilização da economia. Para além disso, o economista trouxe contribuições ao formular a teoria macroeconômica e a teoria monetária.

descentralizações, desburocratizações e diminuição dos gastos públicos com políticas sociais advindas do Estado, o neoliberalismo defende que a solução para todos os males da economia do capital se dariam através da livre iniciativa e livre concorrência sob a égide do controle balizado pela mão invisível. Desta forma, é evidente que o horizonte ideológico do neoliberalismo se relaciona diretamente com a herança liberal, princípios que foram apresentados ao mundo, sobretudo, por Adam Smith no século XVIII² (SMITH, 1776/1988).

Este processo foi subsidiado e alicerçado, sobretudo, nos seus guardiões institucionais distribuídos e com alcance em todo o mundo graças à globalização, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. Através dessas instituições, foram construídos e formatados manuais econômicos homogêneos com falsas promessas de salvação econômica para os países, como uma espécie de bula com garantia de cura para supostas economias doentes. As prescrições apresentadas foram implantadas de forma autoritária com vistas ao retorno e fortalecimento dos ciclos históricos de dependência nos países ao sul do globo.

No entanto, os resultados da incorporação e aplicação do modelo neoliberal ao longo dos anos sucedidos demonstraram que o paradigma imposto contribuiu para a exacerbação de desigualdades sociais em todos os continentes.

No cerne da crise mundial de valorização do valor, o receituário neoliberal se voltou para o atendimento das necessidades imediatas de retorno da reprodução e acumulação do capital de grupos e países mundialmente já mais ricos através da expansão da extração de mais-valia e, por conseguinte, por meio do aumento da disparidade social e econômica, resgatando posições a classe dominante na geopolítica mundial que supostamente foram ameaçados quando da hegemonia *keynesiana*. Evidentemente, inúmeros problemas econômicos, políticos e sociais começaram a emergir sob o horizonte e se consolidaram pelo mundo enquanto fruto do apanágio.

² A principal obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, foi fundamental na consolidação das bases da economia moderna. A partir da defesa do Liberalismo Econômico, amparado na teoria da mão invisível, Smith buscou contribuir com o debate entorno da divisão do trabalho, das relações entre Estado e mercado, entre outros temas caros ao modo de produção capitalista e à economia política da época – que seriam posteriormente recuperadas, retomadas e amplamente criticadas e renovadas pelas contribuições de Karl Marx, no século XIX, em sua obra magistral *O Capital – Crítica da Economia Política*.

A amalgama de premissas ideológicas das instituições e organismos multilaterais transfiguraram-se em práxis definitivamente no momento em que o mundo capitalista adotou o neoliberalismo a partir da nova ortodoxia elaborada de forma articulada nos anos de 1990. Este processo transnacional de formação de consenso entre esses agentes a serviço do neoliberalismo global foi denominado de “Consenso de Washington”.

O Consenso de Washington, considerado o marco da instituição do neoliberalismo, a partir de disposições de como direcionar as políticas econômicas nacionais, teve impactos devastadores nos países considerados emergentes que adotaram aos preceitos propostos, principalmente os localizados ao sul do mundo globalizado

A América Latina destaca-se neste contexto, posto que teve países – como o Chile, o México e a Argentina – pioneiros na região quanto à adoção e imposição da ideologia econômica e política neoliberalista. Logo após, estes países protagonizaram uma longa sequência de crises político-econômico-sociais em seus territórios soberanos, tendo suas economias capturadas pelos países hegemônicos devido à crise da dívida externa, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Por outro lado, estes países no cenário neoliberal emergido buscavam o fortalecimento das suas economias e legitimidade de dominância em todo o globo, instaurando contemporâneas formas de novo imperialismo (HARVEY, 2014) através, sobretudo, de privatizações massivas com o amparo das instituições guardiãs do ideário neoliberal. O capital precisava encontrar novas formas lucrativas e territórios onde pudesse se reproduzir.

Na conjuntura brasileira, as políticas neoliberais conquistaram espaço no cenário político-econômico logo após a redemocratização, a partir da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello. Porém, o neoliberalismo foi verdadeiramente impulsionado e aplicado no sucessor governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, a despeito de um governo dito de esquerda e caracterizado como pós-neoliberal³ ter sido posto à frente da direção do país ainda no começo do século XXI, as políticas neoliberais continuaram a se perpetuar e serem reproduzidas em diversos âmbitos como na saúde, educação, no turismo e, principalmente, na agenda econômica adotada.

³ Esta é a perspectiva apresentada por Emir Sader (2013) ao argumentar que os governos Lula são marcados por um rompimento com as políticas neoliberais pela promoção do desenvolvimento econômico associado à redução da desigualdade social.

É neste contexto de ampliação da mercantilização para todas as esferas da vida em decorrência da hegemonia neoliberal que o turismo se destaca enquanto atividade no setor de serviços global, frente à crise da indústria produtiva. No Brasil e no mundo, a atividade turística foi considerada ao longo do século XX como uma grande “indústria sem chaminés”, capaz de reverter o quadro de crises e propiciar, em muitos casos de forma complementar à indústria e produção tradicionais, o crescimento econômico aos países e economias emergentes. Na era neoliberal, o turismo representa a mercantilização do espaço em todos os lugares e territórios que se apodera e se instala.

No Brasil, as políticas públicas fundadas na década de 1970, na era militar, para a ampliação da atividade turística no país estiveram fortemente ligadas a um paradigma economicista, causando grandes e irreversíveis impactos sociais e ambientais. Após a década de 1980, novas perspectivas instituíram-se para o turismo a partir da preocupação com os aspectos sociais e ambientais que vieram à tona em discussões, projetos e programas, sobretudo após a ECO-Rio 92.

Para além disso, a partir de meados da década de 1990 averigua-se uma mudança significativa quanto ao entendimento da atividade turística e do paradigma que recairia e seria alocado de fato sobre o setor. No contexto brasileiro, o turismo passou a ser balizado por políticas públicas financiadoras claramente neoliberais que visavam dotar o espaço de infraestrutura para a atração de investimentos privados estrangeiros, sobretudo no nordeste brasileiro, como, supostamente, uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico para a região marginalizada com altos índices de pobreza, miséria, mortalidade infantil etc.

Sob essa perspectiva, os discursos das políticas públicas que promoveram o turismo brasileiro na região Nordeste reforçavam-no como uma importante ferramenta para a geração de emprego, renda, aumento na participação no PIB, distribuição de renda, desenvolvimento local, entre outros. A fim de alcançar as utopias apontadas pelo planejamento público destinado ao turismo, o território nordestino tornou-se um canteiro de obras financiadas por um dos guardiões do neoliberalismo: O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE I).

Desta forma, as diversas promoções do turismo por via das políticas públicas causaram impactos imensuráveis para a região sob a égide da ideologia neoliberal, no qual os maiores beneficiados por estas intervenções espaciais foram os grupos empresariais que

encontraram terreno para introduzir, ampliar e expandir a reprodução, evasão e acumulação do capital mediante exploração de mão de obra barata e diversos impactos sociais e ambientais.

Contudo, longe de restringir-se ao PRODETUR, a ideologia neoliberal foi alastrada pela política pública de turismo em todas as escalas, abarcando os níveis federal, estadual e municipal. Neste âmbito, o Estado se apresenta como parceiro do mercado ao lhe ser atribuído o papel indutor, ao mesmo tempo em que é excluído por este agente pela defesa da minimização estatal na economia.

É nesta complexa conjuntura que a nossa problemática de pesquisa se apresenta, uma vez que o PRODETUR-NE I, bem como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) abriu e inaugurou diversas lacunas acerca dos impactos que ideologias emergidas e consolidadas a nível mundial podem causar no direcionamento da política pública de turismo federal, estadual, regional e local, principalmente nos países da América Latina (os mais impactados negativamente pelo neoliberalismo) como o Brasil, considerado um país em vias de desenvolvimento e emergente.

Diante do exposto, questiona-se de que forma a ideologia neoliberal global se faz presente, influencia e impacta (n)as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado Brasileiro e o Estado de Sergipe?

Partindo-se deste questionamento inicial, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar a forma como a ideologia neoliberal global influencia, está contida e reproduzida tanto no que concerne à política pública nacional de turismo, quanto na esfera estadual, atentando-se, especificamente, ao caso do estado de Sergipe. Quanto aos objetivos específicos, intentou-se e pretendeu-se:

- 1) Discutir o contexto de surgimento, gênese, consolidação e as características da globalização econômica, indicando os principais reflexos nos processos de condução, produção e consumo do turismo;

- 2) Caracterizar a corrente ideológica liberal e neoliberal baseada nos postulados da economia política, a fim de destacar os processos de surgimento e consolidação da doutrina;

3) Identificar a influência do neoliberalismo no contexto da globalização e, especificamente, no âmbito do turismo;

4) Analisar as políticas públicas direcionadas ao turismo difundidas pelo Estado Brasileiro desde os primórdios desta que se tem registro, com ênfase na era político-econômico de hegemonia neoliberal e;

5) Apreender as políticas públicas de turismo desenvolvidas e promulgadas pelo/no estado de Sergipe, dando posterior ênfase nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo, visando identificar e analisar a influência e reprodução do ideário neoliberal global no conteúdo direcionador da atividade turística para a região, propondo perspectivas comparativas quanto às demais políticas desenvolvidas no âmbito do Estado e na escala federal.

Para a concretização dos objetivos propostos supracitados, faz-se necessário a instauração de um arcabouço teórico-metodológico, a fim de subsidiar a execução das proposições e o alcance exitoso de resultados pautados nos parâmetros científicos. Considerando a importância do rigor dos procedimentos metodológicos para o alcance dos resultados da presente pesquisa científica, bem como em atendimento aos objetivos propostos e problema apontado, elegeu-se, para execução desse projeto de monografia, métodos e técnicas que subsidiarão o processo de elucidação ao/do tema aludido.

O processo de compreensão e análise dos efeitos do contexto da globalização e do neoliberalismo no conteúdo das políticas públicas de turismo suscita uma análise pautada na pesquisa qualitativa, tendo em vista a possibilidade a partir desta de promover discussões, interpretação de situações, fatos e fenômenos, e igualmente, de averiguar implicações e impactos relacionados ao contexto e baseando-se em teorias (MICHEL, 2009).

Além disso, a escolha pela pesquisa qualitativa se deu pois partimos do entendimento de que resultados quantitativos rasos, frios e descontextualizados unicamente não são capazes de explicitar, dada a subjetividade intrínseca à realidade, um cenário tão complexo, contraditório e dinâmico quanto o surgido com o estabelecimento dos preceitos globais e neoliberais, na qual se corroboraria com os dados e discursos hegemônicos apresentados recorrentemente e que amparam as teorias econômicas ortodoxas.

Neste sentido, considerando os objetivos apresentados, optou-se pelo método baseado no paradigma da teoria crítica apresentado por Dencker (1998, p. 125) como “uma abordagem essencialmente relacional, investigando as ações humanas em suas relações com a estrutura social e a cultural, tentando compreender como as redes de poder são formadas e mediadas”, visando elevar a consciência dos sujeitos para obter a transformação social através dos resultados da pesquisa científica.

Assim, o método supracitado permite elucidar as relações das ações humanas, prescritas nos documentos oficiais de planos e programas enquanto oriundos de políticas públicas, com a estrutura paradigmática sociopolítica e socioeconômica global, identificando as origens das redes do poder ideológico travestido nos discursos e ação política dos supracitados, e, por conseguinte, abarcando a forma de mediação da hegemonia e poder neoliberal, ou seja, através dos organismos internacionais, como o BID em relação ao PRODETUR.

Além disso, se utilizará o método de raciocínio dedutivo, que consiste no “ [...] caminho das consequências, pois é uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão” (ANDRADE, 2010, p. 119). No presente estudo, partir-se-á de uma hipótese estabelecida (geral), com vistas a provar a validade de um fato em particular, indo da premissa maior à premissa menor conclusiva (MICHEL, 2009), sobretudo, dos impactos neoliberais globais enquanto verdade geral evidenciada na práxis para verificação destes no âmbito das políticas públicas e, portanto, na atividade turística brasileira e sergipana (premissa menor específica).

Deste modo, elegeu-se a pesquisa de natureza exploratória com documentação (in) direta e dados secundários – ou seja, coletados através de análise documental e bibliográfica – uma vez que estudos desse caráter permitem o levantamento de informações sobre o objeto de estudo e aproximação do pesquisador ao fenômeno em questão na busca por compreensões e aprimoramento de ideias por vias analíticas (DENCKER, 1998).

Além disso, a função principal dos estudos exploratórios consiste em permitir a descoberta de novas ideias e novas perspectivas (SCHLUTER, 2003), sendo o primeiro passo do trabalho científico, e tendo por finalidade principal propiciar maiores informações acerca do assunto e tema do trabalho (ANDRADE, 2010). Ainda, na visão de Cervo, Bervian e Silva

(2007), os estudos exploratórios visam realizar descrições precisas e descobrir as relações existentes entre os elementos componentes.

A pesquisa exploratória foi realizada a partir de fontes primárias oriundas de documentos do governo federal brasileiro e do governo do estado de Sergipe na forma dos planos elaborados para balizar a atividade turística nas respectivas escalas; e de fontes secundárias, a partir de bibliografias que versaram sobre o tema para descobrir novos aspectos.

Enquanto essência e meio de concretizar a pesquisa exploratória, selecionou-se a pesquisa bibliográfica, que conforme ressalta Fachin (2006, p. 120), “[...] é um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber” sendo, portanto, primordial e ocupando lugar de destaque na pesquisa científica.

Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica torna-se relevante para a presente monografia considerando que se fez necessária uma ampla busca por bibliografias que versaram acerca da globalização, do neoliberalismo e das políticas públicas de turismo em uma reflexão crítica para embasar e direcionar as análises *a posteriori* dos documentos dos planos e programas, a fim de identificar o reflexo, a influência ideológica neoliberal e seus impactos.

Em um segundo momento realizou-se o levantamento bibliográfico enquanto procedimento preliminar, a fim de localizar e buscar os documentos que são de interesse ao tema apontado em livros, artigos de periódicos, etc. (SEVERINO, 2002); seguido da revisão bibliográfica com leituras mais detalhadas e sistemáticas do assunto; e a revisão de literatura para verificar o estágio teórico acerca do tema no momento atual, incluindo-se as abordagens, visões e atualizações, findando na construção do referencial teórico (MICHEL, 2009).

Associada à pesquisa exploratória e à pesquisa bibliográfica, aderiu-se à pesquisa documental através da observação indireta, que consiste em consulta a documentos para coletar informações úteis para análise do problema proposto (MICHEL, 2009). Segundo Marconi e Lakatos, (2008, p. 48/49) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fonte primária. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre,

ou depois”, sendo, portanto, uma vantagem da pesquisa documental em que permite ao pesquisador compreender o contexto sócio histórico que o documento estava/está inserido.

Ademais, na pesquisa documental são investigados documentos com o propósito de descrever, analisar e/ou comparar características, nas quais as bases documentais revelam informações de distintos momentos temporais (passado e presente) (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são muito semelhantes, diferenciando-se nas fontes, pois “[...] enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico” (GIL, 2009, p. 45). Deste modo, consideram-se documentos os relatórios, leis, atas, documentos oficiais, ofícios etc. (FACHIN, 2006).

Os resultados fornecidos por essa técnica são basilares para a compreensão da influência ideológica nos discursos políticos, pois a pesquisa documental coletará e levantará diversos dados e informações de suma importância oriundas de fontes primárias e secundárias correlatas às políticas públicas de turismo para posteriores análises dos impactos destas para a configuração paradigmática do turismo brasileiro e sergipano.

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, portanto, se configuraram como as técnicas pilares para a coleta dos dados secundários necessários para o alcance de resultados da pesquisa. Após a coleta dos dados elaborados, realizou-se a interpretação e análises das informações obtidas, em que foi adotada a técnica de análise de conteúdo com o objetivo de medir a presença e influência da ideologia neoliberal nas políticas públicas de turismo, neste caso, especificamente nos planos estratégicos logrados ao desenvolvimento do turismo do Estado de Sergipe.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste em uma busca de outra realidade que está incutida nas e através das mensagens evidenciadas prioritariamente, porém ocultada e latente pelo contexto discursivo e semântico. A análise de conteúdo é descrita pela autora como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). A técnica tem por objetivo efetuar deduções lógicas e justificadas das origens das mensagens consideradas pelo analista

nos documentos a serem analisados (o emissor e seu contexto), fundamentando impressões e juízos intuitivos a partir das palavras e suas significações.

Em um esforço de interpretação, o objetivo da análise de conteúdo é, a partir das palavras de emissores identificáveis, tensionar o escondido que não está imediatamente aparente e explorar o potencial de inédito retido em uma mensagem/texto: “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 1977, p. 44).

Em um discurso, há sempre um (outro) sentido que convém desvendar e compreender para além dos seus significados imediatos. Recorrer à análise de conteúdo enquanto instrumento de investigação laboriosa de documentos, sinaliza, segundo Bardin (1977, p. 28), para a negação da “[...] ilusão da transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea”, consistindo na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo.

Deste modo, considerando os objetivos propostos do presente estudo, identifica-se que a análise de conteúdo é uma técnica que permitirá a captação dos valores ideológicos da globalização associada ao paradigma neoliberalista que estão incutidos, latentes e escondidos nos planos e programas das políticas públicas de turismo, destacando os elementos discursivos inéditos retidos nestes documentos.

Diante do exposto, estima-se que os procedimentos metodológicos supracitados estiveram de acordo para atender aos objetivos geral e específicos propostos, bem como foi possível apontar respostas quanto ao problema de pesquisa suscitado e destacar resultados pertinentes. Desta forma, enquanto demonstração do desenvolvimento do trabalho, este se encontra dividido em 4 capítulos, conforme descreve-se a seguir.

O Capítulo 1, intitulado “O Mundo Capitalista e a Globalização Econômica” vislumbra a temática da globalização e tem por objetivo principal discorrer acerca das mudanças significativas ocorridas no processo de desenvolvimento mundial a partir da globalização econômica essencialmente neoliberal, abordando conceitos, gênese e trajetória histórica, bem como as características e singularidades da mesma.

Em seguida, o Capítulo 2, nomeado “Do Liberalismo ao Neoliberalismo no/do Mundo Globalizado”, tenciona dissertar, primordialmente, acerca da doutrina liberal e seu respectivo

ideário enquanto paradigma político e econômico que começa a germinar no século XVII. Posteriormente, pretende-se elucidar o processo de transição da doutrina liberal clássica ao neoliberalismo. Por fim, discorre-se acerca do neoliberalismo e suas especificidades atributivas e processuais inseridas na conjuntura da globalização econômica.

Já o Capítulo 3, de título “O Turismo Global e as Políticas Públicas promulgadas pelo Estado Brasileiro”, tem por objetivo demonstrar brevemente e contextualmente como o turismo fora gestado e interpretado sob o entendimento dos paradigmas do capital. Logo após, esse percurso histórico recai, objetivamente, sobre o contexto brasileiro, a fim de alcançar o tocante do direcionamento ideológico e paradigmático da atividade turística tendo como norte as políticas públicas de turismo promulgadas pelo Estado.

Finalmente, o Capítulo 4, nomeado “Globalização e Neoliberalismo no Turismo do estado de Sergipe – Brasil”, pretende apresentar em que contexto e como se deu a ascensão do turismo na região nordestina brasileira para, posteriormente, adentrar especificamente no estado de Sergipe, compreendendo a institucionalização do turismo na localidade por parte do governo estadual e as políticas públicas que foram destinadas à instauração da atividade no território. Em seguida, é realizada uma análise de conteúdo pautada no objetivo de captar a influência da ideologia neoliberal global na elaboração de documentos condutivos e normativos para a atividade turística de Sergipe, enfocando nos dois planos estratégicos construídos para tanto.

Desta forma, devido as grandes lacunas existentes em termos de compreensão dos efeitos da globalização e do neoliberalismo no mundo e, particularmente, o número baixo de estudos que abordem os impactos de tais processos no âmbito da atividade turística, justifica-se a relevância de debates científicos que versem sobre as mazelas de um sistema instituído e pouco questionado pela sociedade civil – uma vez que este é entendido de modo programado e combinado enquanto formato de sociedade inexorável e imutável.

Contraditoriamente e ao mesmo tempo, porém, é esta mesma sociedade que mais padece das anomias sociais provocadas por interesses lucrativos da classe dominante mundial visando a realização da acumulação através de políticas de teor neoliberal oriundas da ordem estatal. Estado esse que deveria privilegiar a coletividade em detrimento dos interesses individualistas das grandes corporações e agentes do mercado de capital privado, sobretudo, dos grandes oligopólios do mercado turístico.

Corroborando com a abordagem supracitada, Soares (2007, p. 69) afirma que “é necessário reconhecer os efeitos da globalização sobre o turismo, para assim ampliar os estudos oferecidos na literatura da área e debater seus resultados, em vez de aceitar seu quadro atual como irreversível e único”, ou seguir perpetuando os vícios de apontar soluções baratas, pífias, paliativas e inalcançáveis e que, portanto, permanecem utópicas, como a efetividade da sustentabilidade turística para redução das desigualdades sociais, do impacto sobre o meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentado.

Deste modo, novas propostas e análises são de suma importância para investigar as entranhas do capital e, por conseguinte, abranger soluções mais amplas que envolvam mudanças estruturais, enquanto soluções para as crises, também e igualmente, estruturais. Somente desta maneira, ou seja, partindo-se da compreensão da engrenagem paradigmática no qual o turismo está inserido é que se torna possível engendrar e arquitetar novas ideologias que de forma pragmática visem à superação das perversidades que, atualmente, rondam todo o cenário político-econômico coberto pelo apanágio neoliberal e da globalização.

Com isso, finalmente, pode-se começar a ressignificar e imaginar a atividade turística como e enquanto uma legítima ferramenta promotora do desenvolvimento humano para além de paliativos rotulados de ações sustentáveis, trazendo à superfície o turismo como prática social do encontro, do conhecimento, da troca e do intercâmbio ao viajar para além do lucro e dos interesses capitalistas.

CAPÍTULO 1

O MUNDO CAPITALISTA E A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

A globalização econômica, apascentada e balizada pelo capitalismo neoliberal, representa uma nova era na história da sociedade contemporânea mediante os avanços tecnológicos somados a um emergido conjunto ideológico composto de premissas e concepções distintas aos anteriores acerca do Estado, do mercado, do trabalho, da produção e do consumo, da sociedade. Deste modo, os processos contidos no âmago da globalização engendraram inúmeros fatos que auxiliaram a delinear os novos tempos e a configurar politicamente, economicamente, culturalmente, geograficamente, tecnicamente e socialmente o século que viria – XXI.

Em virtude de a globalização estar diretamente articulada e concatenada de forma influente com o modelo econômico-político neoliberal que representa a nova faceta ideológica do capitalismo, o presente capítulo pretende discorrer acerca das mudanças significativas ocorridas no processo de desenvolvimento mundial a partir da globalização econômica essencialmente neoliberal, sobretudo no formato e dinâmica da economia política do capital considerando os aspectos macroeconômicos e microeconômicos.

Por ser um fenômeno repleto de complexidades, uma vez que é transversal e abarca uma série de espectros políticos, econômicos, sociais, culturais e técnicos, foram dissertados, inicialmente, neste capítulo, os diversos conceitos que geram e empregam distintas abordagens acerca da globalização, evidenciando os vastos campos de análise que incluem afirmações, negações e relativismos. Posteriormente, visando explicitar as bases, origens e raízes da globalização, é apresentada a trajetória histórica do capitalismo sob a perspectiva das tentativas de expansão dos fluxos com a mundialização e a internacionalização que culminou, finalmente, na globalização neoliberal do capital.

Por último, desenvolve-se uma análise acerca das características e peculiaridades da era global destacando as suas contradições e problemáticas, sobretudo no que tange às promessas do real desenvolvimento a partir da redução de desigualdades com maior e melhor distribuição da riqueza que nunca foram cumpridas, evidenciando a enorme incoerência, incapacidade e falência das proposições ideológicas neoliberais que superestimam a lógica do mercado privatista sob a égide do capitalismo globalizado.

1.1 Globalização: Conceitos, abordagens e campos de análise

O fenômeno, fato, período, fase, momento e/ou processo – a depender do posicionamento conceitual-analítico adotado – denominado de “globalização” é marcado por demasiadas complexidades dada às ambiguidades e polissemias envoltas às interpretações fornecidas aos elementos que a compõe e as características que a engendram, além das representações evidenciadas no plano empírico que se tornam alvo de análises pautadas em diversas bases fundantes do pensamento científico.

Neste sentido, sortidas e múltiplas teorias, ideologias e utopias marcadas por convergências, contradições, antagonismos e distintas percepções e visões acerca das definições que designariam o que seria a globalização no plano econômico, cultural, social e técnico foram delineadas a partir de um cenário de mudanças políticas, ideológicas e, sobretudo, econômicas ocorridas no âmbito do século XX – fatores que tornaram a temática altamente desafiadora dada a sua abrangência que tende à totalização.

De fato, não há um consenso entre os intelectuais acerca do caráter multifacetado que a globalização inaugura ou perpetua no final do século XX, estendendo-se e adentrando no século XXI. Assim, um grande desalinho e embaralho conceitual e epistemológico é evidenciado mediante a própria magnitude do fenômeno que abre margem para variadas interpretações, análises e constatações que incluem afirmações, negações, relativismos, (neo)marxismos, (neo)liberalismos, (neo)desenvolvimentismos, (neo)positivismos, teorias sistêmicas, marxianas, weberianas, etc.

Por conseguinte, diversas são as vertentes teóricas que vão discorrer acerca das múltiplas formas de globalização e globalismos empenhadas em tentar explicitar as condições e significados que estes trazem para o mundo, no qual todas contribuem de algum modo para o esclarecimento das (re) configurações da sociedade no âmbito dos fatos que estão a ocorrer, abrindo perspectivas variadas (IANNI, 1999).

As principais abordagens acerca do aspecto da existência de uma globalização têm como pano de fundo as décadas de 1970, 1980 e 1990, quando destacam a mesma pela unicidade e condição inovadora na história da humanidade dada as características evidenciadas ligadas, sobretudo, ao avanço tecnológico. Todavia, outros pensadores do fenômeno, como Batista Júnior (1998), vão nega-la enquanto fato inédito e inovador,

tratando-a enquanto mito. Ainda, há teóricos e analistas, como Font e Rufi (2006) e Frieden (2008), que vão buscar no século XV as raízes da ideia de um mundo interligado no plano econômico, em que a globalização seria fruto de um longo processo engendrado a partir das grandes navegações. Sob essas perspectivas, diversas abordagens temáticas foram sendo fundadas, no qual teorias vieram a ser elaboradas e disseminadas com vistas a explicitar o fenômeno da globalização em suas características e acontecimentos envolvendo as óticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Deste modo, inegavelmente “os horizontes que se descortinam com a globalização, em termos de integração e fragmentação, podem abrir novas perspectivas para a interpretação do presente, a releitura do passado e a imaginação do futuro” (IANNI, 1999, p. 9).

Dentre as abordagens interiorizadas em teorias da globalização que tendem a vislumbrar esses horizontes estão às noções de interdependência entre as nações; a modernização do mundo; as economias do mundo; a internacionalização e mundialização do capital; a aldeia global; a racionalização do mundo; a unicidade das técnicas; as novas tecnologias; a dialética do global ao local; a globalização e a fragmentação; o sistema mundial moderno; entre outros (CORIOLANO, 2006). No interior destas, diversas metáforas são designadas na tentativa de explicitar as diversas facetas do fenômeno da globalização, apresentadas por Ianni (1999, p. 15-16) como

[...] expressões descritivas e interpretativas fundamentadas, que circulam combinadamente pela bibliografia sobre a globalização: “economia-mundo”, “sistema-mundo”, “*shopping center* global”, “Disneylândia global”, “nova divisão internacional do trabalho”, “moeda global”, “cidade global”, “capitalismo global”, “mundo sem fronteiras”, “tecnocosmo”, “planeta Terra”, “desterritorialização”, “miniaturização”, “hegemonia global”, “fim da geografia”, “fim da história” e outras mais.

Entre as tantas existentes, dar-se-á ênfase àquelas que privilegiem os estudos acerca da globalização econômica perpassando pela globalização política e a globalização social, visto que se pretende adiante abordar, especificamente, o conjunto da obra neoliberal na perspectiva da economia política para, assim, refletir o conjunto, ou seja, a globalização neoliberal no âmbito da atividade turística.

De maneira geral, a globalização surge enquanto processo que promove a interação entre povos e nações, integrando países e continentes através, sobretudo, do desenvolvimento das tecnologias da informação. Mais do que isso é um momento histórico altamente complexo e contraditório marcado pelo fechamento, sob o ponto de vista das migrações barradas com

base no nacionalismo e no conservadorismo e, simultaneamente, pela liberação das fronteiras políticas, econômicas e ideológicas, com forte integração econômica. Tamaña interligação foi tornada possível a partir das doutrinas que se consagram e consolidam mediante a busca de soluções e panaceias para as constantes crises do capitalismo e o alcance do pleno desenvolvimento – tão almejado, mas nunca realmente alcançado visto que os objetivos do capital tendem, em verdade, unicamente para o crescimento a nível global –, dentre as quais está e emerge o neoliberalismo na década de 1970.

Em termos conceituais, variados autores apontam para heterogêneas abordagens acerca da definição do que seria o processo, fenômeno ou era da globalização. Segundo Santos (2002), o termo globalização é demasiadamente superficial, considerando os contraditórios, paradoxais e complexos processos de mudança que o período anuncia, variando na intensidade e duração, no qual o mesmo não dá conta de abarcar o decurso que ocorre simultaneamente entre inclusão e exclusão, integração e fragmentação, entre outros polos antagônicos que se desenvolvem dialeticamente na era do capitalismo global. Para ele, o fenômeno corresponde a

[...] um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução das tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, **turistas** ou refugiados, ao **protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais**, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (SANTOS, 2002, p. 11) (grifos nossos).

Já de acordo com Santos (2008, p. 23), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, em que a organização da produção e consumo baseado na lógica do capital generaliza-se e são efetivados em nível mundial e global sob os alicerces da liberalização, desregulamentação e privatização oriundos da neoliberalização. Ianni (1997, p. 7), um dos grandes estudiosos da globalização, já destacava elementos do autor supracitado na proposta de definição da mesma:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, cultura e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória.

Corroborando com essa perspectiva, Santos (2001, p. 172) explicita que

A globalização primeiramente se refere à rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece em nível mundial. Também designa o fenômeno do intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, atualmente intensificado pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação. Ela é concebida, por muitos de seus ideólogos, como um novo patamar civilizatório e como um processo inexorável. Representaria também uma nova forma de organização das sociedades.

Mais do que isso, a globalização tem um forte viés estratégico que representa a luta classista, visto que

[...] é o produto da ação de governos poderosos, especialmente o dos Estados Unidos, que empurram garganta abaixo dos povos do mundo tratados comerciais e acordos de negócios que ajudam as grandes empresas e os ricos a dominarem as economias das nações sem quaisquer obrigações para com as respectivas populações (CHOMSKY, 2006, p. 14).

Neste sentido, a globalização contemporânea corresponde a “[...] um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo, acarretando uma crescente mercantilização da vida humana, que teria atingido níveis inéditos na história” (HAESBAERT, 2001, p. 13), tendo unicamente por objetivo a expansão da reprodução dos lucros e da mais-valia através da eliminação gradativa de “[...] todo tipo de restrições à mobilidade de capitais e no qual se manifesta o crescente predomínio do capital financeiro internacional sobre o capital produtivo” (SANTOS, 2001, p. 180).

Com base nessas explicações, a globalização seria então mais uma etapa de expansão do capitalismo, apresentando-se como produto e condição do capital em geral, a fim de realizar e multiplicar todas as outras formas de capital (IANNI, 1999). Tudo isso a partir da sua característica intrínseca de expansão constante em todas as entranhas da sociedade, de modo a reordenar espaços, engendrar processos de (des)(re)territorialização e ressignificar culturas, políticas, valores e ideologias.

Deste modo, “a globalização não é, portanto, um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E estes operam de uma maneira contraditória ou antagônica” (GIDDENS, 2000, p. 23), compreendendo simultaneamente “[...] colonialismos e imperialismos, interdependências e dependências, nova divisão transnacional do trabalho e da produção e mercados mundiais, multilateralismos e transnacionalismos, alianças estratégicas e redes de telecomunicações” (IANNI, 1997, p. 116).

Para além dos aspectos econômicos relacionados às formas empíricas de processos de produção e consumo, a globalização se destaca particularmente e acentuadamente no plano

das ideologias, de modo que estas foram criadas, recriadas e aplicadas no período de ascensão do fenômeno global, corporificando as (re) configurações no cenário socioeconômico e sociopolítico. Tais ideologias que surgiram e, simultaneamente, culminaram na globalização, sobretudo a neoliberal, converteu processos e estruturas sociais, ao mesmo tempo em que modificou, atravessou e solapou territórios, soberanias, Estados, hegemonias, resultando em terríveis e catastróficas contradições (IANNI, 1998). É por esse caráter demasiadamente transformador das estruturas socioeconômicas enquanto materialização das ideologias que a globalização é tema de suma importância entre os pesquisadores e intelectuais.

Segundo Ianni (1998), a natureza problemática e controversa da globalização tem dividido a opinião dos pensadores da temática em aqueles que *reconhecem* plenamente o fenômeno/fato e/ou processo globalizador; aqueles que *relativizam*, alegando mais benesses do que os aspectos sombrios inaugurados com a globalização, bem como se negam a visualizar a magnitude real da transposição da escala de atuação da economia, compondo a camada do discurso dominante, sobretudo, midiático. Por fim, há os que não identificam novidades no processo de instituição da globalização e em suas configurações e características estruturais, logo, *negando-a* (grifos nossos).

Haesbaert (2001) complementa esse caráter paradoxal e complexo, em que se dividem as análises acerca da globalização, afirmando que há autores que alardeiam a “era da globalização”, enquanto outros vão dar ênfase ao campo oposto da “era da fragmentação” como principal fator que marcaria o fim da Guerra Fria. Embora as teses acerca da globalização estejam em polos ora em diálogo próximo, ora antagônicos, decerto há uma inquietação acerca dos fatos engendrados já no final do século XX, em que

Alguns alegam que se trata de uma realidade antiga, evidente desde os inícios do capitalismo, quando declina o feudalismo e emerge o mercantilismo. Outros afirmam que está em curso uma diabólica maquinação ideológica do neoliberalismo. Há os que distinguem “mundialização” da cultura e “globalização” da economia. Também existem os que dizem que a globalização é senão uma nova face do imperialismo. São muitos os que insistem na prevalência do nacionalismo, compreendendo a soberania do Estado-Nação e a importância das relações internacionais, como se a globalização não fosse senão uma dimensão secundária ou até mesmo episódica das relações econômicas e políticas entre nações agrárias, subdesenvolvidas, mais ou menos desenvolvidas, emergentes, industrializadas e pós-industriais. Para outros, os processos de integração regional [...] seriam uma reação de autodefesa das economias nacionais, embora haja os que alegam que o regionalismo revela-se uma forma de atenuar o impacto do globalismo sobre o nacionalismo (IANNI, 1998, p. 29).

De modo semelhante, porém utilizando de outras nomenclaturas, Giddens (2000) subdivide o debate acerca da globalização entre o campo dos céticos e dos radicais. Os céticos correspondem àqueles que *negam* a globalização (se feita a equivalência à proposição de Ianni (1998) acerca da polarização teórica), de modo a não identificar discrepâncias e distinções entre a economia dita global e a economia do período industrial. Além disso, estes defendem que a dinâmica econômica atualmente se dá, sobremaneira, entre regiões (e não em escala verdadeiramente global) considerando a formação e relação interna de troca e intercâmbio dos/nos blocos econômicos. Deste modo, a globalização para os céticos refere-se a uma ideologia criada pelos agentes do livre-mercado para, sob a perspectiva de que estamos em novos tempos, justificar a necessidade de saída do Estado no que tange aos aspectos econômicos.

Contraditoriamente, a corrente teórica defendida pelos céticos também vai advogar que a economia já é global desde o século XIX, mediante o expressivo comércio entre países no âmbito da ordem imperialista, de modo que no final do século XX houve um singelo retorno aos preceitos e modelo de funcionamento da economia daquele período (GIDDENS, 2000). Com isso, os céticos também afirmam que a globalização refere-se a uma nova face do imperialismo, conforme Ianni (1998) destaca entre os diversos credos e interpretações.

Ora, se não há, hoje, uma economia efetivamente global, mas sim, intra e inter-regional, como a globalização pode ser caracterizada como um retorno ao modelo (já) global do período das Revoluções Industriais? Ademais, no próprio fato da globalização ser entendida enquanto uma ideologia que visa reduzir as despesas – principalmente no que tange ao fim do sistema de previdência – do Estado, já reside a distinção quanto ao período correspondente ao século XIX, visto que os anseios do capital naquele contexto eram outros.

Logo, embora a globalização adote métodos e ferramentas semelhantes de atuação econômica aos utilizados durante o século XIX, a mesma apresenta distintos objetivos de acordo com as novas aspirações do capital, bem como os meios para o alcance de tais perspectivas foram expandidos e aperfeiçoados. Portanto, se diferencia das economias anteriores. Neste sentido, as afirmações dos céticos perdem demasiada validade justificado pelas incongruências e inconsistências analíticas.

Batista Júnior (1998) é um dos autores que representam a corrente dos céticos, anunciando em seus escritos que a globalização é um mito e que a terminologia em si mesma

é vazia de conteúdo e enganosa. Assim, o autor afirma que “[...] a ‘globalização’ é um mito. Um fenômeno ideológico nem sempre muito sofisticado, que serve a propósitos variados [...] Nos planos econômico e político, contribui para apanhar países ingênuos e despreparados na malha dos interesses internacionais dominantes” (BATISTA JÚNIOR, 1998, p. 125). Deste modo, sem negar o caráter perverso do fenômeno, o mesmo diverge ao destacar suas principais funções e consequências imediatas, visto que algo que não é real, mas sim um mito, não pode ser evidenciado na práxis.

Muito embora com argumentos insustentáveis, observa-se que os céticos possuem um pertinente posicionamento crítico acerca da globalização ao destacarem uma disputa de interesses essencialmente classista em busca de poder e hegemonia entre países e entre mercados, não somente no nível do discurso. Entretanto, pecam ao obscurecer a ideologia e os processos que estão por detrás com uma visão reducionista e contraditória de negação, ao invés de empreender análises que aprofundem a compreensão substancial do fenômeno claramente evidenciado por seus próprios pseudos-diagnósticos, porém renegado.

Além disso, os céticos desconsideram a crise estrutural do capitalismo, acentuada pela globalização neoliberal, como principal causadora das consequências destacadas pelos próprios, como o crescimento alarmante do desemprego, subemprego, privatizações que desnacionalizam a economia e a dependência de capitais externos, no qual os governos nacionais são diretamente responsabilizados por tais efeitos desastrosos (BATISTA JÚNIOR, 1998). Empregar esse tipo de análise e afirmação é simplificar a própria microeconomia e desconsiderar o espectro do neoliberalismo enquanto ideologia base e fundante da globalização e direcionador da macroeconomia do final do século XX e início do XXI, de modo que são negligenciadas as relações de classe, capital e trabalho, e mais do que isso, as próprias contradições da lógica capitalista que são agravadas com a ascensão da globalização que impõe novas dimensões da exploração e espoliação para a expansão da reprodução e acumulação do capital.

Apesar de afirmar que a globalização é um mito a partir da ideia de que há ausência de abrangência e de novidades no processo de intensificação da internacionalização, tendo em vista a nunca ocorrida integração supranacional dos mercados, considerando também o declínio dos Estados nacionais e a inexistência das empresas de caráter multinacional e transnacional, Batista Júnior (1998, p. 125) aponta, por outro lado, que “[...] como toda ideologia de sucesso, a ideologia da ‘globalização’ tem um substrato de realidade, alguma

conexão com os fatos que lhe confere certa plausibilidade. Apoia-se em meias verdades”. Sob essa perspectiva, o mesmo ressalta elementos intrínsecos ao período referente à globalização e que o distingue de todas as demais fases anteriores do capitalismo, demonstrando o seu “substrato de realidade”.

Dentre estes, a velocidade do progresso técnico e das inovações tecnológicas – que são alocadas para subsidiar e permitir a integração supranacional de mercados e nações, tida pelo autor como mito. Ademais, cita como unicidade da globalização o crescimento do comércio internacional, além da produção mundial – que suscita o caráter multinacional e transnacional a algumas empresas (enquanto, sobremaneira, consequência do fator anterior), também lida pelo autor como inexistente. Por fim, a expansão dos fluxos financeiros voláteis, considerando a hegemonia destes na era marcada não somente pela globalização neoliberal, mas também pelo capitalismo de cunho e caráter financeiro-especulativo (BATISTA JÚNIOR, 1998) – demonstrando que a circulação de capitais com poucas restrições é fruto da mínima regulamentação por parte dos Estados nacionais, que tem sua intervenção nesse sentido cada vez mais reduzida, bem como representando a diminuição de fronteiras para os ciclos econômicos, colocando em xeque a negação do declínio dos Estados nacionais.

Ora, diante da conjuntura supracitada, torna-se evidente que a globalização não é um mito – nem tampouco que os sub-mitos citados por Batista Júnior (1998) são, de fato, apenas narrativas ideológicas –, considerando que a mesma apresenta atributos próprios que, embora se assemelhe a outros períodos da história do capitalismo, anunciando “falsas novidades”, apresenta marcas que seguramente demarcam um momento distinto da lógica do capital quando agregado aos impactos, efeitos e acontecimentos decorrentes.

Neste sentido, a globalização só poderia ser considerada um mito do ponto de vista do discurso *versus* prática no que tange às promessas de desenvolvimento mundial homogêneo, no qual de fato há grandes distorções e discrepâncias, levando-se em consideração que as benesses anunciadas nunca se concretizaram, mas sim, apenas o seu lado perverso fora relevado com as práticas econômicas e políticas estrategicamente manipuladas em favor das camadas dominantes e dos interesses do capital. No entanto, essa não é a tônica de análise despendida pelo autor.

Por outro lado, assim como alguns radicais crentes na ocorrência da globalização, o autor não defende a inexorabilidade, irreversibilidade, naturalidade e/ou inevitabilidade da

mesma – como o fazem bem os positivistas –, alegando que a globalização parte de uma arbitrariedade dos governos nacionais (BATISTA JÚNIOR, 1998). Este céptico desacredita das imposições feitas dos países poderosos aos subordinados, negando mais uma vez o caráter neoliberal que, a partir do Consenso de Washington, impinge nos países afetados pelo imperialismo contemporâneo um conjunto de regras, preceitos e fundamentos econômico-políticos a serem seguidos e adotados, conforme discutiremos mais adiante.

Todavia, apesar de não acreditar em tamanha coerção, o autor novamente se contradiz ao afirmar que essas políticas são intimidadoras e atendem aos setores privados e nações que se situam no comando do processo de expansão da internacionalização e visam adquirir poder e controle sobre economias nacionais e coloca-las a serviço da reprodução do capital (BATISTA JÚNIOR, 1998).

Logo, conclui-se que a arbitrariedade de ter a globalização neoliberal como modelo econômico e político, em verdade, não parte dos governos nacionais de países subdesenvolvidos, considerando que “parece reduzir-se o significado da soberania nacional, já que o Estado-nação começa a ser obrigado a compartilhar ou aceitar decisões e diretrizes convenientes de centros de poder regionais e mundiais” (IANNI, 1997, p. 13), ou seja, das estruturas globais de poder que limitam e orientam. Assim, o poder político arbitrário advém – principalmente, mas não somente – daqueles governos que possuem certos níveis de hegemonia sob os demais Estados-nação, influenciando *a posteriori* nos rumos e direcionamentos destes últimos a partir das imposições realizadas mediante fortes ameaças de punição via exclusão dos fluxos econômicos e financeiros, possuindo, assim, pouco poder de escolha.

Em polo antagônico, os radicais afirmam veemente a existência fatídica da globalização, bem como que as consequências e efeitos desta estão disseminados por todo o mundo – portanto, *reconhecendo-a*, nos termos de Ianni (1998). Para os crentes desse campo, o Estado-nação deu lugar ao mercado, de modo que este último ultrapassa e deturpa fronteiras, retirando a soberania do primeiro.

Giddens (2000) se aproxima dessa perspectiva ao se colocar em posição contrária à globalização, sobretudo, no nível econômico que revela a concentração de poder e de riquezas em mãos de poucos. Não nega a diferenciação da globalização frente a outros períodos, sob o argumento de que há uma capacidade inovadora de transferências de capitais, por exemplo,

por meio do aparato tecnológico que fora desenvolvido com a possibilidade de alavancar, mas também desestabilizar economias, adotando uma postura e visão próxima a dos radicais.

Assim, ele afirma não hesitar “[...] em dizer que a globalização, tal como a estamos experimentando, é sob muitos aspectos não só nova, mas também revolucionária [...] Foi influenciada acima de tudo por desenvolvimentos nos sistemas de comunicação que remontam apenas ao final da década de 1960” (GIDDENS, 2000, p. 20-21). Neste sentido, a gênese do fenômeno da globalização está, para o autor, diferentemente dos céticos, no colapso do comunismo soviético, bem como e contraditoriamente, a própria globalização contribuiu para a queda definitiva da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a partir do surgimento das mídias globais e da competição econômica global baseada na eletrônica, responsáveis por redimensionar todo o cenário econômico, político e cultural, dar força ao modelo capitalista de produção e à neoliberalização.

Do mesmo modo que os céticos apontam os mitos da globalização – inclusive tratando esta última enquanto uma própria falácia –, aqueles que defendem a existência do processo e seus efeitos afirmam a existência de algumas lendas que frisam supostos avanços obtidos a partir da ascensão da globalização com intencionalidades específicas, sobretudo, presentes no discurso dominante que *relativiza* a era do globalismo, levantando aspectos positivos e ocultando as perversidades do modelo (IANNI, 1998). Santos (2002) destaca a falácia do determinismo e a falácia do desaparecimento do Sul.

O primeiro corrobora com alguns céticos, visto que nega a espontaneidade, a inexorabilidade, irreversibilidade e a inevitabilidade dos processos da globalização, em que “a falácia consiste em transformar as causas da globalização em efeitos da globalização. A globalização resulta, de facto, de um conjunto de decisões políticas” (SANTOS, 2002, p. 50) que, embora tenha grande participação dos Estados nacionais com uma gama diversa de respostas advindas destes a partir da pressão política exercida, por outro lado obtiveram-se decisões políticas convergentes, ou seja, a maioria dos países incorporou a cultura global às suas políticas econômicas.

Deste modo, tem-se que a verdadeira escolha política em adotar a globalização como modelo político-econômico, balizado pelo neoliberalismo, é arbitrariedade dos países centrais que na linha de frente da hegemonia, delinearam os preceitos do Consenso de Washington e demais acordos como o oriundo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e impuseram

sobre os países mediante as pressões políticas exercidas, por fim acatadas por receio das punições e também devido aos interesses da burguesia dos países pressionados, como destacado anteriormente.

A segunda falácia ressaltada por Santos (2002) consiste em afirmar que com a globalização houve o desaparecimento do Sul, a partir do argumento que há uma multiplicidade de interdependências entre os países, ou seja, que todos atuam em conjunto pacificamente. De mesmo modo, os defensores da falácia supracitada, pautados em uma análise simplista, afirmam que como o Consenso de Washington fora aplicado igualmente para todos, logo o impacto da globalização pode ser percebido também de maneira uniforme e homogênea em todos os continentes e países.

Além disso, sob a égide da economia mundial em que todos os países estão conectados em uma intensa relação de produção e consumo que se dá sob forte cooperação e integração, também é defendido o fato de que houve o fim dos conflitos e, portanto, não há mais sentido em distinguir o Norte e o Sul, pondo fim às teorias da dependência ao afirmar que não há relações mais de dependência, mas sim de funcionamento da economia em unidade, tempo real e escala planetária.

No entanto, esses fatores relatados não são mais do que mitos cogitados pelo discurso dominante, considerando que, primeiramente, a globalização não foi apascentada de forma homogênea pelos países. Em cada localidade se estabeleceram, anterior ao efeito globalizador e globalizante, configurações diferenciadas no que concerne aos aspectos políticos, econômicos, sociais e do próprio *establishment*, onde os efeitos de tais medidas, portanto, se desdobraram de forma claramente distinta no espaço e no tempo dado o cenário anteriormente estabelecido e encontrado pelo modelo.

Todavia, embora haja a defesa dos efeitos homogêneos sobremaneira positivos, evidenciou-se, em verdade, o contrário disto, ou seja, constatou-se certa uniformidade da aplicação dos princípios da globalização, mas no âmbito da emergência de fatores negativos e maléficos para o desenvolvimento⁴, sobretudo no seio das desigualdades socioeconômicas dos

⁴ Entende-se, aqui, como real desenvolvimento, “[...] um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento” (CORIOLANO, 2006, p. 13/14). Ou seja, é um desenvolvimento centrado no humano, orientando pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhados de forma justa. Portanto, é uma concepção longínqua aos

países ao Sul que atingiram níveis de crescimento alarmantes – mas ainda sim possuíram desdobramentos de formas particulares em cada geografia.

Por conseguinte, descobriu-se também o fato de que as diferenças entre Norte e Sul foram dirimidas em razão das relações econômicas integradoras estabelecidas, justificado pela seletividade e fragmentação altamente excludente intrínseca à globalização, levando à grande disparidade de riquezas entre o Norte e o Sul e com isso, à geração de novos conflitos. Diante disso, nota-se que o discurso dominante tem grande afeição por ocultar os lados negativos da globalização, relativizando-o, bem como tende a defender de forma veemente os “fins” com a ascensão da nova era do capital: o fim da História, o fim da Geografia, o fim do Sul, o fim da ideologia, o fim da democracia, o fim do Estado-Nação, entre outros.

1.2 A gênese e a trajetória histórica da Globalização Econômica: (des) consensos cronológicos, processuais e conceituais

Para além do debate teórico repleto de (des) mistificações, afirmações e negações entre os antagônicos céticos e os radicais, estes últimos ainda se subdividem no que tange à gênese da globalização, principalmente ao analisar o ponto de partida, o desenrolar do processo e o patamar de novidades *versus* perpetuação de fatos já conhecidos na trajetória histórica do capitalismo na era global. De acordo com Ianni (1997), esse caráter de complexidade sobre a gênese e a história da globalização se dá tendo em vista que a mesma é produto de forças e condição de diversos processos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Algumas dessas forças surgem juntamente ao nascimento do capitalismo que começa a engendrar a globalização do século XX, enquanto que outras emergem em posteriores fases da lógica de expansão do capitalismo, como o período das conquistas coloniais e do imperialismo, significativos momentos que marcam a ampliação da escala de reprodução do capital e da mais-valia. Assim, “há raízes do globalismo que vêm de longe, ao passo que outras emergem com a guerra fria e desenvolvem-se com a desagregação do bloco soviético e a dissolução ou reforma dos regimes socialistas” (IANNI, 1997, p. 219), nos quais os teóricos que se propõem a estudar a globalização fazem diversas interpretações e análises, conforme veremos a seguir.

conceitos propostos pela Economia Clássica, enfocados, verdadeiramente e unicamente, no crescimento econômico.

Entre os que defendem a globalização enquanto fruto do sistema mercantilista de manejar a economia (pré-) capitalista no âmbito dos séculos XV, XVI e XVII – tal qual citado por Ianni (1998) enquanto um dos campos teóricos da globalização – está Frieden (2008). Sob o ponto de vista de um panorama histórico, o autor vai afirmar que o surgimento do capitalismo efetivamente global se deu com o fim do mercantilismo – que, em verdade, iniciara o processo de integração dos mercados mundiais a partir da relação entre os poderes coloniais e os subordinados colonizados – e a ascensão do livre mercado juntamente à Revolução Industrial.

Deste modo, o sistema de capitalismo mercantil mediante as políticas estabelecidas de compra e venda, delineando as relações econômicas entre potências dominantes e também, sobretudo, entre estas e os povos colonizados, abriu e permitiu que grande parte do mundo estivesse em meio à lógica de comércio instituída, dando início à corporificação da globalização (op. cit., 2008). Logo, sob essa perspectiva, as raízes da globalização situam-se nos processos e relações engendrados ainda no período mercantilista com a acumulação primitiva do capital.

Com a Revolução Industrial, o mercantilismo tornou-se irrelevante e danoso para os novos interesses econômicos urgidos no sentido de eliminar as barreiras comerciais. Em vista disso, o livre comércio com sua força prepotente oriunda do pensamento liberal venceu a disputa contra o sistema mercantil e instituiu maior integração entre os mercados mundiais, considerando o avanço nunca antes evidenciado até aquele momento das tecnologias de comunicação, transporte e produção fabril. Como resultado desse processo, todo o sistema econômico foi redesenhado, tendo em vista que “com o triunfo do livre comércio britânico, o mundo dos mercantilismos militarizados nacionais abriu espaço para um mercado verdadeiramente internacional. [...] A força dominante passou a ser o mercado, não o monarca” (FRIEDEN, 2008, p. 21).

É no período entre o século XIX e XX, que Frieden (2008) encara o processo de integração e internacionalização da produção e dos mercados enquanto a primeira globalização – muito embora o mesmo afirme que o mercantilismo já havia iniciado a abertura da maior parte do mundo ao comércio –, tendo esta, enfrentado sua primeira crise com o colapso e explosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Posteriormente, a economia globalizada sofreu novos impactos que a devastou com a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939. Tendo por base esse raciocínio, o processo de

globalização iniciado no final do século XX seria, para o autor, a segunda fase da mesma, marcado por um novo avanço das tecnologias, pelo retorno triunfal dos mercados internacionais e com pouco controle das relações econômicas advindo do Estado, ou seja, o neoliberalismo ascende e auxilia nas novas perspectivas de integração econômica que vão fundar uma nova onda de globalização posterior ao *hiatus* ocorrido entre as duas grandes guerras.

Deste modo, a globalização atual está – assim como esteve a antecedente, defendida por Frieden – altamente suscetível a enfrentar novas crises com grandes chances de rompimento mediante as semelhanças existentes entre as bases das globalizações do século XIX e XX, no qual se torna possível discutir a construção de outra globalização para o século XXI (SANTOS, 2008).

Neste sentido, Frieden (2008), corroborando com a tradição radical, conclui que a globalização é uma escolha política e não um fato consumado, sendo, portanto, fruto de uma decisão com vistas ao atendimento de determinados interesses dominantes, pois “as finanças internacionais, o comércio internacional e as relações monetárias internacionais dependem da ação conjunta de governos nacionais ao redor do mundo. Políticas domésticas e relações entre governos são a fonte da globalização e determinam sua duração” (op. cit., 2008, p. 15).

Por conseguinte, a globalização não é um fato inexorável, nem tampouco um fato ou estado natural da economia haja vista as rupturas que a história demonstra quanto às dinâmicas econômicas, sobretudo considerando que, segundo Frieden, não houve globalização no período entre 1914 e 1990, pois as tendências daquele momento rumavam para a busca da autossuficiência, no qual os países se esquivavam das conexões, diálogos e relações econômicas.

Essa nova onda de globalização citada por Frieden (2008) originou uma série de configurações atuais na sociedade contemporânea que, para Castells (1999), são fruto da confluência de alguns processos ocorridos no contexto das últimas quatro décadas, e que igualmente contribuíram para a ascensão da era global. Dentre os quais está à revolução tecnológica que inaugurou as tecnologias da informação enquanto meio para a difusão das informações, sobretudo, para as corporações que expandiram seus negócios por todo o globo e as dominaram. Em segundo, na década de 1960/1970, a crise econômica do capitalismo e do estadismo (modelo *keynesiano* e social-democrata) que teve por consequência o

remanejamento das estratégias para a acumulação do capital. Por último, o surgimento de movimentos sociais e culturais a nível mundial (o movimento feminista, os movimentos ambientalistas e movimentos em defesa dos direitos humanos). Em consequência do *mix* desses processos, inaugurou-se a “sociedade em rede” marcada pela nova economia (neo) liberal e informacional e, maiormente, globalizada (op. cit., 1999).

Em contrapartida, apesar dos fatos históricos demonstrarem que a globalização é fruto de escolhas políticas e ideológicas e que, portanto, é passível de ser negada e substituída por outro modelo econômico, a instauração de uma economia em formato de rede, como o é a atual, torna dificultoso o desdobramento de outro modelo de globalização, haja vista que qualquer desconexão feita por um único país do nó das interconexões, por exemplo, é simplesmente ignorada e os recursos seguem o fluxo no restante da rede juntamente aos demais Estados-nação associados à lógica.

Sob essa perspectiva, Castells (2005) afirma que não há alternativa que se dê em nível individual aos países, empresas ou pessoas, tornando a globalização irreversível e inexorável, mas sim, apenas com um colapso do mercado financeiro e/ou “debandada” de pessoas que se coloquem à disposição para seguir novos valores distintos e destinar novos rumos e configurações para o cenário socioeconômico e sociopolítico que não o neoliberal.

Entretanto, a circulação e distribuição sem precedentes não somente de fluxos de capitais, mercadorias e pessoas, mas também das mazelas por todo o globo do ideário neoliberal, que dá base e engendra a era da globalização, demonstra crescentemente as fragilidades e falhas do modelo. Mediante esse contexto, faz-se necessário impulsionar a construção de movimentos contrários a partir da criação de utopias com vistas à superação da lógica desumana do capital. Deste modo, é urgente a restauração dos movimentos contra-globalização, da globalização alternativa e das utopias pós-neoliberais a partir das “debandadas”, defendidas por Castells (2005), sobretudo, entre os países e nações mais prejudicados, para que as tecnologias e todos os elementos urgidos com a e da globalização sejam convertidos em instrumentos que favoreçam o coletivo, e não determinados indivíduos e organizações privadas.

Com distinta narrativa e posicionamento acerca da gênese da globalização, Haesbaert (2001) identifica as bases históricas da mesma no imperialismo marcado pelo capitalismo monopolista e a redivisão do mundo entre os blocos de influência de poder e do capital

financeiro, que se torna mais evidente com a Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, estão no cerne, os processos de internacionalização da economia que são interrompidos com a eclosão da Grande Guerra, que têm seu início pragmático em 1914. A economia segue, assim, com tendências nacionalistas até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

O autor acredita, assim como Frieden (2008), que não houve globalização no sentido de relações e integrações econômicas a nível internacional entre países no período correspondente a 1914 e 1945, mas sim processos de internacionalização anteriormente às guerras, enquanto que para Frieden correspondia à primeira demonstração de economia global. Deste modo, divergem no sentido da adoção das terminologias, tendo em vista que Frieden (2008) considera que houve globalizações desde o século XIX com rompimento devido às guerras, já Haesbaert (2001) pauta a ocorrência apenas de um processo de globalização, no qual as relações econômicas internacionais anteriores correspondem à ideia de internacionalização, sem, no entanto, fazer referências ao período das grandes navegações do século XV (como Frieden o fizera), partindo suas análises já do século XIX.

Ante o exposto, averigua-se que o capitalismo possui vários recuos no sentido de rompimentos devido às crises, guerras e instabilidades com declínios do modelo ao longo da história, como no período entre guerras, no qual a fluidez de mercadorias e, sobretudo de capitais foi demasiadamente comprometida. Por conseguinte, o capitalismo não se desenvolveu de forma linear, nem tampouco seus processos de mundialização, internacionalização e globalização da produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços.

Isto porque não somente as guerras impactaram o desenrolar da lógica capitalista, mas também as ideologias que ora tendiam para o liberalismo, ora para uma maior intervenção do Estado, como a partir do modelo *keynesiano*, proeminente após a Grande Depressão de 1929. Ademais, é preciso considerar também a criação do bloco socialista com a Revolução Russa de 1917 enquanto barreira para a expansão do capital, visto que o mesmo se colocou em polo antagônico, culminando na posterior Guerra Fria (HAESBAERT, 2001).

No entanto, apesar das demasiadas barreiras e empecilhos que se colocou à frente da fruição do capital, este último têm demonstrado forte capacidade de reerguer-se e reordenar-se em função e alicerçado pelas inovações tecnológicas que conduziram a novos ciclos (re) produtivos. Além do fator tecnológico, a hegemonia do capital financeiro especulativo e

fictício subsidia a formatação do capitalismo mundial, de modo que as empresas – agora transnacionais e não somente multinacionais como nos períodos antecedentes à globalização – adquirem demasiado poder mediante a função da (re) produção de capitais financeiro e industrial simultaneamente, tornando-se capazes de influenciar desmedidamente no âmbito das ações do Estado, apoiados também pela ascensão e predomínio da ideologia neoliberal (HAESBAERT, 2001).

Neste sentido, Haesbaert (2001) advoga que a partir da década de 60, o capitalismo retoma os processos de internacionalização mediante o retorno dos avanços tecnológicos ligados agora à informática; e a configuração política que se delineava no sentido de forte associação entre o Estado e o grande capital. Nesse período a globalização começa a tomar forma, mas a presença forte do Estado, oriunda dos ideais *keynesianos*, não permitia a efetiva globalização da economia, considerando as fronteiras soberanas que barravam os fluxos de capital e a atuação de grandes corporações (ainda) multinacionais.

Por conseguinte, até a década de 90 – período em que com a dita Terceira Revolução Industrial a globalização econômico-financeira de fato se consolidou caracterizada pelo modelo pós-fordista de capitalismo flexível – houve, em verdade, processos de internacionalização e não de globalização, visto que o primeiro se refere, na visão do autor, a um fenômeno antigo que denota apenas ao aumento da extensão geográfica da dinâmica e atividades econômicas.

Por outro lado, a globalização indica uma integração entre as diferentes atividades econômicas, bem como é um modelo mais complexo e avançado fruto da internacionalização (HAESBAERT, 2001). Assim, os processos de internacionalização retomados na década de 60 propiciaram um avanço para a chegada ao nível da globalização da atividade econômica que se iniciaria na década de 70, mediante a crise estrutural do capitalismo e a ascensão da ideologia neoliberal, e se instituiria, de fato, na década de 90.

Ainda, Haesbaert (2001) apoiado nas ideias de Ortiz (1994), distingue os termos internacionalização, mundialização e globalização com vistas a sustentar a premissa de que não houve globalização econômica anteriormente aos anos de 1960. Conforme Ianni (1998) destacou entre as teses acerca da globalização, os autores supracitados apontam para a distinção entre a mundialização da cultura e a globalização da economia. A mundialização da cultura corresponde ao universo simbólico, ou seja, os processos de ligação cultural a nível

mundial, momento em que se destacam os multiculturalismos, bem como a discussão acerca da problemática de homogeneização *versus* heterogeneização cultural e a dialética do global *versus* local (glocal).

A globalização, por sua vez, representa e faz menção exclusivamente aos ciclos econômicos e tecnológicos e a nova configuração global de funcionamento da lógica do capital (ORTIZ, 1994; HAESBAERT, 2001). Essa perspectiva contraria os conceitos de globalização que a definem enquanto processos transversais que englobam e afetam os setores político, social, cultural, econômico, técnico como o faz Giddens (2000) e Santos (2002), que recusam a visão meramente e unicamente economicista do fenômeno.

Sob essa mesma perspectiva, Soares (2007) compreende que a globalização é posterior a duas fases que correspondem à mundialização e à internacionalização, fazendo, portanto, distinção entre as terminologias. A primeira tem o início marcado pelo pragmático aumento de relações, contatos e fluxos que começam a se estabelecer entre os povos posteriormente às Revoluções Industrial e Francesa, que tem o surgimento, desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista como forma intrínseca a esse fato e momento histórico. Até certo ponto, a mundialização é “[...] um movimento que conjuntamente ‘mundializa’ o capitalismo” (op. cit., 2007, p. 65), de modo que este último, de caráter industrial, instaurou novos valores sociais, políticos e, sobretudo, econômicos. Neste sentido, o autor não pauta a mundialização no sentido cultural como Ortiz (1994), mas denota um caráter de etapa econômica que culminaria posteriormente na internacionalização e, por fim, na globalização.

A internacionalização, assim, urge em movimento subsequente à mundialização, marcada, sobretudo, pela continuação e intensificação das relações anteriores com o adendo da entrada do Estado Moderno no processo de relações mundiais. É nesse momento que se estabelece um conjunto de relações intra e interestatais entre Estados-Nação subdesenvolvidos e desenvolvidos.

A internacionalização apresenta como marca a adoção do modelo fordista-*keynesiano*, em que o Estado intervém fortemente em diversas escalas da economia: no âmbito do trabalho, da produção em massa, hábitos de consumo, configurações de poder político e econômico, etc., inaugurando um sistema capitalista de escala mundial (SOARES, 2007). Neste sentido, historicamente a internacionalização é entendida, sob a interpretação

supracitada, enquanto iniciada no período pós-guerra (1945) diferentemente de Haesbaert (2001) e Frieden (2008), que veem os processos deste modelo ascender ainda no século XIX.

A mundialização juntamente à internacionalização sinalizou para a “[...] intensificação das relações entre povos e Estados mediadas pela extensão de influências, principalmente econômicas – movimentos que intrinsecamente promoveram mudanças na sociedade e formataram um sistema capitalista de escala mundial” (SOARES, 2007, p. 65). Tais processos são sucedidos por um modelo que deu lugar ao novo padrão de acumulação correspondente às ideias liberais, nomeado posteriormente de neoliberalismo, que balizaram a globalização mediante a crise da década de 70 e o fim da chamada “Era Ouro”.

Deste modo, para esse autor a gênese da globalização situa-se no século XVIII juntamente às revoluções, desconsiderando o período mercantil. Além disso, agrega unicidade e singularidade à globalização da década de 90, visto que para o mesmo não houve relações econômicas globais em momentos anteriores, mas sim, mundiais e internacionais, ou seja, em escala reduzida.

A globalização é, neste sentido, um movimento subsequente às fases supracitadas em que uma nova lógica econômica e política são instituídas, ao mesmo tempo em que são percebidos resquícios dos modelos anteriores, que são intensificados. É definida e distinguida por Soares (2007, p. 66) “[...] como um conjunto de intervenções que generalizam os processos e as estruturas do capitalismo, atingindo, quando consentida, a sociedade como um todo”, bem como pela adoção de um sistema baseado no ideário neoliberal em que a competitividade, produtividade e livre-mercado são valores que se exacerbam, tornando a sociedade global individualista, consumista, em suma direcionada pelos preceitos e eixos ideológico do capital na sua essência mais pura.

Já para Font e Rufí (2006), cuidadosa atenção deve ser dada para os conceitos de internacionalização e transnacionalização – sendo este último conceito o diferencial da abordagem desses autores – visto que são configurações de relações econômicas anteriores à globalização, apontando os movimentos históricos que justificam e dão origem a um conjunto de valores, práticas e fatos que surgiriam a posteriori com o esgotamento dos dois modelos. Ambos os fenômenos possuem “[...] uma larga tradição histórica de comércio mundial, de fluxos de capital, de integração financeira e monetária, de interdependência. Todos estes processos têm origem muito distante no tempo” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 35), estando ligados

às grandes navegações do século XVI, bem como são praticamente inerentes e intrínsecos à origem e desenvolvimento do capitalismo.

A internacionalização é marcada pela crescente inter-relação entre Estados-nação, políticas nacionais e economias através do comércio internacional, ou seja, pela mundialização das relações comerciais no âmbito das primeiras colonizações e descobertas geográficas do século XVI. Já a transnacionalização é o momento em que a produção é organizada de modo transfronteiriço pelas organizações que atuam em escala supranacional (FONT; RUFÍ, 2006).

Neste sentido, a abordagem desses autores se assemelha a de Frieden (2008) que busca as origens da globalização nas grandes navegações que tem por marca ainda o modelo mercantilista de acumulação. No entanto, Font e Rufí (2006) se diferenciam no sentido de agregar unicidade à globalização enquanto marco histórico jamais registrado anteriormente. Já no que tange às afirmações de Haesbaert (2001) e Soares (2007), Font e Rufí (2006) já identificam a internacionalização com o envolvimento dos Estados anteriormente às grandes revoluções que marcariam o século XVIII e XIX, diferentemente dos primeiros que desconsideraram o período mercantil.

Finalmente, a globalização é um composto resultante de ambos os modelos sendo, portanto, um fenômeno recente que engloba, aprofunda e intensifica mundialmente os processos da internacionalização e da transnacionalização. O imediatismo é uma forte marca da globalização que tem o aporte das tecnologias da informação para que decisões, informações, capitais e mercadorias circulem de modo rápido por todo o globo em tempo real. Deste modo, a globalização tem por principal característica de distinção, na visão desses autores, a existência de sistemas de comunicação que permitem aos mercados expandirem-se e alcançar distintos pontos do mundo (FONT; RUFÍ, 2006).

Com semelhantes concepções acerca dos fenômenos que englobam a economia a nível internacional, Frieden (2008) e Font; Rufí (2006) se aproximam das abordagens defendidas, ainda no século XX, por Braudel (1967 apud CASTELLS, 2005) e Wallerstein (1974 apud CASTELLS, 2005), visto que este compilado de autores busca explicitar a globalização anteriormente à lógica capitalista do tipo concorrencial e liberal. Braudel e Wallerstein discorrem acerca da mundialização e globalização, no qual diferem economia mundial de economia global, afirmando que a primeira ocorre desde o século XVI no contexto dos

primeiros descobrimentos e colonizações mediante o avanço da acumulação do capital por todo o mundo.

Neste sentido, a economia verdadeiramente global emerge no final do século XX a partir do escopo transnacional do capital e de um conjunto de fatores que permitiram a transmutação de modelo econômico, como a liberalização praticada por governos e instituições/organismos internacionais, as conseqüentes desregulamentações e, conforme já destacado anteriormente, a infraestrutura tecnológica desenvolvida (op. cit., 2005).

Ante as teses históricas apresentadas que visam elucidar a gênese da globalização, analisa-se que há um grande embaralho conceitual no qual não há consenso entre os teóricos acerca dos fenômenos que antecederam a globalização. Apesar disso, é imprescindível remontar historicamente – independentemente dos aparatos terminológicos apropriados para designar as particularidades de cada período – aos paradigmas econômicos dos primórdios do capitalismo considerando as relações estabelecidas entre capital e o trabalho.

Assim, é inegável que as características que o engendram procedem de configurações anteriores, como o feudalismo e o mercantilismo (este entendido por alguns como pré-capitalismo), haja vista a perpetuação de alguns padrões como as práticas coloniais que, intensificadas no mercantilismo, novamente são utilizadas no âmbito do capitalismo monopolista sob a roupagem do imperialismo que engendrou o neocolonialismo, enquanto há o descarte de outros não mais funcionais para a reprodução do capital.

Deste modo, a globalização, enquanto fase marcada por representar mais uma estratégia de expansão do capitalismo e, portanto, balizar a sua perpetuação na qualidade de modelo econômico hegemônico, para ser compreendida no seu âmago deve ser interpretada como era, fenômeno, processo e fruto de um conjunto e da confluência de fatores históricos anteriores. Concatenados, culminaram na práxis evidenciada no âmbito do final do século XX e início do XXI, tornando-a, deste modo, fato *sui generis* na trajetória histórica do capitalismo, ao mesmo tempo em que não está alocada de modo singular e isoladamente na mesma história.

Por conseguinte, faz-se necessário observar para além dos períodos marcados pela lógica capitalista industrial, de modo a captar as primeiras ligações, relações e trocas econômicas estabelecidas entre nações territorialmente, culturalmente, socialmente e

economicamente distintas visando identificar os avanços e retrocessos do sistema até a culminância da configuração atual, tratando-a como processo historicamente construído e formatado.

Diante disso, em um primeiro momento as convicções supracitadas se aproximam dos posicionamentos de Braudel (1967 apud CASTELLS, 2005) e Wallerstein (1974 apud CASTELLS, 2005), Frieden (2008) e Font e Rufí (2006), tendo em conta que estes pautam suas análises nos exórdios do capitalismo, sem desconsiderar a história enquanto fator primordial para a compreensão profunda e realista da globalização.

Posteriormente, tendo em vista a condição única estabelecida pela globalização no circuito do capital, compreendemos aqui, ser de suma importância as ponderações realizadas por Giddens (2000), Haesbaert (2001) e Soares (2007), não crendo na globalização enquanto mito e apenas discurso, mas sim, como um fenômeno composto por ideologias que transferido para a realidade ao ser colocada em prática, transfigurou a sociedade capitalista nos âmbitos econômicos, políticos, culturais, sociais e técnicos de modo perverso, radical e classista, ascendendo fatores e problemáticas intrínsecos ao período histórico em que emergiu.

Apesar de entendida aqui enquanto fenômeno singular na história do capitalismo, todavia sem estar, simultaneamente, alocada de forma isolada na trajetória do sistema, a globalização não é um fenômeno novo, uma vez que possui claros precedentes históricos há muito discutido por diversos autores – embora seja considerada por alguns teóricos, como Bergesen (1980 apud SANTOS, 2001), e de seus ideólogos como um novo processo civilizatório. Essa perspectiva é ratificada pelo fato de que a globalização, com as atuais formações conhecida atualmente, já era abordada, em alguma de suas nuances, nas discussões propostas por Tilly (1995 apud SANTOS, 2002) que, para além dos tempos das grandes revoluções, situa a tradição da globalização em quatro ondas: no século XIII, XVI, XIX e no final do século XX.

De mesmo modo, Marx e Engels (1848/1999) dissertam acerca do caráter internacionalista do capitalismo industrial comandado pela burguesia, que hoje é assumido pelos grandes conglomerados privados. Assim,

Impelida pela **necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo**. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, **criar vínculos em toda parte**. Pela exploração do **mercado mundial** a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e **cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo**. [...] Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, **desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações** (MARX; ENGELS, 1848/1999, p. 14) (grifos nossos).

Isto posto, analisa-se que desde o âmago do capitalismo em seu surgimento e processo de consolidação já era sinalizado os objetivos de expansão a fim de atingir as dimensões globais da produção, circulação, distribuição e do consumo, sabiamente e profeticamente identificados por Marx e Engels. Logo, “[...] são diversas e antigas as instituições e indicações mais ou menos notáveis de globalização” (IANNI, 1999, p. 14), tornando-se, deste modo, possível averiguar as grandes similitudes entre as abordagens acerca da globalização atual apontada por teóricos contemporâneos e as perspectivas de expansão do capitalismo previstas e apontadas por Marx e Engels no seu tempo – sendo muitas vezes o próprio contexto do século XVIII e XIX considerado por alguns autores como um dos processos e/ou fase da globalização (FRIEDEN, 2008), bem como colocado em evidência enquanto período da internacionalização, mundialização e/ou transnacionalização, raízes que culminariam na globalização contemporânea (HAESBAERT, 2001; FONT; RUFÍ, 2006; SOARES, 2007).

Neste sentido, apoia-se fracionadamente nas ideias defendidas por Batista Junior (1998) no que concerne à negação da existência da globalização e ao entendimento da mesma enquanto um mito. A construção argumentativa apresentada pelo autor, que aqui se torna necessária para sustentar as ideias supracitadas defendidas, parte do princípio de que a globalização é um fenômeno pretérito sob nova roupagem, ou seja, uma falsa novidade que repete processos antigos que se perpetuam com novas facetas, sustentados pelas novas tecnologias e ideologias. Assim, conclui, “a ‘globalização’ é a palavra da moda para um processo que remonta, em última análise, à expansão da civilização européia a partir do final do século XV” (BATISTA JÚNIOR, 1998, p. 129).

Deste modo, não é plausível desconsiderar o caráter histórico e precedente da globalização, pois apesar da mesma possuir particularidades destacadas em demasia durante as discussões propostas por esse texto e não se constituir um mito, o processo e fenômeno

globalizador possui por essência o conteúdo do sistema do capital em seu núcleo, de modo fortemente interiorizado e enraizado.

1.3 Características, singularidades, problemáticas e paradoxos da Globalização Econômica

Embora não seja um processo e fenômeno novo, a globalização apresenta características singulares diversas frente a outros períodos. Para além dos elementos elencados anteriormente, é importante ressaltar que

Apesar desta tradição histórica, o impacto actual da globalização na regulação estatal parece ser um fenómeno qualitativamente novo [...] [visto que] é um fenómeno muito amplo e vasto que cobre um campo muito grande de intervenção estatal e que requer mudanças drásticas no padrão de intervenção (SANTOS, 2002, p. 36).

É sob a égide das mudanças nos papéis do Estado ascendidos com as políticas neoliberais que Santos (2001) diferencia as práticas imperialistas ocorridas no âmbito da globalização do final do século XX daquelas do início deste mesmo período, considerando que a expansão neocolonial tinha como premissa básica a figura dos Estados-potências.

Diferentemente, os processos globalizadores são regidos, comandados e chefiados pelos conglomerados e agentes privados que, sob a ideologia neoliberal, expulsam e/ou sequestram o Estado de diversas decisões e atividades econômicas, reconfigurando o seu papel para um agente assistencialista dos ricos. A subordinação do mercado à política (tanto internacional, quanto relacionada ao interior de cada país) foi invertida, passando a política a ser dominada e fortemente influenciada pelo mercado (SANTOS, 2008).

Assim, com as práticas imperialistas que ocorrem contemporaneamente sob a égide da globalização, “novas ‘terras virgens’ serão encontradas e novos esforços serão feitos para explorá-las, por bem ou por mal, até o momento em que sua capacidade de engordar os lucros dos acionistas e as gratificações dos dirigentes for exaurida” (BAUMAN, 2012, p. 7), de modo a retirar as riquezas, a soberania e influenciar juridicamente e politicamente no interior dos países adentrados, fatores que prejudicam sobremaneira a promoção do desenvolvimento.

Sob outro viés, Santos (2002) diferencia os imperialismos no quesito da transfiguração da ideia de rivalidade para relações de interdependência, cooperação e integração regional, sobretudo entre as grandes potências. Além disso, diferentemente daquele período que

culminou nos grandes conflitos mundiais, hoje há diversos mecanismos para manter sob controle os focos de instabilidade nas relações entre os países. Nesse momento o autor não leva em consideração as relações de exploração e de classe pautados, sobretudo, nas teorias da dependência (MARTINS, 2011), visto que para o mesmo tais conflitos estão sendo relativamente apaziguados, embora as desigualdades entre os países do Norte e do Sul tenham sido perpetuadas e as antigas hierarquias mantidas sob a égide, simultaneamente e contraditoriamente, das relações de interdependência que dão origem ao caráter da sociedade em rede.

Seguindo essa mesma perspectiva do caráter atributivo e de diferenciação da globalização, Castells (2005, p. 143) afirma que a economia efetivamente global é “[...] uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária”. Além disso, a mesma representa um núcleo globalizado em que todas as demais economias nacionais, regionais e locais dependem dos rumos tomados, incluindo assertivas, desastinos, imprecisões e crises.

Deste modo, o autor demonstra que também está de acordo com o surgimento e nascimento de uma nova configuração econômica no âmbito do final do século XX ao destacar algumas de suas principais características – no entanto sem defender que houve uma globalização anterior como Frieden (2008), mas sim, uma economia mundial de base industrial e, posteriormente, a efetivamente global, visão próxima à maioria dos autores anteriormente citados.

De maneira semelhante no que tange à nova fase do capitalismo que a globalização econômica anuncia, Ianni (1999) aponta que esta última é caracterizada por variados e encadeados processos como a intensa acumulação, concentração e centralização do capital; o desenvolvimento ampliado das forças produtivas; a modernização das relações de produção; a nova divisão internacional do trabalho e da produção; e a constituição de um mercado mundial.

A dissolução do Muro de Berlim que marcou a desagregação do Bloco Soviético e do sistema socialista, juntamente à conjuntura anteposta e os intensos processos de desestatização, desregulação, flexibilização e privatização, culminaram num ideal cenário para a ampla abertura dos mercados e para os fluxos de capital, das forças produtivas, de

mercadorias e serviços a nível mundial, fornecendo hegemonia e universalidade ao modo de produção e civilização de cunho capitalista neoliberal.

Logo, os postulados ideológicos neoliberais e a própria neoliberalização foram condições e meios fundamentais para a ocorrência da transfusão de uma conjuntura de cunho intervencionista para a do livre mercado através da globalização do capital. Neste sentido, ao se concretizar enquanto sistema de ordem global, o capitalismo adentra, influencia, recobre, recria e revoluciona outras formas de organização social, inserindo, através das suas instituições, os valores, padrões, e características intrínsecas à sua lógica, de modo que aos poucos “[...] os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as mentes e os corações de indivíduos” (IANNI, 1999, p. 184), fornecendo impulso para a perpetuação e funcionamento pleno da economia global neoliberal.

Primordialmente, Castells (2005) vai destacar enquanto particularidades do novo processo de expansão do capitalismo o fato de que a economia global é inovadoramente globalizada, informacional e em rede, no qual há uma conexão histórica entre tais fatores de modo que, juntos, ligados à revolução tecnológica, foram capazes de inaugurar uma estrutura e dinâmicas distintas da lógica econômica anterior. A nova economia é global visto que as atividades produtivas, de circulação e de consumo, bem como toda a cadeia de elementos (como o capital, o trabalho, a tecnologia, os mercados, a matéria-prima e a informação) que a compõem e permitem que estas dinâmicas primeiras ocorram, operam e estão organizadas necessariamente em escala mundial e global a partir de uma rede estabelecida entre os agentes dessa nova economia.

Posto isso, eis que surge a segunda característica destacada pelo autor da nova economia: a operação em rede, no qual a lógica produtiva é feita em rede global entre as teias empresariais, sobretudo a partir dos agentes econômicos hegemônicos, tornando-a complexa. Por fim, esta é informacional considerando a grande capacidade de produção, gerenciamento, circulação e uso estratégico de informações a partir de potentes sistemas subsidiados pela revolução tecnológica, possibilitando o aumento da competitividade e produtividade tanto – e principalmente – no setor privado, quanto no setor público (CASTELLS, 2005). Mais que isso, a informação é uma das principais mercadorias do século XXI.

De modo complementar, Santos (2002) destaca outros traços que, segundo o mesmo, são principais da nova economia. Dentre os quais a dominação do setor pelo sistema

financeiro e pelo investimento à escala global; os processos de produção que se tornam flexíveis e multilocais com baixos custos de transporte; ocorre a desregulação das economias nacionais; a preeminência das agências financeiras multilaterais; e a emergência do capitalismo transnacional americano, japonês e europeu, representados respectivamente pelos seus blocos econômicos. De certo modo, é plausível afirmar que essas características da economia global destacadas são produto e resultado da confluência e fusão dos fatores anteriores apontados por Castells (2005), ou seja, dos processos inerentes à era da globalização, da configuração em rede e dos aspectos informacionais, em que tais traços, simultaneamente, sustentam a estrutura emergida.

Considerando que a globalização também possui um forte caráter ideológico, conforme destacado inicialmente, há de se ressaltar a perspectiva daqueles que creem que a globalização – em suas características e processos intrínsecos – estaria ancorada na perversa maquinação ideológica neoliberal, no qual os escritos de Ianni (1997; 1998; 1999) se apoiam. Para este autor, o neoliberalismo é predominante e hegemônico no período da globalização, direcionando a práxis no sentido da crescente e máxima produtividade e competitividade com fins de lucratividade e exploração da mais-valia exacerbada e sem limites a partir dos mercados nacionais, regionais e mundiais – realidade permitida graças às fronteiras geopolíticas dissolvidas ao final da guerra fria que concedeu máxima força ao capital e ao capitalismo.

Deste modo, o mundo é transformado em uma fábrica global mediante a globalização das forças produtivas, da divisão do trabalho e das relações de produção juntamente com as tecnologias que teceram diversas redes para subsidiar os fluxos e movimentos de capitais, pessoas, mercadorias, ideias etc. a partir das decisões advindas das tecnoestruturas. Sob a metáfora da fábrica global, as economias nacionais tornam-se subservientes à economia global. Diante disso, a reprodução do capital, agora ampliada, se dará em escala global atuando em diversos Estado-nação, tanto os tidos como emergentes e dominados, como os desenvolvidos e dominantes, de modo que as formas de produção, reprodução e organização social vão invadir e transpor territórios (antes) soberanos, tendo por resultado uma maior concentração e centralização de capital em localismos (IANNI, 1998).

Neste sentido, nota-se a aproximação teórica entre Ianni (1998; 1999) e Castells (2005), uma vez que ambos visualizam que a globalização com exacerbado aparato

tecnológico instituiu redes que interligam todo o mundo e de difícil desmanche, aliado a valores como a competitividade que objetivam a máxima produtividade e lucratividade.

Mais além e mediante o cenário anteposto, Ianni (1998) destaca que a globalização se organiza e ocorre de modo desigual, é contraditória e combinada, sendo estas, portanto, suas características produtoras. É desigual haja vista que não há homogeneidade no processo de reprodução do capital que envolve a globalização das forças e relações de produção, havendo grandes desníveis na realização destas. Além disso, pode-se considerar a globalização como igualmente fenômeno que suscitou em níveis extremos a desigualdade socioeconômica e entre países a partir dos preceitos neoliberais que pregavam o desenvolvimento.

Neste ponto é que a mesma se revela demasiadamente contraditória, uma vez que seus discursos destoam do que, de fato, foi evidenciado na prática, além de carregar tensões e atritos entre o sistema econômico hegemônico e os subsistemas que coexistem. Finalmente, é combinada visto que há uma “[...] associação, subordinação ou integração, nas quais os pólos dominantes ou mais dinâmicos subordinam, orientam ou administram os ‘emergentes’” (op. cit., 1998, p. 32), reforçando assim, a dependência histórica existente entre os países do Norte e do Sul do globo, destituindo a ideia de fim do Sul.

Esse complexo processo de produção da globalização que demonstra ao mesmo tempo a sua natureza, dá origem e engendra, segundo Santos (2002), formas distintas de configuração da mesma: o localismo globalizado; o globalismo localizado; e ao cosmopolitismo enquanto resistência aos formatos anteriores a partir da luta contra a exclusão, a subalternidade, dependência, fragmentação etc.

A forma de globalização designada de localismo globalizado corresponde ao processo de tornar algo que é local em fenômeno global. As dinâmicas da globalização vêm demonstrando que os localismos globalizados são, geralmente, elementos que adquirem certa hegemonia mediante a vitória em uma luta arbitrária pela apropriação, valorização e/ou reconhecimento da diferença, tornando-se condição universal e conseqüentemente excluindo, enquanto, simultaneamente, inclui diferenças alternativas tidas como subalternas (op. cit., 2002).

Já no globalismo localizado evidencia-se o ciclo contrário: elementos globalizados – oriundos de localismos globalizados – são impostos e sobrepostos aos elementos locais.

Assim, as localidades têm suas condições (des)(re)estruturadas qualitativamente e quantitativamente em prol dos imperativos transnacionais na forma de inclusão subalterna, que abrange a subordinação do capital nacional singular e particular frente às formas do capital em geral, de acordo com os movimentos e modos de reprodução globais (IANNI, 1999); substituição do comércio da proximidade; criação de enclaves; apropriação e uso turístico de patrimônios históricos, lugares, artesanato e recursos naturais; a etnicização do local de trabalho (desvalorização do salário frente a tida inferioridade de um grupo étnico em específico); entre outros aspectos (SANTOS, 2002).

Com isso, a divisão internacional da produção da globalização incita que nas relações entre os Estados-nação, “[...] os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão-só a escolha de globalismos localizados. Os países semiperiféricos são caracterizados pela coexistência de localismos globalizados e globalismos localizados e pelas tensões entre eles” (SANTOS, 2002, p. 66). Sob essa perspectiva, a globalização mais uma vez demonstra o seu caráter perpetuador de desigualdades e de reforço dos papéis hierárquicos imperialistas entre dominantes e dominados, no qual o turismo segue sendo apropriado enquanto atividade econômica estratégica para a reprodução dos valores globais instituídos como a competitividade, com vistas ao objetivo mor da concentração de poder e acumulação de capital para poucos. Assim, a atividade que tem alto potencial para atenuar disparidades socioeconômicas, é usurpada pela ideologia hegemônica e travestida em perversidade ao ser utilizada e propagada com objetivos e, por conseguinte, efeitos reversos.

Ainda da linhagem dos teóricos que reconhecem a globalização – juntamente à Frieden (2008), Castells (1999; 2005), Ianni (1997; 1998; 1999), Santos (2002), embora com divergências – Giddens (2000) afirma que estamos em uma transição histórica, em que os efeitos da globalização responsáveis por estabelecer grandes mudanças em diversos setores da sociedade capitalista podem ser vistos e sentidos. Por conseguinte, “a globalização está reestruturando o modo como vivemos, e de uma maneira muito profunda. Ela é conduzida pelo Ocidente, carrega a forte marca do poder político e econômico americano e é extremamente desigual em suas consequências” (GIDDENS, 2000, p. 15). Dada essa perspectiva de reestruturação propiciada pela globalização é que a mesma adquire, para o autor, um caráter revolucionário, de modo a transformar a vida cotidiana nos aspectos mais íntimos e pessoais dos indivíduos, e não somente na macroeconomia e macropolítica.

Todavia, é importante ressaltar que a globalização não representa e apresenta uma proposta efetivamente revolucionária se considerarmos que a mesma trouxera consigo poucos ideais que propusessem mudanças efetivamente estruturais, conforme dissertamos anteriormente. Decerto, não se deve desconsiderar o fato de que a globalização apresenta uma nova face e caricatura com

A modernização da tecnologia, entre outros fatores, [que] tem gerado profundas transformações nos processos produtivos e nas estratégias de reprodução do capitalismo, mas deve-se salientar que a estrutura básica do sistema opera através dos mesmos mecanismos. O processo de globalização, embora se consolide nas últimas décadas, já estava contido no capitalismo desde a sua origem. Este modo de produção já nasceu com vocação internacional, pois a dinâmica da acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital faz parte da sua própria constituição e forma de expansão (SANTOS, 2001, p. 176).

Por conseguinte, o modelo capitalista perdurou e pouco foi modificado no seu cerne, mas ajustado às crises que o mesmo (a)fundou(-se). Portanto, as mudanças e inovações globalizadoras e globalizantes, embora impacte sobre diversos setores como a cultura, a política, o cotidiano etc., possui influência sobremaneira do econômico, constituindo-se este em força propulsora. Apesar disso, não são fatores inexoráveis, inevitáveis, assim como “forças da natureza”, mas continuam sendo fruto da confluência política, ou seja, das decisões de governos em conluio com as multinacionais, da arbitrariedade no uso da tecnologia, entre outros fatores.

Giddens (2000) argumenta ainda que, embora o arcabouço tecnológico tenha dotado o ser humano de controle, previsibilidade e poder de decisão, o mundo está diante de um grande descontrole. De fato, esse efeito reverso é nada menos que fruto do uso e apropriação das novas tecnologias globais visando à reprodução do capital, de modo que esta possa ampliar-se e expandir-se. Assim, o capital torna-se o verdadeiro controlador e detentor do poderio acerca do direcionamento econômico-político das nações, ocupando o posto dos Estados-nação.

O grande capital, embora abstrato, toma forma e tem representação na figura dos agentes corporativistas e do mercado financeiro, sendo estes últimos marionetes conduzidas pelos anseios da acumulação sob a ideologia neoliberal. Conforme Castells (2005) e Santos (2008) afirmam, as tecnologias avançam mediante as demandas por inovação, do qual o capitalismo na sua faceta mais selvagem necessita para sobreviver e perpetuar-se ante as suas mais profundas e agudas crises.

Por conseguinte, a unicidade das técnicas inaugurada pela globalização no âmbito da revolução técnico-científica-informacional (SANTOS, 1997; 2008), insere o mundo em um total descontrole visto que não são apontadas para a reprodução da sociedade, mas sim, para a reprodução em escala global do capital, injetando gás na produtividade, na expansão da mais-valia e, portanto, na lucratividade tão almejada, fornecendo os alicerces para o crescimento (com validade), mas não para o real desenvolvimento. Além disso, o grande capital, mediante os seus valores (anti) éticos e objetivos unicamente economicistas, não possui a capacidade de organizar equitativamente uma sociedade, considerando que o mesmo é desigual e desordenado desde o seu âmago.

Contudo, apesar de demasiados avanços tecnológicos destacados pelos diversos teóricos supracitados e presente em vários dos fatores que se apresentam no atual momento histórico, em nenhum dos processos de globalização, internacionalização e/ou mundialização as relações de subordinação e de desigualdade entre as nações foram dirimidas, mas constantemente ampliadas.

Especialmente com o imperialismo no âmbito da Segunda Revolução Industrial, “o abismo tecnológico e industrial que se aprofundou ainda mais entre as nações pobres e ricas gerou uma nova rodada de conquistas coloniais” (FRIEDEN, 2008, p. 24), concedendo novas formas de dominação por parte das grandes potências mundiais e, portanto, arruinando novos milhares de trabalhadores mediante a crescente desigualdade causada pela concentração de mais-valia produzida juntamente aos proprietários dos meios de produção.

Circunstância não muito distinta ocorreu com a globalização do final do século XX, visto que, como as metamorfoses da ciência em técnica e da técnica em força produtiva são realizadas “[...] sob o controle das corporações transnacionais, muitas vezes apoiadas e estimuladas por governos nacionais e organizações multilaterais, as maravilhas da ciência e da técnica não se traduzem em diretrizes ou realizações destinadas a reduzir ou eliminar desigualdades sociais” (IANNI, 1999, p. 196). Isto ocorre porque, em verdade, as constantes buscas pela tecnologia não são pautadas para que melhorias na humanidade sejam realizadas, mas sim, no atendimento das demandas do setor privado, motivadas pelo fator do aumento da lucratividade e do valor das ações empresariais no contexto da hegemonia do capital financeiro.

Já no âmbito das instituições políticas, pensa-se na maximização da competitividade das economias nacionais e/ou regionais. Portanto, conclui Castells (2005, p. 136), “a lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade”, fatores que desaguam em crises – como a brasileira, mexicana, russa, chilena, argentina – com graves consequências que permitem visualizar o poder destrutivo da volatilidade que circunda hoje na economia mundial, tendo em vista a ausência de sustentação em longo prazo dessa lógica emergida a partir da nova economia global, informacional e em rede que se apresenta extremamente dinâmica, excludente, seletiva, estratégica e, sobretudo, instável e imprevisível.

Essas perspectivas são justificadas pelo fato de que a globalização tem por pressuposto básico a articulação entre o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2008). No fim do século XX, graças à ciência, culminou-se um sistema de técnicas presidido pelas tecnologias da informação em escala planetária. Além do estado da técnica, a globalização é resultado das ações que balizaram a emergência do mercado global, oriundas dos processos políticos neoliberal.

A globalização torna-se a partir do atual estado das técnicas e do estado da política (submisso ao mercado, dando este último poder de condução das políticas) em pura perversidade. É diante desse arcabouço repleto de contradições que Santos (2008) afirma que a globalização surgida no final do século XX está ancorada sob três perspectivas: a globalização como fábula, a globalização como perversidade e a busca por outra globalização possível.

Na globalização enquanto fábula, o autor vai apontar a mídia como a principal propagadora dos discursos – repleto de mitos – formatados pela cúpula corporativista do capitalismo mundial que tratam a mesma como um fenômeno repleto de benesses a partir dos avanços tecnológicos que propiciou, da diminuição do Estado, do culto ao consumo, sem levar em consideração as diversas questões envolvidas ao processo no que diz respeito ao aumento das desigualdades com o avanço do neoliberalismo e das novas facetas do capitalismo (SANTOS, 2008).

Já a busca por outra globalização possível é balizada pela utopia, a partir da construção de outra espécie de economia e sociedade global que tem por finalidade apropriar-se dos avanços da técnica em suas diversas formas para pensar em um mundo mais justo,

igualitário e, sobretudo, humano (SANTOS, 2008). A perversidade é então convertida em um mundo de possibilidades, de solidariedade e menos individualismo e competitividade.

Por sua vez, a globalização real tem por essência a perversidade, ou seja, um período marcado pelo aumento do poder do capital em suas diversas manifestações, sobretudo, considerando a era do capitalismo financeiro ascendente juntamente com o avanço das tecnologias. A globalização, na prática, apresenta à sociedade do novo milênio crescentes números de desemprego, aumento considerável da pobreza associada à fome e ao desabrigo, perda da qualidade de vida pelas classes médias e redução do salário médio, demonstrando que os avanços tecnológicos são únicos e exclusivamente para o atendimento das demandas de reprodução e acumulação do capital e do bem estar dos capitalistas (SANTOS, 2008).

Deste modo, parcelas consideráveis da população mundial são brutalmente excluídas dos processos de produção, consumo e benesses produzidas pela globalização, possuindo outros mecanismos econômicos, pois “embora a economia informacional afete o mundo inteiro e, nesse sentido, seja global mesmo, a maior parte das pessoas do planeta não trabalha para a economia informacional/global nem compra seus produtos” (CASTELLS, 2005, p. 176).

Esse cenário demonstra que “a globalização e a exclusão são dois conceitos que definem duas realidades interligadas” (SANTOS, 2001, p. 170). Neste ponto a globalização demonstra a sua extrema contradição, posto que a terminologia “globalização” passou a designar, no seu âmago e práxis, nada mais do que um novo processo de desenvolvimento do capitalismo. Apesar disso, o termo foi apropriado e traduzido pelas elites econômicas e políticas de outra forma para agregar poder de convencimento junto às massas com o apoio das mídias globais.

A globalização sob o discurso das classes dominantes é evidenciada enquanto processo que, mediante um mundo conectado, interligado, e globalizado é repleto de benesses, em que nenhuma nação seria excluída mais das relações econômicas mundiais, se assim o quisesse, travestindo a globalização de uma forma que não condiz com as suas consequências mais imediatas, demonstrando que tais perspectivas são meras fábulas e mitos – como designa Santos (2008) – que visam adquirir legitimidade ao modelo (im) posto.

Por conseguinte, tem-se uma noção falsa de globalismo que, ainda, tende a mistificar e ocultar os reais impactos de exclusão fruto da lógica instituída e hegemônica, posto que “o simples emprego de ‘globalizar’ referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima desta regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 106 apud SANTOS, 2001, p. 172).

Deste modo, a exclusão que deveria ser o polo antagônico frente a uma legítima ideia de globalização enquanto processo integrador torna-se, em verdade, sua consequência perversa mais (in) visível e imediata (SANTOS, 2001). Assim, tem-se uma globalização que se refere a uma etapa e formato econômico-político do capitalismo com a exclusão – enquanto um dos principais impactos da primeira – atuando simultaneamente e contraditoriamente como fator intrínseco a esse mesmo processo.

Para não ser um país ou indivíduo excluído da tal perspectiva integradora apresentada nos discursos da globalização, é importante e imprescindível aceitar e/ou adotar aos preceitos (in) postos pelo modelo. Não somente o receituário neoliberal estabelecido a partir do Consenso de Washington – que será abordado a posteriori – deve ser considerado, mas também um conjunto de valores, atitudes e comportamentos engendrados para sustentar estrategicamente a vitalidade do capitalismo global neoliberal (SANTOS, 2001). A corrupção, o cinismo, a competitividade, o individualismo e o consumismo são alguns dos novos valores determinantes na conduta dos indivíduos.

De acordo com Santos (2008, p. 32), “a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”. Neste sentido, a perversidade está intrinsecamente relacionada à adesão, pelos indivíduos e grupos sociais, de ações e comportamentos hegemônicos baseados nesses princípios (i) morais que deturpam a coletividade, na qual todas as mazelas decorrentes estão associadas de forma imputável ao processo de globalização (SANTOS, 2008).

Deste modo, observa-se que a globalização juntamente à revolução tecnológica foi capaz de transformar radicalmente a vida em sociedade assentada nos pilares da forma de produzir, maneira de viver e as formas de governo e de governar (CASTELLS, 1998).

A “não inclusão ao sistema” é tida pelas classes dominantes, em uma visão extremamente simplista, como culpa única e exclusivamente dos indivíduos e/ou nações que não incorporaram e internalizaram os preceitos da globalização suficientemente, de forma que estes são criminalizados enquanto que os demais integrados que compõem as cúpulas dominantes são liberados e isentos de qualquer responsabilidade, tendo seus comportamentos, estratégias e privilégios legitimados por uma ideia pífia de meritocracia – como se os acessos às oportunidades fossem igualmente distribuídos para todos os indivíduos e nações (BEINSTEIN, 2001, apud SANTOS, 2001). Deste modo, tem-se que uma consequência inerente ao processo torna-se a causa do insucesso da globalização, “[...] encobrendo as reais determinações estruturais da crescente situação de exclusão social: as contradições da acumulação capitalista” (SANTOS, 2001, p. 171).

Neste sentido, a exclusão não é produto único da globalização, mas sim da própria lógica do capital que ao ser ampliada – alicerçada pela revolução técnico-científica-informacional – implica, por conseguinte, na expansão da acumulação e capacidade de concentração de riqueza, ao mesmo tempo em que exclui, considerando que “a economia ‘globalizada’ é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais” que, embora repaginado, ainda possui em sua base a mesma essência de polarização que marginaliza e exclui, culminando em uma desconexão e integração seletiva (CHESNAIS, 1995, p. 15).

A cultura da competitividade e do individualismo instaurada na sociedade globalizada, evidenciando o retorno aos preceitos liberais, torna-a perversa em se tratando da economia capitalista neoliberal, como uma endemia sistêmica, na qual “a pobreza tanto quanto o desemprego agora são considerados como algo ‘natural’, inerente a seu próprio processo” (SANTOS, 2008, p. 59), fruto do espírito de competição que separa aqueles que ganham e que perdem, culminando em um largo espectro de empobrecimento crescente das populações em decorrência da deterioração do valor do trabalho que reflete na renda cada vez menor, com muitos “perdedores” e poucos “ganhadores”.

Por resultado dos processos supracitados, “vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é, também, criador de insegurança” (SANTOS, 2008, p. 59), bem como a ausência de equidade e uma radical ocidentalização do mundo em todos os níveis, mediante o poder de imposição dos Estados Unidos, dado o título de superpotência hegemônica, corroborado ao longo da década de 80 e

90 do século XX, erigindo no que Giddens (2000) denomina de “sociedade cosmopolita global”.

Por conseguinte, há uma grande e crescente desigualdade, no qual Giddens (2000, p. 25) alerta a criação de “[...] um mundo de vencedores e perdedores, um pequeno número na via expressa para a prosperidade, a maioria condenada a uma vida de miséria e desesperança”. Nesse cenário, o dinheiro tornou-se o centro do mundo associado ao consumo, que atribui um significado especial ao capital e, juntos, tornam-se reguladores da vida social.

A nova lógica da economia mundial leva ao endividamento de muitos e ao enriquecimento e acumulação de poucos. Um desespero e grande mal-estar se instalam na busca incessante pelo dinheiro devida as necessidades reais e imaginadas criadas pelo capitalismo tardio, na qual o medo e o desamparo são sentimentos constantes nos indivíduos, sobretudo naqueles que buscam as condições de sobrevivência básica que lhe são negligenciados.

Deste modo, conforme destacado inicialmente, as opiniões e visões acerca do fenômeno da globalização se dividem. Para alguns, principalmente aqueles que partilham dos discursos dominantes, “a globalização nos levará ao melhor dos mundos possíveis, para outros, estamos diante de uma verdadeira fraude, diante de um fetichismo do próprio conceito” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 33).

No entanto, embora haja diversos credos acerca da gênese e das consequências da globalização para a sociedade capitalista, o que está posto e, portanto, fatídico, é a gigantesca desigualdade que se instalou em decorrência do desenvolvimento díspar entre as economias capitalistas, reflexo da adoção das políticas neoliberais que tem por preceitos básicos a privatização, desregulamentação e a superação do Estado-nação enquanto regulador da vida social e econômica (FONT; RUFÍ, 2006). Isto porque a globalização atende, sobretudo, à lógica do capitalismo em sua essência mais selvagem, que tem por princípio reforçar a reprodução e acumulação do capital tendo a concentração deste como principal impacto, aumentando ainda mais a disparidade entre ricos e pobres.

De acordo com Font e Rufí (2006), o mundo nunca foi tão desigual desde a consagração da globalização neoliberal que subsidiou o aumento considerável da concentração de riqueza em proporções obscenas a partir da reprodução ampliada do capital.

Por conseguinte, têm-se grandes contrastes sociais em que de um lado estão os tidos valiosos territórios onde os povos estão conectados e inseridos nas redes globais com acesso e direito à apropriação e, sobretudo, dominação das riquezas; enquanto que de outro, estão tudo e todos que não possuam aspectos valorativos para a lógica hegemônica do capital, sendo, deste modo, excluídos e desligados das redes, ou seja, descartados, permanecendo desamparados e sem condições mínimas de sobrevivência (CASTELLS, 2005).

Neste contexto, observa-se que “os países centrais, que presidem à globalização hegemônica, são os que têm dela tirado mais vantagens, maximizando as oportunidades que ela cria e transferindo para outros países menos desenvolvidos os custos sociais e outros que ela produz” (SANTOS, 2002, p. 12), ou seja, os países periféricos tem enfrentado uma grande degradação. No entanto, são os países semiperiféricos, como o Brasil, que os efeitos da globalização política hegemônica tendem a ser mais perceptíveis, dada a sua intensidade com vistas a capitalizar algumas vantagens, porém a imprevisibilidade nos efeitos é maior e há uma vulnerabilidade frente aos riscos (op. cit., 2002).

A congruência temporal do aumento da desigualdade social com a ascensão e auge do capitalismo informacional e da globalização não são mera coincidência. Isto porque os avanços tecnológicos desiguais no espaço e tempo e a dependência informacional associado às políticas ratificaram os abismos existentes entre os países pobres (emergentes) e ricos (desenvolvidos) – detentores e manipuladores das informações mundiais. Conclui-se, portanto, que “a globalização tem sem dúvida o seu lado obscuro, sua dimensão perversa. O espaço de fluxos e redes, a economia informacional, as novas tecnologias da informação estão sendo utilizadas pelos especuladores financeiros sem escrúpulos” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 158), suscitando em crises que culminam na crescente desproporção e desequilíbrio econômico entre indivíduos.

Além disso, a globalização que tem por conteúdo intrínseco um sistema econômico realizado enquanto grande proposta de reestruturação do capitalismo e ferramenta promotora do desenvolvimento, na verdade é um período histórico marcado por uma intensa crise de cunho estrutural que tem por pilares a tirania do dinheiro e da informação (SANTOS, 2008), no qual a ação do sistema financeiro e dos atores hegemônicos encaminha ao aprofundamento desta, justificado pela

[...] tendência do sistema capitalista à expansão contínua das forças produtivas [que] é algo inato à sua constituição. No entanto, contraditoriamente, os obstáculos decorrentes das relações de produção (apropriação privada dos meios e riquezas geradas), explicam as constantes crises do sistema, cujas implicações hoje são mundiais (SANTOS, 2001, p. 175).

Essa crise é persistente, permanente e sucessiva, uma verdadeira crise global dentro de um período com características duradouras, visto que perpetua as bases estruturantes do sistema. O colapso suscitado com a globalização é revelado pela estagnação econômica sem índices de crescimento consideráveis; especulação, descontrole e instabilidade dos mercados financeiros, evidenciados diariamente com as imprevisibilidades das bolsas de valores; descontrole monetário; recessão com altos índices inflacionários; aumento da dívida pública e externa de países; e aumentos dos níveis de desemprego (SANTOS, 2001).

Deste modo, Santos (2008) pontua que a globalização se distingue considerando que a mesma é um período e crise simultaneamente, diferentemente das fases anteriores do capitalismo que eram sucedidas ou precedidas de/por crises. Neste sentido, a globalização mostra-se como período e como crise em algo novo e inaugural para a história da sociedade capitalista. Enquanto período, as características e fatores inerentes à globalização instalam-se por todo o mundo e tornam-se, portanto, hegemônicas e fazem jus à nomenclatura. Como crise, tais fatores mostram-se incongruentes e em conflito a todo o momento, reproduzindo as contradições e problemáticas anteriores de modo simultâneo. Diante das fragilidades que a globalização insere no cenário mundial, o que se pode averiguar é que

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considera-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo (SANTOS, 2008, p. 36).

Com o caos generalizado instaurado a partir da globalização – conforme suscitado – e todos os processos inerentes a esse momento histórico é que análises críticas-reflexivas devem ser propostas e empreendidas, visando compreender de que forma a instituição de um sistema econômico pode impactar todas as esferas da vida em sociedade.

Assim, é importante frisar que a globalização econômica, política e social são apascentadas e sustentadas pelas ideias neoliberais e, por conseguinte, o consenso econômico instituído, nos quais se defendem, prioritariamente, as restrições à regulação estatal da

economia mediante o Estado mínimo (em verdade o sequestro do Estado para atendimento das demandas dos capitalistas); novos direitos (lê-se prerrogativas) vinculados à propriedade para investidores estrangeiros; e a subordinação dos Estados nacionais às imposições e preceitos das principais agências multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio) chefiadas pelos Estados hegemônicos no contexto da globalização e com grande poder de decisão.

Diante disso, os países periféricos e semiperiféricos são os mais ameaçados e chantageados, considerando que a adoção dos preceitos neoliberais propostos pelas potências dominantes torna-se fator e condição para a renegociação da dívida externa pelas agências guardiãs supracitadas. Nessa conjuntura, até mesmo um dos propositores e cúmplices do neoliberalismo, ou seja, os Estados centrais estão sendo afetados negativamente pelo modelo – através da fundação do Quarto Mundo⁵ – tendo em vista que a lógica de predomínio do capital financeiro sob a economia real tem aumentado a dívida pública consideravelmente, tornando-os subordinados às decisões das mesmas agências multilaterais que manipulam os Estados periféricos e semiperiféricos, avaliando as economias nacionais do ponto de vista de riscos e oportunidades aos investidores internacionais.

É com base neste cenário que o neoliberalismo, substituto do *keynesianismo* propulsor do Estado de Bem Estar Social, e enquanto concernente à ideologia central norteadora da/na era da globalização – e tornado global pelo processo – responsável por ser o modelo econômico dominante de desenvolvimento do capitalismo na conjuntura de acirramento das contradições em meio às crises emergidas, deve ser posto em pauta e, portanto, questionado frente à sua hegemonia que, através da globalização enquanto fábula, oculta os fatos degenerativos da realidade das políticas classistas neoliberais: pobreza decorrida da exacerbada desigualdade, desemprego, acumulação para poucos, concentração de poder e capitais, etc. Portanto, faz-se necessário o exercício da compreensão crítica distante de modelos matemáticos, planilhas e outras metodologias simplistas (HARVEY, 2011a), pois

Diante das enormes transformações potencialmente catastróficas do capitalismo hoje – transformações que apenas se aceleraram neste século –, se quisermos compreender as forças que atualmente conduzem a globalização, não aprenderemos nada olhando para as estatísticas e as análises neoliberais sobre PIB, emprego, lucro, crescimento e outras categorias do cálculo econômico, que são apenas descritivas (NESBITT apud COSTA, 2017, s/p).

⁵ Corresponde aos bolsões de pobreza, miséria e de marginalidade que se encontram no interior dos países desenvolvidos e ricos (FONT; RUFÍ, 2006).

Neste sentido, a importância de expor a realidade que o neoliberalismo impõe aos países emergentes se fortalece ainda mais, pois as devastações são mascaradas pelos discursos positivistas e pouco críticos que privilegiam as classes soberanas e a nova burguesia na figura dos corporativistas de “terno e gravata” do capital financeiro, elaborados por uma ciência que se coloca à disposição para dar suporte à reprodução ampliada do capital.

Conforme diagnóstico feito por Chomsky (2006, p. 4) “à parte alguns acadêmicos e membros da comunidade de negócios, o termo *neoliberalismo* é pouquíssimo conhecido e utilizado pelo grande público”, na qual é de suma importância tornar sabido à comunidade mundial a noção do que é o fenômeno, sua gênese, características, contradições ideológicas e mazelas que causa em virtude da supremacia do individualismo e do economicismo clássico, fruto da ordem capitalista que fundou tal corrente ideológica com vistas à perpetuação e sobrevivência do modelo econômico que estava colapsando.

O neoliberalismo, enquanto modelo globalizado e globalizador direcionador da política macro e microeconômica e da ordem política de um modo geral, é uma temática contemporânea instaurada que demanda, portanto, estudos, devido aos seus impactos e reflexos nas entranhas mais profundas da sociedade capitalista e global, inclusive na atividade turística, alastrando os seus efeitos mais perversos com o respaldo das organizações internacionais mundiais multilaterais e da ambiciosa iniciativa privada.

Em suma, é preciso elevar o nível do debate acerca da temática neoliberal correlacionando-a com a globalização ao expandi-la com visão crítica-analítica para além dos discursos dominantes, imperialistas, simplistas e reducionistas que apresentam caráter fabuloso em demasia.

CAPÍTULO 2

DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO NO/DO MUNDO GLOBALIZADO

O neoliberalismo enquanto “novo liberalismo”⁶, traduzido sob a perspectiva etimológica, marca o retorno a diversos dos preceitos do liberalismo clássico sob a égide da globalização do capitalismo e mundialização do capital. Simultaneamente, o neoliberalismo possui peculiaridades e novidades contextuais, temporais, históricas, teóricas e políticas que devem ser consideradas, de modo que não representa uma simples restauração ao liberalismo após o eclipse e *hiatus* ocorridos na crise dos anos 1890-1900 (DARDOT; LAVAL, 2016). Objetivamente, o (res) surgimento da doutrina se dá para o atendimento dos novos anseios de expansão dos fluxos e da reprodução do capital, fornecendo o arcabouço ideológico para a sustentação da hegemonia do capitalismo globalizado.

Diante disso, este capítulo pretende dissertar, primordialmente, acerca da doutrina liberal e seu respectivo ideário enquanto paradigma político e econômico surgido no século XVII, de modo a identificar as verdadeiras bases filosóficas que engendram e corporificam os pilares da práxis⁷ liberal que, por sua vez, delinea as características e processos do modelo neoliberal. Com isso, visa-se trazer a compreensão do âmago do fenômeno neoliberal global, posto que enquanto significante do resgate dos postulados liberais, a sua gênese, portanto, remete a uma larga trajetória histórica da tradição do pensamento liberal que deve ser inicialmente considerada e apreendida para completo entendimento analítico conjuntural.

Posteriormente, pretende-se neste capítulo elucidar o processo de transição da doutrina liberal clássica ao neoliberalismo, abarcando o contexto e a circunstância de ascensão deste último pautado na segunda metade do século XX, momento marcado por rupturas do liberalismo social mediante a demonstração de crises recorrentes em âmbitos diversos, no qual se abriu margem para a emergência de um novo paradigma político e econômico que

⁶ Embora a tradução etimológica remeta ao “novo liberalismo”, cabe frisar que existe uma corrente específica do liberalismo nomeada também como “novo liberalismo” ou “liberalismo social” emergidas no auge da crise do liberalismo no início do século XX que diferem significativamente temporalmente, teoricamente e politicamente do neoliberalismo, ou seja, há peculiaridades que os destoam, não obstante também possuam similitudes. Deste modo, é preciso ter cautela ao utilizar e adotar a perspectiva etimológica do neoliberalismo para designar a corrente surgida em meados do século XX e não a emergida no início do mesmo século.

⁷ A práxis aqui abordada tem por base o conceito que outrora fora discutido por Aristóteles, diferentemente da definição marxista do termo. No sentido filosófico adotado, a práxis refere-se à ação política consciente e refletida mediante ideias pré-estabelecidas que norteiem a mesma.

suprisse as necessidades do capital. Finalmente, discorre-se acerca do neoliberalismo e suas especificidades atributivas e processuais inseridas na conjuntura da globalização econômica, destacando as contradições e impactos decorrentes do ideário para a sociedade contemporânea.

2.1 A Doutrina Liberal: Genealogia, ascensão e premissas

O liberalismo pode ser definido como um conjunto de ideias que fundam e engendram uma doutrina política com características próprias que, por conseguinte, direciona e delinea com base nos valores e ideais instituídos pela corrente de pensamento, quando adotados, o formato e a configuração de aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais de uma sociedade inserida em um determinado território.

A doutrina liberal possui uma longa trajetória histórica no interior do capitalismo, marcada por adesões, auges, crises e rupturas até a culminância do neoliberalismo (tido como “renascimento” do pensamento liberal na política econômica), de modo que este último apesar de possuir e remeter à semelhança nominal do liberalismo, transfigura a doutrina clássica e social e adapta-a ao contexto em que é requerida, diferindo significativamente da perspectiva originária ao aprofundar alguns dos valores primordiais do ideário enquanto, simultaneamente, outros foram eliminados e novos acrescentados.

Conceitualmente, o liberalismo é apresentado de maneiras diferenciadas. Considerando o modelo mais adequado para o desenvolvimento da economia capitalista, Stewart Júnior (1995, p. 13), ao se apropriar e ser adepto às ideias da corrente de pensamento da tida clássica liberal Escola Austríaca, define o liberalismo como sendo uma “[...] doutrina política que, utilizando ensinamentos da ciência econômica, procura enunciar quais os meios a serem adotados para que a humanidade, de uma maneira geral, possa elevar o seu padrão de vida” a partir das melhorias das condições materiais.

Macedo (1997), também liberal, por outro lado, afirma que o liberalismo é mais práxis histórica do que uma doutrina individual, podendo ser considerado também como a ideologia ou filosofia da modernidade, abrangendo “[...] a política, a cultura e a economia, uma visão sobre a sociedade, a educação, relação entre sexos, papel da mulher e da Igreja na sociedade” (op. cit., 1997, p. 9).

Já para Moraes (2001, p. 3), o liberalismo corresponde a uma “[...] forma de organização econômica que teria vigorado, por pouco tempo, no meio do século XIX (com o livre-cambismo imposto pela Inglaterra) e no período de 1870-1914, a fase mais ‘globalizada’ da economia mundial, com a livre circulação de capitais e mercadorias”. Sob essa perspectiva, o liberalismo clássico foi a ideologia do capitalismo industrial que se consolidava na égide dos valores e ideias econômicas da filosofia liberal, pautados no livre mercado, na crítica à intervenção estatal e o planejamento, de modo a opor-se aos formatos do Estado absolutista e mercantilista, ao socialismo, à socialdemocracia e ao Estado de Bem Estar Social, influenciando também, por conseguinte, nos aspectos sociais, culturais e políticos visando alterar antigos padrões e consolidar um novo paradigma de sociedade pautado na modernidade.

A origem do pensamento liberal parte do princípio da identificada problemática quanto ao papel e nível de ingerência do Estado no controle da sociedade. Especialmente no período absolutista, esta questão toma enormes proporções graças aos burgueses que ansiavam o fim do autoritarismo, do totalitarismo político e, por conseguinte, da forte intervenção da monarquia e do clero em todos os âmbitos da vida social no período correspondente ao século XVII, coincidindo, portanto, a gênese do liberalismo com o Renascimento e a Reforma Protestante (MACEDO, 1997).

A doutrina emerge, neste contexto, como forma e tentativa de resistir e findar com os abusos cometidos pelo Estado absolutista, pela monarquia e o clero frente às demais estratificações da sociedade, sobretudo no que tange às restrições econômicas.

Deste modo, o liberalismo se coloca em posição de combate à arbitrariedade do governo e ao modelo de capitalismo mercantilista (dominante naquele momento), uma vez que este pressupõe a presença do Estado, seja monárquico ou republicano, para promover o desenvolvimento e a redistribuição de renda. Não obstante, os liberais condenavam veementemente a administração estatal conservadora por acreditarem que a instituição era ineficiente para a gestão da economia pela intromissão em demasia que levava à alta carga tributária, deformação de preços, e à supressão da liberdade de escolha dos indivíduos quanto à profissão, local de trabalho etc. que seguia uma tendência hereditária dada à imobilidade social. Ademais, pelo seu poder em distribuir não apenas renda, mas privilégios e favores a determinados grupos, sobretudo àqueles pertencentes à elite (STEWART JÚNIOR, 1995).

Uma vez que os liberais no momento de fundação do pensamento da doutrina tenham sido críticos à presença do Estado na forma absolutista e monárquica, principalmente na economia – tanto pelo autoritarismo residente no monopólio da força que este possuía para alicerçar ações das decisões tomadas, quanto pela distribuição desigual de prerrogativas a determinados grupos de elite e de pressão –, mas reconhecendo, simultaneamente, a inviabilidade da liberdade anárquica, concebe-se o cenário para a Revolução Francesa.

Sob os valores da liberdade, igualdade e fraternidade, a revolução daria fim ao antigo regime monárquico absoluto e culminaria na ascensão do Estado Moderno balizado pelos ideais democráticos e contratualistas, a concepção liberal na economia e a instauração da forma republicana de governo. Desta maneira, “o liberalismo pressupõe, portanto, a existência de um Estado organizado, que detenha o monopólio da coerção, e de um governo encarregado de administrar o aparato estatal de compulsão e coerção” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 78), devendo estar encarregado pelo provimento da ordem e da justiça.

Com o estabelecimento do Estado Liberal enquanto regime de governo, o liberalismo político fundou um elo com a democracia que o tornou – especialmente na ascensão posterior do Estado Democrático de Direito – quase incapaz de distingui-lo em relação à mesma. Entretanto, Bobbio (1990) ao analisar o liberalismo correlacionando-o com a democracia identifica que ambos são dissociáveis e podem estabelecer uma ligação conflitiva, principalmente ao levarem-se em consideração as concepções da democracia antiga e as do liberalismo moderno, situadas em polos antagônicos no que tange à perspectiva de participação popular no processo decisório do governo.

A distinção de ambos reside no fato de que a democracia, enquanto forma de governo republicano, demonstra já desde a sua perspectiva etimológica a intenção de distribuir a participação no poder para todos (liberdade positiva): “demo” que significa “povo”; e “cracia” que corresponde a “governo”, logo, governo do povo. Por outro lado, o liberalismo apresenta uma concepção de Estado no qual deve haver uma limitação nas funções e nos poderes deste (liberdade negativa), bem como da participação popular no direcionamento político por conta do receio expropriatório da classe capitalista, como ocorrido até o estabelecimento do sufrágio universal (CONSTANT, 1819/1980).

No que concerne à contenção das funções, o Estado não deve exercer atividades em todas as áreas, de modo a haver esferas e campos em que a deliberação individual deve

sobrepôr-se, como na economia e vida privada. Já na contenção do poder, apresenta-se um conjunto de normas, leis, constituição (ou seja, contratos sociais) que corporificam o Estado de Direito – em oposição ao Estado absoluto e despótico –, de modo que as funções e ações do Estado devem estar de acordo com o regulamento estipulado, sob a vigilância de mecanismos de controle do poder, especificamente através do modelo dos três poderes desenvolvido por Montesquieu (1748/1996) – Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário (BOBBIO, 1990).

A simbiose entre as duas tradições só tornou-se possível por meio do estabelecimento da democracia representativa, modelo que reconheceu e equilibrou as demandas das garantias dos direitos fundamentais pregadas pelo liberalismo, realizáveis apenas pela regra democrática; e a necessária liberdade e garantia dos direitos dos indivíduos para participação no processo democrático legítimo do voto, concretizável pela adesão aos valores liberais. Além disso, a democracia representativa simboliza o equilíbrio necessário entre as tradições, pois se tem a limitação da participação popular amplamente defendida pelo liberalismo, ao passo que há, minimamente, poder de decisão da sociedade civil no âmbito da política, demanda esta oriunda dos ideais democráticos (AGUIAR, 2012).

Muito embora por anos tenham estado em convivência pacífica, há uma tendência à separação das doutrinas, posto que desde o século XIX, o liberalismo tem flertado com correntes conservadoras – concebendo o liberalismo conservador –, relações que se intensificam com a ascensão do neoliberalismo, engendrando tentativas de limite ao acesso e âmbito do sufrágio com vistas à redução da participação popular nas decisões governamentais.

Não obstante, o neoliberalismo confronta e corrompe fortemente os valores democráticos com a inserção em demasia dos interesses privados no âmbito do poder político em detrimento da soberania do Estado-nação e anseios populares, objetivando barrar medidas que reduzam privilégios de elites e classes abastadas, como as anteriormente existentes no Estado e liberalismo social, sobretudo as que visam (re) distribuir renda para reparar as desigualdades socioeconômicas através da implementação de tributação progressiva de grandes fortunas e imposição de outras diversas leis sociais aos proprietários (MORAES, 2001).

Diante de tais concepções, com a Revolução Industrial, já no âmago do século XVIII, momento em que finalmente o modelo liberal *laissez-faire*⁸ ascende vitoriosamente na prática política e econômica inaugurando uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo (agora do tipo industrial e não mais mercantilista e comercial), o constituído Estado Moderno é tornado mínimo mediante as reivindicações e limitações impostas pela liberdade negativa (utopia liberal).

Assim, na economia, o mercado livre de regulações demasiadas se tornava o novo agente econômico protagonista, supremo e hegemônico seguindo aos preceitos do funcionamento a partir da lógica da mão invisível (SMITH, 1776/1988), mecanismo abstrato intrínseco ao *free market* (livre mercado) e supostamente capaz de tornar funcional, controlar e regular a tida autossustentável economia de mercado com vistas ao suprimento das necessidades humanas ao harmonizar ações.

Sob essa perspectiva, para Smith (1776/1988), o mundo seria mais livre, justo, racional, produtivo, progressivo, rico e eficiente através da lógica concorrencial do mercado e, portanto, com as funções do Estado claramente delimitadas – no neoliberalismo ocorre mediante o drástico incentivo às desregulamentações e privatizações de empresas públicas – a fim de dar espaços para a atuação do *free market* sem hierarquias arcaicas.

Deste modo, o papel do Estado na área econômica deveria ser apenas de provedor das condições necessárias para o desenvolvimento dos indivíduos, todavia, não no sentido do fornecimento de serviços públicos como no formato do Estado de Bem Estar Social, pois os mesmos são demasiadamente condenados, bem como inviáveis pela redução da tributação pregada pelo liberalismo que não torna possível tal feito pela diminuição orçamentária, mas sim agindo em prol das liberdades *lato senso*⁹ e da defesa da livre iniciativa.

Além disso, o Estado deve, a nível econômico, concentrar-se em possibilitar a livre concorrência sob a égide do livre mercado com mínima intervenção, garantindo a

⁸ Expressão francesa que significa “deixar fazer”, simbolizando o liberalismo econômico no âmago do capitalismo.

⁹ Essa perspectiva é mais recorrente no liberalismo tido como “puro”, podendo variar conforme a corrente de pensamento. Sobretudo no liberalismo conservador, as liberdades são exercidas mais fortemente ao âmbito econômico, visto que há a defesa de uma tradição moral que recebe influência do espectro conservador alicerçado na intervenção do Estado para reter e/ou regular determinados aspectos, restando a total liberdade individual. Neste sentido, os indivíduos não possuem demasiada e completa liberdade para intervir sobre seus próprios corpos, como no caso do aborto, para fazer uso e comércio de entorpecentes, há controle dos conteúdos programáticos de ensino a serem ministradas nas escolas, as relações homoafetivas podem sofrer com limitações mediante a exacerbada heteronormatividade e, sobretudo, fatores de cunho religioso.

propriedade, os contratos, a segurança (interna e externa – defesa nacional) e a realização de obras públicas de magnitude irrealizáveis pelos agentes privados (SMITH, 1776/1988). Assim, o liberalismo se diferencia de outras correntes políticas e econômicas quanto ao aspecto estatal, pois

Enquanto conservadores e socialistas se unem para apoiar a intervenção do Estado em favor do protecionismo, da reserva de mercado, do subsídio, os liberais pregam a abolição desses privilégios; enquanto inúmeros empresários solicitam que o Estado “proteja” a empresa privada, os liberais defendem o livre mercado e a soberania do consumidor (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 15).

Contudo, essa narrativa histórica demanda que análises sejam tecidas. Se por um lado o liberalismo clássico apregoa o Estado mínimo na dinâmica econômica, por outro é importante frisar a nitidez residente no fato de que o Estado tem suas funções, em verdade, maximizadas no sentido de fornecer as bases necessárias para a reprodução do capital e a superação das crises oriundas das próprias contradições do capitalismo e o comprovado fracasso da autoregulação do livre mercado, de modo que o fluxo do capital desde a absorção do excedente, principalmente produtivo (naquele contexto de demasiada importância), não fosse interrompido.

Como resultado deste processo, evidencia-se que desde os prelúdios do liberalismo, ratificando-se no período neoliberal, o Estado é um importante agente facilitador de infraestrutura, defendido pelo próprio precursor Smith (1776/1988), tanto para o bem comum (a coletividade), quanto e, principalmente, para o favorecimento das iniciativas privadas (individuais), que na ausência de quaisquer elementos da base inicial (obras de grande magnitude, segurança etc.) aufeririam o sucesso por meio do lucro mais lentamente ou o teriam inviabilizado. Assim, as ditas liberdades econômicas foram alcançadas através da subserviência do Estado – e não da verdadeira minimização – aos direcionamentos tomados pelo mercado, de fato tornado livre e protagonista na tomada de decisões progressivamente ao longo da história econômica.

Portanto, mais do que fornecedor dos meios para o êxito inicial do livre mercado e do jogo concorrencial, ao Estado é conferido o papel de socorrista por meio de subsídios diversos quando o formato dessa economia demonstra a sua incapacidade de autossustentação. Deste modo, o Estado continua a ter participação no início, meio e fim no ciclo da reprodução do capital, porém concatenado aos interesses dos capitalistas liberais. Tudo isso fora possível por intermédio da pressão da burguesia que, “[...] desde o estabelecimento da grande indústria e

do mercado mundial, conquistou, finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1848/1999, p. 10). É nesse contexto que o Estado, enquanto aliado da (re) produção liderada pela classe burguesa, adquire, portanto, o caráter de Estado burguês.

Deste modo, averigua-se que o Estado no âmbito econômico não teve intervenção reduzida, mas sim, o direcionamento de funções controladas e modificadas a favor e sabor dos anseios dos liberais que aspiravam poder de hegemonia na economia para dirigi-la conforme seus interesses, mantendo, assim, suas características primárias e condenadas pelo discurso liberal no que tange ao setor.

Salienta-se, sob essa perspectiva, o dito “autoritarismo” mediante a intervenção continuada, porém na regência liberal exercida pela função provedora “paternalista” às demandas do mercado, e a distribuição desigual de prerrogativas, convertendo apenas os beneficiados destes princípios – dos monarcas e seus aliados transferiu-se para os capitalistas liberais. Neste sentido, evidencia-se novamente a relação e laços estreitos do liberalismo com correntes conservadoras engendradas, de acordo com Moraes (2001), desde o século XVIII, com impactos em diversos direcionamentos da doutrina no âmbito político, econômico e social.

Diante desse cenário, o liberalismo demonstra uma de suas contradições primárias, pois considerando a forte presença no discurso liberal do combate ao conservadorismo, da defesa das liberdades econômicas com a mínima intervenção do Estado e o fim de prerrogativas exclusivas advindas deste último, o modelo não deveria o ter transfigurado a serviço dos capitalistas liberais mediante o direcionamento de esforços para subsidiar os agentes e a lógica de mercado com obrigações colaborativas à vitalidade do capital. Mas sim, findado com a suposta ação em demasia do Estado, sobretudo, nos momentos de crise do capitalismo, já que o mesmo é tido como uma máquina burocrática geradora de crises pela ineficiência e ineficácia na gestão da economia.

Ou seja, os liberais negam a importância do Estado na economia quando, simultaneamente, não conseguem propiciar a sobrevivência da reprodução do capital sem o mesmo sob a égide do “protecionismo” que concede privilégios – criticado em demasia pela doutrina. Com isso, conclui-se que os liberais, em verdade, queriam se tornar os novos

acobertados pelas políticas e benefícios que o Estado poderia prover, ao mesmo tempo em que era crucial a anarquia de processos prejudiciais e que poderiam vir a constituir barreiras para o ciclo da reprodução ampliada do capital.

Deslocando tamanhas complexidades acerca das atribuições institucionais de caráter público para o século XXI, no neoliberalismo cingido pela globalização, o sequestro do Estado pelas demandas privatistas do mercado produtivo e do sistema financeiro – que ratifica o fator supracitado – acentuou-se consideravelmente dado o aprofundamento e recorrência das crises do capitalismo em meados do século XX, de modo que a subserviência do Estado, incluindo os dos países centrais, ao grande capital fora intensificada com a desregulamentação, desburocratização e flexibilização engendradas de forma pragmática.

A crise das hipotecas *subprimes* de 2008, ocorrida nos Estados Unidos e alastrada por todo o sistema financeiro mundial, é um claro fator empírico de como o Estado neoliberal está a serviço do capital, financiando o reparo da crise por meio das injeções de capital realizadas em amparo à economia. De acordo com Harvey (2011a, p. 12), o governo dos EUA designou um forte plano de ações para o socorro dos grandes bancos internacionais, no qual “[...] dinheiro foi enviado, sem qualquer controle, para todas as instituições financeiras consideradas ‘grandes demais para falir’”.

Neste sentido, comprova-se que a mínima intervenção estatal é somente no âmbito das regulações que delimitam barreiras à reprodução do capital, de modo que aquelas que as promovem e facilitam o ciclo possuem ação continuada, corroborando com o discurso e a prática liberal do século XVIII e XIX e levando o modelo a perpetuar contradições antigas da doutrina. Este ponto será retomado e melhor elucidado mais adiante.

Ainda no que concerne ao desenvolvimento histórico da ideologia, cabe frisar que o liberalismo na sua gênese era essencialmente pragmático politicamente, de modo que apenas posteriormente à aplicação do modelo, a partir do século XVIII, é que teorias compostas por análises e explicações foram desenvolvidas no século XIX com inspirações, sobretudo, no filósofo John Locke (1689/1999), e no economista Adam Smith (1776/1988) (MACEDO, 1997). No entanto, apesar desse pontapé inicial na tentativa de construção das bases teóricas do liberalismo, é somente outrora que as diversas ramificações baseadas na filosofia primária e fundante da corrente liberal foram concebidas e solidificadas por diferentes intelectuais que compunham escolas de pensamento – como a Escola Austríaca, a Escola de Chicago e a

Escola Pública de Virgínia – de modo a instituir outras análises e delimitar valores e conceitos próprios a cada vertente, engendrando novas teorias e explicações do modelo.

No contexto do século XX, destacam-se como intelectuais do ideário (neo) liberal Ludwig von Mises (1927/2010), Friedrich Hayek (1944/2010), membros da corrente de pensamento econômico liberal denominada Escola Austríaca, e Milton Friedman (1988), membro da Escola de Chicago. Ambas as escolas foram importantes pela responsabilidade assumida em definir, explicitar e disseminar as bases e fundamentos teóricos do (neo) liberalismo, diferindo em alguns aspectos. Todavia, Stewart Júnior (1995) advoga que especificamente a Escola Austríaca foi a que esclareceu a doutrina (neo) liberal de forma mais completa e consistente frente às demais.

Com base nesses pressupostos, a doutrina liberal do século XXI, representada pela hegemonização neoliberal, se baseia e é composta por diversos pilares que foram sendo engendrados ao longo da história da mesma pelas variadas escolas que despenderam concepções analíticas e proposições para a estrutura da economia e da política no âmbito do capitalismo, diferindo entre si e das premissas originárias em numerosos aspectos. Neste sentido, o liberalismo se desdobra em teses filosóficas, políticas, sociais e econômicas que demonstram as pautas e pontos de defesa nas quais as correntes de cunho liberal se propõem a atuar a seu modo, ratificando determinados aspectos, enquanto outros são retificados e/ou abolidos por não corroborarem com a perspectiva e cerne do pensamento concebido.

Compõem as teses filosóficas a perspectiva da liberdade positiva e negativa (CONSTANT, 1819/1980), com a defesa desta última que manifesta a intenção de redução e descentralização do poder estatal no plano administrativo; o humanismo antropocêntrico; o individualismo e a responsabilidade individual; a fé no progresso; e a distinção clara entre público e privado, valorizando e defendendo sobremaneira este último.

Nas teses políticas, os liberalismos se propõem a pregar a legalidade e os direitos humanos; o consentimento como base para decisões e rumo governamentais; o governo representativo balizado pela democracia; o constitucionalismo que, por meio da filosofia do contrato social, institui um Estado de direito com limitações ao governo e aos indivíduos no império da lei; e a soberania popular expressa através do sufrágio universal (MACEDO, 1997).

Já nas teses sociais, a doutrina advoga o pluralismo; a tolerância civil; o Estado laico, divorciado da Igreja e qualquer abordagem de cunho religioso; e a liberdade generalizada de expressão social. Por fim, nas teses econômicas, os liberalismos salientam a crença em demasia no mercado; a revalorização do trabalho; a defesa do lucro como estímulo para a ação humana ativa, consciente e racional; a defesa da propriedade privada, da livre iniciativa e empresa com base na liberdade exposta na tese filosófica; e a mínima intervenção estatal, devendo esta instituição desempenhar função subsidiária, complementar e de suplência sem substituir ou transcender à supremacia do mercado (MACEDO, 1997).

Assente nestas teses arrolaram-se os princípios básicos do liberalismo fincados na ordem, justiça, democracia, economia de mercado, na garantia do direito à propriedade privada, na promoção da paz, na defesa das liberdades políticas pautadas nos ideais democráticos ligados à escolha dos governantes; a liberdade de consciência, expressão, manifestação, pensamento, crença, locomoção, entre outras; e das liberdades econômicas garantindo a livre iniciativa independente de coerções tidas como desnecessárias (STEWART JÚNIOR, 1995). As teses e princípios que engendram e corporificam a estrutura da doutrina liberal, de um modo generalizado quando concatenadas possuem por objetivo

[...] reduzir a pobreza e a miséria, e o meio que propõe[m] para que esse objetivo seja atingido é a liberdade. O pensamento econômico e a experiência histórica não conseguiram, até hoje, sugerir um outro sistema social que seja tão benéfico para as massas quanto o liberalismo (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 71).

No entanto, embora o liberalismo tenha sido diversificado e modificado a partir de um conjunto de interpretações que pregam, advogam e difundem combinações de teses e princípios distintos, como nas correntes do liberalismo clássico (*laissez-faire*), liberalismo conservador, liberalismo progressista, liberalismo social, anarco-capitalismo-libertarianismo e o próprio neoliberalismo, há fatores que compõem o âmago da doutrina e se fazem presentes na maioria dos pensamentos e práticas que se caracterizam como de cunho liberal, permanecendo inalteráveis desde o pioneiro Locke (1681/1963; 1689/1999).

Esses princípios fundamentam a unidade e identidade do liberalismo, sendo comum a grande parte senão todas as variantes da tradição, cabendo, portanto, explicações acerca dos mesmos. Assim, conforme aponta Stewart Júnior (1995) e Macedo (1997), a concepção essencialmente liberal está atrelada às características do individualismo, da igualdade, universalidade e do melhorismo.

O individualismo é uma das condições primárias do liberalismo. Sustenta que o indivíduo deve estar em situação de proeminência em relação aos desejos e anseios da coletividade social, visto que este é singular em necessidades que estão aquém da sociedade (STEWART JÚNIOR, 1995). Ligado ao individualismo está também a defesa da livre iniciativa que garante ao indivíduo a possibilidade de realizar investimentos, empreender, em suma, de possuir liberdade para realizar movimentações econômicas. Com o fim das restrições e limitações advindas do poder político,

[...] impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções (SMITH, 1776/1988, p. 169).

Todavia, cabe ao indivíduo não somente direitos, mas deveres quanto a responsabilidades pelos seus atos, não sendo permitida a transferência das consequências à comunidade. Assim, as ações e os interesses, em suma, as liberdades individuais encontram limites nas leis e regras instituídas que não podem ser sobrepostas sob a pena de prejudicar e invadir o âmbito do individualismo alheio, fator que incide na retórica sobre todos possuírem o mesmo direito a exercer o seu campo individual com anseios distintos que não devem ser lesados em favorecimento das pretensões do outro (STEWART JÚNIOR, 1995).

É sob essa perspectiva que se baseia o princípio da igualdade defendida pela doutrina, ou seja, partindo da premissa de que todos os indivíduos possuem o mesmo nível de moralidade – diferentemente de bens, visto que o liberalismo não prega por esse tipo de igualdade que é comum aos sistemas que transcendem ao capitalismo; ou ainda igualdade de oportunidades e condições iniciais por meio de políticas sociais, pertencente ao campo da social-democracia. Neste sentido, teoricamente todos são iguais perante as leis instituídas, sem quaisquer tipos de prerrogativas ou discriminações (des) favoráveis legais e/ou políticas.

A concepção liberal se diz também universalista devido à homogeneidade moral afirmada ao gênero humano, atribuindo importância secundária a aspectos histórico-culturais como a tradição, usos e costumes que devem ser mantidos apenas quando em favor do progresso e ao critério da razão e da moral. Por fim, é melhorista por levar em consideração a necessidade de correções e aperfeiçoamento das instituições que regem a sociedade com mudança permanente a partir da revolução pacífica, ensejando reformas pelo valor do progresso que visam uma utopia libertária no futuro (MACEDO, 1997).

Além disso, no conjunto das diferentes concepções de cunho liberal é comum a defesa, em maior ou menor grau, de alguns pressupostos filosóficos como a racionalidade e moralidade de base iluminista, o utilitarismo, a noção de progresso que encontra razão na ação humana que é balizada pela busca do crescimento econômico e de substituição de uma situação menos satisfatória por outra que acalente e propicie conforto por meio das diversificadas instituições sociais (divisão do trabalho, competição, moeda, entre outros) (STEWART JÚNIOR, 1995). Juntamente às premissas supracitadas, as doutrinas liberais concatenam de forma distinta com a defesa da ausência de privilégios, a livre competição empresarial e, ao mesmo tempo, a cooperação entre estranhos com viés mercadológico (op. cit., 1995).

A livre competição deve ser ferozmente exercida sob a égide do livre mercado, pois a lógica liberalista compreende que, quanto mais liberdade de entrada no mercado e agentes concorrendo, maior será a redução dos preços e dos lucros. Assim, quanto maior a escala geográfica da competitividade, maior será a produtividade e a tendência para queda nos preços. O Estado não deve incentivar, sob essa perspectiva, a reserva de mercado, o “protecionismo”, a regulação em demasia, entre outros, pois assim privam-se os indivíduos de obterem as benesses produzidas pela competição (STEWART JÚNIOR, 1995).

Já a cooperação entre estranhos defendida pelo liberalismo se pauta na troca entre agentes do mercado, ou seja, há um intercâmbio de favores mediante condições e vantagens comparativas para ambas as partes, com beneficiamento mútuo, sendo um meio para o aumento da satisfação dos membros de uma sociedade, pois propicia o aumento da produtividade em detrimento do isolamento autárquico (STEWART JÚNIOR, 1995). Ou seja, a cooperação entre estranhos não deve estar limitada às fronteiras locais, regionais e/ou nacionais, mas sim, ampliada a escala sempre que as condições estruturais permitirem¹⁰.

Dos preceitos aludidos partem as tendências de expansão globais ansiadas tanto pelo liberalismo, quanto pelo capitalismo desde o seu âmago, finalmente expressas e consagradas no âmbito do neoliberalismo, no qual a globalização e a neoliberalização representaram, para os ideólogos do paradigma, o cenário ideal e adequado tanto para o êxito da livre competição do mercado e os supostos benefícios por meio desta a serem obtidos, quanto no que tange à

¹⁰ Diferentemente da concepção liberal, na social-democracia a cooperação entre estranhos se refere à solidariedade e fraternidade, colocando-se em oposição à competição existente no plano do livre mercado, não sendo exigido o favorecimento mútuo em troca de alguma benesse fornecida.

cooperação entre estranhos defendida pela doutrina para o triunfo do mercado baseado nas trocas.

No entanto, a competição e a cooperação que deveriam assumir um caráter antagônico e ao mesmo tempo complementar no interior da lógica do mercado, em verdade têm sido convertidas em conluio entre as organizações e instituições privadas no que tange à combinação de preços aos produtos e serviços ofertados, estabelecendo um padrão formatado mediante a dita cooperação entre estranhos, sobrepondo-se à competição e à ética liberal de soberania do consumidor. Deste modo, estabelece-se uma falsa competição, em que não há demonstração do seu caráter benéfico prometido ao consumidor, visto que apesar das opções de escolha entre o que e de qual empresa consumir, há uma padronização estipulada no caráter dos produtos, serviços e preços ofertados.

Mais uma vez, o liberalismo demonstra o quanto destoa a sua realidade empírica das proposições teóricas que pressupõem o funcionamento perfeito do livre mercado sob a lógica da mão invisível balizada pela competição desregulada pelo Estado, mas que passa, em verdade, a ser regulada pela ditadura dos agentes do mercado que induzem a determinados cenários quando este deveria funcionar espontaneamente com os mecanismos autoreguladores.

Ademais, o jusnaturalismo possui demasiada importância e protagonismo na doutrina liberal, correspondente a um conjunto de direitos tidos como primários, naturais, inalienáveis e individuais, mais conhecido como direitos inatos aos humanos, ou apenas direitos humanos. Compõem-no o direito da garantia à vida, propriedade, liberdade (sobretudo política e econômica com garantia da livre iniciativa), segurança, entre outros de caráter secundário como saúde e educação (BOBBIO, 1990). Os direitos naturais são uma concepção contratualista¹¹, urgidas da necessidade de estabelecimento de regras de justa conduta a fim de estabelecer um marco civilizatório que contivesse os instintos humanos, bem como enquanto

¹¹ O contratualismo foi desenvolvido pelos filósofos Thomas Hobbes (1651/2009), John Locke (1681/1963) e Jean-Jacques Rousseau (1762/1998) que fundaram as bases teóricas do Estado Moderno. A estrutura de concepção do Estado Moderno está baseada na relação entre o estado de natureza, os direitos naturais, contrato e o Estado. O ponto de confluência dos teóricos contratualistas está no estudo do estado de natureza (pré-político), de modo que cada um concebe e interpreta-o de modo distinto. No entanto, embora divergentes quanto ao entendimento do estado de natureza, estão de acordo quanto à solução para a problemática instintiva do homem existente, no qual deve estar alicerçada na existência do Estado para mediar e aplicar o artifício do contrato social, instrumento capaz de instituir um poder coercitivo suficientemente forte para a manutenção da paz, ou seja, a saída do estado de guerra para o estado de harmonia (AGUIAR, 2012).

basilar ferramenta para o alcance do progresso e desenvolvimento humano, almejado pelos liberais e reincidentemente frisado pelos conceitos que iluminam os propósitos da doutrina.

Assim, “ao colocar a regra acima do instinto, o homem estabelece o Estado de direito, o império da lei; lei entendida no seu sentido correto: uma regra geral de justa conduta aplicável a todos os casos futuros” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 43-44). O Estado, neste contexto, possui monopólio no poder de coerção a fim de que a regra seja respeitada, de modo que essa instituição não pode sobrepor-se, sobrepujar, violentar, transcender e/ou negar estes direitos, mas sim deve prezar pela garantia dos mesmos a cada membro da sociedade civil.

No entanto, conforme a doutrina liberal preza, a intervenção do Estado deve ser limitada, de forma que “[...] o poder de coerção só deve ser usado para garantir o cumprimento das regras, para garantir os direitos individuais estabelecidos pelas próprias regras, para fazer com que sejam cumpridos os contratos e compromissos assumidos entre os cidadãos” (op. cit., 1995, p. 43). Os liberais compreendem que o monopólio da força e a coerção estatal são um mal, porém necessários para o estabelecimento da ordem e, por conseguinte, o alcance do progresso almejado.

O jusnaturalismo complementa e dá sustentação à premissa do individualismo defendida pela doutrina, visto que pretende determinar limites ao inserir os indivíduos na “disputa civilizada” em meio ao valor concorrencial (contraditoriamente sem restrições) pregado e aparado na lógica meritocrática, condição e concepção básica da organização sociopolítica e econômica do liberalismo. Novamente, evidencia-se, em síntese, o Estado alocado (sob um discurso fabuloso) a serviço dos anseios liberais na defesa das garantias individuais que são ferramentas estritamente necessárias e essenciais – uma vez que convertidas para tal –, de modo indireto, à vitalidade da lógica do capital e o crescimento econômico, entendido como ápice do progresso.

Em síntese, o liberalismo *laissez-faire* e semelhantes se destoam das teorias e práticas conservadoras, socialistas, comunistas e sociais-democratas por cultivar e advogar na práxis liberal diversos princípios distintos, dentre os quais cabe frisar os tidos como básicos e essenciais componentes do âmago da ideologia: a junção das garantias dos direitos individuais primários (vida, igualdade, liberdade, propriedade) a cada membro da sociedade civil, organizada por meio de contratos sociais, com a perspectiva do Estado possuidor de poderes e funções limitados de modo a intervir minimamente sobre a economia e a vida individual. O

Estado Liberal deve atuar basicamente na garantia dos direitos fundamentais e individuais, cumprindo e fazendo com que sejam cumpridas as regras, e na defesa das liberdades políticas e econômicas que recaí, principalmente, sobre a promoção da democracia e da livre iniciativa com o direito de adentrar e circular no mercado sob a égide do *free market*, em que se acredita fielmente no funcionamento autônomo e sustentável deste último mediante a livre competição, cooperação entre estranhos e o tratamento soberano ao consumidor como ética central rumo ao progresso.

Todavia, é importante frisar que, embora o Estado esteja incumbido de garantir os direitos básicos a todos os indivíduos, é bem verdade que muitos deles são renegados a determinados indivíduos sob algumas circunstâncias propositais na ordem capitalista. Primeiramente, os direitos humanos, fundamentais, naturais e inalienáveis podem ser negligenciados indiretamente quando o indivíduo pertence a um grupo e/ou classe social em que não há condições socioeconômicas e materiais adequados para a reprodução da vida.

Este fator é entendido como desigualdade e é enquadrado nas vias da normalidade para os liberais, uma vez que cada um tem sua própria sorte, talento, enquanto outros devem, de fato, padecer do azar, da ausência de oportunidades em que não é possível haver nivelamento pelos traços característicos peculiares, embora desejável pelos liberais “[...] não por configurar uma maior igualdade de oportunidade, mas por aumentar a competição. Numa sociedade livre, a melhoria da qualidade do estoque humano aumenta a produção, a qualidade de vida, o respeito às regras” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 57), ou seja, a busca por avanços nas condições individuais deve ser promovida para saciar as demandas de oferta de trabalho ao mercado com vistas unicamente ao crescimento econômico.

Não há prioridade, perante essa lógica, por atendimento à questão humanitária para o alcance do real desenvolvimento, a fim de dirimir as desigualdades sociais no nível de educação, renda, entre outros, que podem ser em partes causadas pelas diferenças entre os indivíduos, de fato existentes no que tange aos atributos de inteligência, intelectualidade, força de vontade e prerrogativas econômicas e sociais hereditárias. No entanto, essas desigualdades de difícil reparação, uma vez que perpassam pelos aspectos intrínsecos e únicos em cada indivíduo, de alguma forma dever ser remediadas e equilibradas com o propósito de que ganhos sejam propiciados em conformidade com as potencialidades próprias de um modo mais justo, sem que haja desassistência decorrida do azar e da falta de prerrogativas e/ou

atributos valorados pela lógica do capital. Porém, essa não é a tônica de intervenção e atuação proposta pela doutrina liberal no cerne do capitalismo.

Por conta disso, nem todos podem alcançar o patamar de conforto propiciado pelo aperfeiçoamento das técnicas do capitalismo, ao passo que outros poucos ostentam o acúmulo desnecessário de diversas benesses supérfluas sem qualquer obrigação de repartição a partir de medidas de distribuição. Consequentemente, os indivíduos pertencentes a classes abastadas exercem e têm garantia à vida, saúde, educação, propriedade, liberdade para além do que aqueles que não lhes é permitido acesso, por muitas vezes, a sequer condições mínimas de sobrevivência mediante a ausência programada e combinada pelo capital de infraestrutura e insumos básicos como saneamento, alimentação, transporte, acessibilidade, mobilidade, educação e moradia dignos.

Deste modo, a concorrência individual ocorre sob tamanha discrepância dada a perpetuação das origens sociais e o controle da propriedade enquanto condicionantes das trajetórias individuais (im) possíveis, no qual já há um “vencedor” definido na livre iniciativa antes mesmo da disputa iniciar-se, mediante as prerrogativas antecedentes deste.

Em segundo, os direitos humanos tidos como inalienáveis podem ser menosprezados e negados, desta vez diretamente, quando os capitalistas liberais assumem a posição de defesa dos seus próprios direitos, sobretudo, no que tange à propriedade privada (especialmente os meios de produção), segurança pessoal e no âmbito da livre competição, não medindo esforços e/ou mensurando e considerando os direitos do *outro* no que concerne aos seus interesses e objetivos privativos, rompendo com o próprio pressuposto do individualismo.

De mesmo modo, em terceiro, os direitos humanos são sobrepostos quando impedem e/ou se configuram enquanto barreira para a reprodução do capital e manutenção do *status* das elites, suprimindo por muitas vezes o direito à liberdade e vida de trabalhadores, demonstrando que

A ideia de liberdade ‘degenera assim em mera defesa do livre empreendimento’, que significa ‘a plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade’ (POLANYI, 1954, p. 257 apud HARVEY, 2011b, p. 46).

Neste sentido, evidencia-se, novamente, que o liberalismo contraditoriamente fere seus próprios princípios quando em meio à necessidade de vitalidade do capitalismo por meio da reprodução ampliada do capital, ratificando a supremacia do mesmo. Logo, os direitos fundamentais, humanos e naturais não são direitos, mas sim utopias de difícil concretização dado o funcionamento da economia capitalista tipicamente desigual, exploratória e expropriatória, de modo que até mesmo quando alcançados tamanhos “direitos”, como a propriedade, facilmente podem ser retirados quando o indivíduo perde a capacidade de sustentação mediante falência, não havendo garantia de perpetuação – exceto para as classes dominantes que encontram meios para tanto alicerçadas no Estado, atuante conforme os seus interesses.

Deste modo, o liberalismo recai em contradição, uma vez que no discurso da doutrina é abrangida e defendida a igualdade moral e legal para todos os indivíduos, bem como a busca pela melhoria e bem estar da humanidade enquanto objetivo central a partir das medidas adotadas pautadas nas liberdades políticas e econômicas e nestes direitos fundamentais.

Ora, como é possível alcançar tamanho feito diante das profundas e estruturais desigualdades intrínsecas à lógica de funcionamento do capitalismo, sobretudo quando este adquire o caráter selvagem e radical na busca incessante pelos lucros com a adoção das perspectivas liberais que sorrateiam os (contraditoriamente defendidos) direitos naturais de determinados indivíduos sob a égide da meritocracia e do Estado mínimo (para os pobres)?

Nota-se que há a configuração, neste sentido, de efeito cascata, no qual a desigualdade material causada e defendida pelo próprio liberalismo diretamente e indiretamente (com a centralidade na valorização da meritocracia sem qualquer igualdade de oportunidades) culmina e desencadeia, automaticamente, em desigualdade também legal no âmbito dos direitos humanos, infringindo-o bruscamente e levando aos questionamentos: a quem são concedidos os direitos primários, naturais, inalienáveis, primários e humanos? Qual o alcance da igualdade legal proposta pelo liberalismo a todos os indivíduos?

Evidentemente tais direitos tornam-se exclusivos e restritos a determinados indivíduos, grupos e classes sociais, ratificando a perspectiva de desigualdade da aplicação moral e legal, visto que o Estado burguês, enquanto aliado do grande capital não é, deste modo, provedor dos mesmos quando lhe é tarefa destinada, mas sim, assume a condição paternalista e

provedora da vitalidade da economia capitalista, atuando na defesa de tais direitos quando convém à classe hegemônica.

Com isso, tem-se asseverada a incompatibilização das liberdades políticas com as liberdades econômicas, posto que a primeira não admite exclusões sociais, ao passo que a segunda promove-a inexoravelmente. Ante o exposto, o livre mercado demonstra para além da inaptidão de vitalidade autônoma, a sua incapacidade de promoção do desenvolvimento social da humanidade quando baseado na lógica do capital e, portanto, a completa ausência de sustentação e coerência teórica da doutrina liberal.

A perspectiva de desenvolvimento e busca pelo bem estar humanitário mediante a ação humana, constantemente ratificada pelos conceitos que definem o liberalismo, reincide a contradição da doutrina quando os próprios liberais assumem a discrepância considerável no processo, destacando-se os “mais capazes” (BOBBIO, 1990) sob o sistema da meritocracia que coloca os indivíduos em disputas com condições extremamente desiguais, onde se destaca, em verdade, os mais privilegiados, perpetuando as históricas e estruturais desigualdades. No entanto, apesar dos distintos e discrepantes “desenvolvimentos” sem abrangência do utópico bem estar, os liberais não se posicionam contra a desigualdade de renda e material, mas acreditam, assim como os capitalistas, ser essencial para a reprodução do sistema, condenando apenas quando causada por intermédio do Estado.

Para os teóricos da doutrina como Macedo (1997) e Stewart Júnior (1995, p. 59), a acumulação do capital e a transferência hereditária deste são fatores essenciais para atendimento dos objetivos do homem, pois quando há distribuição da riqueza acumulada, tem-se início o processo de empobrecimento, levando os mesmos a concluírem que “não há nada de errado, em si, na desigualdade de renda, quando ela é fruto do esforço, da sorte ou da inventiva de uns contra a lassidão, o azar ou a incapacidade de outros. Inaceitável é a desigualdade de renda provocada pela intervenção coercitiva do Estado” que favorece determinados indivíduos e/ou grupos em detrimento de outros.

Neste sentido, a premissa do bem estar humanitário encontra barreiras nos próprios valores da doutrina que, ao defender a junção e corroboração com a essência capitalista intrinsecamente propiciadora e mantenedora da desigualdade como meio de reprodução, esbarra-se na tendência à condução do mercado, Estado, demais instituições e a sociedade civil a não visarem, privilegiarem ou direcionarem esforços enfocando a coletividade e,

portanto, o real desenvolvimento, mas sim enfocarem o crescimento da economia para poucos sem qualquer perspectiva de inclusão e promoção da equidade.

Os liberais partem do princípio de que a soma de indivíduos com um padrão relativamente satisfatório a nível socioeconômico obtido por méritos próprios aquém de qualquer intervenção, resulta e obtém por produto, automaticamente e, por conseguinte, uma sociedade desenvolvida, o que nunca ocorreu, visto que nem todos na ampla concorrência conseguem alcançar um patamar básico satisfatório em virtude de diversos fatores causais, tornando-se desassistidos e excluídos do sistema.

Esse cenário demonstra o simplismo no qual os intelectuais liberais se apoiam ao propor perspectivas analíticas sociológicas e direcionamentos político-econômicos. Com efeito, a aplicação real do liberalismo não resultou na elevação do nível de vida da sociedade com redução da pobreza e miséria através do aumento da produtividade em uma abordagem ampla com escala internacionalizada, nem tampouco por consequência do desenvolvimento particular de cada indivíduo em condições de liberdade, igualdade de oportunidades e/ou legal (ambas nunca havidas), ou ainda pela perspectiva endógena a partir da meritocracia, como recorrentemente é defendido.

Contrariamente, o liberalismo e o próprio neoliberalismo vêm demonstrando que apenas um grupo cada vez mais seletivo diante das suas prerrogativas próprias, principalmente hereditárias representa aqueles que mais acumularam e concentraram considerável poder social, dominância e, sobretudo, capital com o agregado amplo conforto propiciado por este.

Por outro lado, na tentativa súbita de dirimir e apaziguar os apontamentos argumentativos que denunciam as falhas e contradições do liberalismo, considerando as proposições contraditórias do mesmo – sobretudo quanto à defesa do conforto da humanidade e igualdade legal e moral *versus* perpetuação das diversas facetas da desigualdade e privilégios direcionados – e os efeitos alcançados, os liberais rebatem destacando benesses. Apontam, por exemplo, que jamais a expectativa de vida humana mediante o avanço técnico-científico sob a égide do capitalismo liberal fora tão alta em toda a história da humanidade aliado ao crescimento populacional, comodidade material, criação de empregos, aumento de produtividade, entre outros aspectos. Todavia, questiona-se: para quê e para quem todo esse aparato fora produzido e direcionado?

Ao medirem estritamente o quantitativo da expectativa de vida e crescimento populacional, bem como a geração de empregos, esquecem-se os liberais de analisar qual o real nível da qualidade de vida desses indivíduos pertencentes à massa que não detém os meios de produção, inseridos ou não no mercado de trabalho. Isto porque o novo formato de produção e do trabalho configurados a partir da Revolução Industrial com o capitalismo liberal, não propiciou o conforto real aos indivíduos de classes dominadas, mas sim, forneceu condições básicas e mínimas de reprodução da vida para aqueles incluídos no mercado de trabalho, a fim de propiciar a reprodução do capital valorosa e lucrativa mediante a criação do exército industrial de reserva, ou seja, da consolidação de um estoque humano passível de ser apropriado pela demanda do trabalho a baixo custo, minando o poder do trabalho e da escassez (HARVEY, 2011a).

Neste sentido, estes são os genuínos interesses incutidos e alocados por detrás de tamanhos avanços no aumento da expectativa de vida e do crescimento populacional que, sob o discurso fabuloso da criação de empregos, no qual nem todos são incluídos, visam verdadeiramente o aumento da produtividade de bens e serviços com o propósito de perpetuar os processos de produção e consumo e, conseqüentemente, a expansão e circulação do capital.

Portanto, os valores quantitativos sem ponderar os fatores qualitativos – fator mais importante e negligenciado – logo perdem legitimidade ao evidenciar-se o obscurantismo da desigualdade e demais impactos decorrentes que o modelo visa ocultar devido à contradição que se instaura frente ao discurso doutrinário que advoga o fim de privilégios (perpetuados hereditariamente e por intermédio do Estado burguês), a meritocracia (que “ocorre” em condições desiguais de oportunidades resultando em poucos ganhos por real mérito – exceção –, mas sim por acúmulo de prerrogativas) e a igualdade legal (quando os direitos são demasiadamente negligenciados à maioria esmagadora da população mundial em favorecimento do progresso capitalista).

Em vista disso, a quem, no modelo capitalista (neo) liberal é permitido e concedido níveis acima do básico e/ou superiores de qualidade de vida? Notoriamente aos maiores beneficiários da reprodução e da acumulação, ou seja, as classes dominantes detentoras dos meios de produção que, sob o regime da expropriação, espoliação e exploração das massas, obtiveram gananciosos lucros, aumento do conforto material e das suas liberdades em detrimento da supressão da arbitrariedade das classes dominadas. Nesta acepção, encontra-se o princípio e gênese de toda a desigualdade identificada que fora intensificada e aprofundada

no âmago da globalização neoliberal, com causas ligadas, deste modo, diretamente com o resgate dos valores liberais para a política econômica que traz consigo, automaticamente, o retorno às principais problemáticas e contradições existentes no modelo, como as debatidas anteriormente.

Em meio a esse contexto, delineia-se um intenso jogo de forças entre os distintos interesses. Esse aspecto é agravado à medida que se instaura cenários em que as condições de desproporcionalidade social e econômica são elevadas, agregando êxito àqueles que possuem mais poder social adquirido e conferido por meio do capital acumulado. Por conseguinte, tem-se revelada a perpetuação da luta de classes, que possui na classe desfavorecida socioeconomicamente o ponto imediato de ruptura dos direitos humanos mediante a classe dominante que se encontra alicerçada no Estado para infringir leis e direitos de indivíduos e grupos sociais usurpados e alienados pela lógica reprodutiva do capital.

Neste sentido, Mises (1927/2010, p. 58) defende, contraditoriamente, que “os privilégios de classe devem desaparecer, para que cessem os conflitos por eles causados”. Todavia, certamente não será pela via liberal que tal feito poderá se concretizar, como defende o autor, visto que a doutrina pragmaticamente perpetua e convergem privilégios seculares para os burgueses quando pretendia exterminar prerrogativas.

Finalmente, a simbiose entre o capitalismo, que necessita da condição da reprodução e acumulação alicerçada sob a desigualdade, alienação, expropriação, espoliação e dominação para manter sua vitalidade enquanto sistema econômico, e liberdade *lato senso* a todos os indivíduos, tal como é pregada pela retórica liberal clássica, é, portanto, impossível. O liberalismo, embora surgido por razões íntegras com vistas à superação de explorações adversas e abusos intervencionistas advindos da monarquia absolutista, corrompe-se e revela seus verdadeiros princípios e valores mediante a adoção fidedigna aos preceitos do capitalismo, que encontra no liberalismo e no Estado Liberal a possibilidade de expansão e radicalização da lógica sob um discurso convincente desenvolvimentista e progressista.

Deste modo, o liberalismo passa de doutrina combatente da exploração, à modelo econômico e político que cede e torna-se conivente com outros tipos de exploração que visam à expropriação para auferir privilégios, poder e hegemonia – todavia com as prerrogativas direcionadas à classe fundadora da doutrina: os capitalistas burgueses.

Logo, tem-se que o liberalismo fracassou no atendimento aos pressupostos e objetivos estipulados, principalmente no âmbito da redução da pobreza, da miséria e produção de benesses para as massas, como vendera as promessas da economia de mercado, sucumbidas pelas próprias contradições na práxis que as tornam inviáveis e irrealizáveis. Embora talvez o pensamento econômico de fato ainda não tenha concebido um modelo ideal comprovadamente eficiente para o gerenciamento da sociedade, indubitavelmente não é o liberalismo nas suas expressões e ramificações diversas (liberalismo social, liberalismo conservador, liberalismo progressista, neoliberalismo, etc.) que goza deste título e posto.

Essa assertiva é justificada pelas diversas contradições, sobretudo advindas do cerne do capitalismo, identificadas no âmago da doutrina que impossibilitam a concretização de pautas que alcancem o desenvolvimento, em virtude, maiormente, da ratificação de desigualdades visando o crescimento e progresso estritamente econômico que segrega, exclui e perpetua estratificações antecedentes ao surgimento do modelo, não tendo sido este capaz de modificar radicalmente as condições estruturais a nível social e econômico e, deste modo, propiciar o acesso das riquezas à maioria, ao invés de concentra-las visando à acumulação.

2.2 Da ruptura do Liberalismo Clássico (*laissez-faire*) à ascensão do Neoliberalismo: o processo transitório

A evolução histórica do liberalismo iniciada com a emergência do pensamento no século XVII, perpassa, em síntese, pela ascensão do pragmatismo político, pelo auge da doutrina enquanto modelo ideológico direcionador do capitalismo industrial no século XVIII e pelo desenvolvimento das bases teóricas neste período e a posteriori. Conforme visto anteriormente, o primeiro liberalismo que se consolidou no século XVIII possuía por característica principal a limitação dos poderes e funções do Estado através da lei, a fim de viabilizar as liberdades econômicas e políticas.

Contudo, o apogeu do “primeiro liberalismo” nos países que seguiram o viés da doutrina durar-se-ia pouco, vez que no âmbito de meados do século XIX e início do XX o mesmo enfrenta diversas crises financeiras, de superprodução e epistemológicas que marcariam o rompimento da hegemonia da doutrina em um cenário fragilizado de corrida entre potências para dominar impérios neocoloniais, disputas que constituíram as bases para a explosão posteriormente das grandes guerras e que viriam a esfacelar definitivamente o liberalismo. Neste contexto, cabe frisar que os países que não adotaram o liberalismo como

modelo direcionador dos rumos político-econômicos adquiriram considerável vantagem comparativa com medidas protecionistas e intervencionistas, como fora o caso da Alemanha e do Japão, alcançando o desenvolvimento sobremaneira mais rapidamente, patamar e status estendido até os dias atuais (MORAES, 2001).

Sob estas circunstâncias de desequilíbrio, caminhos divergentes no interior da unidade intelectual do liberalismo são estabelecidos, dividindo-se a doutrina entre o dogmatismo do *laissez-faire* e o reformismo social, segmentação esta que causara uma crise sem precedentes das antigas certezas e convicções acerca da concepção liberal de economia (DARDOT; LAVAL, 2016). Diante das inúmeras fragilidades, contradições, fraquezas e dificuldades de sustentação das proposições teóricas considerando a conjuntura após a aplicabilidade do liberalismo, o mesmo passa a ser amplamente questionado internamente e externamente, enfrentando hostilidade até 1945 (ano final da Segunda Guerra Mundial).

Os liberais dogmáticos, por um lado, renegam que o modelo liberal tenha declinado pelas incapacidades e incoerências próprias e intrínsecas ao mesmo quando concatenado com o capitalismo industrial. Apontam que “o próprio sucesso do liberalismo, do chamado capitalismo, o fato de ter gerado uma riqueza sem precedentes, sem que a sua base teórica tivesse sido enunciada, viria a minar as instituições sociais que o tornavam possível” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 22), fortalecido pela proeminência e sucesso da teoria marxista.

Não obstante, é preciso considerar que se tamanho êxito tivesse sido verdadeiramente concretizado através da predominante demonstração das diversas benesses frente aos efeitos danosos, o liberalismo teria sido demasiadamente impulsionado dado à força oriunda do seu triunfo, auxiliando a engendrar e a consolidar assertivas teóricas ao invés de minar a totalidade da doutrina, tornando, portanto, tal argumento inválido.

Já os reformistas sociais, em contrapartida, acreditavam ser necessários – para o alcance de um ideal de bem comum amplamente defendido como finalidade máxima – uma revisão profunda do *laissez-faire* visto que o modelo se apresentou ineficaz e insustentável frente às crises políticas, econômicas e doutrinárias, de modo que o combate ao emergido socialismo e aos totalitarismos e a superação de tamanhas fraturas deveriam ser operados mediante uma refundação das bases intelectuais do liberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Especialmente com o início da Primeira Guerra Mundial, o liberalismo é amplamente atacado pela teoria socialista marxista que, ao disseminar e denunciar as contradições e ineficácia dos preceitos de funcionamento econômico baseados no livre mercado, delata, simultaneamente, a incoerência e inconsistência teórica e científica da doutrina e pensamento liberal, levando a elite intelectual a uma revisão necessária (crise interna).

Deste modo, o liberalismo colapsou no período entre guerras com a ascensão e sucesso do socialismo e, sobretudo com a Grande Depressão de 1929 (crise externa) que, juntamente com o rompimento das perspectivas de internacionalização do capital pelas tendências nacionalistas entre guerras, foi a principal responsável pelo desapego às ideias liberais. Por conseguinte,

A Primeira Guerra Mundial e as crises que vieram depois dela apenas aceleraram uma revisão geral dos dogmas liberais do século XIX. [...] As repetidas crises econômicas, os fenômenos especulativos e as desordens sociais e políticas revelaram a fragilidade das democracias liberais. O período de crises múltiplas gerava uma ampla desconfiança em relação a uma doutrina econômica que pregava liberdade total aos atores no mercado. O *laissez-faire* foi considerado ultrapassado, até mesmo no campo dos que reivindicavam o liberalismo. [...] [Assim,] cada vez mais autores esperavam uma transformação do sistema liberal capitalista, não para destruí-lo, mas para salvá-lo. O Estado parecia o único em condições de recuperar uma situação econômica e social dramática. De acordo com a fórmula proposta por Karl Polanyi, a crise dos anos 1930 soou a hora de um “reencastamento” do mercado em disciplinas regulamentares, quadros legislativos e princípios morais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 57).

Neste sentido, a crise de 1929 foi um marco fundamental para a revisão dos direcionamentos ideológicos econômicos liberais que levou à substituição do modelo, após 1945, pelo consenso socialdemocrata com as políticas econômicas baseadas nas ideias de John Maynard Keynes (1936/1982). Keynes (op. cit.) era um economista que acabara de ganhar protagonismo no cenário político-econômico dado a sua análise e proposição crítica à economia de livre mercado, auxiliando também no abandono ao *laissez-faire* com a defesa de maior intervenção estatal para retificar os resultados desagradáveis obtidos através do ciclo econômico anterior, fundando a doutrina que viria a ser chamada posteriormente de “*keynesiana*” (STEWART JÚNIOR, 1995; MACEDO, 1997).

Em vista disso, a retomada liberalista com novas posições ideológicas parte do princípio da busca pelos agentes econômicos no pós-Segunda Guerra Mundial para a solução das recorrentes crises do capitalismo que o ameaçavam, na qual se demandava também um modelo que mantivesse as rivalidades geopolíticas apaziguadas a fim de evitar a suscitação de novas guerras que poderiam gerar instabilidades econômicas e prejudicar o ciclo e fluxo do

capital no processo de (re) internacionalização após um longo período de tendências nacionalistas (HARVEY, 2011b).

Neste contexto após guerras, a conclusão que se chegara era de que tanto o capitalismo ultraliberal, quanto o socialismo planificado eram modelos que fracassaram e não responderam às demandas da sociedade, de modo que “o único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (HARVEY, 2011b, p. 20).

Visando atender a este último pressuposto referente à criação de instituições para construção de uma nova ordem mundial, acordos como o de Bretton Woods em 1944 foram estabelecidos e várias organizações foram criadas com o objetivo de atingir a esse tipo democrático ideal, se destacando a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Compensações (op. cit., 2011b).

No que tange à concatenação entre Estado e mercado, a doutrina *keynesiana* representou a edificação da combinação pleiteada para que a economia respirasse e aspirasse novos ares – ainda que com diversos aspectos intrínsecos ao núcleo liberal e capitalista –, engendrando, simultaneamente, a corrente do liberalismo social e/ou liberalismo embutido¹² (HARVEY, 2011b) propulsor do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social, na Europa) no pós-guerra e baseado no *New Deal* (Novo Acordo, nos Estados Unidos). Esse *novo liberalismo*, “[...] mais consciente das realidades sociais e econômicas, procurava definir havia muito tempo uma nova maneira de compreender os princípios do liberalismo, que emprestaria certas críticas do socialismo, mas para melhor realizar os fins da civilização liberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 57).

Representando a vitória dos reformistas sociais, o liberalismo social inspirou os governos do mundo ocidental entre 1945 e 1973, subsistindo e baseando-se, em partes, na crítica marxista com vistas a encontrar um equilíbrio entre o capitalismo e o socialismo em uma espécie de “terceira via”, dispensando as perspectivas demasiadamente direitistas do capital e autoritarismos e totalitarismos emergentes naquele período, principalmente o russo

¹² De acordo com Harvey (2011b, p. 20-21), a nomenclatura adotada de “liberalismo embutido” para designar essa corrente do liberalismo social e/ou “novo liberalismo” tem por objetivo “sinalizar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas de um ambiente regulatório”.

ao final da Primeira Guerra Mundial e o alemão anterior ao início da Segunda Guerra Mundial (MACEDO, 1997).

No liberalismo social, algumas teses viriam a caracterizar as crenças e as bases ideológicas da nova corrente surgida. Primeiramente, estabelece-se o ceticismo quanto à economia de mercado, com grande aversão à autoregulação e à convicção na autonomia do *free market* como elemento capaz de garantir o desenvolvimento, embora ainda haja a perpetuação do culto aos valores do individualismo e da livre iniciativa típicos da doutrina essencialmente liberal.

Em segundo, o liberalismo social de cunho *keynesiano* compreende que o Estado deveria – diferentemente do *laissez-faire* – assumir um papel de atuação positivo com caráter desenvolvimentista, manejando grandezas macroeconômicas, e intervindo fortemente para propiciar a redistribuição de renda a fim de corrigir desigualdades e desequilíbrios sociais por meio do pleno emprego e, caso necessário, em nome da justiça social, através também da tributação progressiva (MACEDO, 1997).

De mesmo modo, o Estado Social deveria induzir o desenvolvimento por ações estratégicas (realizando obras de infraestrutura e financiamento a setores específicos) e um planejamento centralizado e globalizado da economia para estabilizá-la e levá-la ao crescimento. Além disso, a fim de conceber o bem estar social, o Estado deveria fornecer e atuar na manutenção de serviços como no que concerne à educação básica, saúde, habitação e amplo sistema de seguridades sociais para todos, garantindo, enfim, a igualdade de oportunidades tão demandada tendo em vista as discrepantes condições materiais e sociais causadas pelo liberalismo clássico e a economia do livre mercado não monitorada (MACEDO, 1997; MORAES, 2001). Neste sentido, essa proposição liberal advogava um Estado ativo em diversos setores e de macroeconomia *keynesiana*.

Somada a essas concepções emerge a socialdemocracia, fruto de uma ruptura existente no interior do movimento socialista, esse viés político objetivava combinar, no corpo ideológico, a democracia com a liberdade no campo político somado à intervenção e controle estatal na/da economia para prevenir a “anarquia”, ou seja, essa ideologia política aspirava socializar o liberalismo¹³ (STEWART JÚNIOR, 1995). A partir dessa perspectiva política e

¹³ Os sociais-democratas são entendidos e definidos, muitas vezes, como os marxistas adeptos à reforma parlamentar ao invés da revolução considerando que emergiram a partir de uma ruptura no interior do socialismo

econômica, a socialdemocracia com a base desenvolvimentista e *keynesiana* pretendia reformar os moldes de atuação do capitalismo sob a anterior égide do liberalismo clássico com a finalidade de corrigir e conter os traços externos indesejáveis e autodestrutivos do sistema que se apresentavam mediante recorrentes, progressivas e cíclicas crises.

Simultaneamente, esse modelo buscava alcançar o desenvolvimento e cumprir as promessas contidas no âmago da doutrina liberal quanto às liberdades políticas e ao aumento do bem estar, redução da pobreza, miséria e produção de benesses para a maioria, elementos inviabilizados pela lógica da economia de mercado promotora de efeitos contrários. Por conseguinte, o tido *novo liberalismo* propunha-se não a suprimir o sistema capitalista, mas sim a repara-lo ao ponto de viabilizar e agregar êxito contínuo aos fluxos e movimentos do capital entendendo que, para tanto, se fazia necessária a junção da criação de um ambiente regulatório com a diminuição das desigualdades.

Deste modo, considerando as contradições, distorções e distância entre os efeitos desejados pelo liberalismo e os alcançados pela prática exercida no século XVIII e XIX influenciada pelos preceitos e valores da própria doutrina – discutida no subcapítulo 2.1 –, definitivamente

[...] a realização dos ideais do liberalismo exige que se saiba utilizar meios aparentemente alheios ou opostos aos princípios liberais para defender sua implementação: leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações. Mas, se esse reformismo [social] aceita restringir os interesses individuais para proteger o interesse coletivo, ele o faz apenas para garantir as condições reais de realização dos fins individuais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Portanto, é somente com o Estado Social de economia *keynesiana* que os direitos individuais, primários, naturais, inalienáveis e fundamentais ganham o devido protagonismo na práxis e se tornam verdadeiramente direitos, deixando de ser meras utopias.

A garantia de tamanhos direitos só fora possível visto que o Estado, nesse modelo, é um importante atuante para garanti-los e prover liberdades a todos e/ou grande parte da massa a partir do intervencionismo que instaura a igualdade de oportunidades com medidas

(MACEDO, 1997). Todavia, é contraproducente associar a mera reforma parlamentar à corrente marxista, vez que as obras de Marx pregam a revolução enquanto método para a chegada ao regime socialista e o comunismo a posteriori como panaceia definitiva e única possível para os males do capitalismo, perspectiva completamente dissociável da social-democracia que não demonstrou a capacidade de chegada ao socialismo, fortalecendo, contrariamente, a lógica do capital ao se ali(nh)ar aos interesses burgueses – embora sua gênese remeta ao âmago da doutrina socialista.

reparatórias. Com isso, o “[...] liberalismo apoiado em direitos, assumiu uma posição contrária ao neoliberalismo, julgando que a defesa destes direitos implicava não numa abstenção do Estado, [como defendiam os clássicos e dogmáticos (neo) liberais], mas numa ação afirmativa do Estado para corrigir injustiças” (MACEDO, 1997, p. 49).

Neste sentido, o Estado tem suas funções modificadas, passando de interventor – e mínimo, sob a perspectiva dos (neo) liberais – que age unicamente e positivamente a favor dos anseios e interesses exclusivos do mercado, para um grande articulador de estratégias que possui na sua nova atuação intervencionista e reguladora o objetivo mor de assegurar o triunfo e vitalidade ao capitalismo por meio da promoção do bem estar, desempenhando, assim, função dupla.

No entanto, é importante frisar que o Estado não é revertido em uma instituição filantrópica que distribui bondades e benesses gratuitamente sem perspectiva de retorno, mas sim, faz dessa ação uma forma de método e estratégia inteligente – a partir da via da proteção do interesse coletivo – para propiciar a continuidade e prosperidade do ciclo da reprodução do capital, perpetuado a sua característica de favorecimento e suporte ao aparato burguês.

Longe de revolucionar e/ou eclipsar o capitalismo, o liberalismo social pretende apenas facilitar e propiciar a sustentabilidade da doutrina essencialmente liberal pautada nos valores e princípios do individualismo, da igualdade legal, universalidade, melhorismo, progresso, entre outros sob a égide do capitalismo, pela adoção de métodos de atuação diferentes, visto que seus propulsores reconhecem o fracasso da rigidez e radicalidade da confiança no mercado do *laissez-faire*.

Consequentemente, essa perspectiva difere significativamente do liberalismo clássico, bem como do neoliberalismo, pois, conforme discutido anteriormente, o pragmatismo puramente baseado na lógica do livre mercado com a essência extremamente individualista e competitiva concatenado ao capitalismo permite a viabilidade e salvaguarda dos direitos básicos apenas para um espectro restrito de indivíduos que compõem as classes dominantes, engendrando graves e profundas crises ameaçadoras para a extinção da própria lógica do capital que demanda, neste sentido, ações que assegurem estabilidade.

Quanto aos impactos, o liberalismo social embutido trouxera inúmeros benefícios para o desenvolvimento e o crescimento econômico mediante a adoção do sistema fordista de

produção e consumo em massa e dado a sua preocupação com a esfera social, mesmo que sob uma porção de restrições sociais e políticas de um ambiente regulatório amplamente condenado pelos liberais clássicos, mas de sua importância para alcance de um equilíbrio, ainda que momentâneo como o fora (HARVEY, 2011b).

Apesar disso, inegavelmente a aplicação das políticas baseadas no modelo *keynesiano* alavancou significativamente a economia de todo o mundo através do forte investimento em capital fixo, da ampliação dos gastos públicos e intervenções ativas do Estado na economia em sentido de regulação estipulados pela doutrina, de modo que esse próspero período ficou conhecido como “era ouro”, “anos dourados” e/ou “30 anos gloriosos” do capitalismo (FONT; RUFÍ, 2006).

No entanto, em meados da década de 1960, as quedas significativas nos índices de medição do crescimento econômico denunciaram e anunciaram o suposto declínio do Estado de Bem Estar Social mediante as denominadas crises: do petróleo, a crise de superprodução, a crise da superacumulação, a crise do fordismo, a crise do Estado, a crise do *keynesianismo*. Ainda, de acordo com Font e Rufí (2006, p. 44), o modelo *keynesiano*-fordista fora ainda mais fragilizado por alguns fatores como a “[...] excessiva rigidez do sistema e por sua incapacidade em se adaptar às novas demandas sociais e culturais”, que intensificaram a tensão causada pela recessão.

A conjuntura econômica de recessão formou-se a partir da estagflação, significante da combinação de estagnação com inflação alta, que teve por cerne a redução e desaceleração do crescimento econômico dada a crise do petróleo que acarretou no enxugamento da capacidade de tributação estatal, impactando diretamente na diminuição das suas receitas e do aumento do déficit público, quando os gastos, simultaneamente, expandiram-se em razão do crescimento exponencial do desemprego. Além disso, o impacto sobre o plano macroeconômico com a aceleração da inflação se deu, pois o capital não estava suportando a elevação dos salários – valorização obtida pelo poder dos sindicatos na relação capital e trabalho –, iniciando, assim, o repasse dessa problemática de custo aos preços finais dos produtos, reduzindo, por conseguinte, o mercado de consumidores e gerando a crise de superprodução (FILGUEIRAS, 1997).

Esse efeito dominó tornou-se o ponto de partida para a gestação de novos rumos para a economia mundial a partir da proeminência do pensamento neoliberal, ideologia que

representava o retorno aos preceitos econômicos, políticos e filosóficos liberais sob nova roupagem e cenário histórico-temporal (MORAES, 2001).

Deste modo, o renascimento do pensamento liberal clássico do século XVIII, concomitantemente à inauguração do terceiro liberalismo com características peculiares, se deu mediante as crises emergidas que incitaram a busca por alternativas. Logo, começou a ser delineado no horizonte um sistema que reorganizasse a lógica do capitalismo e reerguesse o ciclo produtivo e de consumo, suprimindo a demanda da retomada do crescimento econômico mundial.

Neste contexto de crise do Estado Social e do modelo fordista-*keynesiano* que engendrou um conjunto de recessões tendo como impactos a geração de desempregos, inflação acelerada e insatisfação geral, o neoliberalismo, após insistente pregação realizada pelos intelectuais dogmáticos durante alguns anos, ganhou empatia pelas elites econômicas e classes dirigentes que se viram ameaçadas pela possibilidade de reação das massas e retorno da alternativa socialista (HARVEY, 2011b).

Com isso, levantou-se um forte movimento do “manifesto do neoliberalismo” enquanto novo receituário a ser aplicado mundialmente, há muito proposto por intelectuais críticos ao intervencionismo estatal do liberalismo embutido, como Hayek (1944/2010) e Friedman (1988), fervorosos defensores do livre mercado como panaceia para os embaraços econômicos daquele momento e a vitalidade da economia (privada) – sem levar em consideração a falência declarada dos métodos liberais com a crise mor de superprodução de 1929. Neste sentido, tem-se que o neoliberalismo marca o retorno aos princípios do liberalismo após a “era ouro” do capitalismo – devido às grandes margens de crescimento econômico –, direcionando ideologicamente a globalização contemporânea e referenciando mais uma fase do capitalismo.

Mais do que panaceia, o neoliberalismo representou uma reação ultraliberal dogmática ao intervencionismo da doutrina *keynesiana* e à social-democracia, de modo que os neoliberais pretendiam exterminar a perspectiva do Estado Social proposta e instituída pelos reformistas sociais – rivais (MORAES, 2001). Neste sentido, quando o liberalismo embutido nos anos de 1960 apresentou sinais de decadência internacionalmente e nacionalmente em diversos países que o adotaram, sobretudo nos capitalistas desenvolvidos, os liberais

dogmáticos encontraram a conjuntura perfeita (crise da doutrina) para o questionamento do funcionamento e efetividade das políticas econômicas *keynesianas*.

O *novo liberalismo* (social, embutido) era, evidentemente, um fantasma concorrente alocado do lado oposto e antagônico aos ideais neoliberais, que acabara de surgir no cenário caótico da economia e da política. A diferença entre ambas as doutrinas – que disputavam hegemonia política e econômica – residia na prioridade, já que os neoliberais privilegiavam as liberdades econômicas, quando os liberalistas sociais reformistas consideravam prioritárias as liberdades políticas, mesmo que não renegando as econômicas.

Ademais, a divergência central estava nas considerações acerca do mercado. Os neoliberais acreditam sobremaneira na capacidade de resolução de problemas através da autossuficiência do mercado sem intervenção estatal. Não obstante, os adeptos do liberalismo social embutido não negam o papel central do mercado, todavia não depositam confiança no mesmo enquanto motor eficiente para produção de bens públicos e redistribuição a contento, momento em que o Estado deve intervir (MACEDO, 1997).

Deste modo, o neoliberalismo, enquanto doutrina que se tornara hegemônica a partir da década de 1970, eliminou as condições, pressupostos, perspectivas e formas de planejamento e gestão econômicas, políticas e sociais do liberalismo embutido *keynesiano*, de modo a impor os seus próprios preceitos a todo o mundo aliado à globalização que, a partir da extensão mundial do capitalismo engendrada mediante o avanço colossal das tecnologias, dispôs do cenário ideal para a ação e mobilidade dos mercados, fluxos financeiros, comerciais e de investimentos exigidos e demandados pelo receituário neoliberal.

Com isso, o neoliberalismo devolvera a hegemonia de poder da condução da economia ao mercado, anteriormente compartilhada com o governo nos métodos liberais *keynesianos* e socialdemocratas. Neste sentido, todo o aparato econômico, uma vez que desnacionalizados e globalizados, tornaram-se livres da regulação e intervenção de governos, convertendo a atuação destes últimos para o favorecimento e sustentação da lógica instituída a partir do resgate das proposições liberais do século XVIII.

Por conseguinte, não somente estava em jogo o conserto e a retomada do crescimento econômico, mas, sobretudo, o restauro do poder das elites econômicas que almejavam além do retorno ao seu campo de atuação na economia, amplia-lo também para o âmbito político,

fator que se concretizou com a subordinação do Estado ao mercado e a tida privatização do poder político (HARVEY, 2011b). Inegavelmente tamanha ambição da esfera privada causou imensos desequilíbrios entre os Estados nacionais e a globalização econômica e política, causando intensas desregulações, ausência de credor e/ou governança na mesma escala global e tornando o sistema econômico neoliberal sumariamente antidemocrático, totalitário, instável e ineficiente, acarretando em diversos efeitos como a desigualdade e a exclusão que vão à contramão do crescimento e desenvolvimento prometidos e agregando peculiaridades à conjuntura temporal inaugurada, como veremos a seguir.

2.3 O Neoliberalismo no/do Mundo Globalizado

O princípio do processo de hegemonização do neoliberalismo no âmbito do *establishment* esteve na eminência de diversificadas e recorrentes crises iniciadas de forma pragmática a partir de meados do século XX, sobretudo do modelo político-econômico que regia a sociedade capitalista daquele momento, conforme discutido anteriormente.

No contexto de demasiada instabilidade no sistema econômico e político dado à crise do sistema fordista e colapso do *keynesianismo*, entre a década de 1960 e 1970, analistas e os países socialistas esperavam a queda definitiva do sistema pautado na industrialização capitalista. Entretanto, os rumos econômicos nortearam-se para o retorno dos preceitos do liberalismo sob a égide do neoliberalismo, levando à reestruturação das empresas, do modo de produção, do Estado, das condutas individuais e do mercado com a expansão da financeirização alicerçada nas novas tecnologias e na proeminência do *free market*.

A partir dos processos de neoliberalização somados à instauração da globalização *lato sensu* na década de 1980, o capitalismo fora intensamente reinventado em termos estratégicos de modo a superar as fortes crises que o desestabilizaram e ameaçaram à ruína. Sob essa perspectiva, as previsões de declínio definitivo não se concretizaram, à proporção que a era capitalista de característica pós-fordista e globalizada se instalou pelas forças dos poderes econômicos (multinacionais, transnacionais, agentes financeiros, organismos econômicos internacionais e multilaterais), induzidos também por políticas governamentais de ideologia neoliberal deliberada (CASTELLS, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016).

Mais do que arcabouço ideológico central da política e economia de uma fase específica do capitalismo (definição generalizada), o neoliberalismo assentou-se na qualidade

de doutrina teórico-filosófica basilar para o processo de globalização do capital, configurando-a com características peculiares e vice-versa. A globalização e o neoliberalismo, embora sejam fenômenos dissociáveis que emergiram e se consolidaram em períodos distintos e, portanto, apresentem dessemelhanças e singularidades, estão em confluência direta no âmbito do final do século XX, de modo que a interação e atuação de ambos engendram e corporificam peculiaridades de uma complexa fase e era do capitalismo.

Enquanto a globalização refere-se a processos que expandem a lógica e os fluxos do capital por todo o mundo, ensejando complexas relações geopolíticas entre os países e demais processos que modificam demasiadamente o caráter da produção, distribuição, consumo e cotidiano dos indivíduos intrinsecamente relacionada ao estado da técnica – informatização (SANTOS, 2008); o neoliberalismo é, complementarmente, o arcabouço ideológico do capital que, tornado hegemônico, conduz o estado da política (op. cit.) a partir das suas teses e premissas de âmago liberal, resultando na determinação do conteúdo da política pública, da ação de agentes públicos e privados, dos direcionamentos dos mercados produtivos e financeiros, em suma, de todos os processos político-econômicos-sociais de sociedades e países regidos pelo capitalismo.

Neste sentido, tem-se que os processos concernentes à globalização são alinhados pela ideologia neoliberal que possuem como razão central dessa união a vitalidade, manutenção e perpetuação da reprodução e acumulação do capital, atuando de modo planejado, em regime de complementariedade, sincronicidade e sincronização, embora as contradições e tensões não se esvaíam, posto que são partes de um sistema (capitalista) que no seu âmagó é paradoxal.

De certo modo, a globalização é a materialização e práxis do neoliberalismo, considerando que a liberalização foi condição ideológica essencial para que se concretizasse a globalização da produção sob as pautas pós-fordistas do livre mercado com intervenção regulatória mínima por parte do Estado (FONT; RUFÍ, 2006). Globalização e Neoliberalismo são, portanto, os elementos centrais da lógica contemporânea do capital, tornados arbitrariamente indissociáveis quando atuantes em prol deste último no que concerne às suas demandas de superação de paradigmas prejudiciais ao próprio sistema e ao poder das elites e classe econômica e política hegemônica – como o *keynesianismo* e o socialismo soviético.

Deste modo, os efeitos e impactos para a sociedade contemporânea que a globalização gera são, por conseguinte, semelhantes aos do neoliberalismo no interior da lógica econômica,

política e social, no qual cada fenômeno possui sua parcela de participação e cooptação nas repercussões causadas. Em virtude de ambos os fenômenos interagirem, se complementarem e serem composição, concomitantemente ao fato de que são produtos da totalidade do capitalismo, torna-se complexa a tarefa de designar as características e/ou circunstâncias causadas especificamente pelos processos de globalização e/ou da neoliberalização, senão impossível.

Logo, ao adentrarmos, neste momento, em alguns dos efeitos imediatos do neoliberalismo incansavelmente apontados por especialistas, intelectuais e estudiosos da temática, abre-se a suscetibilidade de haver reiteração e reincidência de algumas enunciações, tópicos e problemáticas demonstradas anteriormente – especialmente no subcapítulo 1.3 – enquanto resultado da globalização econômica e política.

Em caráter analítico comparativo, o neoliberalismo é, assim como a globalização (ou até mais intensamente), fenômeno complexo, uma vez que é fruto, produto e resultado de uma longa trajetória histórica não somente do circuito percorrido pelo sistema capitalista desde o período mercantil – como o é esta última –, mas também do pensamento liberal envolvido em conflitos e tensões empíricas e epistemológicas. Somado a esses fatores, acentua-se ainda mais a feição da complexidade do neoliberalismo quando se é evidenciado que o mesmo transformou profundamente não somente a lógica capitalista, mas também a sociedade em si ao influenciar decisivamente no cotidiano de indivíduos e grupos sociais (FILGUEIRAS, 1997; DARDOT; LAVAL, 2016).

Tamanha propensão decorre da destruição criativa (HARVEY, 2011b) pela qual o neoliberalismo se propõe objetivamente. Ao mesmo tempo em que a doutrina destrói regras, instituições, direitos conquistados e valores solidificados, sobretudo aqueles que visem à coletividade, assistência e à solidariedade, concatenados ao socialismo e à socialdemocracia; a ideologia neoliberal busca produzir, engendrar e fortalecer determinados tipos de relações sociais, formas de viver e subjetividades sob a base do individualismo, da competitividade e outros preceitos da racionalidade oriunda do modelo da economia de mercado, naturalizando na consciência dos indivíduos a desigualdade e outros efeitos perversos.

Para tanto, o campo de atuação neoliberal instituiu-se demasiadamente ampliado, agindo sob o aspecto político com a desdemocratização¹⁴ e a conquista do poder e hegemonia cultural; o aspecto econômico com crescimento avassalador do capitalismo financeiro e a economia atuante em escala global; o aspecto social com a individualização das relações sociais com clara polarização entre classes; e no aspecto subjetivo de instituição de um novo sujeito de novas patologias e modos de viver, auxiliadas pelos oligopólios da mídia (DARDOT; LAVAL, 2016).

Por conseguinte, o neoliberalismo tende à totalização, vez que atua em escala mundial e longe de limitar-se à esfera econômica e/ou política, estrategicamente a doutrina se infiltra e adentra nos mais diversos setores e instituições para impor os valores da ideologia transversalmente às sociedades contemporâneas que almejem alcançar a “modernidade”, sendo “[...] parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais” (SOARES, 2000, p. 12) alicerçados pelas novas tecnologias que propiciam a propagação midiática das normas de vida e formas de viver exigidas pela conjuntura temporal do capital. “Neste sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a sua lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7) e mais além, impondo as suas premissas como propriamente referência de estilo e modo de vida.

Com isso, o neoliberalismo pretende globalizar-se e funcionar como um gerenciador ideológico nas macros e micros esferas políticas, sociais, econômicas e culturais que regem e compõem as sociedades na atual e nova fase do capitalismo. Para tanto, o neoliberalismo penetra na consciência coletiva através do seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana com o objetivo final de exercer dominância nas entranhas sociais para propiciar a reprodução ampliada e acumulação do capital, deixando espaços abertos para que este último possa atingir plenamente aos seus anseios estratégicos de recuperação,

¹⁴ De acordo com Dardot e Laval (2016), os processos de desdemocratização no âmbito do neoliberalismo consistem em esvaziar o significado e prática da democracia ao distancia-la de sua substância, no entanto sem a extinguir formalmente e oficialmente, visto que no âmbito do capitalismo neoliberal global as relações políticas realizam-se sob a democracia representativa oriunda da tradição liberal. Entretanto, é importante frisar que, se no contexto do século XVIII e XIX o liberalismo *laissez-faire* e a democracia já possuíam conflitos de interesse em potencial, com a emergência do neoliberalismo acentuam-se as discórdias entre as tradições considerando que o poder político é demasiadamente dominado pela lógica privatista do mercado, sobrepondo-se ao Estado e à própria soberania popular, fator que vai de encontro aos preceitos democráticos e às liberdades positivas, conforme demonstrado no subcapítulo 2.1.

perpetuação, dominação e expansão sem, supostamente, quaisquer barreiras contra-sistêmicas, de resistência e/ou regulatórias (COSTA, 2002).

Diante das explanações supracitadas, aufere-se, primordialmente, no que concerne a definições, que neoliberalismo possui tripla dimensão, ou seja, corresponde a uma ideologia, sistema normativo e a um conjunto de políticas econômico-sociais que possui o mercado como centralidade ao identifica-lo como realidade natural, sendo apropriado pelo grande capital para servir-lhe como instrumento de dominação (FILGUEIRAS, 1997; COSTA, 2002; DARDOT; LAVAL, 2016).

Todavia, não se restringe a esses aspectos logo evidenciáveis, pois de acordo com Moraes (2001), pelas vastas dimensões abarcadas e influências exercidas pelos processos de neoliberalização, o neoliberalismo pode ser conceituado de diversas formas apoiado em distintas abordagens, levando a várias significações como: uma corrente de pensamento e uma ideologia; um movimento intelectual organizado; um conjunto de políticas adotadas a partir da década de 1970 por governos nacionais, ratificadas e difundidas pelos organismos multilaterais que visam o retorno a um modelo ideal (a doutrina liberal do século XVIII); um guia teórico e prático para partidos políticos e governos (FILGUEIRAS, 1997); entre outros.

Na condição de razão governamental e racionalidade do capitalismo contemporâneo, Dardot e Laval (2016, p. 17) apontam que “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”, diferenciando-se, desta maneira, pela forma de governamentalidade, presente nas ideias de Foucault (2010)¹⁵ e na racionalidade política neoliberal, que é pautada no “[...] desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34). Sob a perspectiva de vertente, na qualidade de corrente de pensamento composta por discursos, Harvey (2011b, p. 12) assinala que

¹⁵ Ao analisar a razão governamental do neoliberalismo que é repleta de tipos de racionalidade política pelas quais se dirige a conduta dos homens através da administração estatal, Foucault (2010) os relaciona diretamente com a questão da governamentalidade, entendendo esta última não como a instituição “governo”, mas como atividade engendrada a partir de técnicas e procedimentos do poder que visam dirigir e conduzir a conduta dos homens. Ou seja, “o termo ‘governamentalidade’ foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governa-los” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18) e, mais do que isso, buscam instituir um autogoverno do indivíduo, de forma que o mesmo se autogoverne ao exercer sobre si mesmo as técnicas de exercício do poder. Portanto, a governamentalidade, sobretudo a neoliberal, para Foucault (2010), está centrada na junção entre as técnicas de dominação e de poder exercidas sobre os outros como forma de conduzir a conduta alheia e as técnicas de si para conformar-se por si mesmo a certas normas.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

As enunciações supracitadas tornam clarividente que o neoliberalismo é o paradigma hegemônico contemporâneo que traz em seu âmago o objetivo de apresentar propostas condutivas que consolidem uma “nova” economia, com vistas a executar com êxito a árdua tarefa de reestruturar o ciclo da reprodução e acumulação do capital de cunho selvagem e descompromissado após anos de regulações estatais e a pane causada pela estagflação que rachou suas estruturas.

Para tanto, o neoliberalismo apoia-se e propõe ações políticas pautadas sob a égide dos fundamentos da racionalidade liberal clássica – notavelmente e recorrentemente apontada pelas/nas conceituações dispostas –, a mesma que outrora fora repelida já que se apresentou prejudicial ao sistema capitalista quando da crise de 1929, como citado anteriormente. No sentido de demonstrar a dimensão prática neoliberal e os respectivos dispositivos adotados para o alcance do cenário econômico, político, cultural e social pretendidos, Ianni (1998, p. 29) destaca que

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. [...] Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas.

Deste modo, a ideologia neoliberal marca o retorno parcial às ideias, premissas, suposições, pressupostos e postulados do pensamento liberal clássico, *laissez-faire*, com as nuances conservadoras oriundas do século XVIII e XIX. Simultaneamente, o núcleo do pensamento liberal clássico adquire, sob o neoliberalismo, variantes novas, vez que modificações de postulados são feitas para adaptação ao contexto tecnológico e globalizado a que se pretende o neoliberalismo, tornando, concomitantemente, a doutrina neoliberal singular à medida que adota e possui caracteres de governamentabilidade diferenciais, bem como por ser aplicada em uma conjuntura temporal com desdobramentos e delineamentos específicos que engendram, por conseguinte, cenários inéditos na história do capitalismo e do pensamento

liberal. Logo, os desdobramentos da doutrina liberal nas vertentes do liberalismo clássico e do neoliberalismo estão em relação e interação constante, de modo que

[...] a racionalidade neoliberal que realmente se desenvolve nos anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930. Não passamos com ela da teoria para a prática. Uma espécie de filtro, que não se deve a uma seleção consciente e deliberada, retém alguns elementos em detrimento do resto, em função de seu valor operatório ou estratégico em dada situação histórica. [...] O neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33-34).

Assim, o neoliberalismo mescla tendências e conceitos antigos do liberalismo *laissez-faire*, realizando seleção das teses que conceberão ações políticas baseada no viés utilitarista, medindo esta última partindo-se das novas demandas de expansão do capital, amoldando-a às condições emergentes da economia globalizada. Desta forma, alguns antigos preceitos liberais tornaram a ganhar destaque e protagonismo, modificados ou não, ao mesmo tempo em que foram concebidos e delineados os elementos de cunho intrinsecamente neoliberal do receituário que viria a se tornar o direcionador hegemônico da conduta e das políticas econômico-sociais do final do século XX e XXI.

Considerando que os pensamentos liberal e neoliberal possuem alteridades e similaridades que, ora as distanciam pela conjuntura histórico-temporal que as diferenciam, ora as aproximam pelas semelhanças, faz-se necessário discernir os pontos e postulados que ambas possuem em comum e que, em partes – dado que são fruto de um mesmo núcleo ideológico –, se destoam, destacando também os atributos e as táticas que são intrínsecos e símbolo referência da era neoliberal, conforme apresentado no Quadro 01.

QUADRO 01
SÍNTESE DAS CONGRUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE O LIBERALISMO
CLÁSSICO *LAISSEZ-FAIRE* E O NEOLIBERALISMO

ASPECTOS	LIBERALISMO CLÁSSICO <i>LAISSEZ-FAIRE</i>	NEOLIBERALISMO
SURGIMENTO	Séc. XVII; Contra o absolutismo e o autoritarismo. Iluminismo	Séc. XX; Contra o Liberalismo Social e o Estado de Bem Estar Social.
CONTEXTO	Capitalismo Mercantil; Estado Monárquico, absolutista, autoritário, centralizador; Sociedade estamental e religiosa.	Capitalismo Industrial; Estado de Bem Estar Social, <i>Keynesiano</i> , Desenvolvimentista, democrático, centralizador e controlador; Sociedade de classes móvel.
FASE DO CAPITALISMO QUE INAUGURA	Capitalismo Industrial.	Capitalismo Financeiro.
ESCALA DO CAPITAL	Internacional.	Global.
MODELO DE PRODUÇÃO	Fordismo.	Pós-fordismo; toyotismo (<i>just in time</i>).
REGIME POLÍTICO	Democracia Representativa, sufrágio restrito, depois universal.	Democracia Representativa, sufrágio universal, porém desdemocratizada.
ESTADO	Estado Liberal, “Estado de Direito”, Estado Mínimo.	Estado Neoliberal, “Estado Democrático de Direito”, Estado Supranacional (organismos multilaterais ≠ governança global) <i>versus</i> Desestatização nacional (privatização).
FUNÇÃO DO ESTADO	Regulamentação (contrato social) mediante liberdade negativa; Prover infraestrutura, segurança, obras macro; Socorro à economia, sem exercer participação e/ou intervenção.	Desregulamentação; Desburocratização; Desestatização; Flexibilização; Exacerbação da liberdade negativa; Subserviente às demandas do Mercado; Socorro à economia, sem exercer participação e/ou intervenção.
LIBERDADES	Liberdades Econômicas: - Livre mercado; Livre iniciativa; Livre empresa; Livre concorrência; Livre propriedade; Liberdades Políticas:	Liberdades Econômicas: - Livre mercado; Livre iniciativa; Livre empresa; Livre concorrência; Livre propriedade; Liberdades Políticas:

	- Pluralismo; Tolerância civil; Expressão Social; - Direitos humanos sucumbidos; - Sufrágio.	- Multiculturalismo; Intolerância étnica (xenofobia); - Direitos humanos sucumbidos; - Sufrágio.
TESES FILOSÓFICAS	Equilíbrio entre liberdade positiva e negativa; Individualismo; Fé no progresso; Distinção entre público x privado.	Exacerbação da liberdade negativa; Extremismo do individualismo, expandido às relações sociais; Supressão do público, hegemonia do privado.
TESES POLÍTICAS	Legalidade/Constitucionalismo; Consentimento/Democracia; Estado mínimo e laico.	Poder político privatizado; Ditadura do Mercado; Desdemocratização; Estado mínimo; Estado privatizado; Estado laico.
TESES ECONÔMICAS	Crença no Mercado; Defesa do lucro; Revalorização do trabalho; Defesa da propriedade privada, livre iniciativa, empresa e concorrência.	Hegemonia do Mercado; Defesa e supremacia do lucro; Precarização do trabalho; Defesa da propriedade privada, livre iniciativa, empresa e concorrência.
UTOPIA	Crescimento e expansão da economia capitalista mediante reprodução ampliada do capital sob o livre mercado com mínima intervenção estatal e popular.	
FERRAMENTA CENTRAL	Liberdades econômicas (livre mercado)	Consenso de Washington (ajuste estrutural neoliberal)
CENÁRIO ALCANÇADO	Expansão da reprodução do capital.	
	Ascensão da classe burguesa.	Concentração de capital e poder para as elites.
	Avanço tecnológico e da inovação.	
	Crises econômicas cíclicas.	Economia global instável; Crises econômicas cíclicas.
	Aumento e intensificação da desigualdade entre classes.	Aumento e intensificação da desigualdade entre classes e da pobreza no Terceiro Mundo.
	Liberdades políticas corrompidas.	

Fonte: Elaborado por Larissa Prado Rodrigues, 2019.

No âmbito das divergências, Filgueiras (1997) destaca que a diferença essencial e irreduzível entre o liberalismo e o neoliberalismo se dá nas circunstâncias históricas e propósitos contextuais dos quais ambos emergiram e floresceram.

O liberalismo surgiu como movimento político em um momento de busca pelas reduções de barreiras para a expansão capitalista, ascensão da modernidade e de transfusão de hegemonia que dota de poder a burguesia visando superar uma ordem monárquica, estamental, religiosa, centralizadora e totalitária.

Já o neoliberalismo é um movimento intelectual que se constituiu como uma reação aos postulados do *keynesianismo* e do liberalismo social, pregando o retorno aos moldes econômicos do liberalismo *laissez-faire* com a finalidade primeira de recuperar o formato de capitalismo em que há a proeminência da supremacia do mercado e seus valores intrínsecos, pondo fim à intervenção estatal na economia. Segundamente, a reação neoliberal objetivava reestabelecer o poder das elites econômicas através da reconcentração de renda propiciada pela retomada da exacerbada acumulação do capital.

Este fator distintivo impacta diretamente sobre as diversas teses e ações táticas do liberalismo que são valorados e ressaltados sob a ótica neoliberal. Assim, embora o neoliberalismo resgate ideologicamente para a ação política determinadas concepções e seus respectivos métodos que são partes do núcleo essencialista do liberalismo, as mesmas são aplicadas e executadas, ora seguindo fielmente as tendências primárias e originárias oriundas do *laissez-faire*; ora adaptadas ao contexto e aspirações da expansão do capital que se torna globalizado, por vezes de forma minimizada ou radical e aprofundada – somadas, evidentemente, àquelas inovadoras que são parte intrínseca da práxis neoliberal.

No plano econômico, a supremacia e hegemonia do mercado com demasiada crença na eficiência e eficácia a partir da busca incessante pelo lucro que supostamente engendra ações racionais, e sob as leis do livre mercado e da livre competição balizadas pelo mecanismo da mão invisível, são elementos que, outrora centrais do/no liberalismo clássico, encontram-se ratificados no âmbito do neoliberalismo.

Para além do mero retorno à lógica da economia de mercado tipicamente liberal, a era neoliberal se distingue posto que a hegemonia do mercado é intensamente aprofundada com os processos de financeirização, resultando na proeminência do capital e mercado financeiro

globalizado; com a sabotagem dos preceitos democráticos e, por conseguinte, da soberania popular no momento em que os agentes privados passam a dominar o âmbito do poder político causando conflitos de interesses; e com as empresas e corporações que passam a atuar em escala transnacional de modo a transpor territórios, fronteiras e solapar soberanias dos Estados-nação.

Para que os horizontes econômicos pretendidos pelo neoliberalismo de fato se concretizassem, engendrando uma nova configuração societária, governamental, estatal e institucional baseadas na maximização e radicalização da economia do livre mercado, a doutrina para além do apelo midiático, defendeu e difundiu a partir de políticas que exercem dominância, sob um discurso lendário, um apinhado de teses, recomendações e ações que se igualam ou diferenciam daquelas do capitalismo industrial, levando à constatação de que as utopias entre o liberalismo e neoliberalismo são semelhantes – como o crescimento da economia capitalista baseada no livre mercado –, mas alguns dos meios apontados na práxis para o alcance dos fins pretendidos são distintos.

Os ajustes neoliberais foram e são apresentados em princípios e concepções que são transmutados em ações políticas individuais e institucionais, tornando-se a base de receituários que devem ser, teoricamente, adotados e seguidos cegamente por todos os países do mundo – o que na prática não ocorre em decorrência das relações de poder, como se verá mais adiante. Primordialmente, os Estados e nações devem prezar, assim como no liberalismo só que mais intensamente dada a escala globalizada a que se pretende o neoliberalismo, pelas liberdades econômicas que incluem a defesa da livre iniciativa e empresa, da propriedade privada e dos contratos sob, contraditoriamente, intervenção governamental mínima regida por processos de desestatização através de reformas do Estado (SOARES, 2000).

Perante a égide neoliberal, as economias nacionais devem ainda acatar as premissas da desregulamentação em geral para abertura dos mercados, a fim de permitir a expansão das empresas e corporações nacionais e multinacionais que agora devem ser transnacionais, bem como para propiciar a mobilidade dos fluxos de capitais financeiros, produtivos e de mercadorias; e permitir a articulação entre os mercados nacionais, regionais e internacionais, atendendo aos anseios de globalização do capital.

Neste contexto, os grupos empresariais e multinacionais são protagonistas do processo a partir de “[...] três aspectos inter-relacionados: o aumento do investimento estrangeiro

direto, o papel decisivo dos grupos empresariais multinacionais como produtores na economia global e a formação de redes internacionais de produção” (CASTELLS, 2005, p. 158).

As multinacionais são uma das principais representações da neoliberalização e globalização da economia juntamente à era da financeirização, uma vez que responsáveis pelos investimentos estrangeiros diretos nos diversos países em que se instalam, bem como por serem as produtoras de destaque de bens e serviços na atual lógica econômica. As empresas de cunho multinacional estão sendo cada vez mais substituídas pelas redes, conglomerados e corporações transnacionais que produzem bens e serviços globais dissociados de contextos nacionais. Por conseguinte,

São empreendimentos que atuam em todos os níveis e setores, incluindo a eletrônica, a informática, o turismo e o entretenimento [...] Estão presentes e ativos em extensas partes da sociedade mundial, em geral mapeadas em termos de mercados reais e potenciais, conquistados e a conquistar. Tudo isso influenciando, cooptando ou atropelando os Estados nacionais, em suas organizações, diretrizes e intenções (IANNI, 1998, p. 34) (grifos nossos).

Deste modo, o novo regime internacional de produção e consumo provocou mudanças significativas a nível espacial, como estabelecimento de novos locais estratégicos para e na economia mundial, dentre as quais estão as cidades globais em que a atividade turística se insere fortemente como um item de suma importância para as economias nacionais, considerando a diminuição de restrição na mobilidade de pessoas que se deslocam para esse fim e o conseqüente aumento na participação desta atividade econômica na promoção de emprego e renda e no Produto Interno Bruto (PIB) com a geração de divisas. Para alcançar a capacidade de produção a nível global, tais empresas – tanto multinacionais, quanto transnacionais – são demasiadamente subsidiadas por diferentes fontes como empréstimos, apoios de governos mediante isenções fiscais, fornecimento de infraestrutura, verbas, entre outros¹⁶ (SANTOS, 2001; CASTELLS, 2005).

Esta é uma realidade impressa e conferida ao turismo na sua interrelação com as multinacionais, tendo em vista que inúmeros países influenciados pela busca incessante do crescimento econômico querem se tornar atrativo ao capital turístico, preparando terreno com investimentos financiados para colocar-se à disposição do capital estrangeiro sob a égide das

¹⁶ O Banco Mundial foi um grande impulsionador já na década de 80 da internacionalização dos fluxos financeiros, ao incentivar que investidores privados estrangeiros aplicassem seus capitais nos países ditos de terceiro mundo sob a expressão de “mercados emergentes”, no qual estes atores, por sua vez, colocavam todos os riscos de tais destinações e integração financeira nos governos em caso de crises, devendo a figura do Estado fornecer apoio e socorro sem cessar e/ou questionar (CASTELLS, 2005).

empresas transnacionais de serviços turísticos. A lógica tem por base o fornecimento de infraestrutura para que o mercado sinta-se atraído, invista e se instale em uma determinada localidade, encarregando-se da sua posterior comercialização (SOARES, 2007).

Diante disso, a atividade turística com o apoio incondicional do Estado Neoliberal reproduz os pressupostos do Consenso de Washington que preconiza, para além da entrada de investimentos exógenos, a atração para o capital externo, a abertura de mercado para a instituição do livre mercado mediante a desregulamentação e flexibilização que permitam a mobilidade e fluxo de empresas turísticas e turistas, a exploração de recursos naturais com baixo controle estatal e a ativação de parâmetros administrativos e políticos supranacionais oriundos dos organismos internacionais que distribuem e impõem normas sobre todo o mundo sob pena de exclusão do sistema, como o BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) – no caso do turismo brasileiro. Esse ponto será retomado e melhor explicitado e clarificado mais adiante.

No entanto, embora o capital e a rede de produção sejam tornados globais e integrados, a força de trabalho é predominantemente local, com fortes tendências para a exploração da mão de obra com o pagamento de baixos salários, bem como mediante as pressões desse setor para isenções e subsídios fiscais e flexibilizações em termos regulatórios das relações entre capital e trabalho, ou seja, das leis trabalhistas (CASTELLS, 2005). Conjuntamente, há também uma ínfima elite capacitada que é transferida das matrizes para os pontos dessas empresas ao redor do globo. Mesmo assim,

[...] mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexos das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil [...] (SANTOS, 2008, p. 68).

Como consequência imediata do cenário anteposto, as multinacionais e, sobretudo, as transnacionais, adquiriram um grande poderio tanto no que tange à produtividade e lucratividade, quanto em termos de flexibilizações diversas em um cenário de desregulamentação e poder de influência em nível de setor público, o famigerado *lobby*.

Neste sentido é que a desregulação e desregulamentação devem ser realizadas enquanto medidas do ajuste conjuntamente à abertura dos mercados visando à redução de

impostos e tributos, sobretudo, para os conglomerados privados, e à reestruturação produtiva e do trabalho mediante flexibilizações legais no âmbito da relação capital e trabalho que solapa os direitos trabalhistas, acarretando benefícios aos empregadores. Finalmente, devem-se tornar os processos decisórios e produtivos informatizados assentados nas inovações tecnológicas emergentes, buscando qualidade, máxima produtividade (para também máxima exploração da mais-valia), lucratividade e competitividade com a redução de custos quanto à mão de obra (IANNI, 1998; IANNI, 1999; SANTOS, 2001).

Partindo-se destes pressupostos, a economia de base neoliberal emergiu a partir da reestruturação e associação entre mercados, governos e instituições financeiras internacionais, da radicalização e, ao mesmo tempo, renovação e inovação das políticas liberalizantes, de mercado e privatizantes, propagando a narrativa de que pretende, através das reformas e ajustes estruturais, impulsionar a economia e sucumbir à crise do Estado capitalista com uma nova etapa de “desenvolvimento” mediante a busca por novos mercados e a globalização da produção (FILGUEIRAS, 1997; SOARES, 2000).

A fase produtiva e financeirizada do capitalismo neoliberal denominada de pós-fordismo, para além dos aspectos surgidos com as reformas econômicas como a intensa acumulação, reconcentração de renda, poder e propriedade que têm por efeito imediato a geração de desemprego e larga desigualdade e polarização, passa a apresentar por características a desregulamentação dos mercados, a produção *just in time*¹⁷, a fragmentação da produção, a

Acumulação flexível, o câmbio tecnológico, a automatização, a busca de novos produtos e de novos mercados, a recolocação industrial, a mobilidade geográfica, a fugacidade e o caráter efêmero das modas e dos gostos, a flexibilidade trabalhista, a menor presença do Estado, o desmantelamento progressivo do Estado de Bem-Estar e a acelerada internacionalização dos processos econômicos, tudo isso sob o impacto das novas tecnologias da informação, incentivo fundamental das mudanças ocorridas (FONT; RUFÍ, 2006, p. 45).

Grande parte das características da nova economia neoliberal foi gestada e instaurada a partir das diversas mutações ocorridas no âmbito jurídico, governamental e político dos Estados nacionais. Primeiramente, o neoliberalismo segue as tendências liberais, ainda que em menor grau e minimizadas, de defesa dos direitos individuais – no plano do discurso. No entanto, as antigas contradições existentes na práxis liberal causadas pela atuação exaustiva e

¹⁷ Traduzindo-se, o termo significa “na hora certa” ou “momento certo”, ou seja, refere-se ao tipo, sistema e método de produção em que se deve alocar a matéria-prima no tempo, quantidade e momento adequado, a fim de evitar desperdícios e o conseqüente aumento de prejuízos e custos.

exclusiva do Estado e de toda a sociedade civil (inconscientemente) para propiciar a reprodução e acumulação do capital, transpondo qualquer barreira direta ou indireta que ameace a concretização do ciclo do capital, a incluir a garantia da execução dos artigos dos direitos primários, fundamentais e inalienáveis dos indivíduos – conforme amplamente discutido no subcapítulo 2.1 –, novamente são evidenciadas no neoliberalismo.

Ao radicalizar e difundir a cultura da economia de mercado e, sobretudo, do capital, aos quatro cantos do globo em decorrência da conjuntura de tendência totalizadora da reação neoliberal ao modelo econômico-político anterior, em que o mercado não era supremo considerando o compartilhamento e controle de poder do Estado, o arcabouço neoliberal tende a aprofundar, por conseguinte e como efeito imediato, a negligência às liberdades políticas e aos direitos individuais a determinadas classes e estratos sociais, destacando-se apenas aqueles que podem ser utilizados estrategicamente para a reprodução do capital e como ataque ao formato *keynesiano*, como as liberdades econômicas.

Neste sentido, o princípio da legalidade baseada na igualdade defendido pelas teses liberais ver-se-ia novamente comprometido e lesado, em virtude de os direitos humanos dispostos em contratos sociais pelos Estados-nação, e mais do que isso, nos tempos neoliberais também por organismos supranacionais emergidos no pós-guerra como a ONU, quando corrompidos, demonstram que a lei e acordos não são estendidos e alcançáveis a todos, mas sim para aqueles privilegiados de classes dominantes e, portanto, acobertados pelo aparato estatal, reincidindo acontecimentos ocorridos no período de hegemonia do liberalismo clássico.

Este cenário é agravado pelo enfraquecimento dos conteúdos dispostos nos contratos sociais quanto à defesa de direitos aos indivíduos e grupos sociais, haja vista que há muito a concepção neoliberal prega pelas desregulamentações, desregulações, flexibilizações e as tidas desburocratizações por parte do Estado, de forma que não somente os antigos regimentos são infringidos e/ou extintos, mas novos itens do império da lei devem ser engendrados apenas se de acordo com o crivo do mercado e no sentido de purificação do mercado concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tendo em vista que o neoliberalismo “[...] é a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil – e um ataque às formas de regulação econômica do século XX” (MORAES, 2001, p. 4), o papel

do Estado no contexto de ruptura com o modelo de bem estar social intervencionista é modificado e subornado ao apanágio neoliberal.

No entanto, antes do estabelecimento e firmamento do Estado Neoliberal, os intelectuais dogmáticos, primeiramente, condenaram a partir dos seus diagnósticos analíticos e apocalípticos o Estado de Bem Estar Social da socialdemocracia, apontando inúmeras problemáticas como a ineficácia pelo gerenciamento inadequado dos recursos, o clientelismo, e a perspectiva do Estado-empresário, a fim de justificar a aplicação da doutrina que, assim como na ascensão do liberalismo do século XVII com a campanha antiabsolutista, combatia a atuação do Estado totalitário na economia defendendo, por outro lado, o funcionamento desta apoiada nos mecanismos (altamente impositivos) de mercado – mão invisível, livre mercado, concorrência e iniciativa (op. cit.).

Ratificando esta vertente e tese do liberalismo, porém de modo mais sofisticado, os neoliberais se colocam, no cenário contemporâneo, após as constatações diagnósticas, contra as políticas macroeconômicas (monetárias e fiscais), setoriais e regionais engendradas pelo Estado no período *keynesiano* advogando nas entrelinhas, sobretudo, a multiplicação das desigualdades, considerando que, assim como no período liberal, essas condições de polarização entre classes são valoradas positivamente enquanto imprescindíveis para um bom funcionamento da economia baseada na competitividade individual, na meritocracia, e nas supostas igualdades legais (FILGUEIRAS, 1997). Na verdade, os reais interesses incutidos nessas táticas residem no restauro do poder das elites burguesas com mais e concentrada acumulação de capital.

Averigua-se, deste modo, que na égide do Estado Neoliberal alocam-se perspectivas ideológicas novas de atuação política que distinguem a era neoliberal global da era *laissez-faire*, fundamentada na conjuntura econômico-político-social antecessora pautada no liberalismo social e não em uma sociedade ainda com monarquias e absolutismos. No entanto, subexistem também as premissas antigas e diretamente relacionadas ao Estado Liberal ascendido no século XVII, como a tese de contestação a qualquer tipo de intervenção estatal na economia que não beneficie diretamente ao mercado, às elites e o funcionamento da reprodução do capital, radicalizada considerando que o neoliberalismo representa a faceta do capitalismo tardio com vitalidade comprometida e abalada, utilizando de táticas selvagens intensificadas dados os processos de globalização dos mercados.

Segundo a teoria do neoliberalismo, o Estado deve de modo similar ao Estado Liberal do capitalismo industrial, “[...] favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. [...] O Estado tem portanto de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo custo essas liberdades” (HARVEY, 2011b, p. 75). Esta intervenção é, ainda, de modo subliminar, uma ferramenta e “[...] instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejosa de restaurar uma relação de força favorável *vis-à-vis* aos trabalhadores e, desse modo, aumentar sua parte na distribuição de renda” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 22) (grifos dos autores).

Para atender a estes desígnios, o neoliberalismo distingue-se sobremaneira do núcleo do pensamento liberal clássico e, em dados momentos até da própria teoria proposta, quando por meio dos processos de neoliberalização impõe os meios, ferramentas e ações específicas da práxis do Estado Neoliberal – consideravelmente expandidos e aperfeiçoados – em atendimento ao apanágio e verdadeiros objetivos políticos da doutrina.

Pragmaticamente, os países tiveram de permitir que as instituições multilaterais e supranacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), entre outras, ditassem autoritariamente os rumos político-econômicos de seus territórios, retirando parcialmente a soberania do Estado-nação, sobretudo daqueles alocados na periferia do sistema.

Os organismos internacionais estão difusos por todo o mundo tanto geograficamente, como ideologicamente – excetuando-se dos países minoritários que resistem com modelos de economia alternativos –, alicerçados por recursos financeiros, técnicos e organizacionais, considerando que mobilizam ciência e técnica, aparatos e recursos humanos para diagnosticar, planejar e intervir diretamente nas economias de cada nação a partir das decisões sobre os rumos a serem tomados na economia globalizada (IANNI, 1998).

Deste modo, estas agências multilaterais são alocadas na categoria de estruturas mundiais de poder, representando, significando, guardando e difundindo a hegemonia e era do capital financeiro neoliberal globalizado marcada pela característica pós-fordista de organização da produção e da sociedade capitalista. Enquanto guardiãs do neoliberalismo, estas estruturas são dirigidas, chefiadas e comandadas pelos Estados gestores da doutrina

neoliberal que gozam do título de (super) potência e, portanto, possuem hegemonia no cenário globalizado.

Por sua vez, estes Estados estão aparelhados pelos interesses, ideologias e anseios dos agentes privados, sobretudo, os oriundos das masmorras do mercado financeiro. Portanto, a atuação destes organismos supranacionais, longe da benevolência, racionalidade e sensatez de propor uma governança global que proceda as suas políticas em prol da integridade e sustentabilidade de todas as economias regionais, nacionais e locais – tipo ideal –, atende, sob a perspectiva da perversidade, finalmente, à tônica dos interesses dos conglomerados privados transnacionais pautados no propósito de manter e expandir os ciclos de reprodução e acumulação do capital em detrimento do utópico bem estar humanitário globalizado.

Neste sentido, “[...] as organizações multilaterais passam a exercer as funções de estruturas mundiais de poder, ao lado das estruturas mundiais de poder constituídas pelas corporações transnacionais. É claro que não se apagam o princípio da soberania nem o Estado-nação, mas são radicalmente abalados em suas prerrogativas” (IANNI, 1999, p. 40-41). Diante deste contexto, os Estados nacionais perderam força em determinados campos para regular em sentido de correção ou compensação os fatores que cercam a sociedade capitalista no que concerne ao campo econômico, para dar lugar ao controle operado por interesses lucrativos e privativos de investidores extremamente ricos de um quantitativo pequeno de empresas que possuem capital financeiro e simbólico suficiente para exercer demasiada influência e poder sobre o mundo globalizado através da máquina estatal nacional e supranacional.

Em primeira instância, fazendo jus às razões de suas criações, estas instituições estão incumbidas pela propagação e conscientização mundial do maquinário ideológico neoliberal, convencendo por vias impositivas, ameaçadoras, subordinativas e/ou argumentativas de que a economia baseada na globalização neoliberal é a única forma possível e inexorável de direcionamento e condução da sociedade, fazendo com que os países-alvo rezem a cartilha imposta. Segundo, estas instituições são encarregadas de gerar estabilidade à economia capitalista através da elaboração, difusão e financiamento de políticas de “desenvolvimento” nos/dos países emergentes envoltos à globalização, pautando seus objetivos, verdadeiramente, em fortalecer as economias dos países dominantes sob o discurso de “melhorar vidas” (BID) e

“lutar contra a pobreza e a miséria em favor do progresso”¹⁸ (Banco Mundial) daqueles que compõem o Terceiro Mundo, ou seja, os países ao Sul do globo, como o Brasil.

Mais do que propiciar e financiar “melhorias” para os países em condição de subdesenvolvimento e tidos como emergentes, intervindo diretamente nos territórios soberanos com o aval da fragilidade destes em diversos sentidos, as agências multilaterais pretendem, como pano de fundo oculto dos discursos e consequência das ações e investimentos realizados, exercer poder de influência e estrategicamente contribuir de modo condicionado para a manutenção da ordem capitalista financeira neoliberal global por meio da criação e desenvolvimento de mercados que dinamizem o capitalismo para fortalece-lo.

Através da distribuição de migalhas, que não elevam o patamar de desenvolvimento dos países beneficiados, mas sim apenas iludem vez que os mantêm em condição de emergente e dependente, estas instituições visam o convencimento de que o modelo neoliberal é melhor e mais eficaz que o socialismo, induzindo à redução de tensões sociais potencialmente revolucionárias de modo a apaziguar e impor a aceitação da hegemonia da lógica do capital.

O amalgamo de premissas ideológicas das instituições e organismos multilaterais transfiguraram-se em práxis legitimamente e definitivamente quando o mundo capitalista adotou o neoliberalismo a partir da nova ortodoxia elaborada de forma articulada nos anos de 1990, ou seja, o primeiro processo transnacional de formação de consenso entre esses agentes a serviço do neoliberalismo global que foi denominado de “Consenso de Washington”.

De acordo com Batista (1994), o consenso representou a ratificação da proposta neoliberal insistentemente recomendada pelo governo norte-americano através das entidades supranacionais anteriormente citadas. Em linhas gerais, o Consenso de Washington corresponde a “[...] um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural” como condição para acordos de cooperação externa, bilateral ou multilateral (CHOMSKY, 2006, p. 21-22).

¹⁸ Estes são os *slogans* utilizados pelos organismos em propagandas e divulgações das marcas.

Para os críticos, o consenso significa “a nova era imperial”, em que os “grandes arquitetos’ do Consenso de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião” (op. cit., p. 22). Juntamente ao setor privado cabe destacar a significativa participação dos Estados Unidos no que concerne ao peso do poder de voto e, por conseguinte, de decisão, das formas de atuação, por exemplo, do BID, que, atualmente, corresponde a 30%, enquanto que os países latino-americanos, os mesmos que tem seus territórios diretamente afetados pelas políticas financeiras do banco possuem apenas entre 2 e 11% de poder de deliberação.

Embora os governos propositores que chefiam o neoliberalismo discurssem a homogeneização da neoliberalização, há uma considerável disparidade geográfica na aplicação neoliberal. Este fator ocorre considerando a história particular, modelo antecessor, conjuntura política, econômica e social de cada território e país, de modo que a pressão política e os resultados mediante as múltiplas combinações possíveis de cenários gestam e ocasionam efeitos diversos. Todavia, o principal condicionante das implicações heterogêneas fomentadas pelos processos de neoliberalização reside no neoprotecionismo nas economias internas dos países centrais que, contraditoriamente, pregam pelo livre mercado desprovido de regulações adversas aos demais países.

Portanto, evidentemente os defensores do neoliberalismo que não o adotam mais no seu âmbito econômico-político, automaticamente demonstram a periculosidade do apanágio neoliberal, uma vez que se realmente a economia dominada pelo mercado trouxesse benefícios e prerrogativas que verdadeiramente alavancassem as economias, as potências hegemônicas seriam as primeiras a aplicar o receituário irrestritamente sem compartilhá-lo com outros países em um cenário de demasiada competitividade.

Entretanto, esta não é a tônica evidenciada, visto que enquanto as potências hegemônicas defendem a generalização e globalização dos receituários neoliberais, especialmente o Consenso de Washington, na prática, os países que seguem fielmente às proposições são aqueles que estão em condição de dependência, não os admitindo, geralmente, por livre e espontânea vontade, mas sim, por imposições coercitivas que se dão sob as ameaças veladas e/ou implícitas que se resistidas e enfrentadas podem vir a prejudicar as relações diplomáticas, políticas e econômicas sob um cenário de intensa globalização em que nenhum país se quer punido mediante a exclusão. Logo, evidencia-se a existência de um

traço exploratório e expropriatório de cunho imperialista incutidos na aplicação radical do neoliberalismo que se dá ao *outro, mas não a mim mesmo*.

Ora, por que defender o livre mercado aos países ao Sul, mas proceder com atitudes neoprotecionistas e de “falso liberalismo” e/ou “neoliberalismo *light*” (apropriando-se somente das medidas que os convém) na economia doméstica com um Estado que intervém, cerca e regula os mecanismos e andamento do mercado a favor deste e do desenvolvimento econômico nacional? Para além do questionamento, levanta-se a hipótese de que há claras conveniências e interesses na manutenção de dependências e subordinação mediante cenários político-econômico-sociais fragilizados causados pelo apanágio neoliberal que se vende enquanto propulsor do desenvolvimento, quando, verdadeiramente, arruína economias e confere mais poder e hegemonia às potências dominantes em um cenário de competitividade que se colocam enquanto “nações-amigas” para socorrer com mais financiamentos e empréstimos que culminam em mais dívidas e subalternidade, engendrando e perpetuando um ciclo vicioso, ou seja, o ciclo da dependência.

A proposta contida no Consenso de Washington, neste sentido, é aplicada sobremaneira nas sociedades mais vulneráveis de forma rígida e, coincidentemente ou não, apresenta baixo retorno positivo para os países que rezam a cartilha, ratificando a hipótese supracitada.

Entre as principais exigências e medidas do receituário no que tange às mudanças da atuação do Estado e das formas de governo e de governar defendidas pelo neoliberalismo e, por conseguinte, pelas organizações supracitadas, estão a desestatização e reformas do Estado que incluem a desregulamentação das atividades econômicas; as liberalizações do mercado produtivo, do comércio e do sistema financeiro para instituir o livre mercado preconizado pelos ideais liberais; a fixação dos preços pelo mercado, principal ator hegemônico que não deve sofrer interferências da máquina ineficiente do Estado; fim da inflação mediante disciplina fiscal; reforma tributária; defesa do investimento direto estrangeiro; e privatização generalizada dos ativos, empresas e recursos públicos e naturais para retirada da condição empresária do Estado com a venda de setores produtivos estatais.

Maiormente, a intenção das privatizações é de solapar a função provedora do Estado com a venda e/ou concessão de organizações e instituições governamentais que tenham por

missão fornecer habitação, saúde, educação para, enfim, torna-lo em Estado (supostamente) mínimo (BATISTA, 1994; IANNI, 1998; CHOMSKY, 2006). Desta forma,

A adoção de tais medidas, como a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina constituiria condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Assim eles passariam a depender sempre de financiamentos do BID ou do BIRD para a execução de obras públicas, tendo de sujeitar suas respectivas políticas econômicas e decisões de investimentos à fiscalização internacional, por meio de condicionalidades [...] (BANDEIRA, 2002, p. 135).

Neste contexto, o ideário neoliberal pautado na liberalização econômica e financiamento externo circundaram e influíram significativamente nas políticas públicas de turismo causando impactos de ordens múltiplas, no qual, sob essa perspectiva, se destaca o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) tendo em vista que o período inicial em que o programa esteve predominantemente em vigor remonta ao auge do neoliberalismo no Brasil, marcado pela adoção aos postulados (im) postos a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992).

O PRODETUR pautou-se fundamentalmente no objetivo de desenvolver o turismo na região nordeste mediante a implantação de infraestrutura visando a atração do capital externo de empresas multinacionais turísticas que, teoricamente, ao instalarem-se na região gerariam emprego e renda para as comunidades circunvizinhas; possibilitariam a entrada de divisas; melhorariam a qualidade de vida das populações locais; alavancariam a valorização do patrimônio cultural e natural; para, por fim, prover o almejado desenvolvimento sustentável através do turismo enquanto atividade econômica principal (BARBOSA; CORIOLANO, 2016).

No entanto, na prática, as políticas do programa agregaram (mais) prerrogativas às classes dominantes por meio da preparação do terreno para que a reprodução da mais-valia pudesse ser viabilizada, do que necessariamente prover o prometido desenvolvimento social por vias da realização e consolidação da atividade turística, haja vista que os avanços em termos de diminuição da pobreza, miséria, em suma, disparidades socioeconômicas aliadas ao crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não foram os esperados e vislumbrados nos documentos propositivos, exceto o crescimento do fluxo turístico, superado.

Ademais, enquanto política pública financiada por um dos organismos internacionais guardiões do neoliberalismo, o BID, o PRODETUR esteve subordinado e subjugado às arbitrariedades condutivas do banco que recorrentemente impôs condições para a efetiva liberação dos recursos, direcionando, indiretamente, o conteúdo e enfoque a ser dado na normatização e execução da política nacional e estaduais de turismo. Portanto, o PRODETUR instaurou-se sob a influência da ideologia globalizada do capital, aspirando aos preceitos do neoliberalismo, sobretudo advindos do BID que imprimiu na atividade os postulados do Consenso de Washington.

Segundo Batista (1994), o consenso instituído convergiu para dois objetivos: a drástica minimização do aparato estatal a um poder secundário e a máxima abertura da importação e da entrada de capitais, ambos com a finalidade máxima de assegurar a soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas. Por outro lado, o Estado Neoliberal nos processos de neoliberalização atuou, paradoxalmente, de modo maximizado e ativo para propiciar um adequado e atrativo ambiente de negócios, contribuindo para a atração de investimentos, expansão dos mercados, integridade e vitalidade da economia capitalista através da liberação e retirada de restrições à reprodução e acumulação do capital (HARVEY, 2011b).

Ou seja, o neoliberalismo pretende, teoricamente e no plano do discurso, reduzir a intervenção estatal nos/dos processos econômicos, de modo que sua atuação deve ser interrompida e o seu protagonismo deve ser substituído pela ética e as supostas benesses da aura do mercado; quando, na prática, a neoliberalização redireciona os esforços dos Estados nacionais que antigamente se voltavam para prover o bem estar social de muitos, para agir pelo bem estar econômico de poucos com a redução dos gastos sociais e a atuação exclusiva em prol da integridade dos mercados, demonstrando que “[...] o mercado moderno não atua sozinho: ele sempre foi amparado pelo Estado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).

Deste modo, o neoliberalismo demonstra contradições quando defende o Estado mínimo na economia e o apresenta enquanto pressuposto básico do ideário neoliberal, quando, em verdade, evidencia-se controvérsias nos processos de neoliberalização considerando que a intervenção do Estado na nova economia instituída não fora reduzida, pois os governos se fazem, novamente, assim como no período liberal, só que agora na conjuntura neoliberal globalizada, altamente presente e interventores para alterar profundamente as relações sociais e orientar condutas visando favorecer o grande capital financeiro e as

corporações transnacionais, fornecendo subsídios e prerrogativas diversas para que a condição de reprodução se mantenha. Isto posto, aufere-se que

Os governos são peças-chave no sistema capitalista moderno. Eles subsidiam prodigamente as grandes empresas e trabalham para promover os interesses empresariais em numerosas frentes. O regozijo dessas mesmas empresas com a ideologia neoliberal é, geralmente, pura hipocrisia: querem e esperam que os governos canalizem para elas o dinheiro dos impostos, que lhes proteja dos concorrentes, mas querem também que não lhes apliquem impostos e que nada façam em benefício de interesses não empresariais, especialmente dos pobres e da classe trabalhadora. Os governos hoje são maiores do que nunca, mas sob o neoliberalismo já não se mostram nem de longe tão preocupados em dar atenção a interesses extra empresariais. E não existe processo em que a centralidade dos governos e da formulação de políticas seja mais visível do que a ascensão da economia de mercado global (CHOMSKY, 2006, p. 14).

Portanto, o papel desempenhado pelos governos e os Estados são fundamentais para o reforço da economia neoliberal, de modo que são incluídos para fortalecer os interesses do grande capital, mas, podendo ser, por outro lado, excluídos quando da sua interferência se produzem efeitos danosos para o funcionamento exploratório do livre mercado, momento em que este último logo parte para o ataque ratificando os discursos da incompetência estatal, embora seja demasiadamente útil para atendimento e socorro nos momentos de instabilidade e crise considerando a sua incapacidade de autossustentação e regulação, como prega.

Todavia, embora o neoliberalismo e seus agentes condenem publicamente e em demasia a figura do Estado, o mesmo encontra respaldo e proteção – para além dos Estados nacionais –, sobretudo nas instituições multilaterais, ou seja, os Estados supranacionais contemporâneos, que são os legítimos guardiões do ideário neoliberal, fornecendo o suporte necessário para que os valores neoliberais se expandam por todo o globo – conforme discutido anteriormente.

Para que a ideologia neoliberal, que culminou na redefinição da economia para os preceitos e nível global, pudesse ser de fato implantada enquanto eixo ideológico norteador, diversos agentes tiveram papéis decisivos como os governos das maiores potências mundiais e as instituições que chefiavam enquanto ferramentas que atendem aos seus interesses particulares, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial. Por intermédio de pressão política que exerciam sobre os demais países, essas instituições exigiam que as regras do jogo do neoliberalismo no mundo globalizado fossem seguidas.

Muito além da pressão política, os preceitos neoliberais foram acalentados pelos governos por influência de outros fatores que impactaram demasiadamente sobre a imposição

feita pelos organismos internacionais, de modo que tais imperativos foram aceitos e adentraram os Estados-nação alvo da operação. Dentre tais fatores, Castells (2005) destaca quatro níveis de explicação: as estratégias anteriormente delineadas por cada Estado-Nação; o contexto e cenário refletido pela ideologia daquele momento; e os interesses políticos e pessoais de líderes com poderes de decisão.

A adesão ao pacote global neoliberal tornou-o atrativo pela expectativa existente em torno do possível aumento da inovação tecnológica e de investidores, esperando-se, por conseguinte, a expansão da competitividade, bem como a ampliação das relações diplomáticas. No entanto, os países em desenvolvimento, por outro lado, possuíam pouco ou nenhum poder arbitrário, visto que a “aceitação” e adesão ao receituário funcionaram como forma de pagamento por dívidas oriundas de economias fracassadas, solapadas e arruinadas por crises anteriores, de modo que o FMI e o Banco Mundial chefiaram o processo de dominação que, futuramente, viria a devastar e geraria novos ciclos de dependência mediante novas crises (CASTELLS, 2005).

Neste sentido, esses agentes nacionais perderam o controle sobre os movimentos de capital e mercadoria sob pena de ficarem à margem dos olhares de investidores internacionais e processos de reforma econômica global que excluía de forma dura aqueles que se recusassem a participar ativamente na abertura dos mercados comerciais e financeiros (FONT; RUFÍ, 2006).

Determinando as ações políticas em todo o globo a partir da sua ascensão em meados da década de 1970, o neoliberalismo foi acolhido fortemente pelo pensamento político-econômico, representando e engendrando a reestruturação do sistema capitalista a nível mundial de modo a inaugurar a nova etapa denominada pós-fordista.

A queda do Muro de Berlim que marcou a desagregação do Bloco Soviético e do sistema socialista russo constituiu a tacada final de dominação do capitalismo para a legitimação e hegemonização do apanágio neoliberal a partir da disseminação do Consenso de Washington, balizado pelos processos de desestatização, desregulação, flexibilização e privatização. Com isso, engendrou-se o ideal cenário para a ampla abertura dos mercados e para a mobilidade dos fluxos de capital, das forças produtivas, de mercadorias e serviços a nível mundial, fornecendo hegemonia e universalidade ao modo de produção e civilização de cunho capitalista neoliberal.

Assim, o capitalismo tardio sob a denominada “nova economia” e “nova ordem mundial” se proliferou por todo o mundo de forma desregulada num mercado apenas de dinheiro e crédito marcado pelas operações financeiras especulativas e fora de qualquer tipo de regulação estatal. De fato, o livre-mercado (re) tomou corpo na reorganização capitalista através da flexibilização e da inovação tecnológica (FONT; RUFÍ, 2006).

A lógica neoliberal tem, portanto, por primazia o objetivo de propiciar através dos seus métodos maçantes, impositivos e alastrantes a continuidade dos fluxos que compreende a reprodução expandida e a acumulação do capital, agora em escala global, com a antiga e fabulosa retórica liberal da busca do bem estar humanitário universalizado a partir do crescimento da economia. Mediante a aplicação dos preceitos defendidos pela doutrina, o neoliberalismo pretende instituir uma “[...] sociedade organizada com base na democracia representativa no plano político, na economia de mercado no plano econômico e na máxima descentralização de poder no plano administrativo” (STEWART JÚNIOR, 1995, p. 33) que tenha por princípios básicos a defesa da propriedade privada, do lucro, da ausência de privilégios e da responsabilidade individual.

Assim, mais do que ideologia e política econômica, o neoliberalismo propõe a ser uma racionalidade, estruturando governos e governados (DARDOT; LAVAL, 2016) enquanto paradigma econômico e político que define a era do capitalismo globalizado.

Todas essas mudanças e ações evidenciadas na práxis neoliberal são batizadas de reformas estruturais, vendidas como necessárias pelos agentes do neoliberalismo para que se alcance o pleno desenvolvimento e, por conseguinte, o bem estar humanitário. Entretanto, não passando de falácias que objetivam, em verdade, viabilizar e servir aos interesses da lógica do grande capital através do aumento do retorno pelos rumos da globalização na sua essência mais perversa, esses ajustes e reformas produziram reconcentração e acumulação de renda, propriedade e poder para as altas camadas dominantes em detrimento dos pobres e dominados, em um fluxo contínuo, em via única e sem retorno de baixo para cima (COSTA, 2002).

Neste sentido, embora os métodos adotados para a chegada à utopia neoliberal das liberdades negativas sejam distintos dos adotados pelo liberalismo clássico dado a conjuntura temporal, tem-se as mesmas contradições quanto ao aumento da miséria, pobreza e desigualdades frente ao bem estar prometido e em relação à atuação do Estado na economia,

nas quais se prezam os fins de privilégios e a minimização estatal, quando ocorre exatamente o contrário, com a intensificação das atividades políticas e a expansão de prerrogativas ao setor privado.

Na regência neoliberal, as consequências econômicas, ambientais e sociais são diversas e profundas, muito embora haja certa recorrência e reincidência nas geografias onde se alastraram a política neoliberal. Destacam-se, neste sentido, a expansão da desigualdade econômica e social; o aumento marcante da pobreza absoluta no Terceiro Mundo causado diretamente pelo grande alavanco na riqueza dos ricos; um meio ambiente deteriorado pela vasta exploração dos recursos e seu conseqüente esgotamento; uma economia global instável repleta de crises cíclicas; entre outros.

Todos esses espectros foram engendrados e causados diretamente pelas políticas neoliberais que se constituíram em uma bruta e radical resposta ao reformismo social de base coletivista, travando toda e qualquer “[...] orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71), resultando em um cenário diretamente condicionado pelas instáveis, inconsequentes e irresponsáveis manobras do mercado que míopes, apenas vislumbram o lucro em curto prazo, ignorando os efeitos não longínquos e em longo prazo de suas ações presentes, mas, sobretudo aqueles que se demonstraram imediatamente.

Neste contexto, cabe destacar que a desigualdade foi demasiadamente acentuada, pois a aplicação dos receituários neoliberais envolvendo empréstimos junto ao FMI, o Banco Mundial e outros organismos internacionais, resultaram no aumento da crise do endividamento externo dos países subdesenvolvidos, de modo que tais instituições e as superpotências e centros do sistema econômico adquiriram exacerbado poder sobre os demais países, sobretudo àqueles localizados ao Sul do globo, impondo “[...] condições que passam pela reformulação da legislação social e pelo barateamento da força de trabalho” (SANTOS, 2001, p. 180).

Isto porque o Consenso de Washington apenas agregou prerrogativas às grandes corporações e, portanto, não trouxera o tão utópico desenvolvimento aos países emergentes, mas sim a deturpação destes. Nesse contexto de aplicação dos receituários neoliberais advindos do Consenso de Washington, as empresas expressam uma nova organização espacial

mundial, superpondo-se aos limites soberanos e geopolíticos do Estado-nação, tornando estes subordinados às ordens, normas e posições do mercado.

Por conseguinte, a práxis neoliberal não alcançou e concretizou o projeto utópico apresentado pelos seus defensores, vez que fora apresentado enquanto modelo capaz de estancar a sangria das crises a partir de soluções concretas que promovessem a retomada do desenvolvimento e crescimento econômico. Causando efeito contrário, distanciando discurso e prática, a aplicação do receituário neoliberal aumentou a disparidade entre pobres e ricos e mostrou-se altamente instável com novas crises, como a ocorrida no ano de 2008 que afetou todo o mundo.

Neste sentido, Harvey (2011b, p. 28) sustenta que “a neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou [...] na criação do poder de uma elite econômica”. Posto isso, nota-se que a virada neoliberal esteve associada verdadeiramente ao fortalecimento, restauração e reconstrução do poder das elites econômicas que se viram fortemente ameaçadas pelas alternativas que poderia urgir dos movimentos sociais urbanos.

Em semelhante perspectiva, Anderson (1995, p. 23) afirma que “economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais” a partir da estrutura ideológica imposta que foi a base para o triunfo neoliberal no campo político e social, apesar da derrocada econômica contrária ao que se esperava discursivamente.

O neoliberalismo utópico ao apresentar considerável distanciamento dos processos de neoliberalização ratifica a inviabilidade de suas propostas quando concatenados a valores, premissas e teses liberais que, ainda quando do momento do auge, já demonstrava as inúmeras contradições entre o discurso e a prática, principalmente no que concerne a temas como o Estado, democracia, direitos fundamentais e bem estar humanitário – conforme discutido no subcapítulo 2.1. Embora os meios, métodos e ferramentas aplicadas para tanto não tenham sido distorcidos, mas sim, empregados conforme dispõe a cartilha para atingir aos objetivos e finalidades propostas sob o regime de governos neoliberais, os defensores intelectuais do neoliberalismo atestam o contrário como forma de demonstrar a viabilidade do

paradigma frente aos efeitos devastadores não previstos por estes e não deslegitimar seus discursos antecessores.

Logo, ao resgatar com nova roupagem os anseios e meios liberais, aplicando-os radicalmente, ainda que em conjuntura histórica específica que inclui peculiaridades políticas, econômicas e sociais, o neoliberalismo, conjuntamente, restaura as contradições liberais e todo o arcabouço sintomático negativo oriundo de um conjunto de problemáticas engendradas que culminaram em diversas crises que suscitaram a substituição do modelo *laissez-faire*.

Neste sentido, aspira-se e premedita-se que o neoliberalismo enquanto uma cópia do liberalismo, ainda que repleta de nuances peculiares, possui prazo de validade e propensão à substituição considerando as acentuadas fragilidades e falhas do modelo frente ao que se propõe quando em meio a crises financeiras, como a ocorrida em 2008, que demonstrou claramente a impossibilidade de sustentação da economia e da sociedade sob a égide de um sistema capitalista maquinado pela perversa, radical e selvagem ideologia neoliberal que incide sobre a reincidência de antigas contradições liberais.

No entanto, enquanto a crise do neoliberalismo constante e presente desde o âmago de formação da doutrina e paulatinamente demonstrada e evidenciada em picos que alardeiam e instituem o caos, sobretudo, nos mercados financeiros, não alcança definitivamente o auge a ponto de propor-se e instituir-se a substituição frente ao anúncio declarado da validade das premissas e postulados de formato neoliberal, os processos de neoliberalização engendram-se nas mais diversas atividades econômicas a partir dos agentes públicos e privados de forma exógena e hegemônica, conforme vislumbrado anteriormente.

Neste contexto destaca-se a atividade turística enquanto setor econômico que emergira positivamente e consideravelmente sob essa perspectiva última desde o pós-guerra, adquirindo importância como mercado movimentador de capital e despertando, portanto, os interesses neoliberais quanto ao potencial rentável da prática para contribuir na reestruturação do capital (ismo). Assim, o turismo no âmbito público e privado passou a ser imbuído e contaminado pela neoliberalização que se dera em larga escala impulsionada pela globalização.

Diante disso, dar-se-á enfoque para o tratamento público dado ao turismo nas últimas décadas, partindo-se do princípio de que, no Brasil, logo da transmutação da figura de um

Estado desenvolvimentista para um de caráter neoliberal, as políticas públicas das mais diversas pastas e assuntos tratados e abordados em nível de governo, no qual se inclui a atividade turística, passam a reproduzir o ideário emergido balizador das condutas estatais pautado nos princípios básicos da liberalização, influenciando *a posteriori* sobre o território.

Neste sentido, as políticas públicas são um dos mais importantes nortes reveladores dos delineamentos neoliberais a partir das instituições e agentes públicos, decaindo e influenciando, por conseguinte, no espectro privado, de modo que para a concretização da análise sob esse viés, imediatamente se faz necessário averiguar a configuração antecedente do conteúdo destas destinadas à atividade turística a fim de compreender como se dera e o ponto de inicialização da neoliberalização neste setor produtivo, bem como os acontecimentos e desdobramentos decorrentes.

CAPÍTULO 3

O TURISMO GLOBAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PROMULGADAS PELO ESTADO BRASILEIRO

Na era do capitalismo neoliberal global, diversas atividades e práticas econômicas, que são recrutadas e dominadas pela totalidade dominante do neoliberalismo dado os seus objetivos de retomada do crescimento, dão sustentação à lógica do capital em suas metamorfoses, auges e declínios mediante a perpetuação da reprodução que propicia a acumulação do capital e a manutenção das condições que viabilizam a vitalidade e hegemonia do sistema instituído que se assenta, sobremaneira, na desigualdade, exploração e na expropriação.

Neste contexto, o turismo é apropriado enquanto umas destas atividades econômicas estratégicas para a reprodução e difusão dos valores globais neoliberais emergidos e estabelecidos, como a busca pela máxima lucratividade por meio da informatização, competitividade, a livre iniciativa e o individualismo.

Estes aspectos que são integralmente oriundos dos princípios do supremo livre mercado, passam de modo extremado a ser a tônica de desenrolar da atividade com vistas ao objetivo mor da concentração de poder e acumulação de capital para poucos – condição básica e central da existência do capitalismo, de modo que as atividades econômicas a ele subjacentes são automaticamente abarcadas por essa concepção. Logo, o turismo é imbuído pela tônica (neo) liberal do capitalismo ao ter redirecionado o foco da atividade aos objetivos maiores contidos pragmaticamente na doutrina¹⁹.

Concretamente, a perspectiva de reprodução de ideologias dominantes a partir da atividade turística ratifica-se com a recorrência de políticas meramente economicistas desenvolvidas não somente no período concernente ao neoliberalismo, mas também no âmbito de outras doutrinas que conceberam distintas formas de vitalidade ao capitalismo. Desta forma, este clarividente reducionismo – apresentado ainda que em maior ou menor grau – demonstra que o turismo está submerso nos paradigmas da sociedade capitalista desde o século XIX até o atual, XXI, no qual a globalização supõe a intensificação desse

¹⁹ Coincidindo claramente os fatores supracitados com os postulados discorridos nos subcapítulos 2.1 e 2.3 quando se analisou o âmago do pensamento liberal que é resgatado sob o esteio do neoliberalismo.

condicionamento ao modelo mercadológico sob a égide do neoliberalismo alicerçado pela atuação estatal e dos agentes do mercado.

Partindo desses pressupostos, o presente capítulo pretende demonstrar brevemente e contextualmente como o turismo fora gestado e interpretado sob o entendimento dos paradigmas do capital desde a sua emergência no contexto mundial do capitalismo industrial de essência liberal até a ascensão do neoliberalismo que globalizou a atuação do capital. Posteriormente, esse percurso histórico recai, objetivamente, sobre o contexto brasileiro, a fim de alcançar o tocante do direcionamento ideológico e paradigmático da atividade turística tendo como norte as políticas públicas de turismo promulgadas pelo Estado.

Apresenta-se desde os primeiros registros de determinações legais advindos do mesmo para a atividade no âmbito do território nacional, até a elaboração da primeira política nacional, plano e programa, perpassando pela era desenvolvimentista, neoliberal e neodesenvolvimentista.

O recorte supracitado proposto esteve focado na tentativa de evidenciar o paradigma estatal – que é, por conseguinte, a ideologia do capital dominante em uma determinada conjuntura temporal – e seus reflexos delineadores nos conteúdos e direcionamentos das políticas públicas nacionais de turismo para, derradeiramente, tornar-se possível a análise específica do estado de Sergipe quanto à reprodução dos preceitos neoliberais que se fazem presentes nas políticas de turismo desta unidade da federação.

3.1 Do Turismo Liberal ao Turismo Neoliberal: do paradigma da internacionalização à globalização do capital

O turismo é, pragmaticamente e ideologicamente, um fenômeno social amplo de demasiada complexidade, tendo em vista que abarca, afeta, é influenciado e condicionado por um conjunto de fatores e pelas recônditas esferas da sociedade moderna e contemporânea. Embora os deslocamentos humanos sejam considerados uma constante nas distintas temporalidades da registrada vida humana no território, sobretudo, no período anterior à sedentarização, o turismo é, inegavelmente, fruto da ordem capitalista liberal, visto que se consolida e consagra enquanto atividade econômica e de lazer no âmbito do século XIX. Isto é, quando da intensificação da prática que é também o período concernente ao auge da

hegemonia da ideologia do liberalismo *laissez-faire* instituidora do livre mercado no âmbito do capitalismo industrial, conforme discutido anteriormente (MAGALHÃES, 2006).

Mundialmente, sob a égide dos processos de industrialização, internacionalização do capital e os decorrentes acontecimentos sinalizados pelos avanços tecnológicos, a intensificação da urbanização e as inovadoras relações engendradas entre capital e trabalho, todos oriundos do conjunto das revoluções burguesa, industrial e francesa que fundam um novo padrão de sociedade, o turismo adquire e absorve um largo espectro característico da lógica do capital, uma vez que é um fenômeno emergido, consideravelmente, no seio da modernidade. Por conseguinte, o mesmo é permeado pelas labirínticas, paradoxais e enigmáticas mutações, relações, transformações, contradições e movimentos dialéticos advindos e acentuados pela ideologia liberal *laissez-faire* direcionadora do sistema hegemônico balizado pelas concepções capitalistas.

Neste contexto, o turismo desponta e é favorecido enquanto atividade econômica quando da emergência dos pressupostos e aspectos oriundos da modernidade no que tange à constituição da sociedade de consumo que leva os indivíduos ao processo de compra, inclusive de serviços de lazer no qual se enquadra o turismo; da divisão do trabalho baseada na separação entre tempo do trabalho e tempo do ócio em que este último é demasiadamente valorizado vez que escasso e, por isso, deve ser aproveitado da melhor forma possível, como por meio de viagens que conduzem às práticas turísticas.

Além disso, a atividade aflora pelo avanço dos meios de transporte, inicialmente a vapor e após a Segunda Guerra Mundial com a ascensão da aviação; e, sobretudo, dada a proletarização e os direitos conquistados por essa massa trabalhadora em relação aos aspectos laborais que concede férias, ou seja, um novo incentivo à realização de deslocamentos com motivações turísticas.

Por outro lado, simultaneamente, é impactado negativamente pelas contradições do capitalismo quando das crises econômicas e geopolíticas (guerras) emergidas e das repercussões desfavoráveis ambientalmente e socialmente, efeitos das manobras em busca do progresso causado pelo próprio sistema, bem como pela atividade turística em conluio com os postulados de crescimento sem o devido planejamento pautado e tonificado por precauções para além das perspectivas econômicas (MAGALHÃES, 2006).

No interior da lógica do capital, o turismo é entendido como atividade econômica que, gradativamente, tornou-se atrativa pela rentabilidade obtida através da crescente geração de riquezas propiciada, distanciando-o, portanto, da noção de fenômeno social que o interpreta para além das considerações de cunho financeiro e monetário, abarcando outras esferas na qual o mesmo integra-se em meio às estratificações da sociedade capitalista.

Deste modo, pautando-se no entendimento de que a atividade turística é uma importante auxiliadora para a sustentação e ratificação das perspectivas do capital, tridimensionalmente e multilateralmente incorporam-se na mesma as premissas concernentes ao paradigma econômico hegemônico, fazendo com que se designem articulações constantes e intensas entre sistemas de objetos e ações visando obter a máxima produtividade através do turismo e, conseqüentemente, benesses lucrativas sob os preceitos do livre mercado como a competitividade, direcionando-o aos interesses classistas da acumulação e do crescimento econômico (CRUZ, 2006).

Logo, o turismo fora transmutado, no âmbito do final do século XX, em uma atividade, setor, prática, negócio, política, fenômeno e mercado reprodutor do ideário neoliberal na era das globalizações política, cultural e econômica, influenciando e por estas sendo impactado, coagido, conduzido e, sobretudo, usurpado como fator não somente de desenvolvimento sustentável – terminologia que aparece constantemente nos discursos em prol e defesa da atividade (OMT, 1996; 2003; RUSCHMANN, 1997; SWARBROOKE, 2000; SAMPAIO, 2001; DIAS, 2003a; 2003b; 2005; BENI, 2006; 2007; NEIMAN; RABINOVICI, 2010) –, mas principalmente de crescimento econômico para poucos.

Genuinamente, tem-se que o crescimento a partir do turismo ocorre em detrimento do utópico desenvolvimento sustentável, embora as políticas, planos, programas e projetos visem à simbiose entre ambas as perspectivas. Conseqüentemente, pelo seu caráter potencial contributivo para alavancar a economia, a atividade turística fora ratificada na conjuntura ascendida como relevante ferramenta da reprodução e acumulação do capital.

Além disso, fora inserida e influenciada ativamente pelas reformas e ajustes estruturais neoliberais (im) postos a partir da década de 1970 no rol econômico do ciclo da produção e consumo que se estabelece com características peculiares nos tempos atuais, notadamente marcados pelos corolários do pós-fordismo, da elevação da acentuação de desigualdades com

níveis baixos de crescimento, porém com o restauro do poder e exclusividade das elites políticas e econômicas.

Deste modo, na era do neoliberalismo e da globalização, o turismo, que há muito – sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945 – é visto e entendido por governos como um importante vetor de possível desenvolvimento e crescimento econômico e sendo, por isso, abarcado e sendo produto das políticas públicas e de merecida atenção por parte do Estado e das iniciativas privadas, continua sendo apresentado como um atraente setor da economia para investimentos públicos e privados e o exercício da acumulação do capital por meio da produção de riquezas.

Neste sentido, tem-se neste campo a intensificação dos processos de (re) produção e a exacerbação do estímulo ao consumo, facilitados e incitados pelo apanágio neoliberal que, por sua vez, recruta atividades que auxiliem na árdua tarefa de restauro do capitalismo pautado no livre mercado e circulação de largos montantes de capital, como pode ser o turismo pelas intensas relações econômicas entre oferta e demanda que se estabelecem pragmaticamente no âmago desta atividade.

Sob essa perspectiva, o turismo apossado pelos processos de neoliberalização reflete e reproduz as tendências do emergido cenário político-econômico à formação da economia globalizada, informatizada e em rede pautada nas flexibilizações e desregulamentações trazidas e propostas pelo ajuste estrutural neoliberal. Este último que impõe, supremamente, a liberalização da economia – ainda que em detrimento das liberdades políticas –, fora reproduzido no setor brasileiro com a desregulamentação do transporte aéreo, das operadoras e agências de viagens, bem como a partir da abertura dos mercados que permitiram irrestritamente a circulação dos fluxos das mais diversas ordens como de turistas, capitais, informações e a mobilidade das empresas e corporações turísticas, ensejando o turismo global e globalizado.

Além disso, o ajuste que prega pela defesa do investimento estrangeiro direto é traduzido em localidades com potencial turístico que recebem aplicações de empresas turísticas do segmento de hospedagem, transporte, alimentação, entre outros, de capital estrangeiro que contribuem diretamente para a geração de globalismos localizados, uma vez que impõem a sua cultura organizacional, a cultura de mercado globalizada e por vezes elementos do núcleo geográfico de origem sobre o território que se instalam, gerando

demasiados impactos posto que este último já era, anteriormente à chegada dessas iniciativas, composto de especificidades que acabam por ser transpostas pelas perspectivas e premissas globais.

Os localismos, quando não solapados, são apropriados como matéria-prima de produção se estiverem de acordo com as tendências de composição da oferta turística, determinadas tanto pelo mercado, quanto e principalmente pela demanda. Assim, os elementos “exóticos” tornam-se meio de obtenção de lucros, no qual o papel de descobrimento e seleção de novas terras virgens para contemporâneas formas de imperialismo e a decorrente expropriação não palpável indireta desses componentes para serem transformados em atrativos é de fundamental primazia quando se trata desse turismo neoliberal e global.

Este último, por sua vez, engendra tipos de localismos que são globalizados através do mercado turístico, posto que vendidos e disseminados mundialmente. Todavia, os elementos localizados tornados globalizados não são transmutados em culturas imperantes, mas sim, em meros itens de consumo momentâneo agregador de experiências.

Ainda, no turismo neoliberal baseado nos ajustes propostos pela doutrina, também se evidencia a proeminência da era da financeirização, que no caso brasileiro se dá com a intervenção do BID enquanto instituição financiadora do desenvolvimento da atividade no território, principalmente em termos de infraestrutura.

O BID, para além dos juros lucrativos obtidos nas transações, corrompe ainda as liberdades políticas das nações soberanas, vez que em troca dos financiamentos solicita, em contrapartida, a prerrogativa de poder conduzir indiretamente a normativa das políticas públicas da atividade turística junto aos Estados nacionais, diminuindo a sua capacidade e poder de intervenção e impondo e reproduzindo nos países de terceiro mundo, enquanto guardião dos postulados neoliberais, os receituários baseados no Consenso de Washington.

Juntamente às enunciações supracitadas, a dinâmica econômica do turismo na era neoliberal apregoa a diminuição da carga tributária que concede privilégios em termos de isenções fiscais para empresas que se instalarem no território e gerarem emprego e renda, ainda que sob as condições das modernas relações de produção pautadas na flexibilização da legislação trabalhista e, portanto, sob o amalgamo da exploração de mão de obra local.

Desta forma, as prerrogativas e benefícios são limitados às empresas multinacionais e transnacionais que em uma localidade se instalam, visto que além da permitida evasão de capitais, despendem minimamente em termos de custo quanto ao capital humano. Neste cenário, remonta-se um grave efeito cascata aos indivíduos que ofertam sua força de trabalho, pois são prejudicados considerando a manutenção das suas condições de pobreza no momento em que estes obtêm recursos mínimos que permitem apenas a reprodução básica da vida, mantendo em utopia a perspectiva do desenvolvimento a ser alcançado através das cláusulas do livre mercado que, contraditoriamente, cresce e contribui para o crescimento econômico com a geração de divisas e participação no PIB.

Todavia, o mais importante elemento proposto pela cartilha neoliberal globalizada reside na subordinação da política ao mercado, ou seja, da supremacia do livre mercado e das corporações transnacionais e supranacionais em detrimento da intervenção estatal. Neste sentido, o Estado deve descentralizar seu poder de decisão instituindo parceiras no ato do planejamento e atuação com o setor privado e os organismos guardiões do ideário neoliberal visando à desburocratização, ao estímulo da competitividade e o incentivo para promover um bom ambiente de negócios que atraia investimentos, bem como para subsidiar as iniciativas privadas por meio de empréstimos, concessões, subsídios etc. concedidos mediante a subordinação às agências multilaterais de financiamento. Assim, o que se pode averiguar é que

[...] as implicações da globalização se estendem à perda da centralidade do Estado na determinação de políticas para o turismo. Se, por um lado, como é o caso brasileiro, o Estado ‘intervém’ por meio de projetos de financiamento para a instalação de infra-estrutura, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), por outro, seu papel não é mais do que o de um ‘financiador’ para o mercado, que se instala e, com suas regras, passa a competir pela demanda (SOARES, 2007, p. 67).

Desta forma, averígua-se na atividade turística a ratificação da contraditória perspectiva do Estado mínimo, amplamente advogado pelas proposições liberais desde a sua gênese, mas que, por outro lado, é maximizado no sentido de contribuir e prover todo o aparato basilar necessário para o mercado obter êxito quando da reprodução do capital. A intencionalidade de instituir o Estado mínimo é apresentada contemporaneamente de modo subliminar por meio das premissas de descentralização, no qual o Estado é excluído e/ou deposto parcialmente de determinadas decisões e ações políticas para dar fluidez ao mercado, ao passo que é o principal agente facilitador de infraestrutura, postulado defendido pelo próprio precursor do liberalismo Smith (1776/1988), como visto anteriormente.

Assim, tem-se o favorecimento das iniciativas privadas turísticas (individuais), que na ausência de quaisquer elementos da base inicial (como obras de grande magnitude e segurança) fornecidos pelo Estado ao “preparar o terreno”, a fim de torná-lo atraente para os investimentos privados, aufeririam o sucesso por meio do aumento lucrativo mais lentamente ou o teriam inviabilizado, tendo em vista que não se proporiam a atuar em uma determinada região e localidade.

É neste contexto que se engendra a guerra entre os lugares, bem como a atitude de chantagem das organizações privadas turísticas frente ao poder público, ameaçando o corte de investimentos nas localidades em que se instalam quando não atendidas em seus reclamos, de modo que o poder público vê-se subordinado, passivo, compelido e arrastado pelos anseios e (des) mandos dos conglomerados privados (SANTOS, 2008).

No âmbito propriamente mercadológico da produção e consumo do turismo, respectivamente oferta e demanda turística, dado aos avanços do estado da técnica na era da globalização, as práticas turísticas são viabilizadas e favorecidas pela redução das distâncias que torna o viajante em “cidadão do mundo” mediante as inovações tecnológicas emergidas a partir da internet que aproximam fornecedores de produtos turísticos e consumidor final com a desintermediação; e na facilitação de acesso e mobilidade dos meios de transporte.

Diante destas novas circunstâncias, na esfera da produção, a competitividade entre destinos turísticos por turistas/demanda e investimentos acirram-se e é a principal marca dos tempos atuais. Por outro lado, o consumo exercido na experiência turística é tornado demasiadamente atraente e acessível do ponto de vista informacional, dos custos baixos e geográfico, além de intensificado pelos novos hábitos e valores de consumo oriundos da neoliberalização que leva ao crescimento das atividades de lazer e, por conseguinte, de turismo, ganhando destaque na economia mundial.

Neste contexto, a conjuntura emergida a partir destes dois pilares adquire demasiada complexidade, considerando que a globalização da atividade turística é apascentada e direcionada pelo novo cenário emergido repleto das astúcias oriundas do caráter transversal do neoliberalismo (FONSECA, 2005).

Ademais, o turismo associado à globalização é marcado pela intensificação dos fluxos internacionais de diversas ordens em decorrência do avanço do estado da técnica e das

premissas contidas no estado da política. Assim, a configuração dos fluxos globalizados está para além de turistas, abarcando também as empresas turísticas, uma vez que estas adquirem demasiada mobilidade, passando de empresas nacionais para multinacionais ou transnacionais que atuam em diversos destinos turísticos, transpondo soberanias e territórios nacionais com a promovida abertura de mercados que permite a circulação irrestrita de capitais.

Deste modo, tem-se que a globalização traz para a atividade turística diversas mudanças tanto no âmbito da produção com significativa flexibilização, desregulamentação, desestatização e liberalização quanto no que concerne ao momento, forma e cultura de consumo por parte da demanda turística tendencialmente influenciada pelos valores normativos neoliberais. Essa tendência enxerga o indivíduo não como um mero turista e/ou visitante, mas como um importante consumidor e elemento da engrenagem econômica no ciclo da reprodução do capital.

Desta forma, os elementos e postulados neoliberais alicerçados pela globalização com demasiados resquícios do pensamento liberal, que assemelham determinados aspectos do cenário contemporâneo àqueles advogados e pregados no século XVIII, passam a influir e se fazerem presentes sobre os desdobramentos da atividade econômica de cunho turístico. Isto se tornou mais evidente no século XXI, uma vez que a influência neoliberal se faz presente retoricamente nas políticas públicas formuladas e promulgadas que visem à atividade, bem como pode ser evidenciada pragmaticamente com efeitos adversos.

Na tentativa de mascara-los, sobretudo, os impactos degenerativos quando concebidos sob a égide do capitalismo neoliberal globalizado, as práticas turísticas são estimuladas e promovidas diferentemente dos discursos que enfatizavam o turismo como uma “indústria sem chaminés”, posto que a esta terminologia fora associada uma interpretação pejorativa ligada à exploração massiva dos recursos naturais e humanos que não enfocam o desenvolvimento e as pautas sustentáveis a longo prazo pensando nas gerações futuras, mas sim, unicamente o viés da lucratividade e dos benefícios econômicos para e no presente (RODRIGUES, 1997).

Esta mudança discursiva deu-se em razão da emergência dos questionamentos quanto aos limites do progresso capitalista a partir da apropriação dos recursos naturais que engendraram o conceito de desenvolvimento sustentável, passando este a ser considerado o paradigma a ser seguido e alcançado pelas atividades econômicas no interior de países e

nações e, portanto, largamente incorporado aos planos, projetos e programas de desenvolvimento enquanto fio condutor das políticas públicas, simultaneamente ao fato de que é patamar a ser atingido mediante a execução das mesmas.

No entanto, Rodrigues (1998, p. 93) crítica a ascensão desse paradigma de desenvolvimento ao afirmar que desde a sua essência essa perspectiva está eivada de contradições, a iniciar pela questão da etimologia, posto que “trata-se de um conceito ambivalente, híbrido, uma vez que a sustentabilidade é um conceito da Biologia, aplicado ao equilíbrio dos ecossistemas, enquanto o desenvolvimento é um conceito da Economia, relacionado geralmente ao crescimento econômico *tout court*”.

Além disso, Vizeu et. al. (2012) sob semelhante viés despertam para as fragilidades do conceito, considerando que o desenvolvimento sustentável não rompe com a ideologia do crescimento organizacional, presumindo, na égide da sustentabilidade econômica, a ratificação da geração e acumulação irrestrita e continuada dos lucros, sem questionar a hegemonia do mercado. Assim, o desenvolvimento sustentável, longe da perspectiva biológica supracitada e destacada por Rodrigues (1998) que prevê um ciclo de vida e, portanto, o momento de degeneração, não prevê limites para a expansão do capital e crescimento econômico.

Por conseguinte, o desenvolvimento sustentável não logra êxito quanto à premissa da justiça social, uma vez que ignora, igualmente, o fato da organização capitalista estar assentada sob os princípios da desigualdade, exploração e expropriação fruto da lógica do mercado e dos interesses empresariais não questionados, mas sim, continuados legitimados balizados pelos discursos da viabilidade econômica enquanto elemento imprescindível para o alcance da famigerada sociedade sustentável. Desta forma, subexiste, no interior dessa problemática supracitada a questão da função destacada por Ramos (2010), ou seja, a quem e a quais interesses a sustentabilidade, verdadeiramente, serve e atende?

Neste sentido, para que o desenvolvimento sustentável efetivamente se instituisse como um instrumental eficaz nas pautas e utopias a que se propõe discursivamente, primeiramente, deveria ser convertido em um conhecimento emancipador que servisse ao indivíduo e, sobretudo, em tempos neoliberais e globalizantes, para a coletividade, visando compor uma práxis transformadora – e por que não revolucionária nos moldes marxistas da terminologia – de modo que a condição humana estivesse no cerne e centro e, portanto,

distante e contrária dos interesses econômicos hegemônicos que estão concentrados e direcionados para a propriedade de poucos.

No entanto, em virtude da lógica hegemônica perversa, que difere significativamente da anteposta, ser a tônica do desenvolvimento sustentável, logo se tem que a racionalidade predominante sobre este

[...] ampara-se em uma epistemologia baseada em um pragmatismo de foco utilitarista, ou seja, a sustentabilidade apresenta-se como um discurso necessário e útil na medida em que legitima as práticas das empresas e dos “intelectuais” que servem aos interesses das elites econômicas vinculadas ao sistema de capital (VIZEU et. al., 2012, p. 580).

O cenário turístico imbuído das perspectivas e tendências dominantes neoliberais e globais da conjuntura político-econômica, não tardou para que o conceito de indústria sem chaminés logo fosse substituído pelo utópico desenvolvimento sustentável em decorrência da realização de conferências ambientais (como a Eco-92) e da formulação e propagação de programas (Agenda 21) que fizeram emergir uma nova consciência coletiva quanto à questão do meio ambiente.

Neste sentido, a atividade turística passa a coadunar com as perspectivas supracitadas, dada às diversas pressões sociais advindas da sociedade civil e, principalmente, da demanda turística consumidora atenta e informatizada, de modo a influir sobre a arquitetura de ações e, sobretudo, de discursos que passam a ser balizados pelo combate à exploração massiva – que não refletem a potencial elitização por meio da exclusão – e enfocados no desenvolvimento social e endógeno.

Em contrapartida, o turismo pautado sob as retóricas que visam apropriar-se do potencial da atividade enquanto fator e vetor de desenvolvimento social, principalmente para as localidades excluídas pelos processos da globalização neoliberal, acabam por esbarrar-se no paradigma ideológico hegemônico que prega pragmaticamente a supremacia da lógica do mercado de cunho privatista, agravado pelos grandes impactos

[...] ocasionados para atender o consumismo, a especulação, a acumulação, a ganância e o lucro desmedido, gerando não apenas a degradação da natureza, mas, também, o aviltamento da sociedade. [Deste modo, o prometido] Desenvolvimento acabou gerando a pobreza para uma grande maioria e a riqueza para poucos (CORIOLANO, 2006, p. 19).

Portanto, é uma perspectiva engendradora que considera unicamente o viés econômico que prevê a exacerbada acumulação e concentração, longe de reparar desníveis sociais para propiciar verdadeiramente o desenvolvimento para além do crescimento econômico.

Por conseguinte, o turismo está imerso em demasiadas contradições e dissonâncias entre teoria, proposições, políticas públicas e práxis, ação e prática políticas em razão das ideologias que o conduzem globalmente que não permitem a concretização e realização dos preceitos discursivos a que se propõe, considerando as movimentações arbitrarias políticas e do mercado demasiadamente impositivas, principalmente quando se analisa o cenário e caso brasileiro, país subdesenvolvido, dependente e altamente suscetível aos mandos e desmandos dos guardiões dos postulados do neoliberalismo em que os efeitos tendem a ser mais intensos e imprevisíveis.

Sob essa perspectiva, para além das facilidades agregadas ao turismo nos pilares da produção e consumo que permitem a expansão do fenômeno por todo o globo carregando no seu âmago os ideais (neo) liberais, demasiadas complexidades estão envoltas e circunscritas à atividade que está inserida em uma lógica altamente perversa, muitas vezes ignorada e travestida em fábula pelos discursos hegemônicos, dominantes, acrílicos, imperialistas e neocoloniais que incansavelmente apontam a sustentabilidade como a nova “mão invisível” capaz de conduzir e fornecer autossustentação para o livre mercado turístico por uma via balizada pela responsabilidade social e ambiental sem, simultaneamente, negligenciar o crescimento econômico que dá o suporte necessário à vitalidade do macro sistema.

Na figura de panaceia, o desenvolvimento sustentável é vislumbrado como a saída para sucumbir e suprimir todos os impactos negativos oriundos da prática turística, quando, em verdade, serve mais de ferramenta legitimadora ao convencer os consumidores turísticos de que o turismo, ainda que sob a égide do capitalismo neoliberal e global, é capaz de propiciar o cumprimento das promessas das práticas com repercussão mínima e do alcance do desenvolvimento social de forma benéfica ao meio ambiente e às comunidades; do que efetivamente incita à condução de ações sustentáveis que além de medidas paliativas, confrontem a lógica hegemônica que é, intrinsecamente, exploradora e insustentável desde o seu âmago. Não obstante,

Desenvolvimento sustentável também pode ser um conceito vago. Sustentável em que sentido? Sustentável para quem? No meu entendimento, o desenvolvimento que queremos é aquele sustentado nas sólidas bases da justiça social, mas seria possível construir uma sociedade mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. **Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo** (CRUZ, 2006, p. 340). (grifos nossos)

Por conseguinte, o turismo que tem alto potencial para atenuar disparidades socioeconômicas e, embora seja altamente explorado discursivamente enquanto tal, contrariamente não segue a via capaz de propiciar tamanho feito. A atividade não enviesa pelo desenvolvimento *lato senso* visto que é, verdadeiramente, desde a sua gênese de ascensão no âmago do capitalismo liberal do século XIX, usurpada pelas forças do capital e travestida em perversidade quando dominada por ações políticas que visam ao atendimento de interesses puramente classistas e de reprodução da lógica hegemônica.

Essa perspectiva acentua-se na contemporaneidade, uma vez que o turismo tem sido demonstrado como uma das atividades mais importantes geradoras de riquezas no contexto do final do século XX e, portanto, conveniente para o grande capital global.

Assim, alocado longe de combater injustiças sociais, mas sim, mais próximo de criá-las e acentua-las sem aliviar a pobreza considerando que gera e captam recursos que são mal distribuídos e indevidamente e desigualmente aplicados (impossibilitando o desenvolvimento pleno da própria atividade), o turismo subjacente ao capitalismo segue a lógica dominante reprodutora de desigualdades, exploração, expropriação de direitos fundamentais que não permitem o alcance do desenvolvimento tanto pela atividade turística, quanto por qualquer outra via que não alternativa e transposta à lógica do capital. Deste modo,

A globalização [e o apanágio doutrinário neoliberal] tem implicações cíclicas no turismo, que o transformam, cada vez mais, em um setor econômico atrelado à lógica capitalista e à ideologia dominante, tornando-o incapaz de responder aos seus próprios valores, seja por distanciar-se das possibilidades de encontro, de descoberta e de escolha, seja por findar-se nas contradições que impedem que seu modelo obtenha êxito (SOARES, 2007, p.69).

Neste sentido, imbuído pela essência, valores estruturantes ideológicos e de práxis da lógica do capital, principalmente quando financiado por agências e organismos multilaterais que impõem receituários a serem seguidos por governos e mercados nacionais, como é o caso brasileiro, longe e para além de perspectivas e abordagens utilitaristas, tecnicistas,

positivistas, acrílicas e domesticadas, o turismo deve ser compreendido enquanto não somente atividade econômica com maior ou menor participação no PIB com a geração de divisas, e gerador de emprego e renda. Mas sim, como atividade que se transforma a partir das diversas metamorfoses espaciais, econômicas, sociais e culturais oriundas e promovidas pelas ideologias direcionadoras e condicionantes do capitalismo, expressas, sobremaneira, através do Estado que intervém mediante políticas públicas.

Embora para os agentes hegemônicos do capital os ganhos quantitativos obtidos através desse setor seja o que verdadeiramente importa para o dito crescimento econômico a partir da manutenção da reprodução, o turismo, por outro lado, demanda ser concebido como diretamente concatenado à constituição e aos desdobramentos do mundo moderno.

De mesmo modo, enquanto setor associado aos movimentos contraditórios e devastadores do capitalismo, sobretudo, no que tange à sua dinâmica doutrinal que ao longo da trajetória histórica do sistema econômico demonstra oscilações que perpassam por auges, declínios, crises, rupturas, novas ascensões e resgates de postulados etc. que disseminam e delineiam conjunturas específicas também no campo do turismo.

Isto posto, faz-se necessário aprofundar a compreensão das origens das minúcias que são e dão a tônica do turismo na contemporaneidade, das quais não são surgidas e emergidas aleatoriamente e/ou inexoravelmente, mas sim, são assentadas em determinadas concepções econômicas, políticas e sociais hegemônicas arbitrariamente mediante um intenso jogo de poder e disputas ideológicas e epistemológicas.

Diante desta perspectiva, o mundo mediante as suas paradoxais dinâmicas e tendências político-econômico-sociais explicam consideravelmente o desenrolar e os direcionamentos da atividade turística, uma vez que esta última é uma reprodutora dos postulados do capital, assim como dos seus efeitos mais destrutivos tanto globalmente, regionalmente e/ou localmente, como é possível evidenciar no caso do Brasil, onde a prática e as políticas de turismo sofreram fortes influências dos distintos paradigmas mundiais de condução do aparato estatal e da vida em sociedade sob os preceitos do capitalismo demonstrados ora mais à esquerda, ora mais à direita do campo político (CRUZ, 2006).

Somente desta maneira, ou seja, partindo-se da compreensão da engrenagem paradigmática no qual o turismo está inserido é que se torna possível engendrar e arquitetar

novas ideologias que de forma pragmática visem à superação das perversidades que, atualmente, rondam todo o cenário político-econômico coberto pelo apanágio neoliberal e da globalização para, finalmente, transmutar a atividade turística em uma legítima e verdadeira ferramenta promotora do desenvolvimento humano para além de paliativos rotulados de ações sustentáveis.

Em vista disso, pretende-se abordar e questionar criticamente os direcionamentos que vêm sendo dado ao turismo brasileiro a partir da vertente que vislumbra a sua totalidade histórica com o entendimento dos interesses, ideologias e conflitos infiltrados no âmbito do fenômeno com dimensão expositiva e explicativa partindo dos aspectos político-econômicos contemporâneos do século XX e XXI que se impõem de cima para baixo, ou seja, pautado nos processos de neoliberalização que ocorrem assentados na e a partir da globalização econômica e política do capital que encontra alicerces, sobretudo, na atuação do Estado, e são fixados nas atividades econômicas, envolvendo a turística.

3.2 O Turismo Brasileiro: a trajetória a partir das políticas públicas sob os direcionamentos ideológicos político-econômicos hegemônicos

O Brasil, assim como ocorreu na Europa, adotou a atividade turística como forma de desenvolvimento e superação de crises econômicas, de modo a empregar políticas públicas, a fim de engrenar e conduzir a atividade no território nacional de acordo com os anseios econômicos e políticos conjunturais (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009). Nesse contexto, o Estado desempenhou um papel atuante e protagonista durante as diversas fases da formulação e promulgação das decisões e ações políticas, corroborado e concatenado aos axiomas hegemônicos.

Embora demasiadamente condenada pelas concepções e postulados de cunho (neo) liberal ao serem interpretadas como medidas desastrosas para o funcionamento exitoso do livre mercado, conforme visto anteriormente, as intervenções estatais são efetivamente, na práxis, úteis e importantes propagadoras e auxiliadoras na perpetuação e vitalidade do arcabouço ideológico hegemônico direcionador do capitalismo em um dado momento, considerando principalmente que este último domina e conduz o estado da política a partir das suas teses e premissas que podem ser de âmago liberal, socialdemocrata (desenvolvimentista-nacionalista), neoliberal.

Por conseguinte, a corrente político-econômica de uma determinada conjuntura histórico-temporal ao apossar-se do Estado, finda por determinar o conteúdo da política pública, a ação de agentes públicos e privados, os direcionamentos dos mercados e, finalmente, a tônica geral de ação do Estado que se torna uma aliada e sincronizada ferramenta reprodutora de concepções dominantes, contrariando as assertivas primeiras quanto ao caráter prejudicial do Estado quando não seguindo tendências contra-hegemônicas.

Por sua vez, a principal via e caminho de atuação do Estado para a reprodução e impulsão da ideologia dominante dar-se-á através da idealização, formulação, aplicação e execução de políticas públicas. De acordo com Fonseca (2005, p. 81),

Como a intervenção do Estado ocorre através de políticas públicas, estas só podem ser compreendidas dentro de um contexto socioeconômico no qual o Estado é parte integrante. Se essas políticas consistem no Estado em ação, a discussão do Estado precede, portanto, a discussão sobre as políticas públicas. [...] Os Estados só podem ser entendidos em seus contextos históricos.

Parte-se do viés de entendimento das políticas públicas baseada na assertiva e concepção destas como um conjunto de ações do Estado, planejadas ou espontâneas, concebidas para atender e/ou suprir alguma demanda da sociedade governada em todas as suas transversalidades, bem como e não menos importante, para impor-lhe determinadas condições. Os intuitos da intervenção estatal sob algum setor/agente podem ser expressos a partir de algumas modalidades, a saber: a indução, quando o Estado visa orientar e conduzir o comportamento dos agentes de mercado; o controle, quando o Estado pretende regular a atuação e atividade de algo e/ou alguém; e/ou participação, pretendendo o Estado exercer alguma atividade econômica (CRUZ, 2002).

É neste sentido que no interior destas distintas atuações as políticas públicas possuem intencionalidades específicas, explícitas ou ocultas, uma vez que as mesmas “[...] refletem embates políticos e ideológicos, bem como relações de poder entre o setor público e o privado” quando não concatenados, de modo que estão imbuídas por valores culturais e ideológicos, pelos aspectos do ambiente político e das estruturas institucionais (CANDIOTTO; BONETTI, 2015, s/p).

Sob essa perspectiva, analisa-se que na contemporaneidade e desde a constituição da sociedade moderna, genuinamente e geralmente, o Estado age e tem sua atuação pautada em impulsionar e reverberar a expansão do capitalismo através das políticas públicas, haja vista que tradicionalmente e historicamente esta instituição tem demonstrado o seu viés orientador,

direcionador e fomentador para os investimentos privados em atividades econômicas, tornando-se responsável pela criação através das ações governamentais das condições espaciais e ambientais para o avanço de atividades mercadológicas (HENZ et. al., 2010).

No que concerne especificamente ao turismo, o Estado ao formular e promulgar as políticas públicas destinadas a este setor estabelece estratégias e ações a partir de diplomas legais que visam atender ao objetivo geral de “[...] dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade num dado território” (CRUZ, 2002, p. 40). Ao intervir com o intuito de participação, o Estado assume a perspectiva de atuação de empresário-empREENDEDOR, que no âmbito de correntes desenvolvimentistas e nacionalistas é demasiadamente valorada e afluída. No turismo brasileiro essa participação é praticamente inexpressiva, tendo em vista que o setor privado domina o mercado turístico.

Já no tocante à indução, o Estado brasileiro atua fortemente dentro desta modalidade na atividade turística ao conceder subsídios, concessões e principalmente atuar como intermediário de financiamentos para fomentar este setor da economia através de investimentos, sobretudo, em infraestrutura, como é o caso e tônica central do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR.

Por último, na modalidade de controle, o Estado durante muito tempo agiu, nos primórdios das políticas públicas brasileiras na década de 1930 até meados de 1980, que tinha de pano de fundo uma ideologia desenvolvimentista-nacionalista e posteriormente ditatorial, como um interventor-controlador ao regular as empresas turísticas e, portanto, a atuação do mercado turístico. No entanto, com o cenário de liberalização instituído e estabelecido com o final do período ditatorial, a intervenção do Estado tem se dado recorrentemente e sistematicamente restrito à indução, com esporádicas participações (CRUZ, 2002).

Neste sentido, em síntese, tem-se uma clara ratificação e demonstração dos preceitos (neo) liberais na tradição das políticas públicas de turismo no Brasil – ainda que com oscilações dadas à intervenção com o intuito de controle – posta a mínima participação no mercado pelo Estado evidenciada, cenário amplamente advogado pelo neoliberalismo que incita à privatização de empresas públicas que se fizerem existentes e que condena a inserção e operação de instituições desse cunho no mercado enquanto concorrentes das iniciativas privadas, pois são tidas como ineficientes e capazes de desvirtuar a lógica e sustentabilidade do livre mercado.

Ademais, a indução, ainda que mediante a intervenção estatal condenada pelos postulados (neo) liberais, é também um acontecimento recorrente nos capitalismo de ideologia que possuam por cerne este pensamento haja vista que o Estado é o principal aliado da reprodução do capital e das classes dominantes desde o século XVIII e ascensão do *laissez-faire*, conforme visto anteriormente.

Finalmente, a redução da intervenção estatal quanto ao controle da atividade turística que fora minimizada ao longo dos anos no Brasil é, juntamente, parte da ideologia neoliberal que prega a flexibilização, desregulamentação, descentralização e a desburocratização das atividades econômicas, deixando a cargo da iniciativa privada o poder de decisão sobre o (re) ordenamento espacial, territorial e da lógica de funcionamento do mercado turístico.

Ante o exposto, averigua-se que o turismo enquanto atividade econômica conduzida por políticas públicas advindas do Estado que recebe influência direta e está consonante aos modelos, eras e fases do sistema socioeconômico dominante do capital, logo torna a análise das políticas públicas, quando aplicadas e pensadas para o crescimento e desenvolvimento da atividade turística em um determinado território, em uma relevante vertente lógico-dedutiva.

A partir destas, faz-se possível captar as tendências e perspectivas ideológicas dos paradigmas políticos e econômicos condutores do capitalismo em um dado momento histórico que se fazem presentes e contidas na condução arbitrária do turismo pelo poder público junto ao mercado, ao setor privado e à sociedade civil – em alguns casos – com maior ou menor intervenção.

Neste sentido, tem-se viabilizada a compreensão, abordagem e questionamento dos direcionamentos que vêm sendo dado ao turismo brasileiro, evidenciando-se para além da trajetória de desenvolvimento deste enquanto atividade, os interesses, ideologias e conflitos infiltrados e incutidos no âmbito do fenômeno quando se opta pela dimensão expositiva e explicativa partindo, maiormente, dos aspectos ideológicos político-econômicos, sobretudo o neoliberal aqui enfocado e centralizado.

No entanto, é sabido – conforme largamente demonstrado no capítulo 2 – que anteriormente à ascensão neoliberal houve períodos no interior do capitalismo marcados pelo auge da doutrina e pensamento liberal clássico, além da queda e ruptura do modelo ideológico dominante para a ascensão do liberalismo embutido de cunho *keynesiano*, que fora imperante

até o emaranhado de crises que culminaram na hegemonia neoliberal. Mediante esses acontecimentos ocorridos em temporalidades distintas no cenário ideológico condutor dos direcionamentos do capitalismo que se relacionam intrinsecamente aos movimentos econômicos e políticos dos Estados nacionais, de fato os divergentes paradigmas agregaram novas configurações no âmbito das sociedades no que concerne à política, da economia, da cultura, entre outros, influenciando demasiadamente sobre a atuação dos Estados que seguem na condução das políticas públicas aos direcionamentos ideológicos dominantes e hegemonizados.

No que concerne ao turismo, as oscilações ideológicas não se fizeram distintas e/ou apaziguadas, uma vez que através da formulação das políticas públicas – principal aparelho de atuação do Estado – que visaram a atividade turística, foram reproduzidas as tendências liberais, *keynesianas* socialdemocratas e neoliberais, hegemonizadas em certos períodos e momentos históricos, no conteúdo que fora direcionado à condução do setor.

Neste contexto conjuntural da atividade turística, no qual o Brasil está fortemente inserido pelos movimentos internacionalizantes e globalizantes, o Estado brasileiro possui protagonismo ao desempenhar há muito, desde o período concernente à Era Vargas, o papel de impulsionador do turismo no território do país através da formulação de decretos, diretrizes, planos, programas e projetos com interesses lucrativos, reguladores, desenvolvimentistas e diplomáticos. Desta forma, as políticas públicas de turismo brasileiras enquanto advindas de distintos formatos e ideologias de Estado, logo possuem direcionamentos balizados por influência de modelos liberais, socialdemocratas, totalitários e neoliberais.

Neste sentido, pretende-se dissertar acerca das políticas públicas formuladas, deliberadas e difundidas pelo Estado brasileiro e direcionadas ao desenvolvimento do turismo no espaço geográfico que, juntamente às ações políticas dos agentes públicos e privados, engendraram estratégias, diretrizes e, sobretudo, um modelo de turismo sobremaneira enfocado nos interesses privativos e de base economicista, com especificidades de acordo com a perspectiva ideológica concernente ao período em que promulgadas. Deste modo, ao exhibir a trajetória histórica destas políticas públicas, pretende-se, finalmente, demonstrar como se dera o contexto de chegada à conjuntura neoliberal tanto na circunstância nacional, quanto no que concerne especificamente à influência do ideário na política de turismo.

Estruturalmente e metodologicamente, há de se considerar que diversos autores quando pretendem apresentar e discorrer acerca das políticas públicas de turismo no contexto brasileiro subdividem a trajetória das mesmas em fases, concebendo em primeiro plano o conteúdo disposto e o enfoque dado pelo Estado à atividade que ora visam a regulamentação, ora a desregulamentação, ora o desenvolvimento com práticas sustentáveis.

Neste sentido, relega-se ao segundo plano a ideologia de governo e de Estado do período correspondente, fornecendo protagonismo à própria atividade turística em si em seu nível de desenvolvimento. Este é o caso de Cruz (2002) e Santos (2017) que destacam três fases, correspondendo a primeira aos anos entre 1938 e 1966, a segunda fase ocorrida entre 1966 e 1991 e a terceira fase das políticas concernentes de 1991 até 2017²⁰; bem como de Henz et. al. (2010) que apontam também três fases, evidenciando a primeira entre os anos de 1950 e 1970, a segunda fase entre 1970 e 1985, e a terceira de 1985 até 2010²¹.

No entanto, aqui, dar-se-á diferente ênfase para demonstrar a cronologia das políticas públicas de turismo, haja vista que se considera, fundamentalmente e primordialmente, a base ideológica dirigente do Estado que é, por conseguinte, condutora da política econômica em um dado período e influente na promulgação das intervenções estatais no setor de turismo por meio das políticas públicas.

Deste modo, pretende-se demonstrar e evidenciar o conteúdo e direcionamento das políticas de turismo observando e pautando-se em três eras distintas: 1) no período desenvolvimentista a partir da década de 1930 até o fim do período da ditadura militar em 1985; 2) no período neoliberal, compreendendo o processo de redemocratização a partir de 1985 até a ascensão, em 2003, do governo de Luís Inácio Lula da Silva; e 3) no período neodesenvolvimentista – muito embora os governos desta era estivessem repletos de nuances neoliberais na atuação a que se propõem – correspondente ao ano de 2003 até 2016, momento em que se registra o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, marcando o fim da perspectiva neodesenvolvimentista e o retorno aos preceitos neoliberais quando assume o vice-presidente Michel Temer.

Com isso, diante do entendimento e demonstração dos princípios e de como as políticas públicas de turismo estavam sendo pensadas, difundidas e aplicadas no âmbito

²⁰ Data da publicação da tese.

²¹ Data da publicação do artigo.

federal e nacionalmente nas diferentes fases do pensamento político-econômico que permearam o Estado e evidenciando a reprodução dos postulados no âmbito da atividade turística é que, posteriormente, aborda-se a realidade do estado de Sergipe, Brasil. A partir do contexto dessa região, pretende-se identificar a forma como as políticas públicas de turismo estavam sendo desenvolvidas em nível de discurso enquanto reprodutoras das premissas da doutrina neoliberal nos tempos contemporâneos que incute a lógica de mercado nos direcionamentos políticos, envolvendo a elaboração, planejamento e realização da ação política.

Finalmente, embora o fenômeno turístico esteja para além dos aspectos que envolvem os agentes e instituições públicas, a atividade apresenta um importante direcionamento a partir das políticas públicas que, não por acaso, geralmente nos períodos liberais estão diretamente associadas aos interesses das classes hegemônicas e dos agentes privados.

Por conseguinte, as políticas públicas devem ser consideradas na qualidade de instrumento de análise para mensurar a influência ideológica dos paradigmas do capital, como o neoliberalismo globalizado – enfoque principal da presente pesquisa justificado pelo protagonismo deste no que concerne à perpetuação e intensificação dos efeitos perversos que são intrínsecos à trajetória do capitalismo enquanto sistema econômico e que devem transpor os discursos hegemônicos ao serem demonstrados criticamente.

3.2.1 A Era Desenvolvimentista: O nascimento das políticas de turismo

A era desenvolvimentista engendrada de forma pragmática na América Latina como uma tentativa de fazer com que os países tidos como “retardatários” alcançassem o patamar daqueles que já haviam enfrentado as grandes revoluções, designados como de “desenvolvimento original”, parte do cenário da crise de 1929 que enfraqueceu e impactou fortemente o núcleo central do capitalismo, ou seja, principalmente os países europeus e norte-americanos.

A recessão da década de 30, somada a um conjunto antecessor de crises econômicas, (geo) políticas, sociais e epistemológicas fora o principal marco para que houvesse uma drástica revisão dos direcionamentos ideológicos econômicos tendo em vista o impacto devastador causado pelo liberalismo no período entre guerras.

Além de findar com a hegemonia do pensamento liberal clássico no âmbito da economia e da política mundial, a crise e a decorrente revisão realizada levaram à substituição do modelo, após 1945, pelo consenso socialdemocrata, fator que gestou novas perspectivas de desenvolvimento econômico tanto mundialmente, quanto especificamente no Brasil que possuía ainda um Estado oligárquico e não um Estado burguês, como era já evidenciado na Europa e nos Estados Unidos. Neste sentido, houve uma transição de paradigmas no núcleo central do capitalismo, passando-se do liberalismo *laissez-faire* ao liberalismo social associado à socialdemocracia.

Os postulados *keynesianos* que auxiliaram na corporificação destes novos paradigmas surgidos, conforme discutido no subcapítulo 2.2, ganharam empatia por parte dos agentes hegemônicos condutores da política e da economia quando em meio à crise generalizada do capitalismo industrial e do liberalismo clássico que demonstrou a incapacidade de autossustentação do livre mercado, no qual se demandou uma nova proposição ideológica que direcionasse os preceitos político-econômicos.

Com grande ceticismo, quanto à economia de mercado dado o cenário anteposto, o liberalismo embutido social de cunho *keynesiano* compreende que o Estado socialdemocrata deveria – diferentemente do *laissez-faire* – assumir um papel de atuação positivo no sentido de intervir para regular o direcionamento do mercado, ao invés de somente impulsionar e ceder aos seus (des) mandos.

Além disso, o Estado encarrega-se de uma postura e *performance* desenvolvimentista, cabendo-lhe manejar grandezas macroeconômicas e induzir o desenvolvimento por ações estratégicas (realizando obras de infraestrutura e financiamento a setores específicos) e mediante um planejamento centralizado e globalizado da economia para estabiliza-la e leva-la ao crescimento. Essa estratégia de impulsão para ser aplicada em territórios nacionais fora denominada de

[...] “nacional-desenvolvimentismo” [e] enfatizava, em primeiro lugar, que o objetivo básico dessa política era promover o desenvolvimento econômico, e em segundo lugar, que, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, empresários, burocracia do Estado, classes médias e trabalhadores, unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, com o Estado como o principal instrumento da ação coletiva (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 75).

Na América Latina e, especificamente, no Brasil o paradigma desenvolvimentista desponta ainda na década de 1930 quando da revolução ocorrida neste ano que transmutou o Estado oligárquico agroexportador em Estado burguês industrializante. A ruptura das perspectivas antigas e ascensão desse modelo fora impulsionada pelo necessário aumento nas taxas de crescimento frente às limitações de importações sofridas dado o cenário de protecionismo em decorrência do período da Primeira Guerra Mundial, da crise de 1929 e posteriormente por conta da Segunda Guerra Mundial.

Tamanha problemática e dificuldade no que tange às relações comerciais no cenário internacional demandou que as economias domésticas ao Sul do globo fossem dinamizadas, a fim de suprir as necessidades de consumo internas nacionais, bem como de crescimento, de modo a impulsionar significativamente a modernização e o desenvolvimento destes países a partir dos intensos processos de industrialização que marcaram a era da substituição massiva de importações (TELES et. al., 2016).

Todavia, o desenvolvimentismo que se instala e é disseminado no continente é longínquo e descolado à perspectiva socialdemocrata e do Estado de Bem Estar Social, principalmente no Brasil, posto que a atuação estatal através de políticas públicas se dera pela/para promoção prioritária do desenvolvimento econômico com a industrialização, criação de infraestrutura, financiamento de setores produtivos e regulação econômica e da relação entre capital e trabalho com a criação da legislação trabalhista, de modo que as demandas sociais foram relegadas para segundo plano.

O Estado brasileiro esteve a serviço, desde o período getulista até a ditadura militar sob a égide do paradigma desenvolvimentista, da reprodução da ordem burguesa autocrática. Portanto, os postulados *keynesianos* foram importados e aplicados de forma limitada e recortada quando comparado aos dos países centrais que enfocaram não somente a produção massiva, mas também engendraram estratégias para que o consumo fosse generalizado às massas, diferentemente da realidade brasileira que não proveu o bem estar, nem tampouco as liberdades políticas e o acesso ao consumo (FONSECA, 2005).

De acordo com Teles et. al. (2016), a ideologia desenvolvimentista influenciou demasiadamente os governos de Getúlio Vargas (1930-1945), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Ernesto Geisel (1974-1979), compreendendo o período anterior à ditadura militar, bem como no instante de auge da mesma. Com fortificada – e, por várias vezes,

antidemocrática – intervenção estatal na economia, o período desenvolvimentista no Brasil deu início à produção massiva pautada nos ideais fordistas, de modo que a marcha da industrialização engendrou intensos processos de urbanização em decorrência das demandas de reprodução do capital, principalmente no que concerne à força de trabalho.

O avanço da urbanização desencadeou o desenvolvimento embrionário da indústria do lazer²², no qual o turismo esteve inserido. As atividades de lazer e de turismo aproveitaram-se e emergiram como consequência da infraestrutura em termos de comunicação, saneamento, rodovias, energia, em suma, básica, que estavam sendo impressas no território enquanto condição essencial para a reprodução do capital produtivo-industrial.

Neste sentido, à medida que os espaços urbanos iam expandindo-se juntamente com o crescimento da economia, o turismo ganhou relevância, uma vez que já naquele período demonstrou ser uma expressiva atividade de lazer geradora de emprego e renda e que, portanto, movimentava a economia nacional (CAVALCANTI; HORA, 2015).

No entanto, embora a atividade turística começasse a apresentar sinais de grande potencialidade para contribuir economicamente dado os fluxos internos, de acordo com Cavalcanti e Hora (2002, p. 55) “[...] no Brasil, entre 1930 e 1964, em qualquer dos níveis governamentais, não havia preocupação sistemática com o turismo, o que só vem a ocorrer com a criação da EMBRATUR, em 1966”, de modo que anteriormente vislumbram-se apenas ações isoladas e pontuais deliberadas do Estado enquanto que a atividade não deixou de existir, ainda que sem as conduções de amplas, planejadas, estruturadas e totalizantes políticas públicas.

Neste contexto, as dinâmicas concernentes ao turismo estiveram, portanto, em grande parte a cargo da demanda turística e das movimentações do ínfimo mercado turístico existente. Em vista disso, Cruz (2002, p. 42) denomina esse período em que não há um claro direcionamento por parte do Estado com uma política nacional de turismo, mas sim apenas com políticas de base legal essencialmente pontuais, de “[...] ‘pré-história’ jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo, pois nessa fase, que vai até 1966, essas

²² Neste contexto político-econômico, o lazer surgira como um importante setor para o crescimento da economia a partir e aproveitando-se das intervenções estatais sob o território que, a princípio, foram engendradas visando à industrialização de bens mediante a era balizada pela substituição de importações. Neste sentido, longe de significar e ser compreendido enquanto fenômeno de amplitude sociocultural, o lazer, juntamente e igualmente à produção de bens, fora interpretado e impulsionado enquanto indústria dado o seu potencial e efetividade contributiva para o crescimento da economia nacional.

políticas eram resultantes de diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e turismo”.

A Era Vargas, governo presidido por Getúlio Vargas iniciado na década de 1930, marca o momento de propulsão dos ideais desenvolvimentistas no contexto brasileiro, sendo, portanto, um período de intensa modernização impulsionada pelo anseio de desenvolvimento nacional que acarretou em processos de industrialização e urbanização, conforme citado anteriormente. Neste período, no que concerne à relação entre o governo e o turismo, a atividade passa a ter reconhecimento do poder público demonstrado por meio da intervenção estatal da Era Vargas que atuou no setor por meio de uma série de decretos que, simultaneamente, significaram o interesse do Estado em formalizar as atividades econômicas capitalistas (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Os primeiros diplomas legais formulados entre 1932 e 1940 que faziam referência à atividade turística tinham por objetivo organizar a atividade haja vista o seu potencial econômico. Eram artigos contidos em decretos diversificados e decretos-lei formulados propriamente para o turismo que inicialmente fixaram a temporada de turismo, em 1932. Em 1937, fora promulgado o decreto que visava proteger os monumentos de interesse histórico e artístico nacional, que afetou indiretamente à atividade turística (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Entre 1938 e 1940 outros decretos foram sancionados pautados em regulamentar a entrada de estrangeiros no país, o funcionamento e atuação de agentes privados, empresas e agências de viagens e turismo, principalmente as agências de vendas de passagens, intervindo, igualmente, sobre a forma como deveria se dar a venda de viagens aéreas, marítimas e terrestres e a concessão de vistos consulares (CRUZ, 2002). Além disso, a Era Vargas fomentou o turismo entre nações com a assinatura de convênios, objetivando estreitar vínculos e fortalecer a economia a partir das relações com outros países (TELES et. al., 2016).

Ainda nos anos de 1938-39, fora criado o primeiro organismo de turismo na esfera da administração pública federal, denominado de Divisão de Turismo. O órgão estava alocado no interior do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e tinha por objetivo alavancar, fiscalizar, superintender e organizar os serviços de turismo, mas, verdadeiramente, restringiu-se à regulamentação e fiscalização das agências de viagens (SANTOS, 2017).

De acordo com Cruz (2002, p. 44), a criação da Divisão de Turismo significou um importante passo no que tange ao entendimento da atividade turística no país, posto que o decreto demonstrou “[...] explícita preocupação com o conjunto dos serviços relativos ao turismo interno e externo, não mais se restringindo a legislar apenas sobre a venda de passagens ou sobre o funcionamento de agências de viagens e turismo”, o que levou à ampliação legalmente do campo de atuação e intervenção do Estado no que se referia à atividade, muito embora na prática ainda continuasse restrito ao segmento de agenciamento no que concerne à valorização e regulação.

Em 1945, o DIP fora extinto de modo que a Divisão de Turismo que estava alocada no interior do departamento teve de ser remanejada para o então criado Departamento Nacional de Informações, ratificando as funções e atribuições que cabiam ao organismo na antiga repartição quanto à organização, fiscalização, etc. dos serviços de turismo (CRUZ, 2002). Nesta conjuntura, marcada pelo final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil perdera uma grande oportunidade de engendrar os fluxos de turismo internacional quando da interrupção dos esforços de promoção turística no exterior que era realizada pelo extinto DIP (TELES et. al. 2016).

O declínio do Estado Novo marcara o fim do Departamento Nacional de Informações e, por conseguinte, da Divisão de Turismo, de forma que o setor e o mercado turístico ficaram sem qualquer tipo de regulação e fiscalização por parte do Estado. Deste modo, com a queda e saída temporária do governo de Getúlio Vargas e a ascensão do governo de Eurico Dutra (1946-1951), o turismo tivera poucos avanços em termos de políticas destinadas ao setor, haja vista que os decretos promulgados faziam referência a convênios entre o Brasil e outros países, como o Uruguai e o Chile, para fomentar os fluxos turísticos entre estas nações (TELES et. al., 2016).

Esta tendência de cooperação entre países enquanto política de turismo seguiu-se quando do retorno de Vargas à presidência da república em 1951 e nas políticas do vice Café Filho (1954-1955), empossado após o suicídio do primeiro em 1954 – ocorrido em meio a uma grande crise, tendo em vista que o segundo governo de Vargas não lograra êxito após uma série de dificuldades para prover e engendrar um novo ciclo de desenvolvimento a partir da industrialização (op. cit.). Neste sentido, evidencia-se que houve poucos avanços em políticas de turismo no período concernente aos anos de 1946 e 1955.

Em 1956, com a ascensão do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil passa por um novo ciclo de desenvolvimentismo-nacionalista com vistas à modernização balizado pelo plano econômico de crescimento denominado “50 anos em 5”, pautado sobremaneira em investimentos públicos e privados em diversas áreas, como em infraestrutura, indústrias básicas e recursos humanos, no qual houve um significativo avanço do capitalismo no país impulsionado pela indústria, impactando em outros setores da economia e diretamente na produção das cidades.

Na atividade turística, o efeito de tamanhas intervenções estruturais se deu especificamente no que concerne à construção de rodovias, à implantação da indústria automobilística que, juntas, viabilizaram e facilitaram as viagens rodoviárias; e a emergência de classes médias com relativo poder aquisitivo ávidas por consumo de bens e serviços, incluindo-se os de lazer, como o turismo (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Com a melhoria das condições em termos de produção espacial, o turismo foi demasiadamente beneficiado pela viabilização da atividade dado o conjunto de infraestrutura que, portanto, logo acarretou na sua expansão. Além disso, a atividade fora favorecida mediante ações ampliadas e sistematizadas que emergem no âmbito da intervenção estatal para a promulgação de políticas públicas com a criação de órgãos e instituições normativas para o setor turístico, no qual se destaca, neste contexto, a instituição da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958.

Sinalizando uma nova era do turismo no Brasil posto que transcendia à perspectiva de regulação e fiscalização do setor de agenciamento, à COMBRATUR fora designada as atribuições de coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo balizadas em diversas diretrizes baseadas, sobretudo, na ampliação e melhoria da infraestrutura turística (CAVALCANTI, HORA, 2002). De acordo com Santos (2017, p. 91),

La creación de COMBRATUR fue muy importante para establecer los “primeros pasos” para el diseño de una política de turismo en Brasil. Sus atribuciones señalaban un nuevo direccionamiento del turismo de este país, porque insertaba otros ejes prioritarios para la organización del sector mostrando que la preocupación del Estado no estaba solamente relacionada a las agencias de viajes [...]

No breve governo de Jânio Quadros (1961-1961), a COMBRATUR foi articulada de forma que diversos ministérios e setores diretamente envolvidos e ligados com a atividade turística pudessem participar ativamente e efetivamente das decisões tangentes às políticas de turismo brasileiras (TELES et. al., 2016). No entanto, apesar de representar um avanço

mediante uma concepção de ação mais ampla de intervenção estatal para a atividade turística, a COMBRATUR logo fora extinta em 1962, no governo de João Goulart (1961-1964), após a criação da Divisão de Turismo e Certames, sem executar a política nacional de turismo, muito embora as diretrizes para tanto tenham sido traçadas a princípio.

Deste modo, houve o retorno à problemática da ausência de uma política de turismo mais abrangente e sistemática, posto que as diretrizes da política nacional de turismo, anteriormente formuladas, não foram absorvidas pela nova divisão e nenhuma alusão à definição de uma intervenção para a atividade turística no âmbito da corporificação de uma nova política nacional também fora proposta – o que só viria a acontecer apenas em 1966 (CAVALCANTI; HORA, 2002; CRUZ, 2006).

Somada às questões institucionais, no período do governo de Kubitschek, novos acordos de cooperação entre países foram realizados a partir de decretos que versavam sobre favorecimento e incentivo de tráfego de turistas entre o Brasil e países da América Latina, tendo como objetivo secundário estreitar a relação e parceria entre os mesmos, bem como impulsionar o desenvolvimento mútuo ao promover a injeção de capital por meio da distribuição e circulação de recursos entre as nações. Esta perspectiva fora ratificada no governo de João Goulart que firmou um novo acordo e convênio com o Chile, sem mais delongas quanto à atividade turística (TELES et. al., 2016).

O golpe militar em 1964 marcou a ruptura democrática no Brasil, engendrado pelo agravamento da situação econômica e um conjunto de tensões sociais internas, mas também ligados a fatores externos quanto à colaboração dos Estados Unidos para que esse cenário fosse instaurado, justificado por uma suposta ameaça comunista em decorrência da Revolução Cubana de 1959. Diante disso, profundas mudanças arquitetaram-se na sociedade brasileira, posto que o aparelho e máquina administrativa do Estado, agora ditatorial, foram reformados e caracterizados pela hierarquização e centralização estrutural.

Embora ainda tenha ratificado a dominação pelo grande capital – considerando que este último ainda estava em sua “era ouro” de expansão e crescimento mundial – e o impulso desenvolvimentista-nacionalista baseada na industrialização, o governo militar diferencia-se dos antecessores posto que assume o caráter de um Estado autoritário e ditador, altamente perseguidor e protagonista de atrocidades contra opositores. Logo, gestou-se um novo direcionamento na concepção, elaboração e formulação de políticas públicas baseada nas

novas orientações político-ideológicas emergidas que sinalizavam para uma maior e truculenta intervenção do Estado em todos os segmentos da vida em sociedade.

Neste período, o turismo é assistido pelo Estado considerando que este designa decretos-leis para a promulgação de políticas intentando controlar e, concomitantemente, impulsionar a atividade, vista como um relevante meio e ferramenta junto a outros setores da economia para atender às necessidades de expansão capitalista no Brasil.

É sob essa perspectiva e conjuntura que o turismo adquire a nomenclatura de “indústria sem chaminés”, posto que além de ser vislumbrado o seu potencial econômico, também (e em razão disso) passara a receber investimentos e incentivos diretos igualmente àqueles concedidos à atividade industrial. Ainda o turismo deveria cumprir um importante papel de correção e equilíbrio de disparidades, uma vez que lhe é concedida a concepção de atividade econômica com suposta capacidade de promover o desenvolvimento e, portanto, atenuar desigualdades regionais que foram engendradas durante os governos desenvolvimentistas.

É fatídico que a elevada concentração de renda ocorrida em um cenário de prosperidade econômica deu-se em razão da limitada, débil e contraditória adoção de apenas dos alguns postulados do *keynesianismo* sem incluir a perspectiva de bem estar social, ferramenta típica deste modelo, acarretando em tamanha problemática que se estenderia durante todo o regime militar (CRUZ, 2006).

Sob o ponto de vista de um projeto de modernização para o país a que se pretendia o regime militar, o turismo ganhou holofotes que levaram tanto a medidas de intervenção pautadas na indução, quanto a um controle mais rígido da atividade. Neste sentido, fora promulgando dois decretos em 1965, já no governo Castello Branco (1964-1967), que instituíram a obrigatoriedade de registro para funcionamento na Divisão de Turismo e Certames tanto de agências de viagens e turismo, quanto, posteriormente, de qualquer empresa de turismo. Além disso, passou-se a controlar por meio de regulamentação e fiscalização os fluxos de turistas estrangeiros sob o argumento da proteção da segurança nacional (CAVALCANTI; HORA, 2002; TELES et. al., 2016).

Após alguns anos de *hiatus* do poder público quanto ao turismo frente à extinção da COMBRATUR e a criação da pouco atuante Divisão de Turismo e Certames, em 1966,

importantes organismos para a condução e direcionamento público do turismo são criados ainda no regime de Castello Branco. Enquanto marcos para a gestão de novos rumos e direcionamentos para a política de turismo brasileira criam-se a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) com função executiva e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) com função normativa, extinguindo logo em seguida a Divisão de Turismo e Certames.

Como parte da ampliação da concepção e quadro legal da política nacional de turismo, fora instituído ainda, em 1967, a sistemática de funcionamento do Sistema Nacional de Turismo (SISTUR) que designava para cada órgão federal, estadual, municipal, e igualmente à iniciativa privada, as suas atribuições e responsabilidades. Juntos, a EMBRATUR, o CNTUR e o SISTUR, concatenados à definição e orientação da política nacional de turismo baseada em diretrizes, promoveram significativos avanços na decolagem do turismo em território nacional (CAVALCANTI; HORA, 2002; HENZ et. al., 2010).

Enquanto medida-referência aprovada pela EMBRATUR e o CNTUR, destaca-se a criação, em 1967, no governo Costa e Silva (1967-1969), dos “[...] primeiros mecanismos de fomento ao turismo mediante estímulos fiscais e financeiros às iniciativas, planos, programas e projetos de empreendimentos, obras e serviços turísticos” (CAVALCANTI; HORA, 2002, p. 58), amplamente dirigidos para a construção, expansão e melhoria do parque hoteleiro brasileiro.

Embora tenha sido uma importante medida para impulsionar a consolidação do Brasil como um destino turístico, o ônus residiu no fato de centralizar incentivos fiscais em um setor turístico, no qual não se produziu o almejado desenvolvimento *lato senso* da atividade turística posto que diversas outras estratificações importantes da mesma foram negligenciadas (SANTOS, 2017).

Ratificando e seguindo a perspectiva de indução e fomento ao prover recursos para o desenvolvimento da atividade turística mediante financiamentos de empreendimentos, obras e serviços com fins e interesse turístico, a EMBRATUR criou, em 1971, no governo de Emílio Médici (1969-1974), o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR). De acordo com Santos (2017, p. 97), “El FUNGETUR fue concebido con la función de ser el primer instrumento especializado en financiar el desarrollo turístico del país”, momento de bonança para a atividade posto que o turismo fora inserido, compreendido e assimilado enquanto um dos setores da economia juntamente às demais áreas. Este conjunto de programas e incentivos

pela via do investimento público no setor turístico – e também em demasiada infraestrutura e produção espacial que influíam indiretamente sob a atividade – difundidos no regime militar era balizado pelo objetivo de facilitação e expansão do capital no território nacional.

No entanto, as medidas adotadas pelo Estado neste contexto, embora tenham levado a níveis de crescimento – sobretudo do PIB – a níveis surpreendentemente e avassaladoramente positivos, por outro lado e paradoxalmente, aguçaram ainda mais as desigualdades e disparidades frente à concentração de renda, das atividades econômicas e dos equipamentos públicos na região sudeste em detrimento, sobretudo, da região nordeste.

Deste modo, engendraram-se novas tensões sociais, acentuadas a partir da crise econômica que emergira com o fim do milagre econômico, desdobramento da crise do petróleo que se instalara mundialmente. Neste sentido, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), novos direcionamentos foram dados para o desenvolvimento nacional com vistas a descentralizar investimentos, expandindo projetos para zonas costeiras e dando atenção especial para as chamadas “zonas de tensão” de pobreza extremada e absoluta.

No âmbito desse direcionamento político, o turismo fora incluído na agenda do Estado e novas ações mais abrangentes e sistemáticas, porém mais setORIZADAS e regionalizadas, foram designadas para o setor com a EMBRATUR demasiadamente atuante (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Diante disso, em 1977, têm-se sancionadas as leis que versam sobre as condições de funcionamento e fiscalização de atividades e serviços turísticos; as áreas de interesse turístico; a publicação da Política Nacional de Turismo enfocada na promoção turística, apoio à entrada de divisas, à hotelaria e agências de viagens, entre outros aspectos.

Portanto, a atuação da EMBRATUR durante o regime militar até o período da redemocratização fora marcada e balizada por um significativo controle da atividade turística com a atribuição de registrar, autorizar e fiscalizar enfocada nos agentes econômicos de mercado e em todas as atividades relacionadas ao setor. Por outro lado, apesar da centralidade e concentração da tomada e poder de decisão, no qual legislava e executava simultaneamente, a EMBRATUR, inegavelmente, induziu e fomentou o crescimento do turismo no Brasil (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Ante o exposto, averigua-se que as políticas públicas destinadas à condução da atividade turística estiveram pautadas nos direcionamentos de controle, visando regulamentar e fiscalizar a atuação do mercado turístico; e de indução ao prover investimentos em infraestrutura e produção espacial que beneficiaram e permitiram a expansão da atividade pelo território nacional, ainda que estes não tenham sido destinados e/ou concatenado para/aos fins turísticos no primeiro momento em que idealizados – período anterior ao governo militar.

Neste período verifica-se o crescimento do turismo de massa a partir de políticas de fomento que visavam o aumento do fluxo de turistas e, posteriormente, o entendimento da atividade turística como importante para o desenvolvimento econômico, no qual o governo aposta em novos investimentos ao prover infraestrutura urbana básica e turística para que houvesse expansão do setor.

As formas supracitadas de intervenção do Estado no âmbito do turismo evidenciam a reprodução dos postulados ideológicos *keynesianos* que se faziam hegemônicos principalmente no período anterior à ruptura democrática, ou seja, entre 1930 e 1963, baseados no desenvolvimentismo-nacionalista e demonstrados nos governos de Vargas e Kubistchek pelos avanços significativos quanto à atividade turística, ainda que de forma assistemática, não planejada, descoordenada, desconexa, recortada, pontual e amadora.

Neste sentido, as recorridas intervenções estatais, intensificadas no governo ditatorial que tem por essência o autoritarismo advindo do Estado, visando à regulação do setor turístico reproduzem as tendências mundiais engendradas a partir da crise do liberalismo clássico que levou à mudança para um paradigma de controle do livre mercado – na Europa Ocidental para o *Keynesianismo* e, no caso soviético e Europa Oriental para o Socialismo –, uma vez que este demonstrou ao redor do mundo a sua incapacidade de autossustentação.

No entanto, enquanto no cenário internacional, maiormente, prezava-se pelas liberdades políticas em detrimento das liberdades econômicas pautada no modelo socialdemocrata, no Brasil, ambas foram, na maior parte do período desenvolvimentista, prejudicadas e solapadas em prol do utópico desenvolvimento nacional sob a égide de ditaduras.

Por outro lado, embora os postulados *keynesianos* – que serviram de inspiração para a atuação do Estado brasileiro e, portanto, para o direcionamento econômico-político –

condenem a confiança demasiada na economia de mercado e, por conseguinte, pregue a regulação, controle e imposição de limites às liberdades econômicas, o Estado deve continuar sendo o mais importante alicerce, impulsionador e fomentador do funcionamento do mercado ao ser, simultaneamente, produtor, planejador e financiador, posto que o mesmo apresenta na sua nova atuação intervencionista e reguladora o objetivo mor de assegurar o triunfo e vitalidade ao capitalismo, reafirmando a importância do mercado na reprodução do capital.

Diante disso, no turismo evidenciou-se claramente a indução estratégica com financiamentos, obras e o planejamento²³ centralizado da atividade, de modo que “a ação governamental no turismo, apesar de ter o foco mais voltado para a fiscalização, criou bases físicas e institucionais para que o potencial do turismo no Brasil pudesse se expandir como uma atividade econômica tipicamente capitalista” reprodutora de capital (CAVALCANTI; HORA, 2002, p. 57).

Neste sentido, para além das intervenções estatais baseadas no controle e na indução, considerando a conjuntura do capitalismo pautada nos ideais fordistas, a atividade turística incutiu-se das formas de produção e consumo em massa, reproduzindo-as no segmento de turismo de massas expandido consideravelmente com o apoio do Estado tanto ao promulgar políticas de fomento, quanto ao implantar a legislação trabalhista e, portanto, o direito a férias, importante estimulante para a realização das práticas turísticas (FONSECA, 2005).

Logo, o Estado de economia *keynesiana* pretendia não sucumbir ao mercado e ao modelo socioeconômico baseado nas premissas do capitalismo, mas sim, repara-lo ao ponto de viabilizar e agregar êxito contínuo aos fluxos e movimentos do capital nacionalmente e entre nações. Para tanto, no caso brasileiro, se fazia necessária a junção da criação de um ambiente regulatório, com medidas estimulantes para o avivamento do mercado, como através de medidas de investimentos e financiamento em diversos setores da economia, momento em que o turismo ganhara protagonismo já que reconhecido enquanto atividade econômica com alto potencial de circulação e reprodução de capital, atendendo ao objetivo do regime militar de expansão deste pelo território nacional.

²³Adota-se a terminologia não no sentido de que as ações quanto ao direcionamento da atividade turística no território nacional se davam de uma forma adequada e baseada em postulados administrativos eficientes e eficazes pautado em reflexão, ferramentas e métodos, mas sim, que a condução do setor turístico estava restrita à arbitrariedade estatal, ou seja, o momento de concepção de legislações e execuções das mesmas, portanto, o âmbito do planejamento da atividade, que não se dava de modo apropriado e, em longo prazo, exitoso.

Finalmente, ratifica-se, portanto, a assertiva acerca do turismo enquanto uma atividade influenciada e, ao mesmo tempo, reprodutora dos paradigmas hegemônicos quando direcionada a partir de políticas públicas com o Estado balizado por uma ideologia específica em uma determinada conjuntura histórico-temporal, como o foi o desenvolvimentismo-nacional de base macroeconômica *keynesiana*.

3.2.2 A Era Neoliberal: A proeminência de planos, programas e políticas de turismo

A era neoliberal é gestada, idealizada, formulada e fortificada no cenário internacional no auge das crises engendradas nos anos de 1960 e 1970 que levou à fragilidade e instabilidade do modelo ideológico do capitalismo naquele momento disposto e hegemônico.

Neste sentido, mediante o anunciado declínio do Estado de Bem Estar Social pautado nos ideais econômicos *keynesianos*, o neoliberalismo e seus propulsores apossaram-se da oportunidade para ascender o paradigma na ordem política-econômica-social, vendendo-o enquanto supostamente capaz de reverter o dramático quadro de recessão que abalou e rachou significativamente os países-potência – em um primeiro momento, posto que refletiu também, nas demais nações subdesenvolvidas posteriormente –, ameaçando e condenando a estrutura capitalista a uma possível extinção.

Neste contexto, conforme discutido nos subcapítulos 2.2 e 2.3, o neoliberalismo era basicamente um movimento intelectual constituído como uma reação aos postulados do *keynesianismo* e do liberalismo social juntamente às perspectivas de Estado desenvolvimentista-nacionalista, pregando o retorno ao formato econômico do liberalismo *laissez-faire* com a finalidade primeira de recuperar a feição de capitalismo em que há a proeminência da supremacia do mercado e seus valores intrínsecos, pondo limitações à intervenção estatal na economia.

Deste modo, o desenvolvimentismo foi alvo de ataques sistemáticos por parte da ortodoxia convencional emergente, propondo esta última, simultaneamente, o neoliberalismo e as decorrentes reformas institucionais estruturais do apanágio enquanto panaceia para todos os males juntamente à tese globalista que, concatenados, seriam capazes de promover o desenvolvimento econômico de todos os países que rogassem a cartilha (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Assim, ao ser transmutado e firmado arbitrariamente enquanto paradigma hegemônico contemporâneo, o neoliberalismo trouxera em seu âmago o objetivo de apresentar propostas condutivas que consolidassem uma “nova” economia, com vistas a executar com êxito a árdua tarefa de reestruturar o ciclo da reprodução e acumulação do capital de cunho selvagem e descompromissado após anos de regulações estatais e a pane causada pela estagflação que rachou suas estruturas.

Para tanto, o neoliberalismo apoia-se e propõe ações políticas pautadas nos fundamentos da racionalidade liberal clássica – a mesma que outrora fora repelida já que se apresentou prejudicial ao sistema capitalista quando da crise de 1929 – somadas ao inovador cenário contemporâneo da emergência da globalização que internacionalizaria o capital de um modo irrestrito e único na história do capitalismo.

No plano econômico e político, o neoliberalismo advoga a supremacia e hegemonia do mercado com demasiada crença na eficiência e eficácia a partir da busca incessante pelo lucro, bem como através das leis do livre mercado e da livre competição balizadas pelo mecanismo da mão invisível com mínima intervenção estatal. Para além do retorno à lógica da economia de mercado tipicamente liberal, a era neoliberal se distingue posto que a hegemonia do mercado é aprofundada com os intensos processos de financeirização, privatização de empresas e ativos públicos e mais do que isso, do plano político e da vida pública quando o neoliberalismo assume o caráter e a função de sistema normativo.

Ademais, o neoliberalismo pauta-se na defesa das liberdades econômicas como a livre iniciativa mediante desregulamentações da economia e dos mercados, flexibilizações legais, desburocratização e descentralização do poder decisório através de reformas do Estado, estímulo e propagação de valores ligados ao individualismo, ao empreendedorismo e à competitividade. E, sobretudo, sustenta a reestruturação produtiva com a globalização econômica da produção e consumo promovendo e envolvendo a livre circulação e mobilidade dos fluxos de capitais por meio das empresas e corporações que passam a atuar em escala transnacional de modo a transpor territórios, fronteiras e solapar soberanias dos Estados-nação.

Partindo-se destes pressupostos, a economia de base neoliberal emergiu a partir da reestruturação e associação entre mercados, governos e instituições financeiras internacionais propagando a narrativa de que pretendia, através das reformas e ajustes estruturais,

impulsionar a economia e sucumbir à crise do Estado capitalista com uma nova etapa e paradigma de “desenvolvimento” mediante a busca por novos mercados e a globalização da produção (FILGUEIRAS, 1997; SOARES, 2000).

No entanto, apesar da retomada selvagem da reprodução e acumulação no cerne e sob a égide da globalização do capital, o neoliberalismo não fora capaz de reerguer o capitalismo a ponto de impedir que novas crises emergissem mediante a recuperação do crescimento, sobretudo na América Latina, onde o fracasso econômico logo se revelara quando da virada do século. Por outro lado, a práxis neoliberal demonstrou-se demasiadamente eficiente somente quanto à restauração do poder das elites políticas e econômicas através da reconcentração de renda propiciada pela retomada da exacerbada acumulação do capital.

Embora o neoliberalismo tenha sido hegemônico por agentes político-econômicos dotados de poder arbitrário no que tange à condução do capitalismo global, localizados no núcleo central do capitalismo, ou seja, nos países-potência localizados ao norte do globo, fora na América Latina, onde ocorreram as primeiras intensas aplicações e processos de neoliberalização.

Neste sentido, os países ao sul, já fragilizados pelas dominantes ditaduras e crise e recessão econômica dada as suas condições de subdesenvolvimento, serviram de laboratório para testes e experimentação neoliberal quanto aos efeitos que os ajustes da nova doutrina emergida poderiam causar e repercutir no cenário político-econômico-social. Muito embora se levante a hipótese de que o ideário fora propositalmente arquitetado para produzir os efeitos evidenciados a posteriori, posto que não refletiam as preocupações, anseios, interesses e demandas nacionais, mas sim, contrariamente, as visões, objetivos e metas dos países do núcleo central do capitalismo que adotaram ao neoliberalismo de uma forma distinta correlata ao seus próprios interesses de acumulação e reprodução do capital (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Assim, quando os programas neoliberais começaram a ganhar espaço e auferiram a chegada ao poder através do governo da Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1978, e logo em seguida por meio do governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1982; já desde 1973 o ajuste neoliberal radicalizado em sua versão mais perversa vinha sendo aplicado pioneiramente no Chile no âmbito da ditadura de Pinochet, e 1976 iniciara, igualmente, na Argentina com o general Videla (MORAES, 2001).

Os processos de neoliberalização de ajuste econômico na América Latina adentraram os anos de 1980 e seguiram ao longo década de 1990 balizados pelo Consenso de Washington fundido neste período último, impostos aos países como condição de renegociação das dívidas externas que, por conta da recessão que abalou todo o mundo, alcançaram patamares quantitativos astronômicos e estupendos (SOARES, 2002).

Todavia, a ideologia neoliberal, como forma de sustentar seus pressupostos e premissas relacionadas à defesa da mínima intervenção estatal na economia para a liberação dos fluxos de capital, culpa o Estado pelo desequilíbrio monetário quando este fora causado pelas próprias contradições (que demonstram a insustentabilidade) do capital (SADER, 2013). Desta forma,

Na América Latina, o neoliberalismo foi apenas mais uma estratégia de expansão de acumulação do capital; proporcionada em grande parte pelos novos governantes eleitos democraticamente, que sucumbiram aos interesses e imposições de organismos internacionais. A democracia de procedimentos, neste contexto, serviu de suporte para a implementação de políticas de cunho neoliberal. Os governos democráticos latino-americanos abriram as portas para o mercado externo e se estabilizaram (reduzindo a inflação) para receber o capital estrangeiro, que necessitaria de um ambiente promissor para se proliferar. Também afastaram-se da esfera do mercado, na medida em que reestruturaram as competências do Estado frente à esfera econômica, intervindo apenas para beneficiar a expansão do capital. [...] O desenvolvimento dependente da região de capitalismo periférico foi um dos condutores dos ajustes neoliberais (CAMPOS; CAMPOS, 2014, p. 67/68).

Mediante a conjuntura de subordinação e dependência, os países latino-americanos foram vítimas da dimensão mais perversa do apanágio neoliberal: a perda da soberania com a condução e gerenciamento pelas instituições guardiãs do ideário neoliberal, especificamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, das suas economias nacionais que, logicamente e conforme discutido no subcapítulo 2.3, seguem a tônica dos interesses das grandes potências mundiais hegemônicas que pretendem reafirmar e perpetuar as condições de subdesenvolvimento as quais os países ao sul se encontravam e tinham sido recentemente reafirmados dada a volta à estaca crítica de crescimento da economia, posto que as políticas desenvolvimentistas promulgadas e difundidas a partir dos anos de 1930 começaram a falhar após promoverem o período mais próspero para o continente.

No Brasil, a crise e a recessão econômica engendrada caracterizada por alta inflação, estagnação e queda no crescimento, aumento extravagante da dívida externa gerando déficit e desequilíbrio na balança comercial, a dependência de empréstimos com altos juros junto ao FMI, e a conseqüente geração do desemprego, significaram o fim do milagre econômico no

âmbito do regime militar e anunciaram a crise do Estado desenvolvimentista-nacionalista e seu conseqüentemente esgotamento.

Neste sentido, após um longo período de crescimento econômico mediante as políticas desenvolvimentistas nacionalistas – baseadas na industrialização e substituição de importações – adotadas desde a década de 1930, o cenário econômico, político e social caóticos impulsionaram o declínio da ditadura militar e a instauração do processo de redemocratização na década de 80 do mesmo século, ensejando mudanças quanto à abertura política balizada pela crise econômica traçada pelo esgotamento do até então regime de acumulação e as mudanças ocorridas em nível mundial na estrutura do capitalismo (GENNARI, 2001; SOARES, 2002).

Segundo Sader (2013), a ascensão do governo de José Sarney (1985-1990), simbolizando a volta da democracia no país, verdadeiramente não significou a democratização da sociedade brasileira para além da queda do regime ditatorial e do retorno ao sufrágio, haja vista a ratificação e perpetuação das desigualdades sociais, bem como logo os preceitos neoliberais ecoaram sobre os direitos dos cidadãos.

Neste contexto, de acordo com Santos (2002), as elites conservadoras nacionais aproveitaram-se da crise do Estado para entregar o país à ortodoxia neoliberal emergida para através desta reproduzir, fortalecer e concentrar seu poder, cenário que seria instituído mais fortemente e intensamente na virada da década, momento em que o Brasil definitivamente engajou-se com os postulados neoliberais sob a retórica democrática, quando, verdadeiramente, o neoliberalismo é desdemocratizado desde o seu cerne.

Desta forma, a crise fora oportuna para as altas camadas e estratificações sociais dominantes tanto brasileiras, quanto de todo o mundo no que tange à mudança a um paradigma que viria não a retomar o crescimento econômico, conforme denuncia Anderson (1995) e Harvey (2011a; 2011b), mas sim, para resgatar as condições de concentração de capital para poucos em detrimento dos muitos excluídos e em situação de vulnerabilidade social e profunda pobreza e miséria.

No entanto, para fins de análise quanto aos díspares níveis de impactos, é preciso considerar que essa perspectiva se instala paralelamente ao fato de que, no caso do Brasil, a desigualdade já era gritante posto que o país engendrou processos de desenvolvimento

regional desiguais e ainda caminhava para uma possível instauração do Estado de Bem Estar Social, longe do patamar do *Welfare State* ou do *New Deal*, de forma que os processos de neoliberalização acentuaram significativamente um panorama de subdesenvolvimento grave e alarmante presente no seio da América Latina.

Em suma, os anos de 1980, período que o neoliberalismo engatinhava no Brasil, fora taxado de “década perdida” para o desenvolvimento em decorrência da persistente estagnação econômica oriunda dos processos de transfusão de paradigmas. No que concerne ao turismo, mínimos avanços em termos de política pública puderam ser evidenciados diante deste quadro.

No entanto, algumas mudanças neste período impactaram na atividade enquanto um setor ligado à economia, nas quais se pode apontar a legitimação da liberalização de mercado levando, no âmbito da atividade turística, ao aumento do número de agências de viagens, desregulamentação do transporte aéreo e à descentralização da EMBRATUR e, portanto, do Estado sob o turismo (CRUZ, 2006).

O pontapé inicial destas inauguradas perspectivas sob o horizonte turístico foi o decreto instituído em 1986 que findou com a obrigatoriedade do registro das empresas turísticas junto à EMBRATUR, bem como o decreto também promulgado que previu a retração dos incentivos com a limitação dos investimentos à atividade (CANDIOTTO, BONETTI, 2015).

Ademais, na recém-criada Constituição de 1988, o Artigo nº 180²⁴ discorre acerca das atribuições de promoção e incentivo à atividade que, agora, caberiam a todas às escalas da gestão pública, ensejando, portanto, a descentralização do nível federal quanto ao direcionamento das políticas públicas de turismo (BRASIL, 1988). Deste modo, vê-se a minimização da intervenção estatal sob os mecanismos tanto de controle, quanto de indução, contrariando as perspectivas ideológicas anteriores no quais estas formas foram amplamente difundidas e aplicadas no âmbito do período desenvolvimentista, conforme visto outrora.

Por outro lado, ratificando o antigo paradigma, a EMBRATUR ainda atuava em determinados segmentos. Neste contexto, estreitou-se a articulação do turismo com as discussões ambientais correntes desde 1980, o que fez a EMBRATUR lançar o ecoturismo no

²⁴ Art. 180: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1988, p. 112).

mercado (BECKER, 2001). Destacam-se ainda, neste contexto, algumas ações por parte da EMBRATUR de promoção interna por meio da criação do Passaporte Brasil; e externa, que desde a década de 70 propagava o sol e mar na tentativa de apresentar produtos brasileiros diferenciados e um mercado mais segmentado, com grande foco no Rio de Janeiro e no nordeste brasileiro (CAVALCANTI; HORA, 2002; FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013).

Com a virada da década, os anos de 1990 seriam o período-marco para o processo de efetiva neoliberalização no Brasil, tendo em vista que embora o país tivesse conseguido resistir às pressões do governo americano e dos organismos multilaterais de crédito durante algum tempo com a adoção do paradigma universalista quanto à política externa, tanto a crise econômica acentuara-se reafirmando o declínio do Estado indutor e financiador, quanto o governo de Fernando Collor (1990-1992) quebrara essa perspectiva anterior ao demonstrar-se comprometido e adepto aos postulados neoliberais e à política americanista ainda quando do período eleitoral.

Eleito por votação direta, o governo Collor logo aderiu ao recém-elaborado e consolidado Consenso de Washington enquanto documento basilar para a condução tanto da política interna, quanto externa, considerando que a dívida externa obrigou o atendimento às condições impostas pelos credores quanto ao ajustamento que, supostamente, auxiliaria os países latino-americanos a superar a crise e estagnação econômica da década anterior “perdida”, o que nunca fora concretizado e, portanto, inverídico (BATISTA, 1994; CAVALCANTI; HORA, 2002; TELES et. al., 2016).

Neste sentido, instaurou-se uma larga política de neoliberalização econômica pautada em um projeto de desenvolvimento impulsionado pelo mercado, de modo que

Se a década de 1980 foi a década perdida, a de 1990 foi a década perversa, demonstrando que as escolhas políticas e as decisões econômicas produziram drásticas consequências sociais, como pobreza e desemprego, retirando de milhares de latino-americanos um dos valores centrais, defendido inclusive pelos neoliberais: a dignidade humana (CAMPOS; CAMPOS, 2014, p. 68).

Mediante o fim da Guerra Fria e a crença da inexorabilidade da globalização neoliberal juntamente aos processos de reestruturação do capitalismo, conforme discutido no capítulo 1, o neoliberalismo tornou-se o arcabouço ideológico hegemônico do capital, de forma que os ajustes estruturais neoliberais não tardaram a conduzir o estado da política brasileira balizadas por privatizações e perpetuação das liberalizações e desregulamentações econômicas no que tange aos fluxos, iniciadas na década anterior (GENNARI, 2001;

SANTOS, 2008). Por conseguinte, a doutrina neoliberal passou a influir na determinação do conteúdo da política pública, na ação de agentes públicos e privados, nos direcionamentos dos mercados produtivos e financeiros, em suma, em todos os processos político-econômico-sociais de sociedades e países regidos pelo capitalismo.

Desta forma, o turismo passa a refletir o quadro ideológico, político, institucional e econômico globalizado que começam a se fazerem presentes, primeiramente nas políticas e, posteriormente, impressos por meio de ações no âmbito do território brasileiro, de modo a incorporar em discursos e práticas os elementos balizados pelo novo paradigma instituído. Segundo Cruz (2006, p. 337),

Com a consagração do neoliberalismo como paradigma econômico e político assistimos, nos anos 90, no Brasil, à fase possivelmente mais aguda da transição de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado, o que se reflete, no turismo, na forma de políticas públicas comprometidas com a produção e a reprodução do capital *vis à vis* as inversões públicas voltadas à criação de um novo sistema de objetos cuja materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe.

O turismo começa a ser vislumbrando pelo novo Estado brasileiro parceiro e indutor do mercado a ponto de tornar-se matéria de elaboração de amplas políticas públicas, quando despertada a importância deste enquanto setor promovedor da reprodução e circulação de capital com significativa participação nos índices econômicos a nível mundial.

Deste modo, considerando a conjuntura em que se gestavam profundas mudanças de/na reestruturação do capital balizado pela globalização neoliberal, mediante o longo período de recessão econômica, o turismo esteve em meio a um processo de valorização. Este enaltecimento do setor precede ao fato de o turismo ter se tornado gradativamente um importante componente competitivo na economia globalizada do setor de serviços – crescente em todo o mundo frente ao clássico setor produtivo –, de modo que a atividade tivera um largo e próspero crescimento e inserção no ciclo econômico e, portanto, logo ganhou destaque.

Consequentemente, o turismo fora demasiadamente impulsionado ao ter expandido o entendimento do setor, ao final do século XX, como importante atividade geradora de riquezas e, portanto, com demasiado potencial para propulsionar o desenvolvimento, reduzir disparidades sociais entre regiões e auxiliar na superação de crises econômicas. Ratificando essa assertiva, Coriolano e Sampaio (2012, p. 54) dissertam que

Contemporaneamente, o turismo é um dos produtos mais significativos do comércio mundial, sendo a produção de serviços umas das principais ferramentas de que dispõem os países para serem competitivos na esfera internacional. O modelo econômico de desenvolvimento prioriza o setor terciário, em especial o financeiro, imobiliário, de telecomunicação e o turismo que, articulados, conquistam mercados, acumulam capital, no entanto representam um descaso socioambiental. A atividade turística se apropria do espaço, causando impactos ambientais, e não beneficia a toda parcela da população.

Diante do cenário anteposto, apesar das debilidades, o turismo passou a ter visibilidade acentuada no interior das políticas econômicas brasileiras daquele momento – que diferia dos governos anteriores – considerando a sua capacidade pautada no livre mercado de atrair capital estrangeiro e competir no cenário econômico internacional. Por essas razões, as administrações públicas despertaram para um ímpeto interesse no desenvolvimento da atividade, haja vista as condições neoliberais emergidas caracterizadas pela globalização do capital e as acirradas disputas geopolíticas e mercadológicas, que no setor turístico materializa-se para além das organizações privadas, envolvendo, igualmente, destinos e lugares (CAVALCANTI; HORA, 2002; CRUZ, 2006; SANTOS, 2017).

Neste sentido, houve uma significativa expansão, notoriedade e proeminência das políticas públicas de turismo no cenário nacional agora neoliberalizado, demonstradas e expressas por meio dos variados programas, planos e projetos criados para volutear e embalar o setor anteriormente estagnado na década de 1980. No contexto de ascensão e aplicabilidade do neoliberalismo no Brasil com o governo Collor, as políticas de turismo foram legisladas e normatizadas, porém a execução do arcabouço proposto só viria a acontecer concretamente no governo subsequente de Itamar Franco (1992-1995) e, sobretudo, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) dada a ausência de articulação e a conjuntura negativa de instabilidade econômica e, principalmente, política.

Entre os primeiros dispositivos legais formulados para o setor nesta recém-inaugurada era, destaca-se a alteração da personalidade jurídica da EMBRATUR, em 1991, passando da condição de empresa para autarquia e tendo, portanto, a nomenclatura modificada para Instituto Brasileiro de Turismo. À nova EMBRATUR designaram-se as atribuições ligadas à execução da Política Nacional de Turismo na forma de coordenadora e indutora. Diante disso, tem-se a extinção do Conselho Nacional de Turismo, CNTUR, no qual suas atividades foram transpostas para o instituto anteposto. De um ponto de vista analítico quanto às pretensões dos rearranjos institucionais propostos, Cavalcanti e Hora (2002, p. 65) dissertam que

As novas competências estabelecidas para a EMBRATUR revelam um projeto ambicioso do governo que consistia na reorientação do desenvolvimento do turismo no Brasil e na redefinição do papel do Estado no setor. A expectativa era de que o órgão indutor das ações no setor fosse promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade. O momento exigia um órgão coordenador das diversas ações, cabendo ao setor privado a função de motor central das atividades econômicas.

Portanto, as reformas realizadas no âmbito institucional da atividade turística visavam, sobretudo, à descentralização e compartilhamento do poder decisório entre o Estado, os agentes do mercado turístico e os organismos supranacionais financiadores de investimentos – ambos amplamente valorados e protagonistas sob a égide da ideologia neoliberal – no que concerne à formulação e execução das políticas destinadas ao turismo.

Sob essa perspectiva, as diretrizes da nova Política Nacional de Turismo (PNT) ratificam estas tendências emergentes na atividade turística sob a égide do neoliberalismo *a la* brasileira no processo de idealização e elaboração do primeiro Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), em 1992, que fora alicerçado no ideário da descentralização e compartilhamento das decisões e ações entre os setores público e privado como forma de superar o aparelho burocrático do Estado, tido como ineficaz, corruptivo e prejudicial à condução da economia e seus setores subjacentes – premissa e pauta basilar na/da tradição liberal.

O PLANTUR, ao ser um instrumento da PNT, pretendia articular o turismo institucionalmente por meio de parceiras no âmbito governamental, do mercado, estendendo ainda aos bancos e organismos supranacionais multilaterais, guardiões do neoliberalismo. Assim, o PLANTUR discursivamente é um claro fomentador da reestruturação capitalista e reproduzidor dos postulados tornados hegemônico ao, indiretamente, defender a mínima intervenção do Estado quando da tomada de decisão acerca dos direcionamentos dos setores econômicos (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Além disso, o plano reproduzia as tendências do cenário político-econômico naquele momento ao evocar a atividade turística enquanto fator de desenvolvimento e geradora de emprego e renda, pautas de suma importância considerando que as economias mundiais ainda passavam por processos de reerguimento diante da estagflação e da recessão que causou desemprego, acentuou a concentração de capital, desacelerou, barrou e estagnou o crescimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento social e humano.

Ainda, no governo Collor fora restaurado o FUNGETUR, criado na era desenvolvimentista, porém minimizado logo quando dos primeiros passos da neoliberalização no Brasil que visou, sobremaneira e primordialmente, retirar toda a intervenção estatal existente na economia e, por conseguinte, da atividade turística, ainda que a medida e política fosse positiva para o mercado no sentido de indução.

Diante disso, a retomada do fundo tinha o objetivo de impulsionar a atividade turística mediante os incentivos fiscais ao setor, dinamizando linhas de financiamento pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o BID, todavia não com intenções unicamente desenvolvimentistas quando da idealização do fundo, mas sim, focado na atração de investimentos privados, priorizando o capital estrangeiro (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Nesta mesma linhagem de fomento e estímulo ao desenrolar da atividade turística, fora criado neste período de ampliação das políticas públicas de turismo o Programa de Ação e Desenvolvimento do Nordeste (PRODETUR/NE) através de uma parceria engendrada entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a EMBRATUR, com financiamento do BID intermediado pelo Banco do Nordeste (BNB).

Conforme se demonstrou no subcapítulo 2.1, este programa surgiu voltado para o provimento de infraestrutura básica e turística, a fim de incentivar novos investimentos privados mediante a modernização e urbanização do território majoritariamente litorâneo, partindo e fundamento em um modelo de turismo importado, ou seja, exógeno e neoimperial (CRUZ, 2002; FONSECA, 2005; SANTOS, 2017).

O PRODETUR/NE, que visava dinamizar a economia da região anteposta a partir da consolidação da mesma como destinação turística nacional e internacional, ratifica a perspectiva das intenções dispostas nas diretrizes da PNT ao apontar que o objetivo das ações indutoras e provedoras de infraestrutura através de investimentos públicos financiados estava concatenado à expectativa de geração de emprego e renda mediante o desenvolvimento da atividade turística no território (CAVALCANTI; HORA, 2002; SANTOS, 2017).

Ante o exposto, averigua-se o retorno da intervenção estatal sob o mecanismo da indução que havia sido sucumbida na primeira fase de instauração dos valores neoliberais no Brasil, ao final da década de 1980, quando da redemocratização. Todavia, esta intervenção estatal não se restringe ao âmbito nacional e à indução, uma vez que os organismos

supranacionais financiadores das políticas de turismo, ou seja, o BID, a partir da disposição em dispor de empréstimos para o fomento ao turismo passa, em contrapartida, a impor condições para a liberação dos recursos na figura de diversas exigências e imposição de modelos de produto turístico que demonstram a capacidade de gerência, ainda que indiretamente, dos direcionamentos do turismo no território brasileiro, transpondo a soberania do Estado nacional e, sobretudo, das populações locais.

Por outro lado, o intervencionismo pautado no controle por parte deste último continuara suspenso, haja vista as proposições de desregulamentação levadas a cabo pelos governos brasileiros neste tempo, engendrando somente políticas e ações que agregassem prerrogativas ao mercado, como o fora as induções para o setor turístico por meio do resgate do FUNGETUR e da criação do PRODETUR.

De fato, embora os objetivos propostos por estas políticas discursivamente defendessem o beneficiamento às diversas estratificações mediante redistribuição de renda mediante emprego e arrecadação, na prática evidenciada nos governos sucessores, o setor privado tanto nacional, quanto internacional, fora o mais agraciado com a aplicação e injeção de capital oriunda das ações de fomento que incrementaram o fluxo turístico e, conseqüentemente, a geração de receitas, sobretudo, aos complexos hoteleiros recentemente instalados.

Neste sentido, verifica-se a inserção inicial do turismo brasileiro no âmago das tendências, premissas e postulados do paradigma ideológico político-econômico hegemônico da década de 1990 através das mudanças engendradas no conteúdo discursivo das políticas públicas elaboradas e difundidas por um Estado (agora) Neoliberal que não mais participa e/ou controla, apenas induz e intermedia visando à sustentação da lógica do livre mercado globalizado ao favorecer a reprodução do capital internacional em detrimento do beneficiamento mútuo e/ou para a nação, retardando e condenando o real desenvolvimento.

Apesar dessa forte onda de neoliberalização que encobriu o Brasil e, por conseguinte as atividades econômicas no qual se insere o turismo, o processo de *impeachment* do então presidente Collor, em 1992, em decorrência de uma profunda e grave crise política, causou um atraso considerável na extensão e continuação da aplicação do projeto de ajuste neoliberal, de modo que a instabilidade política e econômica que levou à deposição do então presidente afetou a todos os setores econômicos e, derradeiramente, a atividade turística, o que

indubitavelmente comprometeu a execução do PLANTUR, do PRODETUR e da PNT, como um todo (SANTOS, 2017).

Desta forma, as políticas e programas formulados no governo Collor, só alcançam o patamar de realização e concretização com e a partir do sucessor Itamar Franco (1992-1995) que se assentou na tentativa de recuperar o turismo nacional ao, primordialmente, criar uma secretaria específica para o turismo no interior do recém-criado Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) visando dar à atividade turística o mesmo grau de importância que existia em relação às outras pastas e assuntos (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Neste contexto, após *impeachment*, coube ao novo presidente a árdua tarefa de recuperação, haja vista que o Brasil atravessava uma intensa crise econômica marcada pela instabilidade inflacionária e da moeda, em suma, da macroeconomia. Assim, o turismo, inserido no rol das atividades econômicas, e agora políticas de forma ministerial, teve intensificada a perspectiva de visualização enquanto alternativa e panaceia para superação de crises considerando que o BID e o BIRD apoiavam esse viés discursivo em tempos de instabilidade e recessão global (BRANDÃO, 2010).

Além disso, ambos se propunham a continuar financiando com recursos as políticas com foco claramente neoliberal, no sentido de promoção da descentralização e na reconcentração de investimentos na produção de novos lugares turísticos de interesse para o capital internacional, ou seja, visando a atração de investimentos estrangeiros no território nacional, sobretudo nordestino, como o fora a proposta tônica do PRODETUR/NE (CAVALCANTI; HORA, 2002).

No âmbito do governo de Itamar Franco, já em vias de finalização, em 1994, as políticas de turismo tiveram avanços quando do lançamento das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Este último é de significativa relevância em termos de tradução dos direcionamentos ideológicos para a atividade turística na conjuntura de neoliberalização emergida, considerando que os princípios e abordagens propostos no documento faziam referência à concretização das proposições de horizontalização por meio da descentralização há muito presentes na PNT e, primordialmente, componentes do ideário neoliberal – iniciado na década de 80 e perpetuado neste governo – e da própria Constituição de 1988.

Já o programa de ecoturismo sinaliza a ratificação da preocupação quanto à preservação ambiental, temática emergida na década passada e que se vê intensificada dada a Eco-92. No entanto, posteriormente, o programa foi deturpado com os processos de mercantilização da natureza que se instalaram, fruto da lógica propriamente capitalista que sob o discurso da preservação, objetivou, verdadeiramente, obter um novo meio de captação de lucros mediante a exploração turística desses recursos de grande atratividade enquanto oferta (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Ambos os programas seguem a tônica do PLANTUR que, neste governo, não fora modificado. Porém determinados marcos políticos foram enfocados, no qual cabe destacar àqueles claramente de cunho neoliberal, como a descentralização por via da municipalização intencionada em retirar da EMBRATUR a função legisladora e executora do turismo, dar aos municípios mais poder de condução juntamente à incorporação da iniciativa privada, e também centrada em impulsionar a perspectiva de parcerias público-privada no que concerne à tomada de decisões.

Contudo, a proposta do PNMT, apesar de apontada por analistas como uma forma e concepção correta de planejamento e gestão dada ao estímulo à participação democrática dos diversos agentes envolvidos com a cadeia produtiva do turismo descendo da escala federal para secretarias e conselhos municipais de turismo (BRANDÃO, 2010), por outro lado apresentou um caráter mecânico e aleatório ao desconsiderar as especificidades de cada realidade nas aplicações das proposições contidas no programa, bem como por ter inibido iniciativas criativas nos níveis estaduais e municipais, engendrando uma política, segundo Cavalcanti e Hora (2002), de caráter autoritário e centralizador posto que ainda muito ligada aos mandos da EMBRATUR.

Porém, apesar dessa verticalização, a tônica das ações políticas do PNMT esteve concatenada aos interesses mercadológicos que, sob a lógica neoliberalista hegemônica deste período, perpassam e sobrepõem-se a qualquer tipo de controle estatal e se destacam. Isto é, desconectadas e contrárias ao discurso de descentralização e planejamento participativo e democrático que envolva um amplo espectro de agentes turísticos públicos e privados e seus distintos anseios.

Evidentemente, esse viés participativo e democrático imperfeito e falho claramente beneficiou a inserção do mercado e das iniciativas privadas junto ao processo decisório, com

vistas, logicamente, a beneficiar a viabilização de lucros. Ademais, juntamente à perspectiva de descentralização, as políticas de turismo neste governo visavam à conscientização quanto ao potencial do turismo para superação de crises econômicas e promoção do desenvolvimento mediante modificações territoriais financiadas (CANDIOTTO; BONETTI, 2015).

Neste sentido, averigua-se a manutenção do paradigma neoliberal no âmbito do Estado, mesmo que a retomada neoliberalista só ocorra, efetivamente, somente com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que sob a retórica “antigetulista”²⁵ aprofunda o ideário ao defender e aplicar largamente políticas incutidas com os valores da descentralização estatal *versus* centralização do mercado, ambos pautados pelo e no livre mercado. Assim, promoveu, implantou e promulgou, no âmbito da sua gestão, a desarticulação do Estado visando a torna-lo mínimo; a abertura dos mercados; as privatizações do patrimônio público; a financeirização da economia; retomou o paradigma americanista em termos de política externa, entre outras ações claramente concatenadas ao paradigma neoliberal (SADER, 2013; TELES et. al., 2016).

Na era FHC, a perspectiva de alcance do desenvolvimento ficara no pretérito, posto que o crescimento econômico foi comprometido com a financeirização da economia promovida pela desregulamentação dos fluxos de capital e por todo o arcabouço político-econômico formulado com vistas à instauração de um novo regime de acumulação baseado na internacionalização, subordinação e dependência, de cunho neoliberal.

Embora o Plano Real seja constantemente ressalvado pelo mérito da estabilização macroeconômica, problemática que há muito assolava os governos antecessores, as políticas econômicas do governo FHC disseminaram diversos impactos negativos que passaram a aniquilar o país, no qual Gennari (2001) destaca: a) o crescimento do desemprego; b) supressão do capital produtivo nacional dado à hegemonização do capital financeiro; c) destruição e solapamento do setor produtivo estatal em decorrência das privatizações; d) crescimento do déficit público que aumenta a dependência quanto a empréstimos junto, especialmente, ao FMI; e) redução dos gastos sociais e, por conseguinte, f) aumento crítico da desigualdade causada, igualmente, pela demasiada concentração da propriedade e da renda.

²⁵ Ao apropriar-se da perspectiva “anti-Getúlio”, Cardoso colocava-se contra as políticas implementadas pelo ex-presidente Getúlio Vargas no auge do Estado desenvolvimentista que pregava a intervenção estatal para regular, controlar, proteger e induzir o crescimento e o desenvolvimento econômico (SADER, 2013).

No âmbito do turismo, amplia-se ainda mais a perspectiva da atividade enquanto geradora de emprego e renda, setor estratégico e vetor para o desenvolvimento econômico. De fato, a partir da conjuntura estabelecida mediante a adoção dos postulados neoliberais, demandaram-se atividades econômicas que apaziguassem os efeitos devastadores das políticas concatenadas ao Consenso de Washington, geradoras, sobremaneira, de desigualdades.

No entanto, o turismo há muito havia perdido a sua capacidade de promoção da equidade quando, no interior da condução e indução pública, também foram impressos hegemonicamente os princípios do ideário neoliberal ainda que em conjunto com a retórica da redução de desequilíbrios e disparidades regionais e sociais, cenário que nunca se instituiu concretamente, considerando que no

[...] amplo domínio do discurso neoliberal, as políticas públicas de turismo voltam-se apenas para contemplar os interesses dos agentes do mercado. Nem mesmo os interesses dos agentes públicos (governos) são observados, uma vez que, para facilitar a captação de novos investimentos, o Estado abre mão dos seus direitos de arrecadação, fiscalização e de regulação, pela concessão de uma série de incentivos e da liberação de diversas facilidades de crédito. Para os demais agentes sociais envolvidos pelo turismo resta apenas um papel secundário, quase marginal, e os impactos quase sempre negativos que a atividade turística gera onde se instala (TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 848).

Diante de um governo claramente neoliberal beneficiador, parceiro e aliado do mercado, na era FHC o turismo não é menos que prioridade tendo em vista o crescimento econômico da atividade expresso e traduzido no aumento do fluxo turístico e da receita gerada, passando a compor o Plano Plurianual de Investimentos de modo que inovadoramente o setor é vislumbrado por um programa político em nível nacional.

De acordo com Santos (2017, p. 101), “este programa político fue uno de los documentos más amplio y completo que ha sido elaborado por el gobierno federal y tenía como objetivo mejorar la infraestructura turística y la calidad de los servicios prestados, haciéndolos capaces de fomentar el crecimiento de la actividad turística en el país”, evidenciando que o turismo, a cada governo instituído na era neoliberal, estava sendo crescentemente usurpado pelos interesses globais do grande capital de forma sutil, indireta e mediante fabulosas retóricas desenvolvimentistas-nacionalistas.

A partir deste primeiro destaque e formulação do entendimento quanto ao turismo, fora construído sob a responsabilidade do MICT e da EMBRATUR, baseado e corroborando com as perspectivas iniciais presentes no Plano Plurianual, uma nova Política Nacional de

Turismo para os anos entre 1996 e 1999, pautada na descentralização, na articulação intra e extragovernamental, no fomento, na inserção internacional do turismo brasileiro mediante flexibilizações legais, no desenvolvimento estratégico, democratização do turismo interno, entre outros que ratificam a hipótese supracitada quanto à inserção da atividade turística brasileira nos moldes ideológicos globalizados (CAVALCANTI; HORA, 2002; HENZ et. al., 2010).

A nova PNT tinha como objetivo principal “promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e desenvolvimento socioeconômico do país” (CANDIOTTO; BONETTI, 2015, s/p) a partir da macroestratégia de alocação de infraestrutura, a fim de promover o suposto incremento e avanço da atividade visando, por conseguinte, a prosperidade nacional (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Para tanto, alguns programas nacionais de indução pública deram sustentação à PNT no sentido de concretizar as largas proposições dispostas em uma conjuntura de descentralização, como o Programa de Apoio ao Ecoturismo, o PRODETUR e o PNMT que passam, naquele contexto, a atuar concatenados aos princípios dispostos supracitados na política, como – mais discursivamente do que na prática em decorrência das contradições – em defesa do desenvolvimento sustentado e da preservação do meio ambiente. Todavia, o enfoque maior dos programas supracitados estava no viés econômico quanto à consolidação do produto turístico brasileiro competitivo a nível internacional mediante a incorporação das regras do capital quanto à formatação, diversificação e segmentação da oferta (CAVALCANTI; HORA, 2002).

No entanto, apesar desse avanço significativo nas políticas públicas de turismo no final do século XX, cenário que nunca antes fora instituído, Cruz (2002) critica a ausência de articulação das políticas de turismo com outras políticas setoriais, dada as inter-relações que o turismo estabelece com outras áreas e pastas como o transporte, cidades, etc., bem como a ausência da junção entre o pensamento do poder público em diversos níveis quanto à organização territorial para/pelo o turismo.

Estas problemáticas justificam-se pelo fato de que, “[...] como o turismo está sujeito a influências de políticas globais, as ações governamentais favoreceram a internacionalização de fluxos e de empreendimentos turísticos, consolidando um modelo segregador de desenvolvimento do turismo no Brasil” (CANDIOTTO; BONETTI, 2015, s/p) que está

aquém em diversos sentidos das demandas e circunstâncias nacionais, demonstrando que a cada política a orientação neoliberal aprofunda-se no âmbito da atividade turística brasileira.

Portanto, evidencia-se analiticamente que, embora o turismo tenha sido valorado, vislumbrado, visualizado e priorizado de uma forma inédita nos governos emergidos após a Nova República em uma configuração política de redemocratização, que aumentou o saldo de políticas, programas e planos destinados à atividade, bem como elevou o nível de planejamento e gestão que se dava de forma extremamente amadora e pontual, há de se considerar que a contaminação conjuntural pautada na neoliberalização e na globalização desvirtua o direcionamento político do setor.

Assim, ao invés de promover a equidade e o desenvolvimento social e humano – como se enfatiza recorrentemente sob as retóricas e discursos –, o turismo é, contrariamente, colocado a serviço e atendimento dos interesses do capital internacional e nacional, com enfoques e conduções baseados meramente na contribuição econômica que a atividade pode realizar para o crescimento do país e na reprodução do capital globalizado para a viabilização do aumento lucrativo de empreendimentos privados.

Diante do exposto, torna-se possível auferir que as políticas públicas de turismo desde o período desenvolvimentista até o neoliberal perpassaram por nuances e concepções distintas, no qual Cruz (2006) defende analiticamente a presença de um velho e novo paradigma. Isto ocorre, pois o conteúdo e direcionamento das políticas refletem os cenários e contextos históricos, políticos, econômicos e sociais em que são elaboradas, de modo que com o fim do período desenvolvimentista-nacionalista e a ascensão do neoliberalismo globalizado, toda a ideologia de governo e Estado é revista e tangem-se mudanças significativas na condução de ações públicas em todos os setores, a incluir do turismo.

Sob essa perspectiva proposta por Cruz (2006), ao conceber-se uma proposta comparativa, nota-se que no antigo e novo paradigma condutor das políticas de turismo o espaço e o território eram, primordialmente, palco de ações deliberadas. Após a transição para o contexto neoliberal, prioriza-se a intervenção no que tange à construção de infraestrutura pautada em métodos de planejamento balizados por planos e programas com foco na atração de capital internacional. Ou seja, intervenção coadunada aos preceitos liberais de que o Estado deve atuar somente para estruturar formas de viabilizar o funcionamento do mercado,

fornecendo-lhe todo o suporte cabível ainda que seja necessária a negligência aos principais interessados na mesma atuação estatal segundo legislação nacional, ou seja, a sociedade civil.

No entanto, apesar dos percalços e dos beneficiamentos demasiados ao setor privado em detrimento de diversas comunidades que ficam, muitas vezes, à mercê desses processos, bem como considerando que tamanhas intervenções não foram sobremaneira eficazes a ponto de atingir a alguns dos objetivos propostos, sobretudo, quanto ao desenvolvimento da atividade turística de forma sustentada, observa-se um avanço – que seria ratificado no período neodesenvolvimentista pela expansão das políticas e aporte institucional – quanto ao período desenvolvimentista que demonstrava demasiado amadorismo e desarticulação quanto ao direcionamento a ser dado para o turismo partindo-se da esfera pública, justificado pelas ações pontuais por meio de decretos, conforme discutido no subcapítulo 3.2.1.

Para além do espaço e do território, a natureza também é ressignificada em decorrência das tendências de preservação que emergem após um longo período de visão enfocada no desenvolvimento econômico a qualquer custo. Deste modo, além de ferramenta de atração para a atividade turística e, portanto, de obtenção de lucro, a natureza sob a égide das políticas é evidenciada enquanto elemento a ser protegido e utilizado de modo sustentável mediante a promoção da educação ambiental que pode ser realizada e concretizada por meio do turismo.

Estas tendências foram traduzidas sob os programas de ecoturismo lançados que demonstravam o suposto papel de cooperação mútua entre o turismo e a natureza, posto que enquanto o primeiro auferiria a reprodução de capital por meio dos recursos naturais, a atividade poderia promover a preservação por intermédio da conscientização.

Esta perspectiva poderia lograr êxito caso, por outro lado, tivessem sido realizados fielmente estudos de capacidade de carga, os agentes turísticos tivessem construído e executado adequadamente planos de manejo mediante Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), entre outras medidas cautelosas, o que majoritariamente não ocorreu, concretizando-se meramente a operação mercantil desses espaços verdes, corroborando com a perspectiva neoliberal de intensa mercantilização e capitalização de todos os recursos cabíveis de exploração econômica.

Apesar disso, os fatores mais importantes que demarcam a transição de paradigma estão ligados a mudanças em termos de gestão pública, dada a defesa da mínima intervenção estatal para a efetivação do livre mercado, de modo que parte-se de um formato centralizador para uma proposição de descentralização e suposta gestão participativa, transmutando, igualmente, a escala que vai de nacional-regional, para regional-local, conforme evidenciado anteriormente no conteúdo dos planos, programas e políticas, principalmente aqueles pautados na municipalização do turismo.

Neste contexto, marcado pelos intensos processos de liberalização, o mercado é amplamente convidado a inserir-se, e não somente adentra, como domina a condução das políticas no que tange à atividade turística no território nacional, bem como é liberto do controle pautado na regulamentação de um Estado anteriormente interventor na figura, sobretudo, da EMBRATUR (CRUZ, 2006).

Por outro lado, tem-se demonstrado por meios de políticas, como o PRODETUR, que o Estado é ratificado, contraditoriamente, enquanto demasiadamente interventor no âmbito da atividade turística. No entanto, como citado anteriormente, intervém não sob o viés de controle e regulação a fim de atender aos interesses da sociedade civil dispostos em legislação, mas sim, como indutor, facilitador e fomentador unicamente e exclusivamente dos interesses do mercado, sobretudo, internacional, ratificando antigos postulados (neo) liberais, discutidos anteriormente no capítulo 2 quando da emergência do paradigma no século XVII. Neste sentido,

Logo, a intervenção estatal só é defendida, quando essa favorece ao mercado. Percebe-se que embora o neoliberalismo pregue funções limitadas do Estado na economia, no que se refere à provisão de infraestrutura (transportes, saneamento, energia, comunicações, dentro outros), a atividade turística depende dele para serem bem sucedidas. Afinal, estão a serviço da reprodução e acumulação do capital, permitindo a abertura do mercado turístico brasileiro para o mercado internacional (BRANDÃO, 2010, p.10).

Em síntese, as políticas públicas de turismo apesar de ganharem maior visibilidade, notoriedade e proeminência, passaram a se voltar apenas para contemplar os anseios predominantes dos agentes de mercado de forma antidemocrática, engendrando um poder longínquo à expressão política dos cidadãos.

Essa assertiva é facilmente constatada ao vislumbrar-se o conteúdo das políticas públicas destinadas ao turismo a partir do período discutido, no qual algumas abordagens

passam a aparecer recorrentemente sob a égide do novo Estado Neoliberal, como o estímulo à competitividade; à intensificação dos fixos e fluxos mediante desregulamentação para abertura dos mercados, para viabilizar a transnacionalização do capital, a geração de divisas e aumento na participação do PIB; a promoção do desenvolvimento sustentável pautado na geração de emprego e renda e estímulo ao empreendedorismo; ampla participação “democrática” dos agentes na tomada de decisões mediante descentralização que, na verdade, torna-se concentrada em um novo âmbito, o privado; fomento e indução ao desenvolvimento do turismo no território a partir dos mega investimentos; entre outros que comprovam a forte ligação com os princípios do livre mercado e comércio e, portanto, de cunho economicista.

Logo, o cerne do problema não está no quantitativo e/ou ausência de políticas para o turismo, mas sim, no âmbito qualitativo destas que devem ser revistos para serem redirecionadas aos interesses que transcendam aos privados, abarcando a conveniência coletiva e nacional. Enquanto isto não ocorre,

As políticas de turismo, influenciadas pelo modelo neoliberalista que não privilegia o desenvolvimento endógeno em prol dos grandes investimentos e iniciativas externas, afetam diretamente uma inversão na cadeia produtiva do turismo, que possui um discurso voltado para geração de emprego e renda, mas que, na prática, contribui para o desemprego, a baixa auto-estima, a segregação espacial, e, muitas vezes, aumentam, ferozmente, os efeitos não desejáveis gerados pela atividade turística (aumento da prostituição, da violência, do consumo de drogas, aculturação, poluição ambiental, elevação dos preços de bens de consumo e insumos em geral etc.) (TAVEIRA; FONSECA, 2009, p. 10).

Deste modo, embora a doutrina neoliberal condene recorrentemente a intervenção estatal nacional na economia, o turismo enquanto um setor econômico demonstra que, sem os incentivos e injeções fornecidas pelo Estado no âmbito da atividade, a mesma não haveria de lograr êxito na economia globalizada engendrada. Diante desse cenário, claramente tem-se ratificado, na contemporaneidade, a assertiva apresentada por Marx e Engels (1848/1999, p. 10) de que “[...] o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”, dos primórdios do liberalismo ao neoliberalismo, momento em que essa perspectiva acentua-se frente a um Estado Neoliberal com o poder político privatizado, ou seja, tornando-se o próprio negócio, mas no âmbito público.

Neste sentido, considerando a conjuntura supracitada de cunho extremamente liberal em que o Estado Neoliberal apenas induz a atividade turística tanto com a concessão de incentivos fiscais e financeiros, quanto em termos de fornecimento de infraestrutura sem quaisquer perspectivas de regulamentação, comando e imposição de limitações aos anseios

mercadológicos e do capital, Cavalcanti e Hora (2002) advogavam a necessidade de um novo aparato e aporte institucional com inovadoras práticas de planejamento e gestão para além de políticas de promoção e coordenação exercidas pela nova EMBRATUR, que tivera suas funções de controle, fiscalização e regulação suprimidas pelas tendências neoliberais do livre mercado, o que só viria a acontecer parcialmente na era neodesenvolvimentista que retifica e, simultaneamente, ratifica o neoliberalismo no âmbito das políticas públicas, conforme veremos a seguir.

3.2.3 A Era Neodesenvolvimentista: A perpetuação e expansão da política nacional, planos e programas de turismo

A era neodesenvolvimentista gesta-se na conjuntura latino-americana de crise, desigualdade, instabilidade econômica *versus* estagnação macroeconômica e desestruturação da dinâmica socioespacial em todos os setores produtivos trazidos pelo apanágio neoliberal que, juntos, impulsionaram a ascensão de uma nova etapa de experiências políticas nacionais, significando o retorno do Estado no âmbito da intervenção regulatória – e não somente indutiva – coligado à ideia de participação social, iniciada com as premissas de descentralização propostas pelo neoliberalismo.

Neste contexto, “o discurso da esquerda voltado a políticas redistributivas coadunou-se com a insatisfação da população e o reflexo foi sentido as urnas com a ‘virada à esquerda’ no subcontinente” (CAMPOS; CAMPOS, 2014, p. 68), no qual o Brasil esteve inserido e exerceu participação na chamada Revolução Silenciosa, movimento de rejeição ao cenário da macroeconomia de estagnação.

No campo político-econômico brasileiro, após o Plano Real, o governo FHC intensificou as perspectivas ortodoxas em termos neoliberais das políticas econômicas promulgadas. No entanto, de acordo com Bresser-Pereira (2009), as propostas emergidas nesse contexto não promoveram o desenvolvimento real do país, de modo a direcioná-lo à semi-estagnação, ou seja, tornando-o incapaz de competir no cenário econômico globalizado.

Desta forma, o autor defendeu a emergência e ascensão de um novo desenvolvimentismo, estratégia alternativa pautada, pragmaticamente, na crítica à ortodoxia convencional e suas políticas, diagnósticos e reformas concebidas e no retorno e resgate dos

postulados *keynesianos* e, sobretudo, do antigo desenvolvimentismo engendrado no Brasil a partir da década de 1930 (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Em polo antagônico, Sampaio Júnior (2012) advoga que o neodesenvolvimentismo não passa de uma terceira via/discurso que representa uma versão *ultralight* do neoliberalismo que impôs o ajuste estrutural da economia brasileira aos imperativos e (des) mandos do capital financeiro, diferenciando-se pela premissa da busca de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sob o crescimento e no aprofundamento da desigualdade social. Por conseguinte, é incapaz de superar o paradigma neoimperialista e seus efeitos mais perversos, uma vez que apenas os mascara e aplica-lhes medidas paliativas. Neste sentido, afirma que

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 679).

É exatamente coadunado sob a perspectiva supracitada que o governo sucessor da era FHC ascendeu a partir da figura do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que viria a se tornar, mediante as eleições do ano de 2002, em presidente da república pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2003. Fundamentado e balizado pela estratégia de coordenação política entre os diversos setores da sociedade civil, como o mercado, os movimentos sociais e, a nível internacional, com os países latino-americanos subdesenvolvidos e emergentes ao adotar a política externa universalista, o presidente Lula representou uma nova era no cenário político-econômico brasileiro.

Todavia, o ponto de ruptura que distinguiu a era Lula frente aos demais governos residiu no fato de que, ao mesmo tempo em que adotou a agenda ortodoxa neoliberal na política econômica, por outro lado a contrariou parcialmente, quando da adoção da política externa universalista em contraposição à americanista e, sobretudo, pela criação e aplicação de um conjunto de políticas de transferência de renda no combate à miséria – efeito colateral correlato à aplicação das medidas neoliberais no Brasil iniciadas no governo Collor e expandidas, sobremaneira, na era FHC (TELES et. al., 2016).

Neste sentido, o governo Lula (2003-2011) demonstrou, desde os primórdios da campanha, a intenção de descobrir o segredo da quadratura do círculo que permitisse conciliar no interior do desenvolvimento capitalista tardio brasileiro o crescimento e a equidade, ou seja, sem questionar “a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia” (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 680).

Comprova-se este intento e intuito do então candidato à presidência, quando este fez promessas de campanha, como forma de ganhar a confiança do mercado e do capital (inter) nacional, ligadas à continuação e perpetuação da agenda econômica de FHC no sentido da estabilização macroeconômica (inflação, moeda e monetarismo), sem barrar e/ou limitar o capital financeiro (SADER, 2013).

Fatidicamente, o governo Lula cumpriu o viés discursivo da campanha ao, verdadeiramente, adotar uma agenda econômica neoliberal balizada pela estabilidade monetária e financeira, porém aliada ao retorno da perspectiva da busca do desenvolvimento econômico fundada em políticas sociais, ainda que para autores como Sampaio Júnior (2012) tamanha junção fosse incompatível em longo prazo.

A conjuntura engendrada leva à constatação analítica da retomada dos postulados do *keynesianismo* no contexto governamental brasileiro que, se fielmente adotados e perseguidos, poderiam, finalmente, erguer o Estado de Bem Estar Social há muito longínquo das vias de concretização, posta a interrupção e dificuldades causadas pelas tendências burguesas elitistas contidas no âmago da primeira era desenvolvimentista (1930-1980) e neoliberalista (1990-2000).

Desta forma, Teles et. al. (2016) apontam que o novo desenvolvimentismo lulista apresenta parcialmente a vertente de inspiração *keynesiana*, sinalizando a complementariedade e parceria entre Estado e Mercado; e a estruturalista cepalina na defesa da estratégia de transformação produtiva junto à equidade social, viabilizando a – criticada por Sampaio Júnior (2012) – compatibilização entre crescimento econômico com melhor distribuição de renda, ainda que com o mercado exercendo significativa dominância.

Portanto, para autores como Sader (2013), o pós-neoliberalismo está no cerne do governo Lula quando este opta por priorizar a elaboração e aplicação de políticas sociais, apesar de, simultaneamente, prosseguir com uma agenda econômica essencialmente neoliberal que, logo, não propôs uma reforma tributária extensa e expandida como ferramenta de desconcentração e redistribuição de renda, nem tampouco limitou, restringiu e/ou taxou o capital financeiro, supremo, hegemônico e intocável na era da financeirização.

Neste sentido, os governos pós-FHC, notadamente do PT, ao mesmo tempo em que retificam e renunciam ao paradigma neoliberalista ao inserirem no rol do direcionamento das políticas públicas proposições de cunho *keynesiano* ligados à promoção da inclusão social, distribuição de renda e redução de desigualdades associados à busca do crescimento, que fogem às tendências neoliberais disseminadas por todo o mundo; por outro lado, ratificam e coadunam ao seguirem os velhos direcionamentos econômicos de cunho claramente neoliberal quando priorizam uma agenda de medidas ortodoxas.

No entanto, apesar da apologia à ordem dominante neoliberal na adoção de medidas e políticas macroeconômicas ortodoxas que privilegiaram a ideologia hegemônica do capital global, por outro lado, após mais de uma década de gestão de um governo considerado pós-neoliberal (SADER, 2013), foram inegáveis e incontestáveis os significativos avanços ocorridos no Brasil em termos de desenvolvimento humano mediante ascensão de classes e saída de milhares da linha da miséria e pobreza extrema, engendrados em decorrência das políticas e investimentos sociais – ainda que balizadas pelo consumo em massa assentado no endividamento familiar.

No que concerne especificamente ao turismo, se no âmbito do período neoliberal o Estado ainda exercia importante papel na condução da atividade turística no território nacional a partir da criação de planos e programas orientados pela PNT, na era neodesenvolvimentista, as intervenções estatais em termos de elaboração, promulgação e difusão de políticas intensificam-se justificada pela perspectiva do paradigma que prevê uma participação maior do Estado na economia.

No entanto, no paradigma neodesenvolvimentista, o Estado não atua somente na questão da indução e fomento ao setor, mas sim, também legisla em termos de regulamentação, marcando o retorno da intervenção pautada no controle, ainda que

ratificando, simultaneamente, os discursos da necessária descentralização da gestão do turismo que indiretamente pressiona e tenciona a instituição do Estado mínimo.

Neste sentido, destaca-se a criação, em 2008, do primeiro ordenamento jurídico amplificado do/para o setor contendo seções e artigos de definição de competências, responsabilidades, regulação e controle, ou seja, a Lei Geral do Turismo de nº 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, demonstrando a delonga para o turismo tornar-se matéria jurídica após já ter sido anteriormente citado na Constituição de 1988 (BRASIL, 2008; BRASIL, 1988/2017). Apesar da importante instituição do marco regulatório para a atividade sob a forma legal com uma lei específica para o setor, o principal legado do governo Lula para o turismo brasileiro foi a criação pioneira, em 2003, do Ministério do Turismo (MTur).

Como órgão de administração direta, a atividade lograria demasiadas prerrogativas ao possuir orçamento próprio para gerenciar os planos e programas, além de poder articular-se diretamente com os demais ministérios e governos em escala estadual e municipal (HENZ et. al., 2010). De acordo com o Artigo 3º da Lei Geral do Turismo de nº 11.771 de 2008 (BRASIL, 2008), cabe “[...] ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional”.

Desta forma, o ministério também representou o resgate dos postulados de controle por parte do Estado, uma vez que lhe fora designada as tarefas de regulamentação e normatização.

Neste contexto, a EMBRATUR foi retirada das suas antigas funções para assumir unicamente as de execução das atividades de promoção, marketing e apoio à comercialização do destino turístico Brasil internacionalmente, de modo que as questões concernentes às decisões políticas e administrativas ficaram a cargo do emergido ministério (SANTOS, 2017).

Diante de tamanhas modificações e amplitude quanto às esferas de planejamento e gestão do turismo no âmbito do setor público, Sansolo e Cruz (2003, p. 2) afirmam que “esse novo status adquirido pelo turismo na administração pública federal nada mais é do que um reflexo da reconhecida e crescente importância que tem esta atividade hoje, sobretudo no plano econômico, por sua capacidade de dinamizar diversos setores produtivos, gerar riqueza,

renda e empregos”. No entanto, apesar de representar o enfoque especial da esfera federal dado para a atividade e significar um considerável avanço para o setor, o recém-inaugurado MTur ao passo que delineou novas ações e estratégias de incentivo para o turismo brasileiro, também continuou a pautar as políticas públicas de turismo baseadas em diretrizes antigas advindas dos governos e, conseqüentemente, paradigmas antecessores.

Deste modo, no que concerne à reprodução de antigos padrões oriundos dos governos FHC, Itamar Franco e Fernando Collor nas novas políticas de turismo, Candiotto e Bonetti (2015, p. 13) advogam que, por outro lado,

[...] é preciso considerar que haveria grande dificuldade do governo Lula estabelecer uma ruptura com os ditames das instituições que comandam o capitalismo e defendem o neoliberalismo, bem como com parte da elite brasileira, que o apoiou em sua primeira e segunda eleição. Isso conduziria a grandes dificuldades de governabilidade no país.

Neste sentido, vez que desde o período de campanha Lula esteve comprometido com uma agenda ortodoxa convencional sem perspectiva de transpor ao paradigma político-econômico hegemônico, averigua-se no conteúdo dos planos e programas a clara propagação discursiva neoliberal do turismo como negócio; da intenção de por meio da atividade reduzir as desigualdades regionais a partir da mera geração de emprego e renda mediante atração de investimentos estrangeiros; o estímulo à competitividade entre destinos; o aumento da participação do turismo nos índices econômicos nacionais; e, a promoção da descentralização, ratificando, por conseguinte, antigas diretrizes e também problemáticas, conforme demonstrado no tópico 3.2.2.

Sob essa perspectiva última, Becker (2001) alerta que, embora tenha havido intensas lutas políticas para o fim do regime autoritário e seu centralismo, por outro lado deve haver certa cautela quanto aos riscos da diluição do poder em uma descentralização desregrada que estimula a competição agressiva entre os lugares. Desta forma, segundo a visão da autora, cabe à escala federal regular tamanha disputas que ocorrem entre os Estados, sobretudo no pleito de recursos, o que não ocorre, posto que este segue em via contrária ao incentivar a prática do jogo competitivo.

Em contrapartida, perspectivas e abordagens inovadoras foram abarcadas e estimuladas no âmbito das políticas de turismo, embora e ainda que com baixo êxito e concretização, no qual se destacam as premissas da inclusão social com incentivo ao turismo doméstico e à inserção das classes de menor poder aquisitivo nas práticas turísticas; do

desenvolvimento endógeno e do desenvolvimento local alicerçados nos pilares da sustentabilidade (RAMOS, 2010). Desta forma, evidencia-se a influência do paradigma político-econômico hegemônico condutor das ações estatais no direcionamento público do turismo que, sem abandonar alguns dos postulados neoliberais concatenados diretamente aos anseios do mercado, insere concepções e noções claramente de base desenvolvimentista, visando ao equilíbrio, conforme versado anteriormente, do crescimento econômico nos moldes do capital juntamente à promoção da equidade social.

A demonstração da condução política que seria dada ao turismo a partir e sob a égide do governo ascendido, começa a ser apresentada quando o MTur lança um novo Plano Nacional de Turismo (2003-2007) (BRASIL, 2003). Este documento tivera o propósito inicial de explanar o pensamento governamental em termos de diretrizes e metas que deveria imbuir o conteúdo e direcionamento dos programas e planos de turismo subjugados ao PNT, baseados e fundados nos princípios orientadores do planejamento e gestão, da ética, da sustentabilidade, da redução das desigualdades e geração e distribuição de emprego e renda, além do apelo econômico quanto à criação do produto turístico brasileiro de qualidade e ao estímulo ao consumo deste no mercado nacional e internacional (CANDIOTTO; BONETTI, 2015; SANTOS, 2017).

Sob a perspectiva proposta pelo PNT, porém frisando e reafirmando a antiga premissa da descentralização da gestão sob a égide de um Estado que agora não é somente descentralizado, mas também regulatório, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo – Rotas do Brasil (PRT), em 2004, com o objetivo de planejar e ordenar a oferta turística através, sobretudo, da elaboração de rotas e roteiros turísticos (SANTOS, 2017). O PRT transmutou a escala da municipalização do PNMT, criado ao final do século passado, para o panorama regional como estratégia de planejamento e gestão, promoção e comercialização, visando e propondo ampliar as ações que eram, anteriormente, centradas no âmbito municipal para as regiões que seriam criadas e classificadas enquanto turísticas (CANDIOTTO; BONETTI, 2015).

A abordagem de planejamento e gestão do PRT tem sido elogiada por analistas, a exemplo de Brandão (2010), assim como o fora o PNMT, posto que neste mesmo contexto foram implantados e/ou (re) ativados os Conselhos Municipais e os Fóruns Estaduais de Turismo, entendidos como importantes instâncias para a organização da governança do turismo, apesar de não significar efetiva participação democrática – e, inclusive, neste quesito,

apresentou falhas significativas. Desta forma, o programa além de ratificar as problemáticas engendradas quando da aplicação do PNMT ligadas ao caráter centralizador, mecânico e aleatório que desconsiderou as especificidades de cada realidade nas aplicações das proposições contidas no programa (CAVALCANTI; HORA, 2002), inaugurou novas questões negativas.

Neste sentido, Ramos (2010) ao propor uma análise crítica das premissas de regionalização advindas do MTur, aponta a problemática quanto à instituição da governança local, posto que “os princípios metodológicos do programa político ignoram a complexidade do processo de participação e as estruturas de poder que constituem a base de uma instância de governança local” (op. cit., p. 32).

Além de desconsiderar os anseios e particularidades locais quanto à elaboração dos produtos turísticos, bem como do desenvolvimento ou não da atividade turística nos seus territórios, o MTur ainda culpabiliza essas populações e logram a estas a responsabilidade pelo sucesso e/ou fracasso das políticas de turismo genéricas e aplicadas de forma exógena, ou seja, seguindo a premissa da descentralização que prevê o compartilhamento do Estado junto a outras esferas da sociedade civil da tomada de decisão e aplicação das políticas mediante gestão participativa. A autora afirma que

[...] o discurso dos programas políticos do Ministério do Turismo ignoram completamente as estruturas de poder local e, embora se centre na regionalização, enfatizando as características específicas de cada região, desconsidera a diversidade e o próprio processo sócio histórico [...] [no processo de participação e estruturação do produto turístico] (RAMOS, 2010, p. 30).

Desta forma, sob a intensificação da globalização e a influência desta no âmbito da atividade turística, o PRT desconsiderou as peculiaridades regionais e locais para criar produtos turísticos – a partir da elaboração de rotas e roteiros – adequados aos elementos simbólicos de valor para o turismo globalizado, visando à atração de investimentos de capital internacional, bem como de turistas estrangeiros objetivando o aumento da geração de divisas (RAMOS, 2010).

Diante desse cenário, o PRT demonstra-se amplamente concatenado com as premissas e postulados do modelo de turismo neoliberal globalizado, tendo em vista que além de resgatar antigas ações políticas, agregam novas que estão indissociavelmente coadunadas com os anseios de funcionamento exitoso do mercado turístico, assim como esteve o PNMT, principalmente no que tange à produção de globalismos localizados pautados na apropriação e

uso turístico de patrimônios históricos, lugares, artesanato e recursos naturais baseando-se em padrões globalizados, a fim de engendrar os processos de consumo turístico dos localismos globalizados, conforme aponta Santos (2002).

No seguinte mandato de Lula (2007-2011), houve a publicação do segundo Plano Nacional de Turismo (2007-2010) (BRASIL, 2007) vinculado e integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mediante a retórica de que “todos los brasileños puedan beneficiarse con la práctica de la actividad, como turista, como empleado, prestador de servicio, o empresario, entre otros” (SANTOS, 2017, p. 107).

Desta forma, evidencia-se que a propositiva deste PNT esteve mais ligada discursivamente à promoção da inclusão social ao pretender socializar a prática turística com o incremento do turismo doméstico tanto em produção, quanto em consumo. No entanto, sem abdicar, novamente, de antigas diretrizes pautadas em preocupações quanto aos fatores econômicos como o estímulo à competitividade através da geração de emprego e renda e da melhoria da qualidade e diversificação do produto turístico.

Todavia, apesar das boas intencionalidades incutidas no conteúdo direcionador do plano, Ramos (2010) e Santos (2017) coadunam quanto à assertiva de falhas e não alcance dos objetivos propostos em decorrência, sobretudo, da simplificação da solução engendrada para a questão da exclusão social que não considerou a complexidade do conceito que está para além dos termos econômicos.

Desta forma, se a pretensão era a superação de cenários degradantes de vulnerabilidade social através da atividade turística, demandava-se, primordialmente, considerar os delineamentos políticos e sociais nas múltiplas fontes da desigualdade social em um processo pautado na busca pelo real desenvolvimento, transpassando a simples inserção precária e perversa de indivíduos no mercado produtivo e de consumo do turismo.

Contudo, apesar das debilidades antepostas, de acordo com Teles et. al. (2016), neste período, novos cenários gestaram-se no mercado de viagens, posto que uma nova configuração ao setor de turismo fora direcionada ligada à inclusão das classes menos favorecidas. Ou seja, essa perspectiva difere significativamente do modelo neoliberal seguido e aplicado na atividade turística dos anos de 1990, reproduzido em políticas concatenadas exclusivamente aos interesses do mercado, no qual, este, por sua vez, enfocava nas classes

mais altas e dominantes enquanto público-alvo de suas estratégias de marketing, tornando a prática turística elitizada e exclusiva.

Além disso, não se pode perder de vista, enquanto fator positivo para a área engendrada a partir da ascensão da era neodesenvolvimentista, a expansão da premissa de planejamento do turismo sob a elaboração, criação e/ou continuação de políticas através de planos, programas e projetos que, sob a agenda do governo lulista no âmbito da administração pública federal, foram demasiadamente privilegiados e priorizados. Neste sentido, cabe-lhe e não pode ser retirado o mérito quanto à melhoria da articulação política para o setor tanto em termos de aparato e estruturação institucional, especialmente com a criação do Ministério do Turismo e os órgãos subjacentes a este; quanto em termos legais com a promulgação da Lei Geral do Turismo.

Ademais, foi de suma importância para o turismo no Brasil a perpetuação de políticas como o PRODETUR (que passou a atuar para além da região nordestina) – ainda que imbuído de condução de cunho neoliberal –, o PNMT transmutado no PRT, e o lançamento de novos Planos Nacionais de Turismo, abarcando e dando certa continuidade às perspectivas engendradas anteriormente e inovando ao inserir temáticas há muito tempo negligenciadas pelas ações política da atividade, porém, inegavelmente de suma importância para a superação de problemáticas sociais visando o êxito da atividade no território nacional e o alcance, se possível, da utópica sustentabilidade turística a que se pretende.

Neste sentido, novamente Teles et. al. (2016, p. 102) saem em defesa da gestão do turismo sob a égide neodesenvolvimentista ao advogarem que “[...] em nenhum momento da história do Brasil a atividade turística enquanto ramo do planejamento teve tamanha importância, recursos e estudos específicos como na administração Lula”, devendo-se isso a muitos fatores, nos quais cabe destacar a priorização do setor turístico tanto na economia nacional, quanto na agenda de gestão federal; e à atuação do Ministério do Turismo na gestão e acompanhamento da atividade em todos os estados da federação sob a escala regional.

Como resultado, em termos econômicos, o turismo logrou o êxito esperado, posto que o incremento realizado culminou no aumento significativo do turismo doméstico e internacional, embora os aspectos sociais tenham sido negligenciados e não transpostos do nível do discurso.

Após o fim do governo Lula, ascende no cenário político-econômico à agenda da presidenta Dilma Rousseff que tem seu governo iniciado no ano de 2011. Em decorrência de ambos os presidentes serem do mesmo partido, o PT, a ideologia de condução política a partir do período supracitado segue, portanto, as tendências paradigmáticas antecessoras incorporadas por Lula.

No entanto, embora se esperasse, no âmbito do turismo, que houvesse o lançamento de um terceiro Plano Nacional de Turismo dando continuidade e atendendo à cronologia que fora gestada anteriormente, o governo Dilma elaborou e promulgou um mero documento intitulado “Turismo no Brasil: 2011-2014”. O mesmo apresenta uma clara continuação das diretrizes e temáticas contidas nas políticas gestadas no governo Lula para a condução do turismo nacional. Porém, agregada e atrelada a já árdua responsabilidade de planejamento e gestão do setor, a esse “plano” fora inserido um enfoque diferenciado dado à responsabilidade conferida ao Brasil de sediar a Copa Mundial da FIFA 2014 e os XXXI Jogos Olímpicos Rio-2016 (SANTOS, 2017).

Desta forma, o lançamento do terceiro Plano Nacional de Turismo (2013-2016) só veio a concretizar-se no ano de 2013 (BRASIL, 2013). O PNT inaugurado ratificou a expectativa do mercado turístico existente no país quanto aos megaeventos ao instituir como objetivos a preparação do turismo brasileiro para os mesmos; o incremento das divisas mediante atração de turistas estrangeiros; promover a qualidade e competitividade do produto turístico; entre outros (op. cit.).

Diante do exposto, aufere-se que, no âmbito dos governos desenvolvimentistas de Lula e Dilma (2003-2016) houve avanços quanto à questão do planejamento do turismo brasileiro, posto que o conjunto de medidas adotadas desde a década de 1990 e continuadas no século XXI, auxiliaram na superação do cenário turístico do período desenvolvimentista em que as políticas destinadas ao setor eram assistemáticas, não planejadas, descoordenadas, desordenadas, desconexas, recortadas, pontuais e, principalmente, amadoras.

Porém, não suprimiu, de modo que Cruz e Sansolo (2003, p. 4) alertam para o fato de que “em termos de planejamento governamental, ainda não vivenciamos um processo completo em que política pública federal e plano nacional de turismo fossem objetivamente organizados, devidamente congruentes e necessariamente publicizados”.

No entanto, ainda neste contexto, cabe ressaltar o incremento discursivo que fizeram com que as políticas de turismo mudassem e perpassassem pela abordagem da coletividade, inclusão social, do desenvolvimento endógeno, local, sustentável e participativo. Isto é, retirando um pouco o protagonismo das questões competitivas oriundas da globalização excludente e de defesa da descentralização mediante a construção de parcerias público-privadas, que sempre lograram e ocuparam lugar de destaque nas políticas de turismo desde a ascensão do neoliberalismo no Brasil.

Além disso, destacam-se as próprias políticas em formato de planos, programas e documentos ademais que foram continuadas, expandidas e priorizadas dada a estruturação do aparato institucional com a criação do MTur e demais instâncias de governança subjacentes – significando, igualmente, um considerável aspecto positivo para o desenvolvimento da atividade.

Em contrapartida, as problemáticas que se instalam e emergem pioneiramente quando ainda das políticas públicas de turismo elaboradas e difundidas sob o apanágio neoliberal na década de 1990 de cunho essencialmente economicista de teor e viés mercadológico são visivelmente ratificadas e aprofundadas no século XXI com as conduções públicas para o turismo que, ora corroboraram com as diretrizes e postulados neoliberais, ora inovaram e seguiram pelo viés desenvolvimentista.

De fato, a perpetuação de cenários e efeitos negativos longínquos às proposições sustentáveis que se faziam presentes nos momentos antecessores, quando da hegemonia do paradigma neoliberal no âmbito da política pública nacional, se dá pela manutenção e extensão no planejamento e gestão turísticos dos novos governos das premissas que são parte do conjunto ideológico e doutrinário do período concernente.

Desta forma, a conjuntura engendrada demonstra a necessidade de revisão dos conteúdos inseridos e direcionados para a condução das políticas públicas de turismo, a fim de que a atividade turística brasileira supere antigos paradigmas reincidentes demonstrados demasiadamente prejudiciais ao desenvolvimento de todos os setores econômicos e, sobretudo, para o desenvolvimento social e humano, como é o neoliberalismo. Mais do que isso, o próprio Ministério do Turismo, enquanto órgão regulador e promotor supremo da atividade turística brasileira, precisa renunciar à abordagem e tônica eminentemente e predominantemente economicista voltada para o mercado. Do contrário, as propostas

balizadas por “viagens de inclusão” – temática do PNT 2007- 2010 – serão nada mais que “[...] inclusão no cenário global e no jogo cruel e necessário para a sobrevivência” balizado, verdadeiramente, pela doutrina e ideário neoliberal (RAMOS, 2010, p. 36).

Diante e em meio a este paradoxal cenário incutido à escala federal, estão as esferas estaduais e municipais subjacentes que, inegavelmente, são demasiadamente influenciadas pelas conduções determinadas no nível macro e, simultaneamente, influem sobre os resultados a serem alcançados mediante as políticas públicas formuladas, propostas e promulgadas pela escala nacional que são descentralizadas quanto à aplicação e condução, ficando a cargo das instâncias de governança regional e local.

É neste sentido que se recai a análise da presente pesquisa para a escala estadual de Sergipe, ou seja, visando compreender de que forma os paradigmas ideológicos condutores das ações políticas governamentais se fazem presentes e são repercutidos no conteúdo das políticas públicas de turismo no âmbito desta unidade da federação, conforme será tratado a seguir.

No interior dessa perspectiva, pretende-se focar o paradigma neoliberal, posto que, segundo Pereira (1999), o turismo é um dos setores econômicos mais propensos e impactados pela privatização e a implantação das premissas e postulados ideológicos neoliberais, tendo em vista que a iniciativa privada ampliou consideravelmente seu poder de decisão, influência e participação no âmbito condutivo da atividade longe de quaisquer percepções, manifestações contrárias e/ou rebatimentos da opinião pública e/ou do Estado Neoliberal – conivente e reprodutor das premissas hegemônicas.

CAPÍTULO 4

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO TURISMO DO ESTADO DE SERGIPE - BRASIL

Ao longo da era desenvolvimentista brasileira, o governo federal engendrou intensos processos de desenvolvimento regional desigual, privilegiando determinadas regiões para a aplicação de investimentos em infraestrutura, enquanto outras eram negligenciadas e, portanto, desassistidas em suas demandas. Desta forma, instaurou-se um cenário de centralização, desigualdade e intensos problemas sociais que gerou demasiadas tensões.

Na tentativa de suplantar esse problemático cenário existente, sobretudo, na região nordeste, o turismo fora vislumbrado enquanto panaceia para todos os males, sendo intensamente impulsionado na tentativa de promover o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico da área anteposta. A atividade turística, ao ganhar protagonismo no cenário político-econômico, uma vez que entendida enquanto “indústria sem chaminés” supostamente capaz de lograr crescimento econômico no território em que desenvolvida, passa a ser balizada por organismos criados no âmbito público, exclusivamente, destinados para dotar o setor de aparatos normativos e executivos, no qual na esfera nacional se destaca, sobremaneira, a EMBRATUR.

Neste contexto, o Estado de Sergipe, localizado na região nordeste, segue às tendências hegemônicas advindas do governo federal e, conjuntamente aos demais Estados fronteiriços, inicia, primeiramente, o processo de institucionalização do setor com a criação da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). A EMSETUR, que tinha por objetivo conceber e gerir políticas públicas para o turismo no Estado de Sergipe, induziu por meio de projetos a atividade turística ao destinar investimentos para a instalação e/ou reparação de meios de hospedagem, sobretudo, na capital Aracaju.

Após a crise do Estado desenvolvimentista e a emergência e instauração da era neoliberal no Brasil, oriunda das tendências existentes no contexto latino-americano e, primordialmente, mundial, novos rumos são logrados à condução da política pública nacional e estadual, no qual o turismo esteve inserido e fora significativamente impactado e influído pela ideologia ascendida tornada dominante.

Diante disso, este capítulo final pretende apresentar em que contexto e como se dera a ascensão do turismo na região nordestina brasileira para, posteriormente, adentrar, especificamente, no Estado de Sergipe, compreendendo a institucionalização do turismo na localidade por parte do governo estadual e as políticas públicas que foram destinadas à instauração da atividade no território.

Neste sentido, aponta as primeiras tendências neoliberais reproduzidas, sobretudo, no PRODETUR-SE e no PRT-SE, ou seja, as principais políticas públicas instauradas no âmbito estadual oriundas da conjuntura nacional com vistas ao desenvolvimento da atividade turística. No entanto, o enfoque maior é dado aos dois macros planos estratégicos elaborados com vistas à construção de diretrizes que norteassem o turismo sergipano.

Desta forma, propomos uma análise de conteúdo pautada na intencionalidade de captar a influência da ideologia neoliberal global na elaboração de documentos condutivos e normativos para a atividade turística de Sergipe, com o objetivo de compreender de que forma os paradigmas hegemônicos condutores das ações políticas governamentais se fazem presentes e são repercutidos no conteúdo das políticas públicas de turismo no âmbito desta unidade da federação.

4.1 A ascensão do Turismo na Região do Nordeste Brasileiro

Ao longo da era desenvolvimentista, o Estado brasileiro capitaneou extensas, numerosas e recorrentes ações para o desenvolvimento da indústria nacional sob a tendência da substituição de importações e da defesa do nacionalismo mediante um cenário geopolítico fragilizado em decorrência das guerras sucedidas no decorrer do século XX.

No entanto, embora as ações e políticas elaboradas e difundidas para tanto tenham sido convertidas em resultados sobremaneira positivos em termos de elevação de PIB e, portanto, de crescimento econômico, por outro lado, tamanho desenvolvimento mediante os projetos e recursos destinados foi significativamente concentrado na região sudeste do Brasil. Deste modo, engendrou-se um cenário de forte desigualdade regional, de modo que as regiões norte e nordeste foram as mais prejudicadas pela exclusão arbitrária do Estado quando do planejamento de políticas com vistas a um desenvolvimento tido como nacional, ou seja, que

deveria, logo, ter privilegiado e vislumbrado grande parte das áreas e regiões contidas no território brasileiro²⁶.

Neste sentido, longe de um legítimo desenvolvimento nacional, observa-se que ao longo das cinco décadas (1930-1980) da era desenvolvimentista instaurou-se um formato de desenvolvimento regional desigual que aguçou ainda mais as disparidades frente à concentração de infraestrutura e equipamentos públicos – fortemente impulsionados neste período, conforme discutido no subcapítulo 3.2.1 –, levando à igual aglutinação das atividades econômicas industriais e comerciais e em efeito cascata, centralização e acumulação da renda em determinadas porções territoriais.

Desta forma, demandou-se, a partir de um cenário de tensão social emergido, que novos direcionamentos fossem dados para o desenvolvimento nacional que vislumbrassem a descentralização de investimentos mediante expansão de projetos para zonas costeiras e dando atenção especial para as chamadas “zonas de tensão” de pobreza extremada e absoluta.

No âmbito deste novo direcionamento político, a região nordeste fora privilegiada dado o grave quadro socioeconômico de deficiência de equipamentos urbanos e também a partir de problemas derivados da seca que, inegavelmente, impactavam sobre o baixo desenvolvimento humano segundo a mensuração do IDH, os estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) quanto ao alto índice de analfabetismo e mortalidade infantil (SANTOS, 2017).

Neste contexto, a atividade turística fora entendida e pressuposta, juntamente à exploração petrolífera, como a salvação para o desenvolvimento socioeconômico da referida região e, por conseguinte, para a superação da extrema pobreza e miséria, aproveitando-se do potencial turístico expresso, sobremaneira, no espaço litorâneo.

Deste modo, o turismo deveria cumprir um importante papel de correção e equilíbrio de disparidades, uma vez que lhe é conferida a concepção de atividade econômica com

²⁶ As políticas desenvolvimentistas aplicadas de modo desigual, concentradas e centralizadas repercutem até a atualidade, de modo que gera impactos para o funcionamento comercial do país posto que os maiores parques industriais nacionais ainda residem e estão localizados nas regiões supracitadas, incidindo sobre a distribuição dos bens e produtos produzidos que, dada a extensão territorial brasileira, torna-se sumariamente demorada e problemática. Consequentemente, são nestas regiões que se concentram, majoritariamente, oportunidades de emprego e renda, o que também impacta sobre a migração nordestina. Para mais informações consultar: CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

suposta capacidade de promover o desenvolvimento e, portanto, de atenuar as desigualdades regionais que foram engendradas durante os governos desenvolvimentistas. Neste sentido, o turismo fora incluído na agenda de planejamento e gestão do Estado, de modo que a região nordestina, a incluir o Estado de Sergipe, a partir da década de 1960, começa a receber grandes investimentos para a impulsão, indução e fomento ao desenvolvimento da atividade turística no território a partir da intervenção governamental no mercado de crédito, criando linhas específicas para os investimentos no setor de turismo.

Somado ao entendimento no âmbito público quanto à alternativa que o turismo poderia representar de desenvolvimento econômico e ao fato de que os governos militares estiveram empenhados na descentralização e desconcentração de investimentos, logo, a atividade turística logrou êxito no que tange à angariação de recursos com vistas a se tornar, futuramente, em uma ferramenta geradora de renda.

É sob essa perspectiva e conjuntura que o turismo adquire a nomenclatura de “indústria sem chaminés”, posto que além de ser vislumbrado o seu potencial econômico enquanto alternativa para a busca pelo desenvolvimento por entidades como o BNB e a SUDENE e o próprio governo federal, também (e em razão disso) passara a receber investimentos e incentivos diretos igualmente àqueles concedidos à atividade industrial ao ser entendido como um modelo para a nova versão da industrialização brasileira.

No entanto, em contrapartida, o turismo não consegue desenvolver-se de forma ampla e adequada, posto que além da ausência, neste período, de políticas públicas sistemáticas, planejadas, coordenadas e conectadas balizadas por planos e programas, os investimentos estiveram majoritariamente concentrados em apenas um dos diversos setores da cadeia produtiva necessários para o efetivo funcionamento da atividade no território: a hotelaria.

Posteriormente a este primeiro impulso e fomento para que o turismo se desenvolvesse no território nordestino enquanto atividade econômica capaz de alavancar a precária conjuntura econômica e social, na década de 1990, tem-se a ratificação desta perspectiva de entendimento do setor como capaz não somente de propiciar o crescimento econômico, mas também, mediante um quadro de crise econômica e política mundial, de resgatar os índices econômicos positivos perdidos, quando

[...] el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) llevó a cabo estudios para identificar y analizar las actividades económicas en que el Nordeste posee ventajas comparativas respecto a las otras regiones brasileñas. Este estudio ha apuntado cuatro potencialidades: los sectores de la agricultura, la producción textil, la minería de piedras ornamentales y el turismo. De esta manera, el turismo ha pasado a ser considerado como una alternativa para recuperar la economía brasileña y promover el desarrollo económico y social de la región Nordeste (SANTOS, 2017, p. 118).

Neste contexto, se gestam mudanças significativas no espectro político e econômico, tanto a nível internacional, quanto e, conseqüentemente, no nível nacional brasileiro, pela transmutação do modelo neoliberal em paradigma hegemônico. No interior da lógica emergida, o turismo tem seu potencial ratificado e o setor ganha destaque, considerando que o mesmo é apresentado pelos agentes hegemônicos do mercado como um atraente setor da economia para o exercício da circulação e acumulação do capital a partir dos processos de (re) produção e exacerbação do consumo, de modo a cooperar significativamente para a restauração da vitalidade do capitalismo por meio da contribuição ao crescimento econômico.

Desta forma, a concessão de uma nova rodada de investimentos e fomentos para o turismo na região nordeste, no qual o Estado de Sergipe fora novamente incluído, é pauta da agenda de atuação estatal, porém, de uma forma mais sofisticada, posto que além das políticas serem executadas balizadas por planos e programas elaborados, os recursos são angariados junto a instituições internacionais multilaterais neoliberais, ou seja, o BID e o Banco Mundial e destinados ao provimento de infraestrutura com vistas a atração do capital internacional.

Como demonstrado anteriormente, o financiamento estrangeiro repercute de diversas formas na atividade turística ao, principalmente, influir significativamente no direcionamento e condução do turismo brasileiro em formato neoimperialista ao imbuir de ideologia e conduta neoliberal as políticas públicas – exatamente o que se pretende averiguar no caso do Estado de Sergipe ao analisar seus planos construídos direcionados à atividade turística, conforme se fará adiante após o entendimento de como se desenvolvera o setor no que tange a aspectos institucionais e em termos de políticas públicas criadas e promulgadas na anteposta região.

4.2 O Turismo do/no Estado de Sergipe: aparato institucional e políticas públicas

O Estado de Sergipe está localizado na região nordeste do Brasil, fazendo divisa e limitação, ao sul com o Estado da Bahia, e ao norte com o Estado de Alagoas (FIGURA 01). Ambos os Estados últimos são importantes polos consolidados receptores de demanda turística no contexto nacional, fator que, em termos técnicos, agrega potencialidade quanto ao

recursos no âmbito do PRODETUR enquanto ferramenta para gestão e coordenação de ações políticas –, ao avaliar introdutoriamente o Estado de Sergipe sob o viés da potencialidade de desenvolvimento do turismo, destaca que a localidade “[...] proporciona, em sua extensão territorial, áreas de patrimônio natural como cerrado, caatinga, mata atlântica, praias, restingas e mangues, em associação a unidades de conservação, folclore, culinária, artesanato e patrimônio histórico cultural” (SERGIPE, 2013, p. 9).

Elementos estes que foram sendo incorporados à oferta turística ao longo dos anos mediante a execução de políticas públicas de turismo, apesar das grandes debilidades, em termos técnicos, de aproveitamento da ampla potencialidade que poderia expandir significativamente a mesma e agregar vantagens comparativas ao mercado turístico sergipano a partir da perspectiva de diversificação do produto turístico, considerando a conjuntura neoliberal que institui a intensa e perversa competitividade na esfera turística entre destinos e lugares.

É sob a égide da potencialidade turística tanto do Estado de Sergipe, quanto da região nordeste como um todo, considerando sobremaneira os Estados que cobrem e circundam o litoral brasileiro – elemento valorado pelo mercado turístico nacional e internacional – que o governo federal, no contexto da era desenvolvimentista, vislumbra a expansão do turismo para a região como panaceia para os diversos problemas socioeconômicos existentes na mesma, engendrados graças ao desenvolvimento regional demasiadamente desigual, conforme discutido nos subcapítulos 3.2.1 e 4.1.

Deste modo, no âmago do processo de modernização nacional da década de 1960 e 1970, balizado pelo objetivo de facilitação e expansão do capital no território nacional, importantes organismos para a condução pública do turismo são criados significando a gestação de novos rumos e direcionamentos para a política de turismo brasileira. Neste contexto, se destacam a EMBRATUR, o CNTUR e o SISTUR que, juntos, concatenados à definição e orientação da política nacional de turismo baseada em diretrizes, promoveram significativos avanços na decolagem do turismo em território nacional (CAVALCANTI; HORA, 2002; HENZ et. al., 2010).

Diante da tendência nacional da criação de políticas de incentivo para o desenvolvimento do turismo doméstico, que culminou em processos de institucionalização mediante a criação de organismos criados exclusivamente para conduzir os direcionamentos

do setor no território nacional, os Estados seguiram a mesma inclinação ao criarem seus próprios órgãos públicos destinados ao desenvolvimento da atividade turística em suas regiões.

Ao analisar-se o quadro síntese apresentado por Panosso Netto e Trigo (2009) quanto aos órgãos estaduais de turismo existentes na região nordeste com as respectivas datas de criação, objetivos, missão e o endereço eletrônico, torna-se clarividente a predominância de surgimento de aparatos institucionais ao longo da década de 1960 e 1970 como ocorrera, por exemplo, nos Estados da Bahia (1968), Piauí (1971), Pará (1972), Paraíba (1975), entre outros.

Adentrando especificamente no caso do Sergipe, no ano de 1971, é criada pelo governo do Estado a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) com o objetivo principal de incrementar e impulsionar o desenvolvimento da tida “indústria do turismo”²⁷ na localidade através da concepção e gestão de políticas públicas para o fomento da atividade, balizada e concatenada à política nacional de turismo (SANTOS; PINTO, 2010; SANTOS, 2014).

No entanto, os diversos problemas quanto à ausência de adequados processos de planejamento e gestão do turismo no plano nacional, traduzidos em políticas pontuais, assistemáticas, desconexas, descoordenadas e desintegradas, conseqüentemente invadiram a esfera estadual da EMSETUR enquanto subjacente às tendências da primeira superior, de modo que a atividade turística levava décadas para atingir um nível considerável de maturação na região nordestina, haja vista a debilidade de condução política nacional e estadual fornecida ao setor que não possuía a visão estratégica adequada e suficiente para tanto.

Neste sentido, ratificando a tendência nacional de indução por parte do Estado desenvolvimentista, a EMSETUR engendrou projetos de fomento destinados à instauração e restauração de meios de hospedagem, oferecendo canais de financiamento para a iniciativa privada e também se pautou na promoção turística do Estado enquanto destino (SANTOS; PINTO, 2010). Deste modo, a empresa começou a reproduzir a problemática de enfoque de

²⁷ Conforme discutido anteriormente no subcapítulo 3.2.1, neste contexto político-econômico, tanto o lazer, quanto o turismo, surgiram como importantes vetores para o crescimento da economia, uma vez que foram interpretados como setores geradores de emprego, renda, investimento e PIB. Deste modo, ambos foram impulsionados e compreendidos enquanto indústria dado o seu potencial e efetividade contributiva para o avanço econômico nacional, assim como o era a indústria clássica de produção de bens.

investimentos apenas em um setor isolado da cadeia produtiva do turismo, negligenciando estratificações importantes para o efetivo desenvolvimento da atividade turística no território.

Somada a esta caótica conjuntura para o desenvolvimento do turismo brasileiro, ao longo dos anos, o aparato institucional de Sergipe voltado para a atividade turística fora marcado por intensa instabilidade. Mediante a ampla exposição realizada por Santos (2014; 2017) acerca da institucionalização do turismo de Sergipe, averigua-se a recorrência da tendência de divisão de pasta entre distintas atividades econômicas no interior das secretarias estaduais, de modo a sobrecarregar as mesmas em termos de funções designadas.

Neste sentido, a autora destaca que, em 1983, é criada a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (SIC), sinalizando o pioneirismo quanto à inserção do turismo em secretarias no âmbito estadual. O turismo se manteve nesta secretaria até o ano de 1991, quando fora retirado deste formato de estrutura organizacional, permanecendo apenas a EMSETUR que, neste mesmo período, fora subordinada à Secretaria Geral de Governo, tendo esta última como uma de suas funções a coordenação e controle das atividades relacionadas ao turismo (op. cit.).

O turismo só voltaria a ocupar pasta no âmbito do governo do Estado quando, em 1995, tem-se a reorganização da estrutura de administração estadual, no qual fora criada a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo (SEICT), momento em que, novamente, a atividade turística compartilha a pasta com outros setores econômicos. Todavia, dada a recorrente instabilidade ainda presente quanto à institucionalização do turismo sergipano, a secretaria logo fora reajustada e o setor turístico fora realocado na Secretaria de Cultura, transformando-se em Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo (SECTUR), nos anos 2000 (SANTOS, 2017).

Desta forma, evidencia-se que ao longo dos anos, desde a criação da EMSETUR “[...] todas las acciones y estrategias pensadas para la actividad turística en Sergipe han sido realizadas de manera discontinua y sin integración, puesto que han sido marcadas por muchos cambios desde la perspectiva política del Estado” (SANTOS, 2017, p. 146), influenciado pelo cenário nacional quando, principalmente, do período desenvolvimentista, posto que momento marcado pelo evidente amadorismo quanto à condução política do turismo expresso na ausência do estabelecimento de um direcionamento unificado frente às iniciativas pontuais engendradas. Para Silva (2012), este fator demonstra a problemática de não priorização do

turismo para o governo do Estado, resultando no imenso obstáculo da descontinuidade das ações políticas balizadas por programas e projetos que são instituídos para o desenvolvimento turístico na/da região.

Além disso, é importante frisar a prejudicialidade da ausência do Estado no âmbito do direcionamento da organização do turismo no território, uma vez que a desregulação representa um risco para os interesses públicos, sobretudo, no que tange às comunidades locais, posto que o mercado e os interesses privados tendem a prevalecer e tornarem-se hegemônicos, contrariando, muitas vezes, a própria legislação em prol dos seus lucros e anseios de reprodução e acumulação do capital, transpondo a qualquer barreira que impeça a concretização destes últimos.

Assim, é imprescindível ao Estado transcender à indução e fomento em termos de investimentos, de modo que se fazem necessários o controle, regulamentação e gerenciamento quanto aos direcionamentos a serem tomados no âmbito da atividade turística, a fim de equilibrar os diversos interesses incutidos com o desenvolvimento da mesma, principalmente econômicos.

Ademais, cabe ressaltar a perspectiva da divisão das secretarias em que o turismo era alocado com outros setores econômicos, principalmente com o setor industrial, remontando ao entendimento contextual inicial conferido ao turismo que seria, sob a concepção desenvolvimentista, proporcional a uma indústria – recebendo, inclusive, iguais incentivos fiscais por parte do Estado –, porém de outra tipologia, ou seja, sem chaminés.

Todavia, extrapolando o período desenvolvimentista, até a atualidade nota-se ainda a permanência da tradição de alocar o planejamento e gestão do turismo junto à indústria, como é o caso e, Sergipe, da capital Aracaju com a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo (SEMICT), o que é prejudicial para a atividade que pode ser renegada para segundo plano e não possuir um enfoque de planejamento e gestão destinado exclusivamente para o avanço da mesma objetivando superar a estagnação. Além disso, este formato demonstra a tendência à visão puramente economicista da atividade entre os gestores públicos que tende a ser dificilmente superada dada a hegemonia neoliberal que incute a lógica do livre mercado tanto no âmbito privado, quanto público a nível estatal sob o discurso e retórica hegemônica do setor enquanto gerador de emprego e renda, participação no PIB, entre outros.

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, que simbolizou a valorização e priorização na agenda governamental quanto ao setor turístico, houve um significativo impulso para a estruturação de órgãos de governança mediante a premissa da gestão descentralizada e compartilhada, refletindo no âmbito estadual – conforme discutido no subcapítulo 3.2.3. Deste modo, no Estado de Sergipe tem-se a instauração de uma secretaria voltada exclusivamente para a atividade turística, a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), o que para Santos (2017, p. 146) significou “[...] un avance para la política de turismo de Sergipe, puesto que por primera vez un gobierno intenta instalar para la discusión, el planeamiento y la conducción de las políticas públicas de turismo de Sergipe”.

A esta secretaria fora vinculada a EMSETUR, de modo que as atribuições voltadas para o planejamento e gestão do turismo estiveram compartilhadas entre ambas, ligadas ao desenvolvimento turístico, ampliação e melhoria dos espaços turísticos, capacitação de mão de obra, fomento e incentivo à atividade turística, articulação entre setores e entidades, promoção turística, entre outras (op. cit.).

Após este importante passo para o desenvolvimento do turismo em Sergipe, novamente as instâncias de governança destinadas à atividade passaram por instabilidade entre ativações e desativações tanto da SETUR, quanto da EMSETUR. Este fator é prejudicial para a atividade turística, haja vista a descontinuidade de ações políticas engendradas, bem como pela ausência de regulação que pode acarretar na apropriação da atividade turística para o atendimento de interesses unicamente privativos, convertendo-a para fins perversos em detrimento do bem público (SANTOS, 2017).

A perspectiva de desregulamentação estatal já fortemente tendenciosa, dado o cenário de hegemonia neoliberal do século XXI, é agravada no âmbito do Estado de Sergipe tanto pela instabilidade das instâncias de governança, quanto pela ausência de agentes capacitados nos principais postos destinados ao turismo na gestão pública ocupado, majoritariamente, por políticos locais em decorrência da visibilidade e agregação de *status quo* (SANTOS, 2017).

Neste sentido, mediante a carência de eficientes processos de coordenação, planejamento e gestão causada pelo conjunto de problemáticas supracitadas quanto ao setor público que tem sua intervenção comprometida, sobretudo, em relação à adequada regulamentação e controle dos direcionamentos da atividade balizada e para além dos planos e programas, haja vista também a ausência de mais documentos técnicos e diretrizes

concatenadas e alinhadas à política nacional – principalmente a nível municipal – que norteiem as ações políticas, o turismo fica a mercê da condução balizada pelo acaso em decorrência da negligência e/ou por um Estado representado inadequadamente que age precipitadamente e desconectado com as propositivas advindas das políticas estaduais e nacionais por meio dos planos formulados.

Neste contexto, abre-se margem para que as conduções políticas sejam influenciadas e manipuladas pelos interesses do livre mercado turístico, instaurado no setor e, majoritariamente, concentrado na capital Aracaju. Como um dos impactos negativos desta conjuntura instituída, tem-se uma excessiva e descoordenada aglutinação de investimentos, consequentemente e igualmente de oferta e demanda, e uma configuração de atividade turística demasiadamente centralizada na cidade supracitada e nas decisões pautadas pelos agentes que nela estão. De acordo com Santos (2017, p. 170),

Es necesario clarificar que, como hemos visto, en la institucionalización del turismo en Sergipe, el papel de la administración suele ser de carácter legislativo y reglamentario, puesto que poco se puede observar el papel de las administraciones como agentes en el proceso de planificación y, sobre todo, de orientación en la puesta en marcha de la política turística. Esta afirmación se comprueba desde los análisis del papel de Aracaju en este proceso, es decir, como centralidad en el proceso de distribución del flujo para el interior del estado de Sergipe y, sobre todo, en la concentración de los equipamientos y servicios que dan soporte a la práctica turística del estado.

Por conseguinte, o tipo de turismo que fora instaurado no Estado de Sergipe, voltado essencialmente para a esfera mercadológica balizada pela essência neoliberal do PRODETUR, não logrou o almejado desenvolvimento sustentável, nem tampouco se tornou capaz de superar e/ou sucumbir às desigualdades existentes a partir da geração de emprego e renda conforme prometera os discursos políticos nacionais e estaduais, considerando-se que a atividade não se interiorizou para as áreas de mais intensa pobreza e precarização socioeconômica existentes na localidade visando supera-las.

Apesar da criação do Polo Velho Chico que, tornado prioritário junto ao Polo Costa dos Coqueirais, conforme se verá mais adiante, visava desenvolver a atividade turística enquanto alternativa na região demasiadamente fragilizada em termos socioeconômicos, o mesmo não obteve triunfo nos objetivos estabelecidos a partir do PDITS Polo Velho Chico, justamente pela ausência de instâncias de governança públicas capazes de controlar e gerir a atividade, ficando a mercê dos direcionamentos balizados pelo jogo do mercado turístico, sobretudo, de Aracaju, que se apropria ao direcionar e concentrar fluxo turístico apenas em

uma cidade do polo, Canindé do São Francisco, em decorrência do atrativo referente aos Cânions do Rio São Francisco sem pernoitar. Ou seja, não logrando o desenvolvimento esperado pela região mediante a atividade turística descentralizada prevista pelo plano (SANTOS, 2017). Neste sentido, Santos e Pinto (2010, p. 252) analisam que

[...] ainda hoje as decisões [e ações] políticas consideram basicamente as exigências do “mercado do turismo”, considerando-se tenuamente as necessidades das comunidades impactadas pelos investimentos ou expansão das atividades turísticas. Nesse contexto, os processos de consulta e participação popular nos processos decisórios são praticamente inexistentes ou, quando previstos formalmente, não garantem o efetivo controle social.

Logo, neste cenário há demasiadas semelhanças com os efeitos alcançados pelo típico turismo neoliberal globalizado do século XXI que, longe de atrelar benefícios à comunidade local prioritariamente, vislumbra prerrogativas ao crescimento dos lucros do mercado turístico, mantendo apenas no plano do discurso o utópico desenvolvimento sustentável.

Com isso, evidentemente sem uma adequada intervenção estatal continuada, planejada e coordenada, que transcenda as barreiras das premissas do apanágio neoliberal contemporâneo quanto ao Estado mínimo no controle das atividades econômicas a serviço apenas da indução, não há de concretizar-se, ainda que montantes de recursos sejam angariados, a necessária diversificação da oferta e demais ajustes imprescindíveis para que o estado de Sergipe se torne um destino turístico consolidado no mercado turístico. Bem como e, sobretudo, logre êxito quanto à redução da pobreza e diminuição de desigualdades para que, por fim, esteja mais próximo de propiciar desenvolvimento – ainda que para tanto, sob a perspectiva de entendimento aqui incutida, se faça necessária a superação do paradigma neoliberal global também no cenário nacional.

No entanto, analistas divergem sobre essa perspectiva quanto à intervenção do Estado na atividade turística de Sergipe para o alcance dos supracitados objetivos. Na visão de Silva (2016, p. 124), considerando-se as deficiências e debilidades presentes na gestão pública estadual voltada para o setor turístico, faz-se necessária a organização da

[...] representatividade e participação dos agentes de produção do turismo nas governanças instituídas para o turismo em nível, regional ou estadual, [pois desta forma] será possível outro caminho de planejamento e monitoramento executivo que permitirá o desenvolvimento com a exclusão ou omissão de agentes críticos, **sem o controle central do Estado que historicamente está fadado ao insucesso e com a participação efetiva de uma representação que reflita a interação entre o**

Estado, grandes corporações nacionais e internacionais e agentes locais, é o que se espera de modo desejado de decisão para organização espacial do turismo. (grifos nossos)

Neste sentido, o autor defende a desconcentração do formato historicamente adotado que, segundo o mesmo, mantêm concentrado a tomada de decisão no poder público, ratificando a condição paternalista (SILVA, 2016). Para tanto, vislumbra a Câmara do Turismo, coordenada pela Federação do Comércio, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), criada em 2014 e voltada para a classe empresarial do *trade* turístico local, enquanto forma de governança, em que mediante a inclusão do Estado, poderia representar uma alternativa para a flexibilidade de inclusão e expansão da representatividade, a fim de atender a dinâmica cadeia de produção do turismo e a partir desta, obter a contribuição necessária quanto às decisões de intervenção espacial para o uso e desenvolvimento da atividade turística (op. cit.).

Ora, como pudera o planejamento e a gestão do turismo ficar a cargo do mercado turístico enquanto protagonista e, simultaneamente, lograr não somente o crescimento econômico do setor no estado de Sergipe, mas igualmente o desenvolvimento – que não deve ser negligenciado enquanto função social do turismo previsto em lei²⁸ – quando este é função unicamente da gestão pública em atendimento aos interesses da sociedade civil o qual representa? E a participação da própria comunidade local nos processos de decisão desta instância? Ou somente importam no âmbito do planejamento turístico as demandas oriundas dos agentes internacionais, nacionais e locais da cadeia produtiva que visam à reprodução do capital?

Estes questionamentos tornam-se ainda mais pertinentes quando observados os eixos de planejamento estabelecidos pela Câmara Empresarial de Turismo que, longe de vislumbrar a inclusão social e estarem, portanto, concatenados às premissas da política nacional e/ou anseios locais, priorizam, de acordo com Silva (2016): 1) promoção e comunicação; 2) qualificação profissional; 3) calendário de eventos; 4) segmentação turística; 5) observatório de turismo; 6) produto Sergipe e Aracaju; e, 7) infraestrutura turística. Apenas elementos que promovam o êxito do mercado turístico e o crescimento unicamente econômico a partir da atividade turística.

²⁸ De acordo com o Artigo 5º, inciso VI, da Lei Geral do Turismo de nº 11.771 de 2008 (BRASIL, 2008), os Estados devem “[...] planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica”.

Desta forma, o papel do Estado neste rol certamente estará fadado à indução, posta a defesa de descentralização e flexibilização que, no âmago destas, está incutida a pretensão de dispensar o controle e regulamentação já previamente falhos e aprofundados pelos discursos neoliberais que defendem a ineficiência da máquina burocrática estatal, conforme discutido anteriormente.

No entanto, além da perceptiva quanto à insustentabilidade do livre mercado que é comprovadamente ineficiente na sua suposta racionalidade, conforme evidenciado no capítulo 2, Silva (2012) que, como destacado anteriormente, defende a Câmara Empresarial como salvação em termos de planejamento e gestão do turismo para Sergipe, por outro lado, aponta as fragilidades do setor privado que demonstram que a Câmara teria grandes chances de não lograr êxito nas suas proposições, posto que este último “[...] representado pelo *trade* turístico, demonstra[va] boa representatividade em termos quantitativos [nas reuniões de conselho], mas, uma forte carência qualitativa nas discussões de suas entidades, na defesa do interesse coletivo e na contribuição com o desenvolvimento do setor” (SILVA, 2012, p. 49).

Ademais, o autor ainda sustenta a posição pouco propositiva pelos associados, mobilização individual das classes e, portanto, defesas pouco coletivas, incapazes de gerar ações de interesse coletivo que pudesse interferir na política pública de turismo (op. cit., 2012). Logo, o setor não demonstra preparação para protagonizar e capitanear um processo de tamanha magnitude como o de planejar e gerir a atividade turística em seu caráter multifacetado que está muito além da perspectiva econômica, ainda que subsidiada pelo Estado, muito embora com riscos deste abster-se e não exercer considerável participação, o que certamente condenaria a iniciativa ao fracasso.

Em direção contrária, Santos (2017, p. 148) aponta que “se debe considerar la gran importancia de la intervención pública desde los diferentes niveles de administración, puesto que el sector público ejerce un papel fundamental, es decir, es un agente clave, en el proceso de planificación y gestión de la actividad turística”, “[...] desde la formulación de normativas e instrumentos que presentan como objetivo racionalizar el uso del espacio por el turismo o para el turismo, además de ajustar los productos” (op. cit., p. 154). Corroborando-se com esta última perspectiva dado os argumentos apresentados anteriormente quanto às possíveis falhas que poderiam ocorrer quando da gestão turística protagonizada pelo mercado, portanto, primordialmente, é preciso, ao invés de eliminar e/ou substituir o papel do Estado, reestruturar e reorganizar as instâncias de governança pública e a forma de condução do turismo

intensificando a premissa da regulação e resgatando a de controle, diminuindo a função unicamente indutiva.

Pautando-se, primeiramente, nesta postura, torna-se possível, posteriormente, pleitear-se recursos, a fim de induzir o setor em um formato que corresponda e esteja concatenada junto às proposições nacionais e legais em termos de interiorização da atividade de forma consensual entre os membros da localidade, inclusão social e promoção não somente do crescimento econômico, mas sim, vislumbrando aproximação junto às premissas do desenvolvimento de forma democrática e participativa.

Isto é, incluindo e fornecendo, sobretudo, à comunidade local junto ao Estado (e não ao mercado) o devido protagonismo quanto às decisões de intervenção territorial no âmbito das instâncias de governança (que muitas vezes não logram representação do terceiro setor, como aponta Silva (2016), no caso do Fórum Estadual de Turismo – FORTUR/SE), para além de encenações que satisfazem apenas as exigências fantasias de agências multilaterais neoliberais com outros interesses verdadeiramente incutidos nas suas ações políticas.

No entanto, esta não foi a tônica prática incutida na gestão pública do estado de Sergipe quando das primeiras intervenções balizada pelas políticas públicas de turismo na transformação e modificação espacial para o desenvolvimento turístico, sobretudo no âmbito do PRODETUR/NE que teve início no auge da era neoliberal no Brasil, em 1994, pois, segundo Santos e Pinto (2010, p. 262),

Mesmo com a preocupação de incluir os atores sociais no processo de discussão (membros consultivos) na experiência de Sergipe, a participação da sociedade civil na área de turismo é representada pelas instituições como: Universidade/Instituto de Tecnologia, empresários do setor e setor público, sem efetivamente envolver os agentes locais. Os gestores municipais (prefeitos e/ou secretários) até têm assento também no referido Conselho, entretanto em número reduzido que não contempla de forma ampla os interesses da comunidade local.

O PRODETUR/NE é um programa que surgiu voltado para o provimento de infraestrutura básica e turística, a fim de incentivar novos investimentos privados, sobretudo de capital estrangeiro, mediante a modernização e urbanização do território majoritariamente litorâneo, conforme discutido anteriormente ao longo dos capítulos 2 e 3. O mesmo esteve dividido em duas fases distintas, o PRODETUR/NE I e o PRODETUR/NE II.

Diante do montante de recursos traduzidos na primeira edição do programa em U\$S 670 milhões de dólares, o BID financiou U\$S 400 milhões e os Estados nordestinos e

nacional assumiram a soma de U\$S 270 milhões, dos quais U\$S 55,6 milhões de dólares oneravam o setor público e, conseqüentemente, a sociedade civil, para o pagamento de juros e comissão de crédito (SANTOS; PINTO, 2010).

Sem qualquer contribuição do setor privado, principal beneficiado da transação mediante as ações que foram impressas em termos de infraestrutura no território que facilitaram as suas atividades econômicas, o Estado assumiu o papel tipicamente (neo) liberal enquanto provedor do aparato necessário para o funcionamento do livre mercado, subsidiando as demandas destes quanto à reprodução do capital, corroborando com a proposição de Smith (1776/1988) no que concerne à realização, pelo Estado, de obras públicas de magnitude irrealizáveis pelos agentes privados.

Estes investimentos foram destinados, majoritariamente, para a construção de estradas, saneamento básico e aeroportos, evidenciando que a atuação do PRODETUR/NE I esteve pautada na urbanização e reestruturação turística do litoral nordestino, posto que o programa voltou-se para os bairros localizados próximos à costa, sobretudo, nas capitais, área de grande interesse para os especuladores privados ligados ao mercado turístico, revelando, portanto, o seu caráter neoliberal, há muito ao longo deste trabalho sendo debatido (SANTOS, 2014).

Desta forma, no nordeste brasileiro, o PRODETUR significou o início, em 1994, do desenvolvimento de alternativas para o incremento da atividade turística local por parte dos Estados alocados na região anteposta. Em Sergipe, o PRODETUR/NE I fora transmutado, em termos de nomenclatura, para PRODETUR/NE I - SE e mediante montante de recursos aproximados em U\$S 67 milhões, contemplou, nesta primeira fase, 09 municípios localizados majoritariamente na área litorânea que foram priorizados mediante a criação do Polo de Desenvolvimento Turístico Costa dos Coqueirais (1994-2008), primeira exigência do BID para a liberação dos recursos angariados (SANTOS, 2017).

Desta forma, neste período, os investimentos em infraestrutura se expandiram em Sergipe com capital inicial oriundo do Estado, governo federal e de agências multilaterais financeiras, o BID, seguindo aos parâmetros e normas definidas pela SUDENE, EMBRATUR, BNB e pelo próprio BID (SANTOS; PINTO, 2010).

De acordo com Santos (2009), as intervenções espaciais engendradas a partir do PRODETUR/NE I no estado de Sergipe, entre os anos de 1996 e 2004, que estiveram

focalizadas em obras de infraestrutura básica e turística, como a melhoria do aeroporto, construção de estradas e saneamento básico, conforme demonstra o Gráfico 01, resultaram em um crescimento e incremento significativo de turistas em mais de 50% entre os anos de 1995 e 2000 e 30% no período entre 2000 e 2005.

GRÁFICO 01
DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE I - SE



Fonte: PDITS, 2013.

Além disso, enquanto resultado imediato das ações políticas do PRODETUR evidenciou-se o crescimento e expansão do setor hoteleiro com a chegada de hotéis de rede internacional, de modo que se ratifica, novamente, o caráter neoliberal do programa quando se observa que “[...] muchas de las acciones han sido pensadas para atender los intereses de la práctica turística y para subsidiar inversiones del capital privado, a ejemplo de los *resorts* y hoteles de red internacional que se han interiorizado en los estados nordestinos” (SANTOS, 2017, p. 172), inserindo o território do litoral nordestino no perverso mercado turístico global e, portanto, engendrando globalismos localizados a partir da reprodução de padrões urbanísticos hegemônicos distintos daqueles da localidade e, simultaneamente, tornando localismos globalizados.

Especificamente, o PRODETUR/NE I – SE cumpriu, no que tange à implantação de infraestrutura ações quanto à malha viária, condições urbanas ligadas a esgotamento sanitário de Aracaju, abastecimento de água também em Aracaju e Barra dos Coqueiros, conclusão de

rodovias, ampliação do aeroporto também da capital Aracaju, entre outros (SANTOS; PINTO, 2010).

Diante disso, evidencia-se que, embora o PRODETUR possa ser considerado como a primeira política que tinha o intuito de interiorizar o turismo e desfocar as ações destinadas somente à capital Aracaju, por outro lado, uma vez que, conforme destacado anteriormente, o programa tenha na prática se voltado para o litoral e, principalmente para as capitais, logo, no âmbito do estado de Sergipe não lograra êxito quanto à efetiva interiorização da atividade turística, apesar de ter realizado alguns investimentos e que, naquele período, existisse fluxo turístico para além da cidade de Aracaju, embora ambos ainda estivessem, majoritariamente, concentrados nesta última.

Neste sentido, observa-se que em termos de expansão do turismo, o PRODETUR fora importante haja vista os resultados obtidos quando, simultaneamente, por outro lado “[...] esses investimentos e o próprio desenvolvimento da atividade turística não trouxeram resultados significativos em relação à melhoria das condições de vida das comunidades locais” (SANTOS; PINTO, 2010, p. 257), de modo que os benefícios, portanto, restringiram-se unicamente ao mercado turístico. Esta foi uma realidade conferida também ao litoral do Rio Grande do Norte nos estudos engendrados por Taveira e Fonseca (2009, p. 11) que relatam a existência de um cenário

[...] preocupante e desalentador em relação à inserção das comunidades na atividade turística, ratificando que o modelo de desenvolvimento do turismo potiguar é, sobretudo, excludente; diferindo, desse modo, dos discursos e documentos oficiais dos governos quando afirmam que o turismo é a atividade econômica que mais gera emprego e renda no Rio Grande do Norte.

Desta forma, evidencia-se que o PRODETUR durante sua atuação no Nordeste balizada pelos preceitos neoliberais, engendrou efeitos semelhantes quando intentava, sob o discurso ilusório, promover a atividade turística na região, a fim de dirimir disparidades socioeconômicas. Logo, nota-se que a região nordeste fora apropriada por um projeto neoliberal global que visava privilegiar o capital, sobretudo internacional, conferindo às grandes corporações do mercado turístico global um largo terreno já preparado para atendimento dos seus interesses de reprodução e acumulação do capital.

Após este primeiro momento de instauração do PRODETUR no âmbito do estado de Sergipe, novas ações são engendradas com vistas a corrigir erros da fase pioneira do programa e avançar no fortalecimento e impulsão da atividade turística na região nordestina. Neste

contexto, ganha destaque e prioridade a instalação de um modelo de gestão da política pública descentralizada a partir da criação de instâncias de governança do tipo flexível, coordenada e que permitisse integração da cooperação na tomada de decisão, enquanto premissa fundamental e condição para a aplicação e almejo dos recursos junto ao BID quando da segunda edição do programa (SANTOS, 2009).

Deste modo, evidencia-se que o BID, enquanto um dos guardiões do neoliberalismo no contexto global, aloca sobre a condução da política pública de turismo os postulados neoliberais pautados, sobretudo, na descentralização e flexibilização, principais pontos de defesa do paradigma frente ao antigo formato de Estado controlador de formato *keynesiano*. No entanto, apesar de nos discursos incutidos pretenderem a participação de diversos agentes envolvidos (in) diretamente com a atividade turística, por outro lado, na prática, o que se evidencia é que

[...] a participação das comunidades no processo de desenvolvimento é pífia, exceto quando se trata da sociedade do turismo, representada nos conselhos de desenvolvimento. Esta representação está engessada nas determinações do BID para o repasse de recursos, e isso não representa os anseios reais nem resolve os indicadores sociais e econômicos da população atingida por esses investimentos (SANTOS; PINTO, 2010, p. 267).

Seguindo a tendência instituída, tem-se, em Sergipe, no ano de 2001, a instalação do Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais, “[...] uma governança cujo funcionamento tinha em caixa uma perspectiva de intervenção da ordem de U\$S 60 milhões” (SILVA, 2016, p. 120). O conselho era para ser norteado, teoricamente, pelo PDITS (2001-2003), elaborado e apropriado enquanto ferramenta de planejamento, principalmente no que tange à diretriz da participação democrática no processo decisório. Entretanto, conforme destacado anteriormente por Santos e Pinto (2010), essa premissa fica restrita apenas para atendimento das formalidades do BID, cenários montados que não correspondem à realidade e nem tampouco possuem efetividade prática (RAMOS, 2010).

Ambas as ações concretizadas assim o foram, pois eram premissas impostas como condição pelo BID – uma vez que este organismo tinha esse poder enquanto agência financiadora – para a liberação dos recursos objetivando direcionar as ações de turismo a partir do delineamento regional enquanto estratégia de governo (Polos), das diretrizes compostas no plano (PDITS) e do estabelecimento de instâncias de governança no sentido de estabelecer diálogo político entre os diversos agentes envolvidos com a atividade turística,

intentando participação democrática (através do conselho do Polo) e execução do PDITS (SANTOS; PINTO, 2010; SANTOS, 2014).

Todavia, conforme destacado, muito do que estava proposto no papel enquanto premissa condicionada pelo BID, nunca efetivamente saiu do mesmo e estabeleceu-se enquanto prática para além de meras encenações momentâneas como, por exemplo, as tentativas de interiorização da atividade turística para além dos investimentos e quanto à descentralização democrática da tomada de decisão, para não citar, diante deste cenário, o longínquo desenvolvimento sustentável.

Estas primeiras proposições do BID, sobretudo, em se tratando do direcionamento do conteúdo do PDITS do Polo Costa dos Coqueirais, demonstram a sua capacidade condicionante na figura de uma espécie de Estado supranacional que, desta forma, instaurou um formato hegemônico de desenvolvimento turístico, ainda que com demasiadas falhas justificadas pela não efetivação na prática das perspectivas que se almejava alcançar, principalmente no que concerne à participação democrática, conforme evidenciado anteriormente a partir da visão de Santos e Pinto (2010), promoção do desenvolvimento local e desconcentração de investimentos no intuito de interiorizar a atividade turística.

Entretanto, não se pode perder de vista o fato de que o PRODETUR instaurou-se sob a influência da ideologia globalizada do capital, em que mais do que propiciar e financiar “melhorias” para os países em condição de subdesenvolvimento e tidos como emergentes, intervindo diretamente nos territórios soberanos com o aval da fragilidade destes em diversos sentidos, as agências multilaterais, como o BID, pretendem, como pano de fundo latente dos discursos e consequência das ações e investimentos realizados, exercer poder de influência e estrategicamente contribuir de modo condicionado para a manutenção da ordem capitalista financeira neoliberal global por meio da criação e desenvolvimento de mercados – no caso aqui estudado, o turístico – que dinamizem o capitalismo para fortalecê-lo de forma desdemocratizada. Longe, portanto, de suplantar cenários de desigualdade em prol do desenvolvimento baseado na equidade e na democracia, fator previsto e expresso nos discursos de ambos os PDITS.

A primeira versão do PDITS (2001-2003) do Polo Costa dos Coqueirais, fundamentado nas premissas do PRODETUR/NE II, tinha por objetivo promover o crescimento do turismo através do desenvolvimento sociocultural, econômico, ambiental e

político-institucional e integração dos segmentos turísticos pelo viés da estruturação e planejamento turístico integrado do polo, baseando-se na retórica do desenvolvimento sustentável da atividade turística visando, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida da população local.

Desta forma, o plano significou e se configurou “[...] como un instrumento de gestión y coordinación de las acciones de política turística dirigida al Polo, así como, de apoyo al sector privado, puesto que apunta acciones estratégicas para desarrollarse en el marco temporal de 10 años con la finalidad de dinamizar y ampliar la cadena productiva del turismo” (SANTOS, 2017, p. 162). Pontualmente, o programa pretendia a) diversificar a oferta de produtos turísticos; b) aumentar a atração de turistas; c) aumentar a participação da iniciativa privada e da população local no processo de turistificação, a fim de retirar o protagonismo estatal; d) descentralizar investimentos, a intervenção pública e o fluxo de turistas da capital Aracaju, tentando corrigir erros quando da primeira edição na localidade. Além disso, buscava e) a realização de estudos de mercado; f) o incentivo ao desenvolvimento de ações conjuntas entre os agentes que formam o *trade* turístico local; g) programas de capacitação, entre outras ações (op. cit.).

Neste sentido, majoritariamente, as ações do PRODETUR/NE II estavam voltadas para o beneficiamento do mercado turístico, ou seja, direcionando o conteúdo da política pública e da ação política para o êxito da reprodução do capital no âmbito do turismo enquanto atividade econômica e, portanto, ratificando a sua característica neoliberal, sem perspectiva de correção quando da primeira fase que não logrou êxito nesses termos de provisão de ação políticas para além de prerrogativas às iniciativas privadas.

No entanto, embora o Estado tenha atendido às imposições realizadas pelo BID, o plano não teve aceitação e o contrato no âmbito de execução do PRODETUR II, em 2002, não foi aprovado, de forma que Sergipe não conseguiu obter recursos neste período, previstos em U\$S 63 milhões de dólares. Posteriormente a este fato, o PDITS passou por uma revisão e lançou uma nova versão, em 2005. No entanto, sem sucesso quanto à formalização junto ao Ministério do Turismo e ao BID (SANTOS, 2009).

Diante disso, é somente em 2013 que o PDITS consegue uma aprovação na instância de governança estadual – Fórum Estadual de Turismo –, sendo convertido em uma ferramenta basilar para o desenvolvimento turístico do Polo Costa dos Coqueirais, apropriado até os dias

atuais, juntamente ao PDITS do Polo Velho Chico (SERGIPE, 2013). Este último fora criado quando da implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) no âmbito do estado de Sergipe que, fragmentou estrategicamente o território estadual, para além do já existente Polo Costa dos Coqueirais, em mais 4 divisões: Polo Velho Chico (tornado prioritário junto ao primeiro), Polo dos Tabuleiros, Polo Serras Sergipanas e Polo Sertão das Águas (SANTOS, 2017).

Além disso, o PRT seguindo à perspectiva de tentativa de diversificação da oferta turística e interiorização da atividade elaborou nove roteiros e/ou rotas turísticas priorizando seu espaço de atuação junto ao Polo Costa dos Coqueirais e o Polo Velho Chico. No entanto, segundo analisa Santos (2014), apenas quatro dos produtos do total elaborado são comercializados no mercado turístico e ainda de forma pontual, ou seja, apenas alguns atrativos específicos.

Deste modo, “[...] os roteiros propostos no Programa de Regionalização do Turismo ainda não apresentam efeito dinamizador, uma vez que o produto turístico do Estado inutiliza a potencialidade de muitos municípios” (SANTOS, 2014, p. 263), de modo que o litoral ainda representa a hegemonia quanto à comercialização, atração e concentração do fluxo turístico, ou seja, efeito e problema semelhante ao ocorrido e enfrentado pelo PRODETUR e não superado na esfera do PRT.

O PRODETUR/NE II tinha como objetivo principal consolidar os destinos turísticos vislumbrados na primeira fase, considerando o desenvolvimento de estratégias que minimizassem os efeitos negativos evidenciados como resultado do PRODETUR/NE I, com vistas também a distribuir os benefícios e custos obtidos com a atividade turística de forma equitativa, sobretudo entre os demais municípios contidos no interior dos polos prioritário – o que nunca se concretizara na região nordeste considerando-se o apanágio neoliberal global hegemônico em seus postulados e contradições. Para esta edição do programa, pleiteou-se e angariou-se U\$S 400 milhões de dólares, nos quais o BID contribuiria com U\$S 240 milhões de dólares, enquanto os Estados nacional e estaduais forneceram a contrapartida de U\$S 160 milhões (SANTOS; PINTO, 2010; SANTOS, 2017).

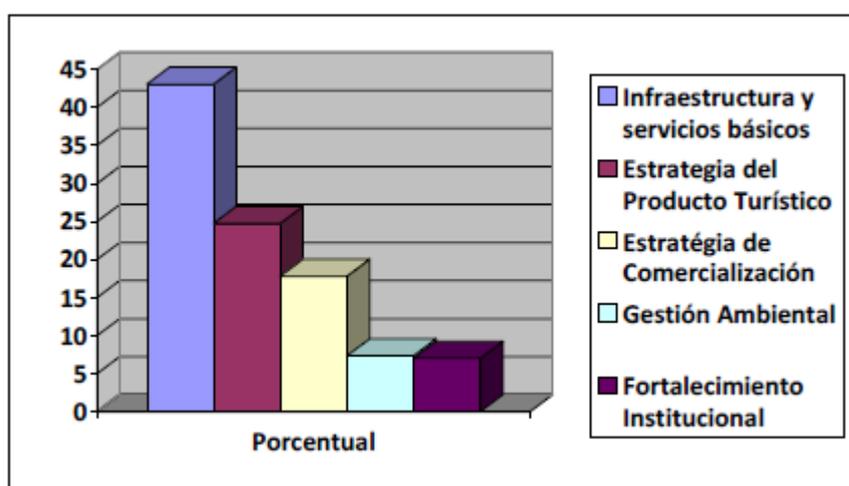
Sem êxito quanto à obtenção de fatias deste recurso ocorrido sob diversas hipóteses justificativas, Sergipe só seria novamente contemplado no ano de 2008 através de convênios firmados entre o governo do Estado e o Ministério do Turismo, logrando recursos na quantia

de R\$ 23,3 milhões de reais (SANTOS, 2017). Além disso, em 2013, quando da aprovação do novo PDTIS Polo Costa dos Coqueirais e Polo Velho Chico, o governo do Estado assinou contrato com vistas a mais uma edição de execução do PRODETUR, agora nacional, com recursos aproximados no montante de U\$S 100 milhões de dólares a serem distribuídos entre os dois polos (SILVA, 2016).

Os investimentos desta edição do PRODETUR – Nacional estiveram voltados, principalmente, para obras de infraestrutura e serviços básicos, estratégia do produto turístico e estratégia de comercialização, conforme demonstra o Gráfico 02 (SANTOS, 2014). Designaram-se recursos para implantação de rodovias, sinalização, reforma de terminal turístico, elaboração de plano de marketing para o estado de Sergipe, entre outros.

GRÁFICO 02

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRODETUR NACIONAL – SE



Fonte: PDITS, 2013 apud SANTOS, 2017.

Apesar da pretensão há muito existente no âmago do PRODETUR quanto à descentralização de investimentos, “[...] en el contexto del estado de Sergipe, las acciones desarrolladas son puntuales y desarticuladas, lo que dibuja un escenario que no prevé el cambio de la descentralización de la actividad” (SANTOS, 2017, p. 181). Deste modo, ratifica-se a hegemonia de Aracaju quanto à recepção de recursos, posto que a mesma angariou 40% do total do montante sendo, portanto, a principal beneficiária de mais uma edição do PRODETUR, sem lograr êxito, novamente, à proposição de desenvolvimento do turismo de forma descentralizada mediante melhor e mais racional espacialização do capital obtido junto ao BID, apesar da existência de um mais um polo prioritário, o Polo Velho Chico

e o aumento dos municípios contidos no próprio Polo Costa dos Coqueirais, nos quais vários permaneceram desassistidos.

Diante do fato de que o PRODETUR é um programa que visa, através de intervenções espaciais, alcançar o desenvolvimento turístico em localidades com potencial para tanto e, mediante a sua execução apresentou diversas falhas e problemas no âmbito de Sergipe, posto que só contemplara com recursos alguns dos municípios do Estado e não concretizou muitas de suas pautas previstas no que concerne, portanto, à descentralização, participação, diversificação da oferta, etc., concentrando investimentos no litoral – demonstrando a priorização do segmento de sol e praia, ou seja, pautando-se em um modelo exógeno e globalizado de turismo – Santos (2017, p. 184) advoga que “[...] el PRODETUR en Sergipe, como un programa de desarrollo turístico, necesita de un plan de ejecución que responda al carácter complejo y dinámico del desarrollo turístico, en que los proyectos sean evaluados por un núcleo básico de expertos técnicos altamente calificados en ámbitos de planificación del turismo”.

Isto é, um plano que esteja para além dos PDITS, uma vez que estes são restritos a uma determinada porção territorial, de modo que este documento macro possa nortear a partir do estabelecimento de diretrizes centrais, a condução de todos os polos, sem deixar de considerar, evidentemente, as suas especificidades quando aos empecilhos para um desenvolvimento pleno da atividade turística baseando-se nas demandas locais, sob o risco de formatarem-se programas impositivos, como o fora o PNMT e PRT criticados, nessa perspectiva, por Ramos (2010).

Muito embora os PDITS exerçam significativo protagonismo na condução do turismo de Sergipe, haja vista a hegemonia do PRODETUR que se torna demasiadamente atrativo no âmbito da gestão pública, dado os montantes de recursos fornecidos, o governo do Estado, em 2002, contratou uma empresa privada denominada Technum Consultoria por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) para elaboração de um Plano de Estratégico do Turismo de Sergipe (SERGIPE, 2002; SANTOS, 2017). Ou seja, um plano formatado em nível macro que objetivava propor um modelo de desenvolvimento turístico para Sergipe.

Posteriormente, em 2009, um segundo plano desta magnitude é elaborado com o apoio do MTur enquanto política de turismo para o estado de Sergipe baseado no Plano Nacional de

Turismo (PNT) 2007-2010. Assim, fora apresentado o denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 (SERGIPE, 2009), que buscava consolidar o destino turístico de Sergipe a partir de um novo modelo de desenvolvimento. Segundo Silva (2016, p. 122), “este documento apresenta ações diversas para execução do poder público e parcerias público-privadas”, de modo que passou a ser o documento basilar e referencial para as ações do Fórum Estadual de Turismo de Sergipe, o FORTUR/SE, quando do período de funcionamento deste (op. cit.).

Deste modo, considerando-se que ambos os planos visavam lograr um modelo de desenvolvimento turístico a nível estadual, diferentemente dos PDITS que, além de focar a escala regional dos Polos prioritários delineados, suas ações converteram-se demasiadamente concentradas na capital Aracaju; os mesmos foram selecionados para análise específica justificada pelos impactos que poderiam e podem lograr – se novos planos elaborados forem baseados nestes anteriores – para o futuro do turismo de Sergipe em termos de formato de desenvolvimento da atividade. Além disso, coaduna com o objetivo geral estabelecido quanto à análise das políticas públicas de turismo nacionais e estaduais, de modo que são estes planos que representam a última escala citada, no caso do estado de Sergipe.

Neste sentido, pretende-se realizar uma análise de conteúdo visando identificar se há a influência da ideologia neoliberal global hegemônica e presente na política nacional há muito, desde a década de 1990, na condução das diretrizes das políticas públicas construídas e designadas para o estado de Sergipe, objetivando, além de fazer análise comparativa entre os dois planos, vislumbrar se, discursivamente, estão concatenados às premissas e postulados neoliberais advindos das políticas nacionais e do PRODETUR, influenciados pelo BID, e reproduzidos nos planos de planejamento e gestão dos polos, ou seja, nos PDITS – analisados no decorrer deste capítulo.

4.3 A influência da ideologia neoliberal global nas políticas públicas de turismo sergipanas: uma análise a partir do Plano Estratégico do Turismo Sergipe (2002) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014)

A ideologia neoliberal enquanto paradigma político-econômico globalmente hegemônico influenciou intensamente as políticas de turismo, sobretudo, a partir da década de 1990 quando da emergência e adoção aos postulados neoliberais por parte do governo federal, conforme discutido no capítulo 3. Isto porque, conforme bem destacou Pereira (1999), o

turismo foi um dos setores econômicos mais impactados pela privatização e a implantação das premissas e postulados ideológicos neoliberais, tendo em vista que a iniciativa privada ampliou consideravelmente seu poder de decisão, influência e participação no âmbito condutivo da atividade. Desta forma, uma vez que as políticas públicas de turismo estaduais estão subordinadas às tendências e perspectivas nacionais, logo também refletirá a ideologia neoliberal, principalmente sob a égide do PRODETUR/NE nas suas duas edições no âmbito do estado de Sergipe.

Partindo-se desse pressuposto e cenário anteposto, pretende-se, neste subcapítulo, construir e elaborar uma análise de conteúdo visando identificar se há a influência da ideologia neoliberal global na condução das diretrizes das políticas públicas construídas e designadas para o estado de Sergipe, adotando para tanto como documentários primários e referência o Plano Estratégico do Turismo de Sergipe (SERGIPE, 2002) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 (SERGIPE, 2009).

Na análise de conteúdo, há dois fundamentos que se articulam: a superfície dos textos, descrita e analisada; e os fatores que determinaram estas características, deduzidos logicamente (BARDIN, 1977). Ou seja, busca-se estabelecer uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (como condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. Desta forma, se trata de através de significantes ou significados, atingir outros significados de natureza sociológica, histórica e, no caso aqui estudado especificamente, econômica-política.

Neste estudo, tendo por direcionamento a perspectiva da pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo se realiza em um outro patamar, ou seja, se orientando e levando em consideração a “[...] presença ou ausência de uma dada característica num determinado fragmento de mensagem” (BARDIN, 1977, p.21). Ao adotar a técnica de análise de conteúdo, três etapas básicas devem ser cumpridas.

De acordo com Bardin (1977), a primeira fase consiste na pré-análise, ou seja, momento de organização: sistematizando ideias iniciais, escolhendo documentos, formulando hipóteses e objetivos e elaborando indicadores que guiarão a interpretação final. A segunda etapa é a exploração do material mediante leituras sistemáticas de acordo com os objetivos e indicadores estabelecidos na fase anterior de pré-análise, de modo a administrar as técnicas

sobre o corpus do texto. Por último, deve-se prosseguir para o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Segundo os objetivos estabelecidos para a presente pesquisa, o tema central da análise de conteúdo é o neoliberalismo. Neste sentido, componentes (palavras) que remetem às proposições da ideologia neoliberal se constituem na regra de recorte (sentido) para filtro e posterior análise dos planos de turismo, ou seja, as palavras se constituem na unidade de registro.

Frente à temática e unidade de registro delimitada, procedeu-se à categorização que, segundo Bardin (1977) corresponde a um processo e uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, de modo que, reciprocamente, as categorias definidas serão responsáveis por agrupar palavras em razão dos caracteres comuns destes elementos. De outro modo, “as categorias, são rubricas ou classes, as quase reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117). Com a definição das categorias, reparte-se os elementos à medida que vão sendo encontrados, decorridos dos fundamentos teóricos hipotéticos.

Desta forma, considerando as duas frentes que são os pilares na definição do conceito de neoliberalismo, pela qual o mesmo é amparado e têm sua atuação baseada e centrada, categorizou-se as palavras correspondentes ao indicador temático do neoliberalismo em “categoria econômica” e “categoria política”.

4.3.1 O Plano Estratégico do Turismo de Sergipe (2002)

O Plano Estratégico do Turismo de Sergipe (PETS) foi lançado no ano de 2002 (FIGURA 02). No contexto nacional, o país preparava-se para adentrar na era neodesenvolvimentista após uma intensa aplicação inicial do paradigma neoliberal, no qual resquícios deste último ainda eram notados quanto ao teor das políticas públicas que surgiram posteriormente. O referido plano foi encomendado pelo governo de Sergipe junto à Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), terceirizando a elaboração do documento à empresa Technum Consultoria.

FIGURA 02
CAPA DO PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO DE SERGIPE – 2002



Fonte: Sergipe, 2002.

Estruturalmente, o PETS, inicialmente, apresenta uma análise da conjuntura turística, bem como da política de turismo nacional e estadual, seguido do processo de planejamento visando apresentar a forma como o plano fora construído. Logo após, apresenta um largo diagnóstico pautando-se na análise de todas as regiões turísticas do estado de Sergipe a partir dos eixos: a) dinâmica socioeconômica; b) aspectos ambientais; c) aspectos turísticos; d) infraestrutura básica de suporte; e) aspectos institucionais; f) projetos e programas relevantes para o turismo do Estado (SERGIPE, 2002).

O plano enquanto proposta macro por ter sido elaborado visando à escala estadual, diferencia-se dos PDITS, uma vez que este último é formatado apenas para um polo turístico específico, ou seja, uma região turística e, portanto, pecam quanto à visualização, planejamento e gestão em formato de totalidade. Deste modo, tecnicamente, parte-se do princípio de que uma região turística não pode ser planejada de forma desconexa à outra sob a pena de concentração e desenvolvimento desigual, momento no qual um plano desta magnitude, como o PETS, torna-se basilar para direcionar de forma exitosa propostas como a do PRODETUR quanto à regionalização, justificado pela abrangência e correlações engendradas nas análises pautadas pelo primeiro.

Realizada a apresentação diagnóstica que no documento ocupa cerca de trinta e cinco páginas, começa a ser demonstrado o formato do modelo de desenvolvimento turístico no qual o plano se pauta, a fim de atingir aos objetivos propostos. Neste capítulo, é exposto o objetivo geral e as diretrizes; metas; linhas estratégicas; proposições para a estruturação do turismo de Sergipe; e o plano de ações. Para realizar a análise de conteúdo considerando a captação da influência da ideologia neoliberal sobre o plano, investigou-se, especificamente, esta seção e seus respectivos tópicos para identificar quais as tendências paradigmáticas que o plano lograva e vislumbrava para o turismo de Sergipe.

No entanto, antes de adentrar nesta questão, faz-se necessário a realização de algumas observações. Primeiramente, é importante ressaltar a visão prioritariamente economicista constantemente ratificada no cenário nacional e que não tarda a ser evidenciada no plano analisado, posto que logo quando da apresentação, evidencia-se que o PETS apresenta por objetivo representar um instrumento que “[...] ajude na orientação de agentes públicos e privados, levando a um turismo organizado e impulsionador da economia local, com distribuição equitativa dos benefícios e que traga uma melhor qualidade de vida à população de todo o Estado” (SERGIPE, 2002, p. 5), “[...] dando ênfase à intensificação desta atividade econômica, com decorrente geração de empregos, diretos e indiretos, e melhor distribuição de renda” (op. cit., p. 9).

Todavia, apesar de apresentar a retórica da qualidade de vida e distribuição equitativa dos recursos, ao longo do plano não se evidencia qualquer tipo de análise diagnóstica acerca da contribuição e/ou a forma como está se dando os aspectos socioeconômicos – exceto quanto à taxa de crescimento demográfico – a partir da atividade turística já existente e instaurada no território sergipano naquele contexto, nem tampouco se designam ações para tanto enquanto um viés da sustentabilidade defendida pelo e no conteúdo propositivo do mesmo.

Diferente realidade é conferida, evidentemente, para que o turismo logre êxito enquanto atividade econômica, a fim de apresentar índices satisfatórios em termos de fluxos de turistas, geração de divisas, emprego e renda, entre outras questões. Desta forma, o plano demonstra que apresenta esta perspectiva social enquanto mero discurso encenado para apontar que, além da geração de crescimento econômico, o turismo pode cumprir um relevante papel para o alcance da sustentabilidade social.

No entanto, é importante lembrar que o turismo a partir do crescimento econômico e do mercado turístico não gera de forma consequente, sem intervenção, efeitos sociais positivos, ou seja, este precisa ser convertido em uma ferramenta que vislumbre esta perspectiva. Logo, tem-se a ratificação do formato de turismo neoliberal global que, genuinamente e hegemonicamente, mobiliza ações para o crescimento do turismo em detrimento do utópico desenvolvimento sustentável, embora as políticas, planos, programas e projetos visem à simbiose entre ambas as perspectivas, conforme reproduzido e demonstrado no caso do PETS.

Adentrando, especificamente, no modelo de desenvolvimento turístico, o PETS aponta que o plano pretende apresentar um formato sustentável, corroborando com as tendências oriundas da ONU, bem como que “[...] tem como ponto central a visão de Sergipe como polo regional de lazer e entretenimento; portão de entrada para o turismo nacional e internacional; e destino integrado aos demais estados na região para compor o produto turístico” (SERGIPE, 2002, p. 6). Como objetivo geral, o PETS fundamenta-se no desenvolvimento do setor turístico em Sergipe, segundo diretrizes determinadas, de modo que o plano seja balizado pela sinergia, continuidade e de forma direcionada.

Tecnicamente, é evidente que este plano busca suprir positivamente algumas demandas anteriormente não atendidas quando da execução de outras políticas, como o PRODETUR, no qual se destaca a tentativa de aperfeiçoar os processos de planejamento e gestão no setor público mediante melhoria das instâncias de governança e mais criação de documentos técnicos para balizar as ações políticas.

De mesmo modo, cabe ressaltar a iniciativa de integração regional com os Estados vizinhos já consolidados enquanto destinos turísticos e entre municípios sergipanos visando à diversificação da oferta, aproveitamento do potencial turístico, atração de mais fluxo turístico, incremento de divisas, expansão de segmentos turísticos, atração de mais investimentos para aumentar o número de equipamentos de hospedagem, geração de emprego e renda, entre outros.

Por outro lado, as metas designadas para que este cenário seja alcançado, novamente não superam a hegemonia econômica reproduzida no âmago da atividade turística. Deste modo, o PETS propõe como metas a serem alcançadas para vislumbrar o objetivo estabelecido: a) o aumento do fluxo de turistas; b) o aumento da oferta de hotéis e pousadas;

c) alteração do perfil do turista que visita Sergipe, visando o aumento do consumo deste na localidade a partir do aumento também do tempo de permanência; d) e aumento do investimento privado e da geração de emprego e renda (SERGIPE, 2002).

No que tange às metas estipuladas, cabe frisar, primeiramente, o anseio quanto à atração de turistas internacionais, ou seja, a intensão quanto à inserção do turismo sergipano no mercado global dominado pela ideologia neoliberal demasiadamente prejudicial para as comunidades locais. No caso do Brasil esta problemática é mais acentuada, tendo em vista que o país não compõe o rol das potências dominantes e, portanto, dependente e subordinado no interior deste paradigma, sem lograr demasiados benefícios, posto que sua atuação visa conceber a outros países hegemônicos esta prerrogativa ao, por exemplo, ser campo de investimentos, reprodução e evasão de capitais.

Neste sentido, tem-se o propósito no interior do PETS quanto à reprodução do turismo hegemônico de escala global no âmbito do estado de Sergipe, uma vez que no âmago propriamente mercadológico da produção e consumo deste formato de prática turística, respectivamente correspondente à oferta e demanda turística, dado os avanços do estado da técnica na era da globalização, as práticas turísticas são viabilizadas e favorecidas pela redução das distâncias que torna o viajante em “cidadão do mundo”.

Desta forma, o turismo associado à globalização é marcado pela intensificação dos fluxos internacionais de diversas ordens inclusive a, maiormente, almejada circulação de capital através do fluxo de turistas, em decorrência do avanço do estado da técnica e das premissas contidas no estado da política, como se faz conduzida, incentivada e pretendida como meta pelo PETS. Neste sentido, essa tendência neoliberal incutida na atividade turística enxerga o indivíduo não como um mero turista e/ou visitante, mas como um importante consumidor e elemento da engrenagem econômica no ciclo da reprodução do capital.

Além disso, considerando o objetivo aqui estipulado, cabe frisar a meta referente à intenção de aumento do investimento privado e da geração de emprego e renda, posto que uma clara reprodução dos postulados neoliberais, semelhante aos apregoados no âmago de atuação e execução do PRODETUR. Pauta-se no cenário problemático quanto à dinâmica econômica do turismo contemporânea na era neoliberal que apregoa a diminuição da carga tributária que concede privilégios em termos de isenções fiscais para empresas que se instalarem no território e gerarem emprego e renda, ainda que sob as condições das modernas

relações de produção pautadas na flexibilização da legislação trabalhista e, portanto, sob o amálgamo da exploração de mão de obra local.

Desta forma, as prerrogativas e benefícios são limitados às empresas multinacionais e transnacionais que em uma localidade se instalam, visto que além da permitida evasão de capitais, despendem minimamente em termos de custo quanto ao capital humano sob a retórica fabulosa da geração de emprego e renda.

Neste contexto, remonta-se a um pseudodesenvolvimento, ou seja, uma inserção perversa, nos quais as comunidades turísticas são inseridas pelo trabalho explorado mediante medidas frágeis e segregadoras de emprego e renda, prejudicados, ao invés de beneficiados, haja vista a manutenção das suas condições de pobreza no momento em que tais indivíduos obtêm recursos mínimos que permitem apenas a reprodução básica da vida, mantendo em utopia a perspectiva do desenvolvimento a ser alcançado através das cláusulas do livre mercado que, contraditoriamente, cresce e contribui para o crescimento econômico com a geração de divisas e participação no PIB sem, no entanto, lograr avanços qualitativos de amplitude social (TAVEIRA; FONSECA, 2009).

Subsequente às metas, o PETS aponta as linhas estratégicas de atuação, a fim de atingir aos objetivos e metas propostos. São designadas estratégias de: a) produto; b) integração regional; c) fortalecimento institucional; d) marketing; e) apoio ao setor produtivo (SERGIPE, 2002). Novamente, nesta seção tem-se a importante tentativa de propor ações para suplantar obstáculos e problemas existentes no turismo de Sergipe quanto à diversificação da oferta, interiorização, desconcentração e efetividade na atividade turística regional que não foram abolidas pelo PRODETUR que, contrariamente, intensificou esta conjuntura negativa quando da realização de investimentos desconexos.

No âmbito da formatação de estratégias quanto ao produto, observa-se que o PETS prega pela consolidação dos que estão estabelecidos e formatados e o desenvolvimento de novos de forma complementar ao segmento hegemônico de sol e praia, sobretudo roteiros a partir da integração regional (a linha estratégica subsequente), visando à diversificação da oferta e descentralização da prática do litoral a partir do valorado potencial turístico apresentado pelo plano. Todavia, as ações balizadas por esta estratégia, se efetivamente colocadas na prática, estariam sob o risco de formatação de produtos sem, novamente, apropriação pelo mercado turístico, conforme fora a tônica do PRT, no ano de 2004, posto

que o plano não prevê ações e formas de introduzir e/ou fazer com o que o mercado turístico comercialize estes novos produtos formulados.

Neste contexto, cabe frisar a defesa de formatação de produtos diferenciais enquanto fator agregador de vantagem comparativa na atual conjuntura de demasiada competitividade entre lugares, no qual diante destas novas circunstâncias, na esfera da produção, a competição entre destinos turísticos por turistas/demanda e investimentos acirram-se e é a principal marca dos tempos atuais no âmbito do mercado turístico. Além disso, a diversificação da oferta turística proposta pelo plano representa a incorporação das regras do capital quanto à formatação, variação e segmentação da oferta de produtos. Deste modo, ambas as perspectivas supracitadas corroboram com as tendências hegemônicas contemporâneas do turismo usurpado pelos anseios econômicos neoliberais e globais de reprodução e acumulação do capital.

Entretanto, apesar das variadas tônicas que demonstram a concatenação do PETS junto aos postulados e premissas do paradigma de turismo neoliberal global, apresentando grande semelhança com diversas ações balizadas e ocorridas no cerne de execução do PRODETUR, por outro lado, o plano se diferencia em partes tanto do programa anteposto, quanto das diretrizes da política nacional de turismo daquele momento, quando advoga a estratégia de fortalecimento institucional.

Esta perspectiva proposta no plano direciona, claramente, a tomada de decisão, condução, planejamento e gestão do turismo para a centralidade do Estado, contrariando o cenário de intensa defesa da descentralização, desregulamentação, desregulação, flexibilização e desburocratização, visando inserir (e não somente, mas, sobretudo, fornecer protagonismo) a iniciativa privada no cerne da tomada de decisões. Para tanto, o plano estabelece algumas ações, nas quais vale ressaltar a estruturação do sistema de gestão do turismo de Sergipe; capacitação profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; e elaboração dos planos de desenvolvimento local das cidades turísticas (SERGIPE, 2002) – a ausência destes últimos é apontada por Santos (2017) como fator decisivo para a geração de empecilhos quanto ao desenvolvimento pleno da atividade turística no território e, portanto, possui importância para uma atuação mais responsável e racional do turismo nas localidades.

Sob essa mesma perspectiva, o PETS ainda prevê a transformação do plano proposto em Lei, por meio de Decreto Estadual. Desta forma, evidencia-se a proposição de formas de controle do regulamento disposto no plano através do Estado que, mediante as assertivas apresentadas discursivamente no documento sobre este, não deve exercer apenas o papel de indução – como majoritariamente ocorrera no caso do PRODETUR. Além disso, o PETS sugere “[...] a criação de um Conselho Estadual de Turismo de Sergipe, de caráter deliberativo e consultivo, tendo em vista a dificuldade de gestão do turismo pelo grande número de órgãos e entidades envolvidas, e baseado no princípio da gestão participativa” (SERGIPE, 2002, p. 8), ratificando a intenção de criar mecanismos de controle para que o plano pudesse ser efetivado e logrado êxito, o que não acontecera.

Entretanto, apesar da defesa da gestão participativa e democrática, o PETS, ao propor a criação do conselho, não vislumbra a participação e inclusão do terceiro setor enquanto membros aptos a cooperar e intervir. Trata-se de uma grave falha que deve ser levada em consideração na elaboração de novos planos desta magnitude haja vista o atendimento dos anseios locais quando do desenvolvimento da atividade turística que não podem ser negligenciados.

Finalmente, quanto à linha estratégica do *marketing* e apoio ao setor produtivo, o plano prevê ações que beneficiam diretamente o mercado turístico quanto à promoção turística a partir da criação de imagem e marca do destino Sergipe; e no que concerne ao segundo tópico, manutenção e/ou implantação de equipamentos e infraestrutura básica e turística. Deste modo, ambas as linhas demonstram que o plano continua seguindo a tônica economicista destacada no começo desta análise e que esta é, por conseguinte, majoritária, haja vista o conjunto de ações previstas e priorizadas discursivamente.

Enquanto principal deficiência do PETS que pode ter ocorrido em decorrência da perspectiva supracitada, destaca-se que as ações que foram previstas pelo plano naquele contexto não privilegiaram, em nenhum momento, iniciativas voltadas para as questões socioeconômicas no que tange à diminuição de desigualdades a partir da atividade turística, melhora da qualidade de vida, inserção da comunidade no processo de turistificação, entre outras pautadas em ações ligadas ao desenvolvimento para além dos aspectos de oferta e demanda do mercado. Apesar disso, o plano ainda sim se diferencia de outros com abordagens econômicas mais radicais a nível nacional e estadual/regional, haja vista a defesa do Estado enquanto principal controlador e regulamentador e, portanto, planejador e gestor da

atividade turística, ou seja, sem lhe lograr apenas o papel de indução a que esteve fadado nas décadas anteriores e posteriores.

Diante do exposto quanto ao conteúdo disposto no PETS, aufere-se que, em termos técnicos, se o plano tivesse sido adotado e seguido fielmente pelas instâncias de governança voltadas para o turismo de Sergipe, o que não acontecera, as proposições contidas poderiam lograr êxito ao crescimento econômico da atividade turística no território sergipano, sobretudo, em se tratando do mercado turístico em termos de diversificação, ampliação, integração e consolidação da oferta mediante integração regional, atração de investimentos e aumento da atração da demanda turística por meio de ações promocionais de *marketing*.

Em contrapartida, ao analisar-se o plano a partir da técnica da análise de conteúdo voltada para identificação de premissas que coadunam com a ideologia neoliberal, evidencia-se, a partir do discurso emitido pelo documento, que há um direcionamento do desenvolvimento do turismo voltado aos princípios da economia globalizada, conforme se vê no Quadro 02 com os excertos retirados do plano que fazem correspondência com as categorias elencadas para a análise proposta.

As categorias econômicas escolhidas foram “crescimento”, “economia global/local”, “emprego e renda”, “atividade econômica”, “produto”, “planejamento/marketing”, “investimento”, “competitividade”. Já nas categorias políticas, selecionamos as palavras “internacional”, “descentralização”, e “gestão”. Desta forma, selecionamos os excertos que faziam menção direta e/ou indireta à temática da categoria escolhida.

QUADRO 02

INDICADORES DE PALAVRAS REPRESENTATIVAS DO NEOLIBERALISMO (PLANO PETS – PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO DE SERGIPE, 2002)

CATEGORIAS	Categoria Econômica	Exemplos	Categoria Política	Exemplos
COMPONENTES	<i>Crescimento</i>	<p>“O turismo, como atividade econômica, vem sofrendo um crescimento exponencial nas últimas décadas”</p> <p>“Espera-se que até 2005 o turismo de Sergipe cresça na mesma proporção em que vem crescendo”</p> <p>“[...] crescimento da participação de turistas internacionais na composição total do fluxo”</p> <p>Tem como metas: “o aumento dos gastos dos turistas, aumento do tempo de permanência média, aumento do percentual de turistas com maiores hábitos de consumo, aumento da oferta”</p> <p>“A indústria do turismo é considerada, atualmente, a atividade com os maiores índices de crescimento no contexto econômico mundial”</p>	<i>Internacional</i>	<p>“[...] o modelo de desenvolvimento turístico proposto tem como ponto central a visão de Sergipe [...] como portão de entrada para o turismo nacional e internacional; e destino integrado aos demais estados na região para compor o produto turístico”</p> <p>“[...] crescimento da participação de turistas internacionais na composição total do fluxo”</p>

COMPONENTES	<i>Economia Local/Global</i>	<p>“[...] levando a um turismo organizado e impulsionador da economia local”</p> <p>“Ciente do potencial brasileiro, em uma época de globalização em que os povos do mundo inteiro buscam destinos novos e locais onde se possam conhecer culturas diversas”</p>	<i>Descentralização</i>	<p>“Estratégia de apoio ao setor produtivo: estruturação do sistema de gestão do turismo de Sergipe”</p> <p>“Estratégia de fortalecimento institucional: estruturação do sistema de gestão do turismo de Sergipe”</p> <p>“[...] a criação de um Conselho Estadual de Turismo de Sergipe, de caráter deliberativo e consultivo, tendo em vista a dificuldade de gestão do turismo pelo grande número de órgãos e entidades envolvidas, e baseado no princípio da gestão participativa”</p>
	<i>Emprego e Renda</i>	<p>“[...] dando ênfase à intensificação desta atividade econômica, com decorrente geração de empregos, diretos e indiretos, e melhor distribuição de renda”</p> <p>“O turismo torna-se uma atividade econômica organizada, grande geradora de emprego e renda”</p>	<i>Gestão</i>	<p>“[...] procura consolidar instrumentos e aperfeiçoar mecanismos operacionais e de gestão”</p> <p>“[...] ter gestão do turismo participativa e descentralizada regionalmente”</p> <p>“Estruturar órgãos ligados à gestão do turismo de maneira integrada”</p>

<p style="text-align: center;">COMPONENTES</p>	<p style="text-align: center;"><i>Atividade econômica</i></p>	<p>“O Plano Estratégico do Turismo de Sergipe respeita as tendências do setor turístico, dando ênfase à intensificação desta atividade econômica, com decorrente geração de empregos, diretos e indiretos, e melhor distribuição de renda”</p> <p>“Com base nas orientações estratégicas do Governo Brasileiro e nas diretrizes macro-econômicas de incentivo à indústria turística, tem-se buscado a intensificação desta atividade econômica”</p> <p>“[...] o referido Plano tem como base o cenário turístico [...] com ênfase nas potencialidades e fatores impulsionadores deste setor de atividade econômica em Sergipe”</p> <p>“O turismo, como atividade econômica, vem sofrendo um crescimento exponencial nas últimas décadas”</p> <p>“O turismo torna-se uma atividade econômica organizada, grande geradora de emprego e renda”</p>	
---	---	---	--

COMPONENTES	<i>Produto</i>	<p>“Ciente do potencial brasileiro, em uma época de globalização em que os povos do mundo inteiro buscam destinos novos e locais onde se possam conhecer culturas diversas, os Estados do Nordeste Brasileiro têm vivenciado um momento de significativo interesse, buscando desenvolver produtos atrativos e rentáveis”</p> <p>“[...] apesar da potencialidade existente, até o momento a região oferece ao turista doméstico e ao visitante estrangeiro pouca diversidade de produtos”</p> <p>“[...] deve-se buscar a ampliação do leque de oferta de produtos turísticos diferenciados, para incremento do ingresso de divisas por meio do aumento das taxas de permanência e de retorno do turista”</p> <p>“Estratégia de produto: consolidação do produto turístico atual; estruturação de produtos turísticos complementares”</p> <p>“[...] portão de entrada para o turismo nacional e internacional; e destino integrado aos demais estados na região para compor o produto turístico”</p> <p>São designadas estratégias: “a) produto; b) integração regional; c) fortalecimento institucional; d) marketing; e) apoio ao</p>	
--------------------	----------------	--	--

COMPONENTES	<i>Produto</i>	<p>setor produtivo”</p> <p>“[...] formatação dos produtos turísticos; criação da marca Sergipe” (como linhas estratégicas)</p> <p>“[...] estruturar o produto turístico de Sergipe por meio da oferta de atrativos para segmentos particulares [...]”</p> <p>“Estruturar o produto ‘Sergipe’ como um grande destino onde são oferecidos vários produtos complementares”</p>	
	<i>Planejamento/Marketing</i>	<p>“Estratégia de Marketing: [...] estruturação dos sistemas de divulgação e marketing do turismo no Estado”</p> <p>“[...] fortalecimento da função planejamento”</p> <p>“Implantar programa de marketing ou planejamento integrado de ações sistêmicas e consistentes para a venda do produto Sergipe”</p> <p>“Implantar campanhas de divulgação e marketing institucionais garantindo fluxo permanentes de turistas”</p>	
	<i>Investimento</i>	<p>“A oportunidade de investimentos no Nordeste tem como base os cenários de indiscutíveis belezas ambientais e as peculiaridades da rica cultura regional”</p>	

COMPONENTES	<i>Investimento</i>	<p>“[...] buscando desenvolver produtos atrativos e rentáveis, tanto para a melhoria da qualidade de vida da população local, quanto para a atração de novos investidores no setor ligado ao turismo”</p> <p>“d) aumento do investimento privado e da geração de emprego e renda”</p> <p>“[...] obter investimentos sistemáticos nos campos da informação e marketing turístico”</p> <p>“Desenvolver mecanismos de atração de investimentos privados para áreas que dispões de adequados sistemas de infraestrutura”</p>	
	<i>Competitividade</i>	<p>“Considera-se, para a efetiva atração de turistas internacionais, a necessidade de o Nordeste Brasileiro oferecer produtos únicos, diferenciados dos destinos ‘sol e mar’”</p> <p>“A maior procura, atualmente, é por experiências personalizadas, com maior contato com a natureza”</p> <p>“Evidencia-se, assim, a necessidade de ofertar experiências autênticas, em contraposição aos tradicionais modelos</p>	

COMPONENTES	<i>Competitividade</i>	<p>americanos [...] permitindo ao turista a vivência de experiências novas sem, no entanto, oferecer produtos estereotipados”</p> <p>“[...] busca-se a oferta de produtos distintos aos demais estados da região, dando ênfase para a diferenciação de destinos e explorando diferentes temas e atrativos locais”</p> <p>“Apoiar a consorciação de ações da iniciativa privada para a consolidação de Sergipe como produto turístico principal e para a diferenciação e garantia de qualidade dos serviços e equipamentos turísticos”</p> <p>“Apoiar melhoria/implantação de equipamentos com serviços diferenciados, características locais e baixo custo”</p>	
--------------------	------------------------	--	--

Fonte: Elaborado por Larissa Prado Rodrigues, 2019.

Diante disso, mediante a reprodução de postulados claramente típicos de um turismo de paradigma e formato neoliberal global, balizado por premissas como a competitividade, atração de investimentos externos sob o discurso da geração de emprego e renda, atração de turistas estrangeiros para a geração de divisas e, portanto, hegemonzando a perspectiva econômica balizada pela reprodução e acumulação do capital tanto contida no âmbito PRODETUR, quanto na política nacional, o plano distancia a possibilidade da atividade turística de propiciar e lograr um tipo de desenvolvimento voltado para as perspectivas do humano, endógeno, local e, quiçá, sustentável.

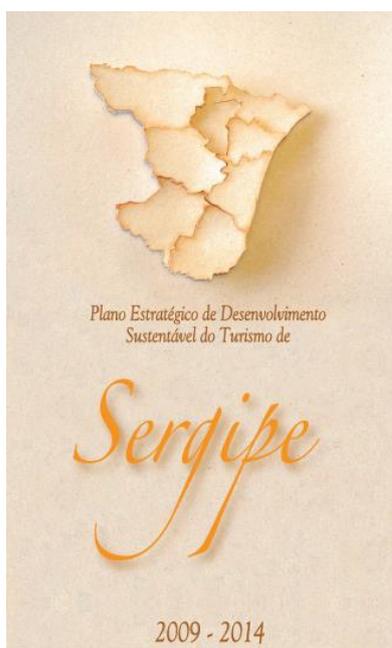
Agora, ver-se-á adiante como se dera a segunda versão deste plano, ou seja, se contém novas e/ou ratificação de velhas proposições no cerne do seu conteúdo.

4.3.2 O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014)

Muito embora o primeiro plano estratégico, o PETS, estivesse previsto para 15 anos, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe, marcando a segunda versão de planos com esta magnitude e escala de atuação, foi lançado em 2009 com previsão para ser renovado em 2014, quando determinada a sua validade (FIGURA 03). No entanto, até hoje não fora criado o terceiro plano estratégico para o turismo de Sergipe, permanecendo o Estado sem uma conduta direcionadora no que concerne à atividade turística que fosse balizada em documentos técnicos, para além do PDITS.

FIGURA 03

CAPA DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE SERGIPE - 2009



Fonte: Sergipe, 2009.

Este plano estratégico foi elaborado com o apoio do MTur, capitaneado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC) e a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). Enquanto tentativa de fundar uma política de turismo balizadora para o estado de Sergipe, o plano foi baseado no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010. Quando da criação do mesmo, o cenário nacional

estava sinalizado, portanto, pela era neodesenvolvimentista, ratificadora dos preceitos neoliberais nas políticas econômicas, porém mesclado com uma perspectiva de inclusão e minimização da pobreza mediante políticas sociais, o que fora reproduzido no PNT que possuía por *slogan* “uma viagem de inclusão”.

O referido plano é significativamente menos abrangente e mais restrito que o primeiro elaborado no ano de 2002, de modo que a análise de conteúdo também resultou em um quadro menor de excertos. A partir de uma análise generalista, averiguaram-se demasiadas semelhanças entre os objetivos, metas e diretrizes de ambos, mas também dissonâncias. O documento tem um direcionamento repetitivo, o que ocasionou um levantamento na análise de conteúdo menos diversificada que o elaborado para o PETS (Quadro 02)

Todavia, é importante ressaltar que no plano elaborado em 2009, não há nenhuma menção ao PETS, elaborado em 2002, nem tampouco no âmbito do diagnóstico para análise quanto aos efeitos alcançados a partir de suas proposições. Ainda que não houvesse nenhuma medida ocasionada, de fato era basilar referenciar a existência do plano como forma de demonstrar a continuidade das políticas públicas. No entanto, nem mesmo o título do plano seguiu a linhagem do primeiro e/ou fizera referência quanto a se configurar como uma segunda versão.

Estruturalmente, o plano divide-se da seguinte forma: 1) discute as etapas de construção do plano a partir das oficinas e reuniões engendradas no âmbito do FORTUR/SE com a participação de diversos agentes turísticos; 2) apresenta-se um diagnóstico estruturado nos eixos, a) políticos; b) planejamento e gestão; c) competitividade; d) infraestrutura básica e turística; e e) promoção e apoio à comercialização. Foram apresentados os pontos fortes, críticos e desafios de cada tópico.

Estes mesmos eixos foram utilizados para a proposição de intervenções quando da elaboração do plano de ações. Ainda, cabe frisar que esta subdivisão realizada, que difere significativamente do PETS, fora baseada na tentativa de assemelhar-se à estruturação contida na política nacional, ou seja, no PNT (2007-2010) que estava em vigência.

Após o diagnóstico realizado, o plano não parte objetivamente para a explicitação do modelo de desenvolvimento em que se pauta para lograr êxito quanto à atividade turística na localidade, de modo a tecer considerações, primeiramente, quanto à compreensão e análise

territorial de abrangência do plano e, em seguida, adentra na análise acerca da estruturação da gestão do turismo em Sergipe. Feitas as observações, o plano prossegue na seção subsequente onde são demonstrados os objetivos geral e específicos, missão, visão, valores, metas, objetivos estratégicos por eixo/macroprograma e resultados qualitativos esperados quando da aplicação das ações propostas pelo referido documento. Depois, é exposto o plano de ações e, por fim, as medidas de monitoramento e controle.

Deste modo, é na seção que apresenta as diretrizes condicionantes das ações engendradas discursivamente que são destinadas, maiormente, a conduzir a atividade turística, que a presente análise de conteúdo se fundamenta e baseia, a fim de identificar a influência do ideário neoliberal global nos discursos oriundos e contidos nas políticas públicas destinadas ao turismo sergipano, assim como fora realizado com o PETS.

Contudo, anteriormente à análise a que se propõe este subcapítulo, fazem-se necessárias algumas ponderações quanto à ratificação da abordagem economicista presente, também, neste plano estratégico elaborado visando o turismo de Sergipe, demonstrando que esta perspectiva cada vez mais é aprofundada e a atividade é constantemente apropriada para os interesses do capital. Assim, logo quando do início do plano, na seção de apresentação o turismo é abordado da seguinte forma:

Além de ocupar um **lugar de destaque na economia global**, o turismo é uma atividade que pode trazer, lado a lado, aspectos positivos tanto no campo econômico quanto social. Devido ao seu **efeito multiplicador** impacta, direta e indiretamente, outras atividades e setores, provocando reação em cadeia que se faz perceber na **ampliação de postos de trabalho diretos e indiretos, formal e informal, na geração de renda, no aumento de divisas**, na preservação do patrimônio natural e cultural (SERGIPE, 2009, p. 20). (grifos nossos)

Sob semelhante abordagem, o então Secretário da SEDETEC, principal secretaria que esteve envolvida na elaboração deste plano estratégico, afirma que “juntos, governo e sociedade, haveremos de vencer o desafio de fortalecer o turismo sergipano, aumentar a participação dessa extensa cadeia produtiva na formação do PIB estadual e transformar Sergipe em um dos mais importantes destinos do turismo nacional” (SERGIPE, 2009, p. 17).

Diante dessas enunciações iniciais, averigua-se que, assim como no PETS e na política nacional, o referido documento também está imbuído de visões e objetivos que logram ao turismo, majoritariamente, a sua função econômica no interior da economia global, ou seja, almejando importar para Sergipe o formato de turismo balizado pelo paradigma neoliberal e

global. Neste sentido, destaca-se vez ou outra, de forma meramente decorativa, as suas outras potencialidades quanto à esfera cultural e social. Por conseguinte, os demais elementos do plano estratégico estão concatenados e coadunados a esta perspectiva inicial, principalmente em se tratando dos objetivos e diretrizes basilares, conforme será analisado agora.

Primordialmente, cabe destacar o objetivo geral do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014, que está fundamentado em “consolidar o turismo no estado de Sergipe como estratégico para o desenvolvimento sustentável” (SERGIPE, 2009, p. 55). Desta primeira enunciação, evidencia-se a diferença quanto ao PETS, posto que a perspectiva da sustentabilidade aparece e é evidenciada mais recorrentemente do que naquele período (2002). De fato, este discurso obteve crescimento e ganhou notoriedade no meio turístico, sobretudo na política nacional, sendo reproduzida também na escala estadual, ainda que não passem de falácias, posto que se tem a viabilização máxima quase que unicamente da “sustentabilidade” econômica – se assim pode ser entendida a economia baseada na lógica do capital.

Enquanto objetivos específicos, o plano pretende atuar quanto ao fortalecimento institucional mediante estruturação da gestão pública, principalmente no que concerne às instâncias de governança. Todavia, diferentemente do PETS, este plano já reproduz os discursos neoliberais hegemônicos concernentes à demanda por gestão descentralizada, flexibilizada que, na escala nacional, evidenciou-se como principal impacto a participação protagonizada da iniciativa privada, retirando o Estado do centro da tomada de decisão, o que é prejudicial para o interesse público, conforme há muito discutido.

Além disso, vislumbra o aumento dos postos de trabalho, ou seja, tencionando reproduzir a retórica do turismo enquanto gerador de emprego e renda, já discutido anteriormente as problemáticas quando da análise do PETS. Pretende, ainda, consolidar a imagem de Sergipe, ou seja, engendrar ação na área de *marketing*; fortalecer as relações da cadeia produtiva do turismo, bem como diversificar, estruturar, qualificar, e promover a oferta de segmentos e roteiros turísticos, interiorizando-os, isto é, evidenciando a estratégia de produto, também presente no PETS e, aparentemente, uma problemática não superada posto que novamente presente e novas ações direcionadas para tanto.

Como visão, o plano objetiva alcançar a transformação de Sergipe em um destino competitivo internacional com padrão de excelência, mas sem negligenciar a qualidade de

vida dos seus cidadãos. No entanto, é preciso considerar que a inserção de Sergipe no rol do turismo global e neoliberal automaticamente renega e mina a perspectiva de promover a qualidade de vida aos locais para além de alocação de infraestrutura que sirva derradeiramente a estes, haja vista que esta não é a sua tônica de atuação e formatação. Assim, faz-se mister salientar que, sob essa perspectiva, no interior da lógica do capital, o turismo é entendido como atividade econômica que, gradativamente, tornou-se atrativa pela rentabilidade obtida através da crescente geração de riquezas propiciada, distanciando-o, portanto, da noção de fenômeno social e propiciadora de desenvolvimento social e humano, uma vez que redimensionada a sua tônica para a reprodução dos postulados do capital.

Corroborando com essa assertiva, o plano apresenta que, mediante as medidas adotadas, objetiva por meio da atividade turística, substancialmente, a geração de riqueza, aumento na participação no PIB e geração de emprego e renda. Isto é, apropriar-se do turismo meramente como setor capaz de reproduzir e propiciar a circulação e acumulação de capital, atendendo e ratificando aos postulados neoliberais globalizados, já existentes desde o conteúdo do PETS, porém, neste plano mais intensificados.

Por conseguinte, as ações são sobremaneira direcionadas aos aspectos mercadológicos, no qual se tem inviabilizada a perspectiva de lograr o desenvolvimento sustentável e a antiga preferida qualidade de vida, posto que não são engendradas ações efetivas e/ou protagonistas que visem ao atingimento deste patamar proposto, dada a hegemonia econômica que logra, primordialmente, a sustentação da lógica do capital não coadunante com práticas sustentáveis.

Essa tendência do plano é ratificada e expressa nas metas que foram alocadas para alcance nos cinco anos de vigência do mesmo que se resumem em aumento de divisas; geração de postos de trabalho; aumento da participação do turismo no PIB sergipano; aumento da taxa de permanência do turista; e aumento do fluxo de turistas.

A única abordagem que prevê a inclusão social, premissa oriunda do PNT, está alocada nos resultados qualitativos que se esperava alcançar, através da promoção da “equidade social pelo desenvolvimento de atividades econômicas integradas, garantindo a melhor distribuição de renda” (SERGIPE, 2002, p. 55). Todavia, não são designadas ações que vislumbrem a forma que se logrará este resultado, exceto pelo emprego e renda – claramente insuficientes para definitivamente suplantar cenários socioeconômicos precários, deploráveis e decadentes.

Frente ao exposto, ao analisar-se o plano a partir da técnica da análise de conteúdo voltada para identificação de premissas que coadunam com a ideologia neoliberal, evidencia-se, a partir do discurso emitido pelo documento, que há um direcionamento do desenvolvimento do turismo voltado aos princípios da economia globalizada, assim como no Plano PETS. Isto pode ser evidenciado no Quadro 03 com os excertos retirados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014) que fazem correspondência com as categorias elencadas para a análise proposta.

Assim como no Plano PETs (Quadro 02), as categorias econômicas escolhidas foram “crescimento”, “economia global/local”, “emprego e renda”, “atividade econômica”, “produto”, “planejamento/marketing”, “investimento”, “competitividade”. Já nas categorias políticas, selecionamos as palavras “internacional”, “descentralização”, e “gestão”. Desta forma, selecionamos os excertos que faziam menção direta e/ou indireta à temática da categoria escolhida.

QUADRO 03

INDICADORES DE PALAVRAS REPRESENTATIVAS DO NEOLIBERALISMO (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE SERGIPE, 2009-2014)

CATEGORIAS	Categoria Econômica	Exemplos	Categoria Política	Exemplos
COMPONENTES	<i>Crescimento</i>	<p>“[...] ações estruturantes que elevem o nível de atratividade e competitividade dos produtos, garantindo o crescimento dos fluxos turísticos e mantendo elevada a qualidade dos serviços”</p> <p>“Aumentar o fluxo de turistas de 117 mil para 160 mil turistas/mês que visitam o Estado”</p> <p>“Dotar os destinos turísticos de infraestrutura de apoio ao turismo, proporcionando bases para expansão da atividade”</p>	<i>Internacional</i>	<p>“[...] Quanto ao mercado internacional é necessária uma identificação mais precisa. O foco atual é na Europa (Portugal e Itália)”</p> <p>“[...] Veiculação de peças de publicidade do turismo sergipano na mídia nacional e internacional”</p>
	<i>Economia Local/Global</i>	<p>“[...] além de ocupar um lugar de destaque na economia global, o turismo é uma atividade que pode trazer, lado a lado, aspectos positivos tanto no campo econômico quanto social”</p>	<i>Descentralização</i>	<p>“[...] Para que essas intenções possam transformar-se em ações concretas, é necessário que sejam incorporadas ao conjunto das políticas públicas e passem a operar a partir de processos de planejamento e gestão descentralizada, cooperado, participativo”</p>

COMPONENTES	<i>Emprego e Renda</i>	<p>“[...] devido ao seu efeito multiplicador impacta, direta e indiretamente, outras atividades e setores, provocando reação em cadeia que se faz perceber na ampliação de postos de trabalho diretos e indiretos, formal e informal, na geração de renda, no aumento de divisas”</p> <p>“Criar condições para gerar 5.000 postos de trabalho”</p> <p>“Promover a equidade social pelo desenvolvimento de atividades econômicas integradas, garantindo a melhor distribuição de renda”</p> <p>“Garantir o aumento de postos de trabalho no setor”</p> <p>“Participação do Turismo no PIB Sergipano e nacional”</p> <p>“Geração de divisas – importância na economia local, regional, estadual, nacional”</p>	<i>Gestão</i>	<p>“[...] É com esta crença que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 traz no seu conteúdo as proposições e estratégias para a gestão da atividade”</p> <p>“[...] participação dos distintos atores sociais envolvidos de modo a não comprometer o pacto da gestão compartilhada, essência do processo democrático”</p> <p>“Estimular os municípios a formularem seus planos estratégicos na perspectiva do desenvolvimento do território e definirem seus instrumentos de gestão”</p> <p>“[...] Os Territórios Sergipanos incorporam outra estratégia de planejamento, definida a partir de um conjunto de políticas setoriais, dentre elas, os Pólos Turísticos. Perceber a sutileza que compõe o modelo é compreender que não existe a distinção geográfica, apenas se estabelece um modelo de gestão e de planejamento estratégico”</p> <p>“[...] Na perspectiva do espaço territorial como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico do Estado, facilitando o processo de gestão e otimizando resultados”</p> <p>“[...] Experiências humanas capazes de produzir energia que fortaleça o modelo de gestão”</p>
--------------------	------------------------	--	---------------	---

COMPONENTES	<i>Atividade econômica</i>	<p>“Promover a equidade social pelo desenvolvimento de atividades econômicas integradas, garantindo a melhor distribuição de renda”</p>	<i>Gestão</i>	<p>cooperada, promovendo a participação consciente”</p> <p>“Excelência na Gestão do Turismo: Integrar a estrutura organizacional de gestão do turismo nos setores público e privado e fortalecer os colegiados estadual e territorial”</p> <p>“Fortalecer a estrutura da gestão pública do turismo”</p> <p>“[...] aumento da capacidade de gestão municipal, de modo a consolidar o modelo de desenvolvimento territorial”</p> <p>“Objetivo: Fortalecer a estrutura organizacional de gestão do turismo nos setores público e privado.”</p> <p>“Objetivos estratégicos: Gestão interna e Gestão descentralizada”</p> <p>“Fortalecimento da gestão descentralizada por meio do Fórum Estadual de Turismo e dos Conselhos Territoriais”</p>
	<i>Produto</i>	<p>“Qualificar produtos e serviços turísticos incorporando a produção associada”</p> <p>“[...] A expansão do turismo sergipano nos mercados regional, nacional e internacional demanda ações de promoção do produto, para que possa, efetivamente, chegar aos agentes e operadores responsáveis pela comercialização e ao consumidor final [...]”</p> <p>“[...] Para tanto, foram definidas estratégias de marketing fundamentadas nos argumentos focados no redimensionamento do produto turístico, com a ampliação da oferta e a adequação dos destinos existentes nos Territórios Sergipanos e Pólos Turísticos”</p> <p>“Fortalecer as relações da cadeia produtiva do turismo. Diversificar, estruturar, qualificar e promover a oferta de segmentos e roteiros turísticos”</p> <p>“Objetivo: Consolidar a imagem do Estado e a diversificação dos seus produtos turísticos nos mercados interno e externo”</p> <p>“Diversificação de produtos a partir da consolidação de roteiros turísticos”</p>		

COMPONENTES	<i>Planejamento/Marketing</i>	<p>“[...] comprometer as instâncias de poder – Governos, iniciativa privada, organizações sociais, agentes do mercado – com o processo de desenvolvimento do turismo sustentável em Sergipe”</p> <p>“Incentivar a promoção do ‘marketing verde’ voltado para o turismo local”</p> <p>“Produzir material específico para os mercados regional, nacional e internacional”</p> <p>“[...] Para tanto, foram definidas estratégias de marketing fundamentadas nos argumentos focados no redimensionamento do produto turístico”</p> <p>“[...] Neste quadro de diversidade e com o objetivo de expandir o mercado turístico, a EMSETUR formula as estratégias de marketing focadas em dois produtos turísticos que trazem a cultura”</p> <p>“Gestão adequada dos recursos financeiros, dos processos de planejamento, indicadores e resultados, garantindo a eficiência e a execução”</p> <p>“Criação de sistemas de indicadores para subsidiar o planejamento do turismo no Estado”</p> <p>“Objetivos: Elaboração do plano de marketing e promoção. Estudo e promoção da imagem turística de Sergipe. Ações promocionais nos mercados emissores”</p>		
--------------------	-------------------------------	---	--	--

COMPONENTES	<i>Investimento</i>	<p>“[...] capazes de possibilitar a manutenção dos cinco Pólos Turísticos como estratégicos e necessários à continuidade das negociações de captação de investimentos, no âmbito nacional e internacional”</p> <p>“As estratégias citadas exigem investimentos que demandam aportes gerenciais, financeiros e técnicos, além da capacidade do Estado, o que estimulou o governo à negociação de recursos externos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”</p>		
	<i>Competitividade</i>	<p>“Criar estratégias que incorporem a produção associada como valor agregado ao atrativo”</p> <p>“Identificar elementos que agreguem valor e incorporem a caatinga, o cangaço, a arqueologia e o mangue na formação da identidade”</p> <p>“[...] As rotas do Sertão e Aracaju estão sendo comercializadas, no entanto exigem, ainda, um conjunto de ações estruturantes que elevem o nível de atratividade e competitividade dos produtos”</p> <p>“[...] arranjo institucional para que todos os atores da cadeia produtiva do turismo estadual concretizem, de forma planejada e estruturada, com base nos princípios da sustentabilidade, as ações necessárias para a consolidação do destino Sergipe, otimizando suas vantagens competitivas”</p> <p>“Visão: Transformar Sergipe em destino turístico competitivo [...]”</p> <p>“Promover o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo em Sergipe como forma de aumentar a competitividade e os impactos econômicos”</p>		

Fonte: Elaborado por Larissa Prado Rodrigues, 2019.

Diante do exposto, averigua-se que no conteúdo dos planos e programas tanto a nível nacional (conforme visto no capítulo 3), quanto na escala estadual, está posta a clara propagação discursiva neoliberal do turismo globalizado como um importante negócio que deve ser fomentado. Além disso, os planos expressam a intenção, superficialmente, de por meio da atividade reduzir as desigualdades regionais a partir da mera geração de emprego e renda mediante atração de investimentos e turistas estrangeiros; o estímulo à competitividade entre destinos; o aumento da participação do turismo nos índices econômicos nacionais; e a promoção da descentralização.

Conforme demonstrado pelos quadros 01 e 02, a tônica dos planos de turismo de Sergipe se repetem, posto que seguem uma perspectiva nacional e globalizada, além de reproduzirem um pensamento único de “fazer turismo”: maiormente assentado no objetivo de expandir e crescer o turismo indefinidamente a partir de uma “eficiente” gestão e “descentralizado” planejamento, visando atração de investimentos, novos e diversificados produtos turísticos, geração de emprego e renda, aumento da participação da atividade econômica do turismo no PIB estadual e nacional, vantagens competitivas e diferenciais, etc. O que é este turismo senão um reflexo mais-que-perfeito do que representa e é o neoliberalismo na atual fase do capitalismo tardio?

Assim, evidenciamos que a ideologia e a racionalidade neoliberal são corroboradas no âmbito das políticas públicas de turismo subsidiadas e fomentadas por Estados neoliberais imbuídos, na sua governamentalidade, pelos princípios do apanágio hegemônico e hegemonizado ao longo das últimas décadas em todo o mundo. Com isso, estes Estados logram e vislumbram apenas avanços econômicos, enquanto a esfera social é negligenciada, como tipicamente o é pelo apanágio neoliberal que visualiza apenas a reprodução e acumulação do capital a partir das mais diversas esferas e atividades capturadas para tanto.

No âmbito específico das práticas turísticas, na micro-escala, o modelo engendrado e disseminado demonstra a necessidade de revisão dos conteúdos inseridos e direcionados para a condução das políticas públicas de turismo, a fim de que a atividade turística sergipana e brasileira supere e transcenda aos paradigmas demonstrados demasiadamente prejudiciais ao desenvolvimento de todos os setores econômicos, visto que gera declínio e estagnação, e, sobretudo, é prejudicial ainda mais em termos de desenvolvimento social e humano.

Mais do que isso, o próprio Ministério do Turismo, enquanto órgão regulador e promotor na escala nacional da atividade turística brasileira, precisa renunciar à abordagem e tônica eminentemente e predominantemente economicista voltada sobremaneira para o mercado, de modo a incentivar as demais esferas, estaduais, regionais e municipais, a lograrem novas trilhas e caminhos para que sejam gestadas perspectivas mais humanas nos rumos para o turismo brasileiro, transcendente ao empobrecimento que o capital causa no potencial de realização social que a atividade apresenta e pode vir a representar.

No entanto, nada disso será possível enquanto a conjuntura político-econômica não migrar paradigmaticamente em sua totalidade-mundo e a superação do neoliberalismo se tornar uma realidade concreta. Do contrário, os mais diversos países do mundo, incluindo aí estados e municípios brasileiros, como Sergipe, tendem a propagar e a reproduzir, em teoria e prática, as premissas, diretrizes, objetivos e metas neoliberais voltadas para todas as atividades econômicas, como o turismo, advindas de instâncias de governança superiores, como o MTur. Em efeito dominó, estas medidas distanciam, portanto, a possibilidade da atividade turística propiciar e lograr o real desenvolvimento humano, endógeno, local e, quiçá, sustentável no âmbito das regionalidades existentes no território sergipano, carentes de alternativas que viabilizem avanços qualitativos e quantitativos quanto à perspectiva socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização apascentada e alicerçada ideologicamente nos postulados neoliberais, concatenados e integrados são e formam, inegavelmente, o paradigma econômico, político e social dos tempos atuais e contemporâneos. A globalização e o neoliberalismo, embora sejam fenômenos dissociáveis que emergiram e se consolidaram em períodos distintos e, portanto, apresentem dessemelhanças e peculiaridades, estão em confluência direta no âmbito do final do século XX e ao longo do XXI, de modo que a interação e atuação de ambas engendram e corporificam peculiaridades de uma complexa fase e era do capitalismo.

Considerando as características iniciais auferidas acerca da racionalização neoliberal por intermédio das conceituações, é clarividente que o neoliberalismo, primordialmente, marca o retorno às ideias e valores do pensamento liberal com nuances conservadores oriundas do século XVIII e XIX com uma nova roupagem adaptada ao contexto tecnológico e mundializado.

O regresso ao liberalismo pelo grande capital parte do contexto das diversas crises que foram suscitadas nas décadas de 1960-1970, de modo que o capitalismo colapsado demandava uma nova ideologia que permitisse a sobrevivência da reprodução ampliada, antes que perdesse hegemonia. Com isso, o neoliberalismo a partir de preceitos antigos do liberalismo tornou-se a ideologia do capital adaptado às novas condições emergentes da economia globalizada.

Neste sentido, a economia de base neoliberal emergiu a partir da crise que demandou a reestruturação das empresas e dos mercados financeiros alicerçados pela nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização ampliadas e generalizadas de modo a concretizar o caráter global do capitalismo. De mesmo modo, é fruto da associação entre mercados, governos e instituições financeiras internacionais com o intuito de impulsionar a própria lógica mercadológica e aumentar a produtividade e a lucratividade mediante a busca por novos mercados, a internacionalização da produção e a financeirização da economia.

Com base nas perspectivas supracitadas, observa-se que a economia informacional global em rede, agora com atuação expandida e interligada por todo o mundo, corresponde à resposta da lógica do capital para perpetuar-se mediante a crise que ameaçou extinguir o

reinado dos capitalistas, ao mesmo tempo em que apresenta uma antiga perspectiva paradigmática com novas características e dinâmicas engendradas.

No cenário mundial, o neoliberalismo enquanto um sistema normativo que ampliou sua influência globalmente dilatando a lógica do capital às relações sociais e a todas as esferas da vida, largamente dirige, gere e domina (in) diretamente tanto na macroescala como a economia, a política, a cultura, a ciência; quanto as instituições em todos os níveis, os agentes, indivíduos. Em suma, a integralidade dos aspectos mais íntimos da vida pública e privada a partir dos postulados ideológicos, normativos e doutrinários do âmago do pensamento liberal influenciado são modificados pela/para a globalização.

De certo modo, a globalização é a materialização do neoliberalismo, e o neoliberalismo se realiza na globalização, indissociavelmente. A neoliberalização foi condição essencial para que se efetivasse a globalização da produção sob as pautas pós-fordistas, permitidas a partir da tentativa de enfraquecimento do controle e soberania do Estado ensejada pela doutrina neoliberal. Esta, que possui a minimização do Estado enquanto uma de suas teses primordiais, contraditoriamente e ao mesmo tempo, busca neste o seu principal refúgio de sobrevivência em momentos de crise, além de reproduzir e perpetuar a ideologia sob todas as esferas da gestão pública, incluindo o turismo, como evidenciado pela presente pesquisa.

Neste sentido, tem-se que os processos concernentes à globalização são alinhados à e pela ideologia neoliberal que possuem como razão central dessa união a vitalidade e perpetuação da reprodução e acumulação do capital, atuando de modo planejado, em regime de complementariedade e sincronidade, embora as contradições e tensões não se esvaíam, visto que são partes de um sistema que no seu âmago é paradoxal e conflituoso.

Com a anuência dos agentes capitalistas para os termos globais neoliberais da economia e da política, o papel do Estado, nesse contexto, foi de cessar e abrir caminho para uma nova ordem hegemônica que se instituiu naquele momento. As políticas que atraíssem investimentos, privatizações e renúncia às ações e medidas de controle estavam na ordem do dia. Deste modo, os Estados perderam parte de sua soberania atendendo ao pressuposto básico do ideário liberal que consta na presença do Estado Neoliberal mínimo, sobretudo na economia enquanto participante e tomador de decisão.

Mas, por outro lado e contraditoriamente, tem seu papel ratificado e maximizado enquanto sendo o principal indutor econômico do mercado, ocupando espaço de subalternidade frente às demandas do capital. Neste sentido, esses agentes nacionais perderam o controle sobre os movimentos e fluxos de capital e da circulação de mercadorias sob a pena de ficarem à margem dos olhares de investidores internacionais e processos de reforma econômica global que excluía de forma dura aqueles que se recusassem a participar ativamente na abertura dos mercados comerciais e financeiros.

Como resultado, instaurou-se uma modificação geral na economia mundial a partir da dominância ainda maior do livre mercado, tendo como principal fator o distanciamento do poder arbitrário centralizado do Estado das esferas políticas e econômicas de controle e regulação.

No entanto, as promessas do alcance do desenvolvimento a partir da lógica racional de mercado, desconexa e descolada da intervenção da supostamente burocrática, ineficiente e corruptiva máquina estatal, que engendraria a redução de desigualdades e maior e melhor distribuição da riqueza, de fato, nunca foram cumpridas, evidenciando a enorme incoerência, incapacidade e falência da teoria *smithiana* ao propor a gestão da vida social a partir do funcionamento do livre mercado sob a égide do capitalismo (neo) liberal.

Apesar disso, longe de ser questionada e/ou contestada, a lógica da economia do livre mercado é amparada e assessorada por uma forte mídia que exerce pressão de convencimento das massas acerca das benesses fabulosas do mercado, impingindo sobre as consciências dos indivíduos a inexorabilidade, a ordem natural das coisas a partir da cultura do consumo, do individualismo e da competitividade. Bem como vendendo que tais fundamentos são indispensáveis para o alcance da felicidade, do sucesso e êxito na vida pessoal e profissional individual, tornando o discurso facilmente convincente frente a um cenário de fragilidade social dada às inseguranças, instabilidades e incertezas do apanágio neoliberal.

Globalização e Neoliberalismo são, portanto, os elementos centrais legitimados da lógica contemporânea do capital, tornados indissociáveis quando atuantes em prol deste último no que concerne às suas demandas de superação, reparação e crescimento ao recrutar diversas atividades e práticas econômicas com vistas ao atendimento de seus objetivos de sustentação à lógica da reprodução e ciclo de acumulação do capital em suas metamorfoses, auge e declínios.

Na era do capitalismo neoliberal globalizado, o turismo é umas destas atividades recrutadas considerada central na inaugurada economia de serviços, sendo apresentado pelos agentes hegemônicos do mercado como um atraente setor para o exercício da acumulação do capital a partir dos processos de reprodução e intensificação do estímulo ao consumo, de modo a cooperar significativamente para a restauração da vitalidade do capitalismo por meio da contribuição ao crescimento econômico.

Neste sentido, o turismo fora transmutado, no âmbito do final do século XX, em uma atividade, setor, prática, negócio, política, fenômeno e mercado reprodutor do ideário neoliberal na era das globalizações política, cultural e econômica, influenciando e por estas sendo impactado, coagido, conduzido e, sobretudo, usurpado como fator não de desenvolvimento sustentável, mas de crescimento econômico concentrado, logo, para poucos.

Desta forma, na medida em que se intensifica o entendimento do turismo como meio para competição entre os mercados na economia globalizada e, sendo um setor de interesse dos agentes privados, mais intensamente se permite desenvolvê-lo como uma atividade única e exclusivamente para a instauração dos valores e ações da ideologia dominante.

Em vista disso, evidencia-se ao longo da trajetória histórica do turismo que diversos paradigmas e os postulados intrínsecos do capital o permearam no direcionamento pragmático da política condizente aos rumos futuros da atividade, considerando as oscilações com ascensões, auges e rupturas existentes nos planos econômicos e políticos mundiais que por ora apresentam nuances de atuações distintas.

Assim, tanto na conjuntura moderna, quanto na contemporânea, o turismo transforma-se a partir das diversas metamorfoses espaciais, econômicas, sociais e culturais oriundas e promovidas pelas ideologias direcionadoras e condicionantes do capitalismo expressas, sobremaneira, através do sequestro do Estado que intervém mediante políticas públicas. Com isso, queremos dizer que o turismo está inserido na totalidade-mundo, não estando imune aos processos a esta corcenescentes e, reciprocamente, a totalidade é construída e constituída também pelas práticas turísticas, refletindo-se mutuamente.

Ao investigar-se a influência do paradigma hegemônico contemporâneo neoliberal de escala globalizada nas políticas públicas de turismo promulgadas pelo Estado Brasileiro e o

estado de Sergipe, averiguou-se, primordialmente, a concatenação discursiva quanto à reprodução da ideologia neoliberal global por via da e refletida na atividade turística.

Também destaca-se a contradição contida em ambas quando, discursivamente e majoritariamente, defende-se e propaga-se a intenção de promover o desenvolvimento mediante a redistribuição de renda (restrita à geração de emprego), porém mirando no mercado como principal agente propulsor, no estímulo à competitividade, descentralização e investimentos privados (estrangeiros, sobremaneira) como panaceia e meio para lograr ao objetivo proposto.

No entanto, ao contrário do esperado, estes agentes apenas vislumbram a existência e expansão dos índices lucrativos sem compromisso com a promoção e concretização do desenvolvimento para além do crescimento econômico. Os meios não são coerentes com os fins que, supostamente, se busca e almeja com o desenvolvimento do turismo no território.

Os planos de turismo não consideram a importância de um Estado em que a premissa de gestão do turismo esteja coadunada não somente com a indução, fomentando a entrada e direcionamento de recursos, mas, sobretudo, com a elaboração e, principalmente, aplicação das diretrizes então formuladas voltadas às questões sociais e ambientais.

Além disso, quando da elaboração destes documentos, faz-se necessário que o mercado e as questões de cunho unicamente econômico sejam por alguns instantes desfocados, para que a problemática institucional, colocada quando da emergência do Estado Neoliberal, possa ser, finalmente, pauta de discussões e ações políticas, a fim de cobrar a intervenção do Estado pautada no posicionamento deste quanto à apropriação da atividade turística não somente para a reprodução do capital, mas também compromissada com o seu espectro e potencial social. Porém, é fatídico, conforme discutido anteriormente, que a hegemonia do neoliberalismo ao influir e formatar um turismo imbuído das características contidas no ideário neoliberal e global não permite a viabilização do protagonismo estatal e, sobretudo, social, nos planos de turismo e nas políticas públicas em geral.

Embora o Estado seja o principal agente fomentador, intermediador e propulsor da atividade turística no território nacional, estadual, regional e local partindo da elaboração de políticas, planos e programas, conforme evidenciado no capítulo 3, a intervenção do Estado capitalista sob as atividades econômicas pode remediar temporariamente, mas nunca superar

as contradições e conflitos de classes existentes entre os interesses econômicos e políticos divergentes. Por conseguinte, o próprio capitalismo e as suas características temporais demarcadas em fases, representada atualmente pela supremacia do mercado sob a égide das liberdades econômicas, é o principal entrave para a efetivação de políticas de promoção do desenvolvimento

No turismo, o caso do PRODETUR é emblemático. O próprio BID, Estado supranacional configurado enquanto balizador indireto da atividade, está diretamente concatenado aos postulados hegemônicos, uma vez que sendo um dos próprios guardiões do ideário neoliberal. Logo, ratifica-se a incapacidade que o turismo de cunho neoliberal global tem de propiciar o desenvolvimento sustentável, endógeno e local, dirimir desigualdades regionais e propiciar melhor qualidade de vida e bem estar – assim como o é, primordialmente, a lógica (neo) liberal –, conforme evidenciado no caso do estado de Sergipe, uma vez que voltado exclusivamente para atender aos interesses da reprodução do capital do mercado turístico.

Neste sentido, está comprovado, considerando o caso do estado de Sergipe, que o modelo de turismo e urbanização exógenos importados para o litoral nordestino; somados aos conjuntos volumosos de recursos aplicados de forma desconexa e desorganizada sob e no território em obras pontuais; bem como os planos (PDITS, Planos Estratégicos) elaborados aquém de outros documentos macros de execução e de uma gestão pautada nos princípios do planejamento turístico responsável; foram todas medidas inviabilizadas de serem executadas adequadamente em termos práticos para além do discurso, de modo que estiveram longe de estruturar e tampouco consolidar o estado de Sergipe enquanto destino turístico.

Esta assertiva apoia-se tanto em termos de atração de demanda turística sob a lógica competitiva do mercado turístico, uma vez que o estado não lograra êxito quanto à estruturação de uma imagem e oferta turística diversificada e inovadora que superasse a estagnação; quanto e, principalmente, como vetor e fator de desenvolvimento endógeno, local e humano, posto que o turismo na localidade não agregou prerrogativas para além da exclusividade hegemônica do mercado turístico.

Diante deste cenário instituído e evidenciado em Sergipe quanto ao desenrolar da atividade turística, questionam-se os postulados neoliberais, ou seja, a lógica do livre mercado. Inicialmente, parte-se da conjuntura anteposta, em que o Estado de formato

neoliberal se faz aparentemente negligente e ineficaz quanto à condução do turismo diante de problemáticas de descontinuidade política, ausência de mais planos condutores e de corpo técnico qualificado nas esferas da gestão pública. Ademais, nesse mesmo contexto, o neoliberalismo aparece como significativamente eficaz quando o mercado turístico local esteve livre para agir conforme os seus interesses lucrativos, alicerçados ainda em aportes de infraestrutura advindos e fruto da intermediação entre o Estado e BID, ou seja, exatamente como defende a doutrina neoliberal.

No entanto, seguindo em direção contrária às profecias pregadas pelas liberdades econômicas que auferem e creditam à livre competição, cooperação, iniciativa e mercado a emergência de inovação, desenvolvimento econômico e autosustentação, o mercado turístico de Sergipe, livre das amarras estatais para conduzir a atividade segundo o seu poder arbitrário concedido, longe de inovar, cristalizou a oferta turística em decorrência do comodismo, ainda que mediante considerada concorrência a nível de destino e no âmbito local. Como resultado, a maioria das agências de turismo receptivo concentradas na cidade de Aracaju, ofertam praticamente os mesmos pacotes turísticos, ainda que produtos formatados tenham sido oficializados, como fora através do PRT em Sergipe. Contudo, logo após a execução do programa, apenas quatro das nove rotas e roteiros propostos foram efetivamente comercializados, ainda que não integralmente.

Diante disso, averigua-se que, mesmo com a intervenção estatal induzindo e fomentando mediante grandiosos recursos financeiros o território sergipano visando ao desenvolvimento do turismo, o mercado turístico não fora capaz, a partir da articulação entre seus pares, de converter “positivamente” e lucrativamente as ações, sobretudo do PRODETUR, para o desenvolvimento pleno da atividade turística para além da capital Aracaju.

Ora, não é o Estado Neoliberal que deve apenas induzir, mas não participar e/ou decidir sobre os rumos econômicos para que o livre mercado dotado de racionalidade própria em suas ações possa conduzir com brilhantismo as atividades e setores da economia? Diante da visível debilidade e fracasso do mercado turístico de Sergipe quanto à consolidação do Destino Sergipe, no qual a gestão pública também compartilha da culpa por este fato, evidentemente não são iniciativas de governança geridas unicamente pela classe empresarial que logrará êxito quanto ao crescimento e desenvolvimento da atividade turística na

localidade. O neoliberalismo transita na dialética da racionalidade/irracionalidade e é, portanto, irracional em sua essência.

Com este diagnóstico, o questionamento em torno do futuro do próprio capitalismo como um sistema social adequado deve estar na vanguarda do debate atual em torno do turismo e projeto de sociedade que queremos. Neste sentido, reformas radicais e não reformas estilo *band-aid* se fazem necessárias. Um primeiro passo é o de “esclarecer o enigma do capital, tornando transparente o que o poder político sempre quer manter opaco” e “[...] uma vez que sua máscara é arrancada e seus mistérios são postos a nu, é mais fácil ver o que tem de ser feito e por quê, e como começar a fazê-lo” (HARVEY, 2011a, p. 195 e p. 209).

De um ponto de vista paliativo e *band-aid*, um outro tipo de Estado é urgente. Com outro modo de atuação, mais controlador e voltado a um enfoque mais ou menos social na luta de classes, o turismo poderá ser debatido por ângulos atualmente marginalizados. A intervenção estatal, sob essa perspectiva, deverá estar concatenada com o viés de defesa dos interesses nacionais para além do entendimento global e economicista, ou seja, transcendente ao paradigma neoliberal privatista e classista e, sobretudo, distante da perspectiva do atual Estado neoliberal burguês.

Em formato de gestão compartilhada com protagonismo estatal, haja vista o risco de hegemonia dos interesses privados do mercado em detrimento dos de âmbito público, é que se pode vir a lograr algum avanço para o setor turístico, posto que, no entendimento aqui pautado e balizador, o turismo só poderá ser convertido verdadeiramente em uma ferramenta promotora do real desenvolvimento, se e quando estiver sendo vislumbrado, planejado e instituído em um cenário político-econômico transcendente ao apanágio neoliberal global hegemônico e, sobretudo, à lógica da reprodução do capital.

Para tanto, faz-se necessário considerar igualmente o cenário nacional, de modo que a esfera federal igualmente migre de paradigma de atuação, sobretudo em se tratando da tônica da ação política do MTur, descolando-se das tendências globais, posto que estas reproduzem os postulados da ideologia neoliberal. Assim sendo, é preciso a transmutação e superação da ideologia que, atualmente, baliza a atividade turística brasileira e mundial para a introdução de novas perspectivas que retirem a hegemonia econômica da prática e a visualizem socialmente, culturalmente, antropologicamente, educacionalmente, em suma, de forma a abarcar a sua multidimensionalidade.

O turismo como prática social foi subjugado ao turismo enquanto atividade econômica. Ainda que coexistam, contraditoriamente e em constante conflito, o horizonte do lazer e do turismo pode e deverá ser pautado pela inclusão e pela realização do lazer como um direito de todos, indiscriminadamente. Para isso, o turismo, enquanto um importante segmento das práticas de lazer contemporâneas, ainda há de ser debatido e ressignificado. Mais do que o turismo, o modo de produção capitalista, ancorado nas sólidas bases do princípio da propriedade privada, do lucro e acumulação, amparados pelo implacável Estado neoliberal, deverá ser superado visando transcender as barreiras que limitam e reduzem a prática turística a uma atividade econômica do lucro. Somente assim, poderemos lograr uma nova forma de fazer e praticar turismo. Há um longo caminho a ser percorrido para tanto e o “[...] desafio que se coloca para a prática acadêmica é o de fazer uma ciência capaz de enfrentar o mercado, e não se subjugar a ele” (CARLOS, 2002, p. 56).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Renan. Ciência Política e Teoria do Estado. In: MACIEL, José Fabio Rodrigues (org.). **Formação Humanística em Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012. (p. 201-230).
- ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, 2002. p. 135-146.
- BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas Territoriais de Turismo no Nordeste: O PRODETUR como estratégia socioeconômica. **Revista Geosaberes**, v. 6, n. 3, 2016. p. 255-277.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, n. 6, 1994.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. **Revista Estudos Avançados**, v. 12, n. 32, 1998. p. 125-186.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. v.1, n.1, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- _____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, Pamela de Medeiros. O Ideário Neoliberal na Política Nacional de Turismo Brasileiro: Avanços e Retrocessos. In: **VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010. p. 1-16.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2017.
- BRASIL. **Lei Geral do Turismo nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas – 2003/2007**. Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil - 2013/2016**. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão – 2007/2010**. Brasília, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 75-94.

CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Christiane Senhorinha. Neoliberalismo e dependência na América Latina. **Revista Espacio Abierto**, vol. 23, núm. 1, 2014. p. 45-70.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Revista Turismo y Desarrollo Local**, v. 18, n. 19, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do Espaço. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte-MG, v. 8, n.1, 2002. p. 47-56.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CAVALCANTI, Keila Brandão; HORA, Alberto Segundo Spínola. Política de Turismo no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, n. 13, v. 2, 2002. p. 54-73.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Campinas: **Revista Economia e Sociedade**, n. 5, 1995. p. 1-30.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: Neoliberalismo e Ordem Global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CONSTANT, Benjamin (1819). **Da liberdade dos antigos comparada à dos Modernos**. 1980. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. *In*: CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (orgs.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: edUECE, 2012. p. 43-58.

COSTA, Edmilson. **A globalização neoliberal e as novas dimensões do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2002. (Tese de Pós Doutorado).

COSTA, Luís. É urgente voltar a Marx para entender nova fase da economia, diz professor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1918777-nos-150-anos-do-capital-professor-defende-que-voltar-a-marx-e-essencial.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em 17 de setembro de 2017.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: **Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais**. São Paulo, 2006.

_____. **Política de Turismo e Território**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo**: Planejamento, Métodos e Técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003b.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: **Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro: ABET, 1997. p. 895-919.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: Editora da UFRN, 2005.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Portugal: Edições 70, 2010.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CASTRO, Celso. Destino: Cidade Maravilhosa. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Orgs.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global**: História econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1(21), 2001. p. 30-45.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole: O que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: edUFF, 2001.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2011b.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

HAYEK, Friedrich August (1944). **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; ANJOS, Francisco Antônio dos. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. *In: Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

HOBBS, Thomas (1651). **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Globalização e Neoliberalismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 2, 1998. p. 27-44.

_____. **Teorias da Globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KEYNES, John Maynard (1936). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LOCKE, John (1681). **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: IBRASA, 1963.

_____. (1689). **Ensaio sobre o entendimento humano**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MACEDO, Ubiratan Borges. **O Liberalismo Moderno**. São Paulo: Massao Ohno, 1997.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Panorama Histórico do Turismo: do Mundo Moderno a Contemporaneidade. *In: I Encontro Paranaense de Pesquisadores em Hotelaria e Turismo*, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1848). **O manifesto comunista.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MISES, Ludwig von (1927). **Liberalismo: Segundo a Tradição Clássica.** 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat (1748). **O espírito das leis.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil.** São Paulo: Manole, 2010.

OLIVEIRA, Fernando Meloni de. As Políticas de Turismo no Brasil nos Anos Noventa. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais.** Publicação de Turismo e Ambiente, 1996.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cenários do turismo brasileiro.** São Paulo: Aleph, 2009.

PEREIRA, Cássio Avelino. Políticas Públicas no Setor de Turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999. p. 7-21.

RAMOS, Silvana Pirillo. Turismo e Desenvolvimento Local: uma “Viagem de Inclusão”? *In:* RAMOS, Silvana Pirillo; CERDAN, Lluís Mundet (orgs.). **Turismo, Políticas e Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: Asterisco, 2010. p. 15-38.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. *In*: CORIOLANO, Luzia Neide. **Turismo com Ética**. Fortaleza: EdUECE, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1762). **O contrato social**: princípios do direito político. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SADER, Emir. A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal. *In*: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 135-143.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cloce. Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 4, n. 8, 2001. p. 29-44.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, 2012. p. 672-688.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica. **Revista Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Políticas Públicas de Turismo e Reorganização do Território no Litoral de Sergipe - Brasil. *In*: **XIX Seminário Acadêmico APEC**. Barcelona: APEC Barcelona, 2014. p. 254-266.

_____. **El turismo como factor de desarrollo**: el caso de Sergipe – Brasil. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2017. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Mary Nadja Lima. **Políticas territoriais do turismo**: investimentos no pólo costa dos coqueirais em Sergipe, Brasil. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Mary Nadja Lima; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. Políticas territoriais do turismo: investimentos no pólo costa dos coqueirais em Sergipe. *In*: VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário (orgs.). **Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 251-272.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Revista Sociologias**, a. 3, n. 6, 2001. p. 170-198.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria**. 2. ed. São Paulo, SP Aleph, 2003.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Coqueirais**. Brasília: Technum Consultoria, 2013.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Velho Chico**. Brasília: Technum Consultoria, 2013.

SERGIPE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014**. Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2009.

SERGIPE. **Plano Estratégico do Turismo de Sergipe**. Aracaju: Technum Consultoria/SEPLANTEC, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Joab Almeida. Governança do Turismo em Sergipe: uma análise sobre o Polo Costa dos Coqueirais. **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 10, n. 19, 2016. p. 110-127.

_____. **Turismo e organização do espaço no Polo Costa dos Coqueirais**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Luís Augusto Severo. Turismo e Globalização: algumas perspectivas. **Revista Gerenciais**, v. 6, n. 1, 2007. p. 63-70.

SMITH, Adam (1776). **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

STEWART JÚNIOR, Donald. **O que é Liberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TAVEIRA, Marcelo da Silva; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Neoliberalismo, Políticas Alternativas de Turismo e Comunidade Local no Litoral Potiguar. *In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009. p. 1-12.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de. **Turismo e Política Externa Brasileira**: de Vargas a Dilma. Boa Vista: Editoria da UFRR, 2016.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. *In: Book of Proceedings, v. 1, International Conference on Tourism & Management Studies*, Algarve, 2011. p. 839-848.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2012. p. 569-583.